

Antonio Carlos Galdino ¹³¹

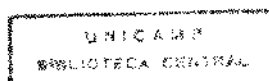
O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL E O MOVIMENTO
DE LUTA ARMADA NOS ANOS 60.

Dissertação de Mestrado apresentada
ao Departamento de Ciência Política
do Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual de
Campinas, sob a orientação do Prof.
Dr. Caio Navarro de Toledo



Este exemplar corresponde à redação
final da dissertação defendida e
aprovada pela Comissão Julgadora em
26/04/94.

Abril de 1994



Aos meus pais
e à Patrícia

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer primeiramente à CAPES e FAEP, que me propiciaram bolsas de estudo durante o mestrado.

Registro os agradecimentos ao meu orientador Prof. Caio Navarro de Toledo, que contribuiu com criteriosas e pacientes leituras para que este trabalho adquirisse o formato final. Os professores Décio Saes e João Quartim de Moraes, ofereceram, também, importantes e inestimáveis críticas e comentários, quando do exame de qualificação.

Diversos amigos ajudaram-me direta e indiretamente. Lembro aqui do Cabrera e do Luciano, que me possibilitaram um frutífero contato com o PC do B e materiais para pesquisa.

Ao Guilherme, companheiro de conversas e estudos.

Agradeço à Daisy Serra Ribeiro pelo estímulo a que me dedicasse à dissertação e ao Professor Ezequiel Theodoro da Silva, atual diretor do Departamento de Cultura, que me possibilitou a flexibilidade de horários no trabalho.

Devo agradecimentos à Ema, pelo inestimável auxílio na pesquisa das fontes documentais e às funcionárias do Arquivo Edgar Leurenroth; à Esmeralda e Silvana e demais funcionários da Secretaria de Pós-Graduação e da Secretaria de Pesquisa do IFCH, pela prestativa simpatia com que sempre me ajudaram.

Agradeço a todos que colaboraram para esta pesquisa, em particular, aos que se dispuseram a me receber como entrevistador.

Por fim, quero agradecer à Patrícia, minha mulher, que viveu dia a dia os percalços desta pesquisa e cuja maior contribuição foi ter estado ao meu lado e me dado o apoio, sem o qual estas linhas não estariam sendo escritas.

ÍNDICE

CAPÍTULO 1 - QUESTÕES TEÓRICAS	1
As Oscilações da Política dos Comunistas Brasileiros e a Questão da Ideologia Política	6
As "Organizações Comunistas" e a Luta de Classes nos Anos 60	8
A Ideologia "Nacional-Democratista"	13
 CAPÍTULO 2 - O PC do B E A HERANÇA DO "NACIONAL-DEMOCRATISMO"	21
O Surgimento do PC do B	21
Antecedentes do Surgimento do PC do B	23
A "Declaração de Março" de 1958: a Nova Linha Política do PCB	27
O V Congresso: a Reação dos "Oposicionistas"	31
 CAPÍTULO 3 - O PC DO B NO GOVERNO GOULART	48
O governo Goulart e a Crise do Populismo	49
As Forças Políticas no Movimento Popular e Nacionalista	53
As Organizações de Esquerda sob o Governo Goulart	55
O Desenlace Golpista: Derrota sem Resistência Armada	57
O Manifesto-Programa	59
Oposição à Goulart e Revolução contra o Golpismo	63
A Disputa com o Partido Comunista Brasileiro	68
 CAPÍTULO 4 - O MOVIMENTO DE LUTA ARMADA DOS ANOS 60	75
A Consolidação do Golpe de Estado	75
À Caminho do Estado de Exceção	79
O Movimento de Massas e a Crise de 1968	81
As Organizações Políticas do Movimento de Luta Armada	85
Bases Sociais das Organizações do Movimento de Luta Armada	89

CAPÍTULO 5 - A LEGITIMAÇÃO ATRAVÉS DO MAOÍSMO

A Ideologia Política do Movimento de Luta Armada.....	98
O Modelo Revolucionário Cubano e o Espontaneísmo.....	105
O Alinhamento com o PC Chinês.....	107
O Modelo Revolucionário Maoísta	110
Araguaia: Justificativa Maoísta e Prática Foquista	113
A Incorporação da Ação Popular	115

CAPÍTULO 6 - A LUTA CONTRA A DITADURA MILITAR: A REVISÃO DA LINHA POLÍTICA DO PC DO B

123

A Autocrítica Sobre o Governo Goulart	123
A Ditadura Militar e a Ameaça Neocolonialista.....	126
A Crise Brasileira e o Isolamento da Ditadura.....	128
Fascismo, Iminência da Revolução e Frente Única	132
A Revolução Nacional e Democrática e a "Burguesia Nacional".....	134
A Contradição entre o Povo e o Regime Militar.....	138
"Frente Única Democrática e Antiimperialista" e "União dos Patriotas pela Independência, o Progresso e a Liberdade"	140
As Semelhanças com o PCB	145

CAPÍTULO 7 - A ESTRATÉGIA DA "UNIÃO DOS PATRIOTAS"

152

O "Governo Democrático das Forças Patrióticas"	152
A Crise Interna do PC do B	158
A Defensiva Ideológica do PC do B.....	163
Dualismo Estratégico e Estratégia Latente.....	167
Mudanças na Linha Política após o Araguaia	174
CONSIDERAÇÕES FINAIS	180
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA E FONTES	183

"A regra geral era não ter prisioneiros. Depois de interrogados, os guerrilheiros do PC do B eram retirados das celas, transportados de volta para a selva, em companhia de uma equipe militar, para a qual iriam mostrar os locais onde mantinham esconderijos em que eram guardados alimentos e remédios. No caminho de volta, a equipe inteira estava no aparelho, exceto os guerrilheiros: eles eram executados e enterrados." Revista "Veja", nº41, ano 26, outubro de 1993, p. 17.

CAPÍTULO 1 - QUESTÕES TEÓRICAS

Este trabalho tem como seu objeto de estudo o Partido Comunista do Brasil (PC do B), num dos períodos mais dramáticos da história brasileira: o desencadeamento do movimento de luta armada, nos anos 60, por organizações de esquerda. Surgido em 1962, como dissidência do Partido Comunista Brasileiro (PCB), a longevidade do PC do B, como agrupamento político, com mais de três décadas de existência no cenário político nacional, por si só já justificaria um estudo de caso.

Dentre as organizações da esquerda armada, o PC do B foi o que melhor conseguiu sobreviver à repressão militar, ainda que com sérias perdas, não só referentes aos militantes mortos no Araguaia, como também aos assassinatos de vários de seus principais dirigentes entre 73 e 76. Posteriormente, conseguiu retornar à cena política, participando do movimento estudantil universitário - força presente ou majoritária em praticamente todas as diretorias da UNE, após a sua reconstrução -, dos movimentos Contra a Carestia de Vida, pela Anistia, etc. No final de 1979, lança o jornal quinzenário "A Tribuna da Classe Operária", que irá tornar-se seu porta-voz oficioso até 5 de junho de 1988, às vésperas da sua legalização, ocorrida em 23 de junho de 1988. No plano eleitoral, sempre possuiu uma expressão modesta, mas de forma alguma insignificante. Em 1978, elegeu um deputado estadual em São Paulo pelo MDB. Em 1982, pela legenda do PMDB elegeu 3 deputados federais e 8 deputados estaduais. Em 1986, com legenda própria, elegeu 6 deputados federais e 5 deputados estaduais, obtendo cerca de 800 mil votos.¹ Em 1990, elegeu 5 deputados federais².

Certamente um fator marcante para a longevidade do PC do B é o prestígio que adquiriu ao ter realizado a ação de maior envergadura militar no movimento de luta armada do país: a guerrilha do Araguaia.

No seu VI Congresso, realizado em 1983³, o PC do B se pronunciou sobre a experiência do Araguaia e a questão da violência revolucionária em geral.

*"A luta guerrilheira do Araguaia foi a expressão mais avançada da resistência popular após o golpe militar de 1964."*⁴

Uma das lições oferecidas pela experiência da guerrilha do Araguaia, segundo o Congresso, é ter mostrado

"... a coerência revolucionária, marxista-leninista, do PC do Brasil."

e

"(...) a consequência revolucionária do Partido e o nível e a envergadura diferentes com que abordou o caminho armado. Ao invés de aceitar a forma adotada pela pequena-burguesia revolucionária da época - os sequestros, os assaltos - ou caminhar no rumo da implantação de um foco guerrilheiro, dissociado das massas, o Partido, durante anos, planta raízes profundas nas massas camponesas e organiza uma resistência duradoura de massas." ¹

No que diz respeito ao princípio da necessidade do uso da violência revolucionária, o VI Congresso reafirma que

"(...) o PC do Brasil está convencido de que não poderá existir socialismo sem revolução" ²

e prognostica que

"a violência revolucionária no Brasil, alcançará contornos variados. Devemos, por isso, orientar-nos no sentido da utilização e combinação das formas armadas e não-armadas, de métodos ofensivos e defensivos, de diferentes cenários de luta - a cidade e o campo - tudo convergindo para a revolucionarização do país." ³

Com referência à luta do Araguaia, portanto, o PC do B afirma a sua vocação de partido revolucionário, com disposição de usar todos os meios a seu alcance, em particular a violência revolucionária, para a realização das mudanças no país.

O que consistiu a experiência de luta armada do PC do B? A guerrilha desenrolou-se entre abril de 1972 e fins de 1973, tendo sido desencadeada a partir de sua descoberta e primeira tentativa de extermínio pelas forças repressivas. Dela participaram 69 combatentes, tendo como teatro de operações uma área de cerca de 6.500 Km² entre os lugarejos de Xambioá, no norte do estado de Goiás, às margens do rio Araguaia e Marabá, localizada a 700 Km ao sul de Belém no estado do Pará, às margens do rio Tocantins. Toda essa região não devia contar com mais que 40 mil habitantes nessa época⁴.

O contingente estimado das tropas que participaram das operações de combate à guerrilha, envolvendo Exército, Marinha e Aeronáutica foi de 10.000 militares, mobilizados em três grandes campanhas de cerco aos guerrilheiros: a 1ª campanha de abril a julho de 1972; a 2ª

campanha de setembro a novembro de 1972; e a 3ª campanha, mais longa e bem preparada pelas Forças Armadas, de novembro de 72 a outubro de 73.

Além do significado militar, da ação no Araguaia, há outro aspecto a ser ressaltado. Após o golpe militar de abril de 1964, a idéia de desencadear a luta armada tomou conta da esquerda brasileira. O PC Brasileiro sofreu forte sangria de seus quadros e militantes que constituíram no decorrer dos anos seguintes uma nova constelação de organizações esquerda, tomando lugar juntamente organizações já existentes antes de 64, tais como a Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (POLOP), Ação Popular (AP) e o Partido Comunista do Brasil, ou compondo com cisões destas, novos agrupamentos. As teses da luta armada imediata surgiram como contraponto à posição do PCB do "caminho pacífico", adotada desde o final dos anos 50.

O projeto de todas as organizações e grupos que desenvolveram ações armadas ou que nelas estiveram de alguma forma envolvidas era o desencadeamento da guerrilha rural. Contudo, todas elas ficaram limitadas à chamada fase da "guerrilha urbana", que era inicialmente concebida como uma ação "logística" ou "tática", visando dar condições materiais, através de ações expropriatórias (p.e. assaltos a bancos, etc) para a efetivação da guerrilha rural. O máximo que algumas conseguiram, foi a instalação de contingentes de militantes em sítios ou chácaras adquiridos legalmente, que se dissolveram por problemas organizativos ou políticos ou foram desbaratadas pela repressão. Entre os anos 69 e 71, a maioria dessas organizações foi dizimada ou abandonou as ações armadas.

O PC do B foi a única organização política capaz de concretizar a guerrilha rural, conseguindo com isso projetar-se politicamente, inclusive entre os remanescentes das tentativas frustradas de movimentos armados.⁵ Em um aparente paradoxo, como já observaram vários analistas, o PC do B, embora assumisse oficialmente a estratégia maoísta da guerra popular prolongada, realizou, de fato, um movimento nos moldes do foquismo de inspiração cubana.⁶ Por outro lado, tendo sido desencadeado em uma conjuntura em que o movimento armado urbano fora dizimado pela repressão, a guerrilha realizada pelo PC do B no interior do Pará, encerrou o ciclo de ações armadas iniciado em meados dos anos 60, sem o mesmo impacto político ao nível nacional que ações anteriores, como tiveram os sequestros de embaixadores.

O regime militar mostrou-se politicamente preparado para enfrentar uma iniciativa de guerrilha rural: impôs a censura aos meios de comunicação de massa⁷, impedindo o conhecimento daquele movimento à opinião pública urbana, e efetivou o cerco militar à região deflagrada, deixando-a praticamente em situação de estado de sítio. Assim, a repercussão política

da guerrilha se restringiu à região onde aconteceram os combates, menos pela influência política do movimento guerrilheiro, do que pela mobilização do imenso aparato repressivo por parte das Forças Armadas e pelas inúmeras atrocidades cometidas contra a população local.

Se se analisar o posicionamento político efetivo do PC do B, entre o final dos anos 70 a meados dos 80, pode-se caracterizá-lo como sendo uma postura bem mais moderada do que a apresentada nessa profissão de fé revolucionária e se comparada a sua primeira década de existência. De 1980 a 1984, sob vários aspectos, o PC do B se comporta muito semelhantemente ao PCB, como um apêndice radical da oposição democrática, atuando dentro do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, o PMDB. Em suma, como um partido de oposição, com um discurso radical, mas não como um partido age tendo em vista transformar a ordem vigente pela força das armas.

No processo de transição negociada da ditadura militar para a "Nova República", diferente, por exemplo, da postura do PT, de crítica e não participação no Colégio Eleitoral, apóia a candidatura de Tancredo Neves na eleição indireta para a Presidência da República e, alinhando-se também posteriormente, com o governo Sarney, até outubro de 1986. A ruptura com a "Nova República" somente se efetivará após as eleições de 1986, com a bancarrota do Plano Cruzado.

Isso parece indicar, pelo menos nos anos 80, a presença de uma contradição entre uma retórica pretensamente revolucionário, laudatório de efetivas ações radicais passadas - a guerrilha do Araguaia - e uma política de atuação balizada pelo uso de meios legais e objetivos políticos não-revolucionários. Como observa um ensaio⁸:

"Em 1975 (...) o PC do B inicia uma virada tática. O resultado das eleições parlamentares de 74, com a inflexão política que reforçaria a tendência à democratização da vida nacional, aliado à derrota da proposta da luta armada imediata, fazem com que o PC do B passe a defender, como centro de sua política, a anistia, as liberdades democrática e a Constituinte. Essa virada se aprofunda em junho de 78, a partir da VII Conferência, (...) quando centro de sua tática passa a ser a do país. O PC do B, que tinha defendido sistematicamente desde o golpe de 64, o voto nulo e a ausência nas eleições, por considerá-las uma farsa e participar delas seria legitimar e consolidar o regime, refaz essa linha e passa a participar de frente democrática eleitoral."

Emerge, assim, o problema que esta dissertação busca enfrentar: quais as causas dessa passagem da política radical dos anos 60 e início de 70, para a política moderada nos anos 80? Como explicar uma trajetória desse partido que, em um intervalo de pouco mais de uma década, empunhou armas contra a regime militar para, posteriormente, se integrar, no processo de transição negociada do fim da ditadura?

A questão preliminar sobre a pertinência dessa pergunta é saber se houve uma continuidade mínima do grupo dirigente partidário entre os anos de 1962 e 1980. Embora tenha havido modificações no grupo dirigente do PC do B, principalmente com a incorporação da Ação Popular, em 1973, e com a chamada "Queda da Lapa" em 1976⁹, a continuidade é personificada especialmente por João Amazonas, um de seus principais dirigentes desde a fundação do PC do B e que, a partir do final dos anos 70, tornou-se a figura central do partido. Além de Amazonas, diversos outros dirigentes e quadros do aparelho partidário continuam atuantes.

Outro elemento demonstrativo da continuidade - e do "conservadorismo" partidário - foram as várias crises e cisões partidárias, entre os anos de 70 e 80, das quais uma das mais significativas, foi a ocorrida na segunda metade dos anos 70, exatamente a partir de divergências sobre a guerrilha do Araguaia. Todas essas cisões aconteceram motivadas pela oposição ao grupo dirigente e à linha partidária por ele assumida, sem contudo lograr êxito em modificar o partido.

O desmantelamento da reunião do Comitê Central na Lapa, em 1976, interrompeu o processo interno de discussão que, então, começava, com o predomínio de uma avaliação negativa em relação à experiência do Araguaia. A crítica foi liderada por Pedro Pomar, também um dos principais líderes e fundador do partido.¹⁰ A intervenção policial ao final da reunião redundou no assassinato, no local, de Pomar e Ângelo Arroyo, na morte sob tortura de João Batista Drummond (dado pela polícia política como "atropelamento"), membros do Comitê Central. Os demais dirigentes participantes da reunião foram presos.

No Comitê Central, posteriormente reconstituído no exterior do país por João Amazonas, prevaleceu a posição de defesa da experiência da guerrilha. Essa discussão veio a público, por iniciativa de um grupo de dissidentes do partido.¹¹

AS OSCILAÇÕES DA POLÍTICA DOS COMUNISTAS BRASILEIROS E A QUESTÃO DA IDEOLOGIA POLÍTICA

A oscilação da trajetória do PC do B que vai do esquerdismo extremado dos anos 60 à moderação dos anos 80, recoloca uma questão que não é nova para os estudiosos do movimento comunista brasileiro. A história do PCB, entre as décadas de 1940 a 1960, é marcada por um movimento pendular entre situações nas quais o partido formula uma política baseada na ação pacífica e outras, em que o mais delirante esquerdismo predomina.

Caio Prado Jr., em seu *A Revolução Brasileira*¹², sugeriu uma explicação para tais oscilações. O problema residiria em que a teoria da revolução brasileira, adotada pelos comunistas, baseou-se em *"conceitos a priori e sem consideração adequada dos fatos, procurando-se posteriormente, e somente assim - o que é mais grave - encaixar nesses conceitos a realidade concreta."* A consequência disso, *"a política revolucionária ficou exposta ao sabor das circunstâncias imediatas, oscilando continuamente entre os extremos do sectarismo e do oportunismo."*¹³

O argumento central de Caio Prado é o de que a "teoria da revolução" adotada pelo PCB, pela sua impossibilidade intrínseca de fornecer parâmetros através dos quais se elaborem avaliações, objetivos gerais abrangentes e diretivas táticas para a ação política na conjuntura, gera impasses políticos para o partido. Dois comportamentos conflitivos combinavam-se na ação política cotidiana dos comunistas, em razão dos impasses entre pensamento político e realidade: um apego aos dogmas da "teoria", desprezando-se fatos e acontecimentos que os contradiziam, levando ao isolamento político, ou, de outro lado, uma adaptação pragmática aos problemas políticos que se enfrentavam e aos espaços e possibilidades que se abriam, adaptando-se *a posteriori* a "teoria", à prática para legitimá-la.

Outro autor que apresenta uma explicação sobre as oscilações do PCB é Rodrigues.¹⁴ Segundo ele as oscilações entre "oportunismo de direita" e "sectarismo esquerdista", resultam da incapacidade que o PCB demonstrou em optar consequentemente por uma "via revolucionária" ou por uma "via reformista", além da contradição entre o "nacionalismo" e o "internacionalismo" por ele adotados, deixando-o em um estado de tensão interna permanente.

Essa situação recorrente, pelo menos até 1960, teria provocado as crises e as cisões por ele enfrentadas.¹⁵

Enfocando um período mais restrito, entre 1954 e 1958, a pesquisa de Luiz Flávio Costa¹⁶ enfatiza a natureza nacionalista da ideologia do PCB. O nacionalismo pecebista estaria calcado na idéia da existência de uma "burguesia nacional", aliada potencial da classe operária em função de suas contradições com o imperialismo e a estrutura agrária. Analisando a atuação do partido durante o processo eleitoral de 1955, em especial a política de apoio à candidatura de Juscelino Kubitschek, conclui que para o PCB, nas circunstâncias em questão, *"a utilização do nacionalismo como elemento de consenso significa a busca de um espaço político de atuação pela possibilidade de adoção de uma estratégia compatível com a legalidade burguesa."*¹⁷ Em resumo, a ideologia nacionalista do PCB daria vazão à uma política reformista.¹⁸

Por fim, temos o trabalho de Beatriz Loner¹⁹, também circunscrito à uma fase específica do PCB, referente à guinada esquerdista do final dos anos 40 e início dos 50. Baseando-se nas indicações de Rodrigues, a autora postula que o esquerdismo do PCB foi muito além do que então determinava a orientação soviética, e que isso se deveu às condições nacionais de repressão sofrida pelo partido, à composição social de sua direção, onde a influência tenentista dará origem a "tendências golpistas"²⁰.

Embora com abordagens díspares, ou mesmo conflitantes, sobre o PCB, os trabalhos citados sugerem uma perspectiva analítica para a explicação dos movimentos pendulares na linha e na prática políticas do PCB, que pode ser extensiva ao caso do PC do B e em torno da qual teremos o ponto de partida para as reflexões desta dissertação. Trata-se de que a trajetória do PC do B, nos anos 60 e 70, não pode ser satisfatoriamente explicada, sem enfocarmos as **peculiaridades de suas representações ideológicas ou ideologia política.**

Dessa maneira, está-se descartando um ponto de vista conhecido na bibliografia sobre partidos e organizações revolucionárias, que tem em Michels²¹ sua referência básica, segundo o qual aqueles seriam vítimas de uma "lei de bronze das oligarquias", que levaria à constituição de oligarquias partidárias que dominariam o partido de forma anti-democrática. Os partidos políticos socialistas ou comunistas viveriam fases iniciais de sua existência de extremismo e radicalismo, devido a sua debilidade numérica, pequena influência política e exclusão do jogo político das instituições representativas; na medida em que ampliassem sua dimensão e influência política e se incorporassem à dinâmica eleitoral, passariam a adotar políticas mais prudentes, reformistas ou aburguesadas, como resultado da formação de burocracias internas. Esta visão é

representada por Chilcote²² que utiliza esse tipo de interpretação para explicar a trajetória do PCB entre a década de 1950 e a de 1960.

AS "ORGANIZAÇÕES COMUNISTAS" E A LUTA DE CLASSES NOS ANOS 60

O tema que propomos desenvolver, bem como a abordagem a ser seguida, impõe, também, um diálogo necessário com o trabalho que, sem dúvida, apresenta uma pesquisa histórica e o quadro analítico mais sistemáticos sobre o movimento de luta armada dos anos 60. Referimo-nos à ampla pesquisa realizada por Daniel Aarão Reis Fº sobre às organizações de esquerda dos anos 60.²³

O argumento central de Reis Fº é o de que os fatores de coesão interna²⁴ *"indispensáveis para o funcionamento e fortalecimento das organizações comunistas, debilitam e enfraquecem simultaneamente a capacidade dos comunistas de manterem contato, uma troca, uma interação, vivas e ágeis com o processo histórico."*²⁵ Dessa forma, o que *"os comunistas pretendem, e para isso se preparam, é estarem prontos para se inserirem numa conjuntura revolucionária. Neste sentido vivem permanentemente a revolução, a sua iminência (...) e isto não tem, em princípio, nenhuma relação com a marcha dos acontecimentos."*²⁶

O envolvimento das várias organizações de esquerda com a luta armada no Brasil, corresponderia a uma dinâmica interna e intrínseca das mesmas, a qual as levaram a "viver" a revolução brasileira. E isso em circunstâncias políticas de consolidação do regime militar, as mais impróprias para pretensas ações revolucionárias ofensivas. O autor demonstra exaustivamente que os elementos de coesão, por ele sistematizados, estão fortemente presentes nos principais documentos de todas as organizações de esquerda dos anos 60, incluindo o PC do B.²⁷

Não se pode desprezar a idéia de que os fatores de coesão das "organizações comunistas" atuam com uma lógica fixada essencialmente na idéia de revolução; e que a sobrevivência dessas organizações apoia-se, em princípio, na sua capacidade de agregar e mobilizar militantes em torno da perspectiva da revolução. Por outro lado, é questionável a tese que reduz a vida política de tais organizações e grupos àquela lógica²⁸. No caso do PC do B, uma organização política de tradição marcada por uma concepção de partido baseada no monolitismo ideológico, no monopólio de decisões por parte do grupo dirigente e em uma

disciplina partidária de submissão incondicional às instâncias hierarquicamente superiores, este aspecto coesionador é essencial para a permanência do grupo dirigente.

Todavia, a reflexão sobre as "organizações comunistas" - como sobre quaisquer partidos políticos - deve partir de um ponto de vista teórico que englobe a sua inserção concreta nas lutas de classes.²⁹ As representações ideológicas, tais como a da iminência da revolução, bem como outras dimensões da ideologia política das "organizações comunistas", devem ser caracterizadas como um aspecto sobredeterminado, na análise, e não como seu momento determinante. Parece-nos, neste sentido, ser possível afirmar, ao menos uma certa semelhança formal entre o argumento de Reis Fº e a tese da "lei de bronze das oligarquias" de Michels.

As representações ideológicas das "organizações comunistas" deverão ser delimitadas através das suas **articulações contraditórias** com o processo global da luta de classes, onde o ponto de partida analítico é este último. A qualidade contraditória dessas articulações resulta da **autonomia** dessas representações ideológicas em relação à realidade social que têm como escopo e aos grupos sociais que pretendem ou que de fato representam. A autonomia, porém, não pode ser entendida nos termos da noção de coesão das "organizações comunistas", segundo o esquema analítico de Reis Fº. Neste, a falta de sintonia com a luta de classes é o pressuposto da noção de coesão. A capacidade de agregação dos "fatores de coesão" é aí, portanto, indiferente à **eficácia** da ação política da organização na luta de classes.³⁰

Desse ponto de vista, a capacidade de coesão - por exemplo, da tese da iminência da revolução - somente pode ser explicada a partir de sua dependência dos seus efeitos pertinentes, em termos de agregação e mobilização políticas sobre as classes sociais ou extratos de classes, etc., em luta, junto aos quais atua a "organização comunista". Dito de outra forma: a capacidade de coesão da ideologia política de uma "organização comunista" está relacionada à eficácia de mobilização política daquela ideologia.

A definição de ideologia política de uma "organização comunista" terá, de acordo com o exposto acima, como seus elementos essenciais, as categorias através das quais é interpretada a formação social brasileira e as orientações estratégicas, derivadas daquelas; as categorias mobilizadas nas análises de conjuntura e as orientações táticas decorrentes; bem como os posicionamentos circunstanciais sobre certos acontecimentos políticos. Em resumo, os elementos que a configuram como **"guia para ação"**. De outro modo, as movimentações da conjuntura seriam elementos irrelevantes para a análise da ideologia política das "organizações comunistas", como um pano de fundo neutro, sem incidências significativas sobre a férrea lógica interna daquelas últimas, determinando análises de conjuntura invariáveis em seus elementos. A

avaliação das incidências da ideologia política do movimento de luta armada, e dentro dele da ideologia política do PC do B, para ser levada a cabo, exigirá, assim, em primeiro lugar, o esforço de se desenhar o cenário conjuntural concreto dos anos 60, no qual se inseriram as "organizações comunistas".

Tendo como referência analítica a idéia de que a ideologia política da "organização comunista" plasma-se como delimitação de objetivos de seus respectivos meios para a ação política, delinea-se uma segunda questão: quais forças sociais deverão se mobilizadas para a realização daqueles objetivos? Remete-se aqui ao problema crucial, para a teoria marxista, da relação entre partido e classe social, cujo tratamento teórico adequado foge, evidentemente, dos limites deste trabalho. Tentaremos apenas circunscrever algumas questões tópicas desse problema.

Um primeiro aspecto a ser explicitado é que o tratamento que daremos, aqui, à questão da relação entre partido e classe, no que diz respeito às organizações do movimento de luta armada, é o de distinguir entre a classe que pretendem representar e as classes, ou segmentos de classes, com as quais estabelecem uma ligação orgânica efetiva.³¹ É basicamente deste segundo aspecto que nos proporemos a tratar.

Daí deriva a questão básica a ser respondida: quais as relações entre a **ideologia política** das organizações do movimento de luta armada e as **motivações** dos segmentos de classes sociais específicos que forneceram os quadros para aquelas organizações, para se envolverem na luta armada imediata? Através da abordagem desse problema deveremos situar a posição ideológica do PC do B, no seio do movimento de luta armada. De outro lado, não é possível pensar a relação partido e classe como uma relação direta, sem mediações. Particularmente, tendo em vista a perspectiva de delimitação das articulações entre a ideologia políticas das "organizações comunistas", como aqui foi definida, e as bases sociais que deram sustentação ao movimento de luta armada.

Com o intuito de operacionalizar o tratamento analítico desse problema, formulamos a noção de **campo de interlocução**.

A idéia de interlocução é bastante sugestiva para os nossos propósitos. A Linguística moderna concebe o exercício da linguagem, ou o discurso, como uma interação entre locutores através da qual se estabelecem certas regras. Uma corrente teórica específica da Análise do Discurso interpreta tais regras como condições de produção do discurso, entre as quais estão presentes as imagens mútuas que os interlocutores ou instâncias do discurso estabelecem entre si.

Perguntas como as que seguem dizem respeito a essas imagens mútuas³²: qual imagem faço do ouvinte para lhe falar dessa forma? Qual imagem penso que o ouvinte faz de mim para que eu lhe fale dessa forma? Uma segunda ordem de questões sobre as condições de produção de um discurso, relaciona-se aos efeitos pretendidos pelo locutor sobre o ouvinte, que pode ser expressa na pergunta: que pretendo do ouvinte para lhe falar dessa forma?³³ Transposta para o quadro analítico pertinente a esta pesquisa, tal perspectiva nos aponta uma série de questões.

A viabilização de um agrupamento político, como força política, exige dele a capacidade de ampliar seu número de adeptos em torno dos seus objetivos políticos. Em uma situação de descenso dos movimentos sociais em um contexto político altamente repressivo, como o foi os anos posteriores ao golpe de 1964, a capacidade de ampliar adeptos, era questão de sobrevivência para as "organizações comunistas", e entre elas, o PC do B.

Neste sentido, o conjunto dos ativistas dos movimentos sociais e/ou ativistas políticos potencialmente capazes de compor de modo mais imediato, o quadro de militantes de uma "organização comunista", ou seguir-lhe as orientações políticas, isto é, aqueles ativistas que possuem algum tipo de **relação direta** com essa organização, são interlocutores ou "ouvintes" para os quais o discurso do respectivo grupo político dirige-se **prioritariamente**. O objetivo primeiro com o qual "fala" com tais ativistas é o de arregimentá-los para si. Nessa mesma medida, as imagens e expectativas que estes fazem sobre a "organização comunista" ou que esta supõe que eles fazem de si, constitui uma das condições de produção decisivas para o discurso do referido grupo político.

Diríamos que o campo de interlocução de uma "organização comunista", interfere nas configurações que a sua ideologia política assume no discurso, expresso, em particular, nos seus documentos oficiais. A linha política de um grupo político comunista será, assim, resultante da articulação contraditória entre ideologia política e seu respectivo campo de interlocução. A ideologia política, plasmada na linha política das "organizações comunistas", gera efeitos para a ampliação, redução e deslocamento dos seus respectivos campos de interlocução e estes, por sua vez, condicionam a primeira, estabelecendo pressões e limites para a formulação de estratégias e adoção iniciativas imediatas por parte daquelas organizações.

Nas indicações acima pretendemos expor, de uma forma resumida, o esquema teórico geral com o qual procuramos balizar esta pesquisa. Pretende-se, assim, colocar em foco problemas de relevância central para este estudo de caso da ideologia e trajetória políticas do Partido Comunista do Brasil nos anos 60 e 70.

Procuraremos, por outro lado, nos apoiar no breve ensaio sobre a historiografia dos partidos comunistas, de Perry Anderson³⁴, onde são indicados os aspectos necessários para uma abordagem consistente da trajetória de um agrupamento político comunista. Embora o ensaio tenha como referência a historiografia de PCs europeus, é possível inspirar-se em diversas indicações nele contidas, de extrema utilidade para nosso estudo de caso, sem, contudo, pretender mais do que enunciá-las de maneira esquemática.

Os problemas de procedimentos inicialmente apresentados por Anderson, são relativos à chamada trajetória política interna e ao equilíbrio nacional de forças. O primeiro ponto refere-se à descrição das lutas internas entre grupos e facções e dirigentes partidários, às quais deveremos nos referir para uma explicação satisfatória da conduta do PC do B - no caso de seu surgimento -, e nos efeitos da ideologia política do PC do B no plano interno da coesão da organização e de suas crises e cisões nos anos 60. A questão relativa ao panorama geral se refere às formas de integração de uma "organização comunista" particular no cenário das lutas de classes. Este ponto, em certa medida, foi desenvolvido mais acima.³⁵

Outra ordem de problemas diz respeito às "lealdades", ou seja, à capacidade que o partido comunista teria de atrair para si e "fixar" uma identificação política de camadas de trabalhadores. Anderson neste tópico chama a atenção para o que ele chama de "momentos fundacionais" dos PC's: situações políticas específicas nas quais ocorreram o deslocamento de amplas camadas de trabalhadores para a área de influência dos PC's. O PC do B nas dimensões particulares, extremamente reduzidas do conjunto da esquerda, viverá, nos anos 60, um processo de relativa ampliação organizativa e política. O que veremos, de outro lado, será um distanciamento do conjunto das "organizações comunistas" dos trabalhadores urbanos, demonstrando uma incapacidade desta em inserirem-se juntos à classe que pretendiam representar.

Veremos, ainda, o problema do "marco internacional" das "organizações comunistas" e, em particular, do PC do B. Neste sentido, será indispensável abordar o relacionamento político e ideológico do PC do B com o Partido Comunista Chinês.

A IDEOLOGIA "NACIONAL-DEMOCRATISTA"

A orientação esboçada acima, apresenta a questão preliminar para a análise que nos propomos a desenvolver: a definição da configuração da ideologia política do PC do B.

As expressões "ideologia política do PC do B" ou "ideologia política do grupo dirigente do PC do B" designarão, assim, o conjunto de postulados, categorias de pensamentos, noções e concepções que se tornam visíveis nos documentos partidários - embora de fato não plassem somente aí - através dos quais o grupo dirigente partidário orienta o corpo de militantes para a ação política na luta de classes e, de um modo geral, se relaciona com campos de interlocução específicos.

A referência acima à bibliografia sobre a trajetória do PCB não é fortuita para a definição da ideologia política do PC do B. Os principais membros do grupo dirigente do PC do B, nos anos 60, Maurício Grabois, Pedro Pomar, João Amazonas, Diógenes Arruda Câmara, Carlos Danielli, entre outros, fizeram parte da geração de dirigentes comunistas formada da metade dos anos 30 ao final dos 40. Quando do surgimento do PC do B tais militantes já tinham, portanto, uma visão política e ideológica sedimentada em décadas de atuação no PCB.

A essa ideologia política, da qual o grupo dirigente do PC do B tornou-se portador, denominaremos "nacional-democratismo". Quais seriam os elementos constitutivos do nacional-democratismo?

Em primeiro lugar, uma ideologia nacionalista de características particulares, que se forjou a partir das referências doutrinárias e políticas ditadas pelo movimento comunista internacional. Sua "matriz" encontra-se nas formulações da Internacional Comunista sobre os países coloniais, semi-coloniais e dependentes, em especial no programa da IC elaborado em 1928, baseadas em uma transposição dogmática, realizada por Stalin, da teoria de Lenin sobre a "revolução democrático-burguesa" na Rússia, em 1905, para a realidade chinesa, com a adição do problema específico desta, o antiimperialismo.³⁶ Na segunda metade da década de 30, com o processo de "stalinização" dos PC's da América Latina atingindo seu auge, até o início dos anos 60, em que será posto em questão pela revolução cubana, a concepção etapista nacional-democrática será um dogma predominante.³⁷

A idéia central dessa ideologia era a de que o Brasil constituía um país em uma situação de transição entre modo de produção feudal e o modo de produção capitalista. Em função disso a revolução pela qual os comunistas deveriam lutar, enquanto partido de vanguarda do movimento operário, era uma revolução democrático-burguesa, uma revolução que, em princípio - mas não obrigatoriamente, como será demonstrado mais adiante -, deveria ter como objetivo a instauração do capitalismo no país. Essa idéia central desdobra-se em um outro sentido, referente à inserção do país no mundo capitalista: o Brasil era, também, um país dominado pelo imperialismo, particularmente o norte-americano, que se aliava às forças sociais conservadoras internas, em particular com os grandes latifundiários, mantendo o país na sua condição de subdesenvolvimento e submissão no plano econômico. O objetivo socialista, portanto, seria buscado somente após a realização das tarefas da "etapa democrático-burguesa" ou "nacional-democrática" da revolução brasileira, que se definiriam em dois eixos principais: a **questão agrária ou antifeudal**, que se resolveria pela efetivação de uma reforma agrária, isto é, expropriação dos grandes latifúndios e distribuição de terra para os "camponeses"; e a **questão nacional**, que implicaria a ruptura da submissão econômica ao imperialismo norte-americano, abrindo a possibilidade de um desenvolvimento econômico independente para o país.

As chamadas "forças revolucionárias", isto é, as classes e camadas sociais cujos interesses encontravam-se contrariados ou em conflito com a dominação dos latifundiários e do imperialismo norte-americano sobre o país, seriam o proletariado, obviamente, os camponeses, a pequena-burguesia e a chamada "burguesia nacional".

Os "camponeses" brasileiros, presumidamente submetidos às relações de exploração feudais ou semi-feudais, identificadas aqui com a parceria³⁸, mobilizar-se-iam, à maneira dos camponeses europeus, pela posse da terra. Sob a direção do proletariado constituiriam o núcleo da luta revolucionária de massas - a aliança operário-camponesa.

Por outro lado, existiria a "burguesia nacional", uma fração da burguesia industrial nativa, cujos interesses industrializantes estariam bloqueados, tanto pela manutenção dos restos feudais no campo, quanto pelo imperialismo; na medida em que este último impunha ao Brasil a condição de simples fornecedor de matérias-primas; ou, também, pela concorrência das empresas estrangeiras que se instalaram no país. A "burguesia nacional" se encontraria, pois, em uma situação objetiva de conflito e oposição ao latifúndio e ao imperialismo - é importante frisar - por ter um projeto próprio de classe, ou de fração autônoma de classe, que vislumbraria um desenvolvimento capitalista para o país. Segundo o esquema estratégico da revolução nacional-democrática, portanto, o sistema de alianças dos comunistas deveria contemplar estas classes

sociais, como os parceiros prioritários da classe operária. O partido comunista deveria buscar a formação de uma frente única, o "bloco das quatro classes", para realizar os objetivos antiimperialistas e antifeudais.

Na verdade, o postulado da existência de uma fração anti-imperialistas da burguesia brasileira, era apresentada sob uma fórmula ambígua: a da *"duplicidade do caráter"* da burguesia nacional, como força simultaneamente revolucionária e conciliadora. Dentro da lógica da tal tese a respeito da burguesia nacional e de seu duplo caráter, podem ser deduzidas, de forma esquemática, duas possibilidades de conduta para aquela fração burguesa no processo da luta de classes: a) a burguesia nacional mantém-se no campo das forças antiimperialistas e democráticas, caminhando para a ruptura e o enfrentamento com imperialismo; b) a burguesia nacional adota uma posição de conciliação com o imperialismo. Esta ambivalência permitirá as flexões à esquerda sem a necessidade do abandono dessa categoria e da visão etapista. Porém, como observa Rodrigues *"Sob a influência do nacionalismo, o objetivo permanente da atuação do PCB, qualquer que fosse o grau de radicalismo ou de moderação, não foi a das camadas populares contra as classes altas, isto é, uma mas uma, ou seja, uma grande frente patriótica e antiimperialista, reunindo a burguesia, o campesinato e o proletariado."*³⁹

Outra referência ideológica essencial foi a política de Frente Popular contra o Fascismo, assumida oficialmente pela Internacional em seu VII Congresso em 1934, que, embora na formulação original pretendesse a frente única anti-fascista dos comunistas com os partidos social-democratas e outras correntes políticas operárias, abriu, de fato, a possibilidade da alianças com setores antifascistas da burguesia. Na América-Latina, a política de Frente Popular mesclou-se com a análise da chamada Etapa Nacional e Democrática da Revolução, tornando-se, na prática, justificativa para alianças com partidos e políticos que, frequentemente, muito pouco ou nada tinham a ver com as propostas de políticas reformistas defendidas pelos comunistas.⁴⁰

Uma dimensão ideológica particular, que a política da Frente Popular acrescentou à ideologia política dos comunistas brasileiros, foi uma certa valorização da luta pela defesa ou manutenção das instituições democráticas do Estado Capitalista.⁴¹ A temática particular, em que se desdobrou a valorização relativa das instituições democráticas, era a de que a dominação imperialista seria incompatível com o avanço da própria democracia burguesa.

Um terceiro elemento que constituiu a ideologia nacional-democratista foi uma concepção espontaneísta⁴² de uso da violência revolucionária, cuja referência histórica fora a tentativa de insurreição de 1935. O espontaneísmo da visão sobre a necessidade da violência revolucionária reside em que este princípio, nos momentos em que se plasma como orientação

política efetiva, o faz sempre associado a uma visão de **iminência da revolução** ou, para usarmos uma expressão corrente nos debates do V Congresso do PCB, associada à "teoria da revolução à curto prazo".

A questão a ser sublinhada é que a articulação desses três elementos constitutivos do nacional-democratismo não era simétrica. No plano **político** haverá uma relação contraditória e conflitiva entre esses elementos ideológicos, cujo arranjo, no decorrer das décadas de 40 a 60, irá variar em correspondência com as oscilações pendulares da política do PCB. Nas situações nas quais predominará na linha política a valorização relativa das instituições democrático-burguesas e da noção de "burguesia nacional", haverá simultaneamente a diluição da idéia de necessidade da violência revolucionária. Nos momentos de valorização da violência revolucionária - ao menos na retórica - associada à idéia de iminência da revolução, haverá o enfraquecimento dos elementos anteriores.

Situações típicas do primeiro caso, são o período de 1943 a 1947 e 1958 em diante, que corresponderam até 1964, ao predomínio de uma política que opta pela integração do PCB ao jogo político institucional do populismo. O período entre 1948 e 1954 enquadra-se no segundo caso, quando ocorreu o predomínio, por motivos políticos específicos, de uma política de ofensiva contra o sistema político vigente.

Esta apresentação sucinta e descritiva do nacional-democratismo tem como objetivo tão somente delimitar os elementos ideológicos básicos que, sob diversos aspectos, definirão o perfil ideológico do PC do B, herdado da experiência pecebista.

NOTAS

¹ Informações no jornal "A Classe Operária" nº 13, ano II, 02/87, p. 5.

² Folha de São Paulo, Caderno especial "Resultado Final" de 29/10/90 com o resultado das eleições daquele ano.

³ Trata-se, de fato, do 1º congresso do PC do B. Em função da versão de que o PC do B é a "reorganização" do antigo PCB, é respeitada a denominação vigente até 1962; o V Congresso teria sido o de 1960, realizado antes da cisão.

⁴ Estudo Crítico Acerca da Violência Revolucionária, resolução do VI Congresso do PC do B, 1983, p. 1.

- ¹ Op. cit. pp. 20-21.
- ² Idem, p. 2.
- ³ Idem-ibidem, p. 46.
- ⁴ São vários os trabalhos sobre a guerrilha do Araguaia que podem ser consultados. Entre os trabalhos jornalísticos PORTELA, Fernando. A Guerra de Guerrilhas no Brasil. SP, Global, 1979; DÓRIA, Palmério et alii. A Guerrilha do Araguaia. História Imediata, nº 1, SP, Alfa-ômega, 1979; POMAR, Vladimir. Araguaia, o Partido e a Guerrilha. SP, Brasil Debates, 1980. Temos ainda editados por iniciativa do próprio PC do B, Diário da Guerrilha do Araguaia (apres. Clóvis Moura) SP, Alfa-Ômega, 1979. Guerrilha do Araguaia - 1972-1982. (apres. Clóvis Moura) SP, Anita Garibaldi, 1982.
- ⁵ Cf. RIDENTI, Marcelo S. O Fantasma da Revolução Brasileira: as Raízes Sociais das Esquerdas Armadas, 1964-1975. SP, tese de doutoramento apresentada ao Departamento de Sociologia, USP, 1989, pp. 443-444.
- ⁶ Cf. GORENDER, Jacob. Combate nas Trevas - A Esquerda Brasileira: das Ilusões Perdidas à Luta Armada. 2ª ed., SP, Ática, 1987, p. 211. RIDENTI, 1989, pp. 440-442. O paradoxo, é apenas aparente. Essa questão será tratada ao longo da dissertação.
- ⁷ A única reportagem sobre o movimento armada na região do Araguaia, vinda à público ainda durante o confronto com as forças militares, foi publicada em setembro de 1972 no jornal o Estado de São Paulo.
- ⁸ ALMEIDA, Francisco e CARVALHO, Péricles de. PC do B (1962-1984) - A Sobrevivência de um Erro. Caderno do Militante Comunista, SP, 2ª ed., Novos Rumos, 1985. Citação à p. 59.
- ⁹ A Ação Popular foi uma das principais organizações de esquerda dos anos 60, tendo a posição pró-luta armada, não se envolvendo, entretanto, luta armada urbana. Evoluiu de posições cristãs de esquerda para o maoísmo, mais acentuadamente após 68. Em um processo longo de aproximação com o PC do B, teve parte significativa da organização fundindo com aquele em 1973. Cf. LIMA, Haroldo e ARANTES, Aldo. História da Ação Popular - da JUC ao PC do B. SP, Alfa-ômega, 1984. As expressões "queda" ou "chacina da Lapa", denominam o ataque da repressão militar à reunião do Comitê Central do PC do B em novembro de 1976; Cf. POMAR, Pedro Ernesto R. Massacre da Lapa, São Paulo, 1976 - como o Exército liquidou o Comitê Central do PC do B. SP, Busca-Vida, 1987.
- ¹⁰ Sobre essa questão veja o já citado livro sobre a "Queda da Lapa", onde há um histórico detalhado das divergências.
- ¹¹ A intervenção de Pedro Pomar na reunião do CC. na Lapa foi publica no jornal "O Movimento" em 1979 ("Guerrilha: as razões da derrota", nº 199, 23 a 29/04, 1979, pp.12-13) à revelia da direção do PC do B. A partir de então foram publicadas diversas reportagens e entrevistas n° "O Movimento" sobre o assunto: em 1979 nº 210, nº 215, nº 220, nº 222, Edição Especial sobre a Luta Armada, nº 235, 31/12, 1979; em 1980 nº 240, nº 244 e nº 283.
- ¹² PRADO JR. Caio. A Revolução Brasileira. 7ª ed., SP, Brasiliense, 1986.
- ¹³ Op. cit. p. 29. Na verdade o julgamento do autor é bem severo " *...as esquerdas não lograram nunca atinar, afora uma agitação no mais das vezes completamente estéril, com outra saída para seu isolamento que a triste contingência de alianças com quaisquer dispositivos partidários que aceitassem seu apoio e concurso em troca da migalha de pequenos favores políticos muito mais de natureza pessoal que outra coisa qualquer. E assim procediam mesmo à custa de concessões e abdições de ordem ideológica.*" Op. cit. pp. 24-25.
- ¹⁴ RODRIGUES, Leôncio Martins. "O PCB: os dirigentes e a organização". in: FAUSTO, Boris, (org.). O Brasil República - História da Civilização Brasileira, vol. 3, SP, Difel, 1983, pp. 362-443.
- ¹⁵ Op. cit. pp. 440-443.

- 16 COSTA, Luiz Flávio de Carvalho. Nacionalismo e alianças políticas (1954-1958). Tese de mestrado apresentada no Departamento de Ciências Sociais do IFCH, Unicamp, 1976.
- 17 Op. cit. p. 14.
- 18 Costa dá uma indicação a respeito de um traço ideológico do pensamento comunista do PCB, ilustrando essa "maneira" de legitimação de quaisquer posições: *"agir sempre dentro de cada conjuntura de acordo com determinados a priori teóricos e, quando os fatos comprometiam o quadro teórico mais amplo, procurar antes elaborar flexões ideológicas para reassimilar o fato à teoria, resistindo à revisão e auto-crítica desse quadro teórico"*. Op cit., p. 71.
- 19 LONER, Beatriz A. O PCB e a linha do "Manifesto de Agosto": um estudo. Tese de Mestrado, IFCH, Unicamp, 1985.
- 20 Op. cit. especialmente cap. II.
- 21 MICHELS, Robert. Sociologia dos partidos políticos. Brasília, Unb, 1982.
- 22 CHILCOTE, Ronald H. O Partido Comunista Brasileiro - Conflito e Integração. Rio, Graal, 1982. Cf. p. 26.
- 23 Trata-se da Tese de Doutorado As organizações comunistas e a luta de classes, 1961-1968, FFLCH, USP, 1987, posteriormente publicada em livro A Revolução Faltou ao Encontro - Os Comunistas no Brasil. SP, Brasiliense, 1990. Optamos por utilizar também a versão inicial por ser mais informativa em termos de análise de documentos oficiais das "organizações comunistas".
- 24 Os fatores de coesão das organizações comunistas são sintetizados por Reis Fº: *"Em primeiro lugar, os pressupostos fundadores - mitos coesionadores: a revolução socialista, historicamente inevitável; a missão redentora do proletariado; a imprescindibilidade do partido de vanguarda, intérprete qualificado do devir histórico.*
"Baseados nesses pressupostos, os comunistas não hesitariam em fazer uma leitura altamente seletiva de textos teóricos e políticos, e de experiências revolucionárias internacionais, com o objetivo de legitimar sua opções para a revolução brasileira.
"Em segundo lugar, a dinâmica excludente e antidemocrática das organizações comunistas enquanto elite política que detém as chaves do conhecimento da 'necessidade histórica', ou seja, das leis do movimento da sociedade e de suas lutas, o que lhes confere capacidade de previsão e de antecipação, outras palavras, de direção do processo histórico.
"Em terceiro lugar, a estratégia de tensão máxima - o conjunto de mecanismos e condicionamentos elaborados para assegurar coesão e disciplina ao corpo de revolucionários profissionais de vanguarda. "E quarto lugar, o papel das elites sociais intelectualizadas que comandam a constituem majoritariamente as organizações comunistas, cuja força e importância relativas decorrem, e ao mesmo tempo determinam, a configuração daquelas organizações como organizações de estado-maior." REIS Fº, 1990, p.182.
- 25 REIS Fº, 1987, p. 183.
- 26 Op. cit., 1987, pp.184-185.
- 27 Sobre o PC do B: REIS Fº, 1987, pp. 167-179.
- 28 Para Marcelo Ridenti, as "organizações comunistas" que tentaram a luta armada nos anos 60, ilustram a tese contrária à de Reis Fº, demonstrando que não puderam sobreviver baseadas somente em seus mecanismos de coesão interna, sem qualquer sintonia com a luta de classes, encaminhando-se, ao contrário, para uma lógica autodestrutiva. Desse modo, o modelo de funcionamento das "organizações comunistas" sustentado por Reis Fº constitui um *"tipo ideal relativamente aceitável descritivamente, como ponto de referência que, enquanto tipo ideal, nunca se revela exatamente no real"* Cf. O Fantasma da Revolução Brasileira: as Raízes Sociais das Esquerdas Armadas, 1964-1975. SP, tese de doutoramento apresentada ao Departamento de Sociologia, USP, 1989. Op. cit., p. 479.

- 29 É nesta direção que vai a indicação de Gramsci: "(...) pode-se dizer que escrever a história de um partido significa escrever a história geral de um país, de um ponto de vista monográfico, destacando um seu aspecto característico.(...)" GRAMSCI, Antonio. Maquiavel, a Política e o Estado Moderno. RJ, 4ª ed., Civilização Brasileira, 1980. Cf p. 24
- 30 Segundo Ridenti, o modelo de Reis Fº não oferece instrumentos para que se possa pensar os momentos de sintonia entre o projeto histórico com vida própria das OC's e o processo global da luta de classes, a não ser através da idéia de "gênio tático" de alguns dirigentes como Lenin ou Mao Tse Tung.
- 31 No que diz respeito à inserção social das "organizações comunistas", a análise de Reis Fº basicamente a resume à descrição da predominância das "elites sociais intelectualizadas" que comandam e constituem majoritariamente, aquelas organizações, como demonstração da tese de que aquelas configuram-se como organizações de estado-maior. O autor, no entanto, não se pergunta sobre quais **circunstâncias e motivações políticas concretas** colocaram tais "elites sociais intelectualizadas" à frente das organizações do movimento de luta armada dos anos 60. Marcelo Ridenti enfoca as organizações do movimento de luta armada em uma visão oposta à de Reis Fº, concentrando sua atenção principalmente sobre o enraizamento social das esquerdas armadas. Procura assim, esboçar uma explicação diversa para o movimento de luta armada, que aborda a relação estabelecida entre as organizações guerrilheiras urbanas e suas bases sociais: o movimento de luta armada fez parte da "resistência democrática" ao regime militar e que o elemento predominante para sua ação foi a "ilusão da permanência representativa". Porém, nenhum laço ou relação é estabelecido, por esse autor, entre a ideologia política que agregou o movimento de luta armada e a sua base social real. Trataremos em detalhe a argumentação de Ridenti no capítulo quatro.
- 32 Baseamos esta discussão no trabalho de Haquira Osakabe,(OSAKABE, Haquira. Argumentação e Discurso Político. SP, Kairós, 1979). Cf. particularmente, pp. 46-93. As perguntas perguntas demarcadoras do jogo de imagens entre locutor e ouvinte foram tiradas da p. 59 do texto.
- 33 "Uma análise das condições gerais de produção de um discurso contém, portanto, dois tipos de informações a serem obtidas: as imagens mútuas sobre as quais o locutor constrói seu discurso e o atos a que se visam com a realização do discurso." Op. cit. p. 60.
- 34 ANDERSON, P."La Historia de los Partidos Comunistas" in: SAMUEL, Raphael (ed.). Historia Popular y Teoria Socialista. Barcelona, Grijalbo, 1984, pp. 150-165.
- 35 Anderson sublinha ainda a importância de se tratar do "clásico problema de aquellas coyunturas de crisis importante donde la política adoptada por um partido comunista parece haber sido desastrosa, equivocada o cuando menos ha desaprovechado oportunidades cruciales". Esta questão evidentemente traduz-se no período estudado na situação surgida no golpe de 1964, quando a esquerda sofreu uma derrota de consequências históricas. Op. cit. p. 163.
- 36 Cf. CLAUDIN, Fernando. A crise do movimento comunista - o apogeu do stalinismo. SP, vol. 1, Global, 1986, pp. 247-48 e Löwy, p. 30
- 37 Utilizo aqui a periodização de LÖVY, Michael. El marxismo en América Latina (De 1909 a nuestros días) - Antología. México, Ediciones Era, 1982. Cf. p. 11.
- 38 Cf. in Prado Jr., 1986, pp. 40-53.
- 39 Rodrigues, 1983, p. 437.
- 40 - respeito dos desdobramentos da política de Frente Popular, cf. CLAUDIN, 1986, volume 1, pp. 310-316 e volume 2, capítulo 1. Sobre a aplicação da mesma política na América Latina, cf. LÖWY, M. 1982; do mesmo autor "Les etapes du développement social dans marxiste en Amérique Latine" in: LÖVY, Michael. Dialectique et Revolution. Paris, Anthropos, 1973, pp. 179-198.

- ⁴¹ A valorização da luta pelas instituições políticas democráticas do Estado Capitalista ou instituições políticas democrático-burguesas, segundo Fernando Claudin, estava presente nas formulações da luta contra o fascismo, assim com das reivindicações econômicas da classe operária, no sentido de que o capitalismo seria incapaz de absorvê-las. A esse respeito confira pp. 61-66, 177-178 e 311. Esta idéia estará presente nas formulações do PC do B.
- ⁴² A noção de espontaneísmo aqui utilizada inspira-se na formulação de Lenin, ao comparar o "economismo" - tendência política marxista russa do início do século, que priorizava a luta econômica em detrimento da luta política - e o terrorismo: "*e terroristas inclinam-se perante os dois pólos opostos da tendência espontânea: os , diante da espontaneidade do ; os terroristas, diante da espontaneidade da mais ardente indignação dos intelectuais que não sabem ou não podem conjugar o trabalho revolucionário e o movimento operário.*" LENIN, V.I. O Que Fazer?. SP, Hucitec, 1986, p. 59.

CAPÍTULO 2 - O PC DO B E A HERANÇA DO "NACIONAL-DEMOCRATISMO"

Este capítulo terá em vista descrever os antecedentes do surgimento do PC do B, buscando desenhar os principais elementos de sua ideologia política. Em primeiro lugar, será examinado o processo de luta interna no PCB, que deu origem ao PC do B. Em seguida, fixaremos a atenção nos debates do V congresso do PCB, realizado em 1960, onde se explicitaram os debates doutrinários e disputas políticas em que estiveram envolvidos os militantes que viriam a formar o grupo dirigente do PC do B.

O SURGIMENTO DO PC DO B

Em meados de 1961, vêm a público, por iniciativa do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil, o PCB, novos estatutos e um novo programa, além da alteração do nome para Partido Comunista Brasileiro, com vista ao registro legal. Essas mudanças serão encaradas, por um grupo de militantes como uma violação dos estatutos por parte do CC. Imediatamente tais militantes articulam um manifesto público, a chamada "Carta dos Cem", exigindo o recuo do CC e a convocação de um congresso extraordinário para discutir as modificações propostas¹.

As acusações dessa "Carta" serão de extrema gravidade.

*"Na realidade, a alteração do nome do Partido tem sentido mais grave - procura-se registrar um novo Partido, com programa e estatutos que nada têm a ver com o verdadeiro partido comunista."*²

Prosseguindo neste argumento, é lançada sobre a direção central, a acusação de "liquidacionismo":

*"Tais fatos representam uma clara tentativa de liquidar com o tradicional partido de vanguarda da classe operária e substituí-lo por uma organização desprovida de características revolucionárias. É uma nova e mais perigosa manifestação de liquidacionismo, tendência no movimento comunista brasileiro."*³

Esse documento, embora em diversas passagens afirme a necessidade da unidade dos comunistas, já renunciaria a postura dos "oposicionistas"⁴ alguns meses depois. No plano

político, ainda, é deixada clara a posição de discordância da resolução política do V Congresso, enfatizando que não a consideram como uma definição programática do partido:

*"Por um imperativo da disciplina partidária somos obrigados a acatar a Resolução Política do V Congresso, a lutar por sua aplicação. Mas nada nos obriga a aceitar um condensado reformista das medidas nela expostas como Programa do Partido, uma vez que o V Congresso não tomou qualquer deliberação a este respeito."*⁵

A reação do CC foi a de expulsão sumária dos principais signatários do manifesto, sob a acusação de "violação da disciplina partidária", através da organização de uma "fração", isto é, um grupo autônomo internamente ao partido, o que era terminantemente proibido nos partidos comunistas⁶.

Face a tais medidas punitivas, os expulsos tomam um caminho inovador para a época: constituem-se na primeira cisão de um partido comunista que reivindica para si a continuidade de toda a tradição do partido do qual se separou, o que parece ter sido o caminho lógico para a sua sobrevivência política. Dessa forma, os dissidentes irão reivindicar o velho nome, a tradição identificada com o Programa de 1954 e designarão a reunião de fundação da novo partido (realizada em São Paulo em fevereiro de 1962 com a participação de algumas dezenas de militantes) como "Conferência Nacional Extraordinária de reorganização do Partido Comunista do Brasil". Nela são aprovados dois documentos: "Em defesa do partido", no qual é dada a versão e a justificativa para a cisão, e o "Manifesto-Programa", contendo as definições programáticas do novo agrupamento.⁷

No primeiro documento, os militantes expulsos sustentam uma versão da cisão que remonta ao ano de 1956.

"A decisão da direção nacional de liquidar o Partido Comunista do Brasil culmina um longo processo, cujas origens remontam aos acontecimentos que abalaram nossas fileiras logo após a realização do XX Congresso do PCUS. Naquela ocasião, aproveitando-se dos erros da orientação política e dos falsos métodos de direção, elementos sob a influência das idéias estranhas à ideologia do proletariado, provocaram no Partido um grave surto revisionista, de sentido liquidacionista e anti-soviético. (...) tais elementos pregavam abertamente a necessidade de dissolver o Partido Comunista do Brasil e substituí-lo por , sem vínculos com o marxismo-leninismo, sem compromissos com as posições internacionalistas do proletariado e cuja plataforma política se inspirasse da ideologia nacionalista-burguesa.

"Embora combatidos, e ainda que alguns de seus porta-vozes mais ostensivos tivessem sido expulsos ou afastados do partido, as idéias revisionistas, a partir de 1957, ganharam terreno até alcançar com a adesão de Prestes, o predomínio no

*Comitê Central. (...) Desse período em diante, foram sendo postas em prática pela maioria do Comitê Central medidas de sentido liquidacionista."*⁸

As medidas de sentido liquidacionistas, segundo o documento consistiriam no fechamento de jornais partidários, dissolução da União da Juventude Comunista, abandono do trabalho de educação e formação de quadros etc, que teriam desembocado na "*consumação do divisionismo no movimento comunista, provocada pela criação do Partido Comunista Brasileiro*".⁹

Face, ainda, às posições do Comitê Central e às medidas punitivas adotadas contra os que a ele se opunham

*"centenas de militantes comunistas de todo o país concordaram com a convocação e a realização da presente Conferência Nacional Extraordinária para tratar da reorganização do Partido Comunista do Brasil"*¹⁰

Para compreender as questões ideológicas de fundo que alimentaram o surgimento do PC do B, é necessário, portanto, uma análise retrospectiva da história do PCB.

ANTECEDENTES DO SURGIMENTO DO PC DO B

O núcleo de militantes comunistas que encabeçou a organização do PC do B em 1962 tem uma proeminente trajetória dentro do antigo PCB. João Amazonas, Maurício Grabois e Pedro Pomar figuraram entre as principais lideranças comunistas entre 1945 e 1957.

Membros da Comissão Nacional de Organização Provisória, foram eleitos para o Comitê Central na chamada Conferência da Mantiqueira, em 1943, quando o partido, acéfalo desde 1941, foi rearticulado. Com a libertação de Prestes, em 1945, forma-se o núcleo dirigente, que durante mais de uma década seria o responsável pela definição dos rumos do PCB. Foram os principais membros da Comissão Executiva além de Prestes, Diógenes Arruda Câmara, João Amazonas, Maurício Grabois e Pedro Pomar. Em pouco tempo, este último seria excluído e gradativamente rebaixado na hierarquia partidária por conta do desacordo com a linha partidária adotada entre 48 e 54.

Comandado por esse núcleo dirigente, o PCB teve uma trajetória política de muitos percalços. Emergindo para a legalidade, após a queda de Getúlio Vargas em 1945, atinge a cifra de 200 mil filiados, tendo seu candidato à Presidência, nas eleições de 1945, recebido 9% dos votos e eleito 14 deputados e 1 senador para a Assembléia Constituinte. Nas eleições de 1947

às Assembléias Legislativas, elege 46 deputados. Nesse período a política pecebista norteava-se pela proposta de "União Nacional", até 1945 em torno do próprio governo Vargas, uma vez que este assumira a luta contra os países do Eixo; posteriormente à queda de Vargas a mesma posição era assumida frente ao governo Linhares e, em seguida, ao governo Dutra. A expectativa do PCB, expressada em discursos de seu principal líder, nessa situação em que podia atuar abertamente no jogo político institucional e participar de eleições com resultados bastante expressivos, era a de que houvesse a possibilidade da realização pacífica das transformações sociais defendidas pelos comunistas. O PCB assumia deliberadamente uma posição de moderador dos movimentos sociais de massa, em particular do movimento sindical, onde, através do MUT (Movimento de Unificação do Trabalhadores), presidido por João Amazonas, pregava a política de "apertar os cintos" pela contenção de quaisquer movimentos grevistas, em nome da União Nacional.

O primarismo das formulações políticas sob as quais o PCB atuou na conjuntura de 1945 a 1949, agitando a bandeira de "União Nacional", se comparadas à "Declaração de Março" de 1958 e às "Teses" do V Congresso, revela, além do despreparo político e indigência intelectual do grupo dirigente do partido, a predominância de um senso pragmático para ocupação dos espaços eleitorais que estavam abertos aos comunistas, indiferente aos princípios relativos a uma estratégia baseada na violência revolucionária.¹¹

A partir de 1947, assiste-se ao endurecimento do Governo Dutra com os comunistas, acompanhando a maré internacional da "Guerra Fria". O PCB é posto na ilegalidade e os sindicatos dirigidos por comunistas sofrem intervenção. Os mandatos dos parlamentares comunistas são cassados.

A reação do PCB é a radicalização de sua política, apresentada de forma mais acabada no Manifesto de Agosto de 1950, onde se propõe a revolução imediata contra a ordem vigente, face a uma avaliação catastrofista da situação mundial. O "Manifesto" prognostica a proximidade de uma guerra provocada pelo imperialismo e a instauração no país de uma ditadura militar, com o objetivos de aprofundar a sua situação de colônia do imperialismo norte-americano. Em consequência dessas posições, propõe-se o voto nulo nas eleições presidenciais, que seriam realizadas dois meses após o lançamento do "Manifesto", quando seria eleito, Getúlio Vargas.

Aos poucos essa política vai sendo modificada. Em 1954, pouco antes do episódio do suicídio de Vargas, é lançado o projeto de programa do partido para o seu IV Congresso, onde consta a proposta de derrubada do governo vigente. Após a comoção vivida pelo país com o suicídio do presidente, na qual a orientação dos comunistas, quando não eles próprios, é colocada em xeque, é que se realiza o Congresso onde é aprovado o programa essencialmente igual ao

projeto, dando ênfase à derrubada revolucionária do "atual governo". Contudo, nos discursos dos vários dirigentes partidários já se antevê a revisão de posições.

Nos anos de 55 e 56, a orientação da política pecebista começa a assumir outras cores, mais moderadas. Surgem definições de aliança eleitoral e sindical com setores do PTB e outros segmentos progressistas. O PCB acaba por apoiar a candidatura vitoriosa de JK à presidência, bem como participa ativamente da resistência à tentativa golpista de impedir a posse do presidente eleito.

O partido vive nesse período, de maneira cada vez mais aguda, uma lacuna entre a linha política do Programa de 1954 e as orientações para a ação no processo vivo da luta de classes, definidas através de pronunciamentos e resoluções táticas de seus dirigentes e instâncias decisórias.

Um acontecimento, inusitado e sem precedentes na história anterior do movimento comunista internacional, será o detonador para uma mudança significativa nesse impasse: o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética. Assim como para o conjunto do movimento comunista à nível mundial, as denúncias dos chamados "crimes de Stalin", bem como do "culto à personalidade", realizadas por Kruschov em seu famoso "relatório secreto" constituíram um verdadeiro terremoto para o PCB.

As primeiras notícias do Congresso chegam em fevereiro de 1956, sendo recebidas, inicialmente, com ceticismo por muitos na medida em que foram apresentadas como "invenções da CIA" - afinal de contas, o famoso "Relatório secreto" do Primeiro Ministro da URSS, Nikita Kruschov, fora publicado nas páginas d'"O Estado de S. Paulo", um dos principais órgãos da imprensa de conservadora do país. Com sua veracidade comprovada algum tempo depois, o ceticismo dá lugar à perplexidade e mal estar generalizados, agravados ainda mais pelo silêncio da direção do Partido.

A insatisfação das bases, e, principalmente, dos intelectuais do Partido, explodirá de forma incontrolável a partir de outubro com a publicação, nos jornais do Partido, de artigos desafiadores aos princípios que norteavam a política oficial até então. Na sua maioria, eram artigos saídos das penas dos que, em pouco tempo, seriam chamados de "renovadores", isto é, militantes que defenderam a renovação do Partido^{1 2}.

A reação inicial da direção do Partido foi defensiva e de autocrítica, imobilizada ainda pela perplexidade face às graves denúncias de Kruschov. Porém, logo reassume a ofensiva e busca tomar as rédeas do debate, pois começa a sentir ruir a sua autoridade sobre o Partido. A

iniciativa de Prestes, a famosa "Carta Rolha", é fundamental para impor a ordem numa situação que rapidamente poderia caminhar para uma crise do próprio Partido. Os incômodos questionamentos dos "renovadores" a respeito do "dogmatismo vigente", a respeito do "sectarismo da linha política", a respeito da "submissão à política internacional soviética", sobre os "métodos autoritários e mandonistas de direção", etc, tudo isso seria encarado por Prestes e a maioria da direção pecebista, como violações inaceitáveis dos princípios fundamentais do Partido, do internacionalismo proletário e do marxismo-leninismo. Enfim, o movimento dos renovadores seria considerado uma ameaça de "liquidação" do Partido.

A partir da "Carta-rolha", o Comitê Central do PCB em seu conjunto, consegue rearticular os seus vínculos de autoridade sobre grande parte das bases partidárias e paralisar, através de métodos inquisitórios, os oposicionistas. Os resultados da contra-ofensiva do Comitê Central foram a saída em massa dos intelectuais do Partido, e a expulsão de militantes históricos, como Agildo Barata. De fato, nada mudara no Partido após todas as graves denúncias sobre a situação vigente. O "mandonismo" como método de direção fora objeto de críticas contundentes e de autocriticas meramente formais; o Programa do IV Congresso foi defendido firmemente pelo CC das críticas dos "renovadores" que o consideravam sectário e não condizente com a realidade brasileira.

Articulava-se no Comitê Central, entretanto, um grupo no qual crescia a consciência da necessidade de se tomar medidas mais audazes e concretas para fazer modificações de fundo na linha política do Partido. O obstáculo para as modificações pretendidas era exatamente a Comissão Executiva do Comitê Central, pois nela se concentrava o núcleo conservador mais intransigente. Além de Prestes, compunham a Executiva, Diógenes de Arruda Câmara - o número dois da hierarquia partidária, homem de confiança de Prestes - , João Amazonas e Maurício Grabois.

Essa situação se modificaria quando há uma aproximação de Prestes, através de Giocondo Dias, com o novo grupo que se formava no Comitê Central em torno de posições marcadas pela preocupação de intervir de forma concreta, em todas as possibilidades que se apresentavam na luta política em curso no país, configurando-se uma nova correlação de forças no órgão dirigente e abrindo-se a possibilidade para as mudanças na linha política do partido.

A ocasião para a mudança viria em junho de 1957. A direção do PCUS oferece, então, uma nova surpresa para o movimento comunista com a deposição, da alta cúpula partidária, de três antigos dirigentes: Molotov, Malenkov e Kaganovitch, grupo dogmático e sectário, segundo a versão oficial. Em agosto de mesmo ano, o CC do PCB, em reunião plenária

com a presença de Prestes, já articulado com o novo grupo dirigente (entre os quais se encontravam o já citado Giocondo Dias, Carlos Marighella, Mário Alves, Jacob Gorender e outros), destituiu Arruda, Amazonas, Grabois e Sérgio Holmes da Comissão Executiva, e impede que Orlando Pioto, suplente, com posições próximas aos destituídos, assumisse¹³. Os atingidos viriam a constituir-se em parte do futuro núcleo de militantes que encabeçará a fundação do PC do B¹⁴.

A "DECLARAÇÃO DE MARÇO" DE 1958: A NOVA LINHA POLÍTICA DO PCB

Alguns meses após a destituição do núcleo conservador, o C.C. realiza uma revisão formal da linha política do partido, que tinha ainda como referência o Programa de 1954. O documento que marcou a reviravolta na linha do PCB foi a famosa "Declaração de Março" de 1958, então aprovada pelo Comitê Central do PCB, e na qual, na verdade, houve uma incorporação das principais propostas lançadas pelos renovadores em 1956.¹⁵ A "Declaração de Março" introduziu modificações importantes nas orientações políticas do partido; essa revisão da linha política respondeu à necessidade de adequação da ação do partido frente a uma série de acontecimentos no quadro político nacional e internacional.

1) O fato do PCB ter apoiado um candidato presidencial vitorioso levou-o à necessidade de rever a caracterização do governo e do Estado brasileiros. No programa de 1954, o Estado é definido como órgão que representa ou articula em bloco os interesses dos grandes capitalistas e latifundiários ligados ao imperialismo norte-americano contra a nação brasileira. Na "Declaração", ao governo JK é atribuído um caráter heterogêneo, de cuja composição fazem parte, ao lado das forças conservadoras e entreguistas, forças progressistas e nacionalistas. Tratar-se-ia, de agora em diante, de apoiar e fortalecer a ala nacionalista e isolar e depurar o governo da ala entreguista¹⁶;

2) A resistência vitoriosa contra a tentativa golpista de impedir a posse de JK, reafirmando a ordem constitucional vigente desde 1946, a ampliação do campo de aliados potenciais no terreno eleitoral e no terreno sindical, além da própria desenvoltura cada vez maior com que atuavam os comunistas de maneira aberta e semi-legal, possibilitava a crença de que o processo de democratização tornara-se uma "tendência permanente" no país;

3) Até o programa de 1954, a tônica das análises oficiais do partido sobre a economia brasileira apontavam para a estagnação do capitalismo brasileiro, em discordância com a realidade, tendo como base doutrinária a tese de que a sociedade brasileira tinha suas forças produtivas entravadas pelas relações de produção feudais ou semi-feudais na agricultura e pela dominação imperialista. Em 1958, em pleno surto desenvolvimentista do governo JK, essa tese tornava-se de difícil sustentação. A "Declaração" reconhece o desenvolvimento do capitalismo brasileiro; reconhece-o, contudo, sob o prisma do tradicional esquema da revolução democrático-burguesa, assumindo um tom abertamente evolucionista, na medida em que o desenvolvimento econômico é interpretado como desenvolvimento do "capitalismo nacional", e avaliado como "elemento progressista por excelência" da economia. Não é ocasional que a "Declaração" veja a expressão mais forte deste "capitalismo nacional", na empresa estatal no setor da indústria pesada, qualificada como um tipo de capitalismo de estado;

4) Há uma valorização da questão nacional na "Declaração". Isso resulta do ascenso do movimento nacionalista no cenário político nacional a partir de meados dos anos 50. O movimento nacionalista é considerado na Declaração a *"forma mais importante da frente única"* e as lideranças populistas que nele despontam, por consequência, serão tratadas como aliadas mais importantes para a realização da nova política.

Em razão disso haverá um rearranjo do esquema tradicional de interpretação das contradições da sociedade brasileira através do qual se faz sobressair a questão nacional, ou seja, a luta antiimperialista. Até o programa de 54, a doutrina oficial do PCB apontava as chamadas "contradições fundamentais" do país, mantidas na "Declaração": i) "forças produtivas em desenvolvimento" versus "relações de produção semi-feudais na agricultura" e ii) "nação" versus "imperialismo norte-americano e seus agentes internos". Porém, a contradição entre nação e o imperialismo é elevada ao status de "contradição principal"¹⁷. A questão agrária passa, em certa medida, nessa nova fórmula, a figurar em segundo plano, pois se há uma "contradição principal", há também uma "contradição secundária". Isso fica evidenciado quando a "Declaração" inclui, entre as forças antiimperialistas, *"setores latifundiários que possuem contradição com o imperialismo norte-americano"*, proposição dificilmente aceitável dentro dos esquemas do programa de 1954; e, por outro lado, quando é atenuada a reivindicação da reforma agrária na plataforma política: trata-se agora de lutar por *"medidas de reforma agrária em favor das massas camponesas"*;

5) Outro aspecto doutrinário modificado, que resulta de uma mudança significativa de postura política do PCB, é o abandono na "Declaração" da idéia de hegemonia prévia do

proletariado na frente única, quando afirma que os comunistas "*não condicionam a sua permanência na frente única à total aceitação de suas opiniões*"¹⁸. Tal afirmação, por um lado, representa o rompimento com posições extremamente sectárias tradicionais na prática do PCB, que resultava na inviabilização ou redução do alcance desta. Por outro lado, representa, também, a aceitação da possibilidade de apoio a articulações políticas nas quais os comunistas eventualmente sejam minoritários, ou mesmo não tenham uma participação efetiva, como foi o caso do apoio à candidatura JK e, em certa medida, do apoio do PCB a seu governo. De um modo geral, o PCB abria-se para possibilidades que já estavam fortemente presentes na conjuntura do final dos anos 50, dentro da perspectiva do desenvolvimento de alianças políticas com lideranças do chamado movimento nacionalista.

6) Por fim, cabe considerar uma questão de importância chave para a compreensão da nova política pecebista: ela se refere às mudanças à nível internacional da política do movimento comunista. Paralelamente às denúncias dos crimes do período do governo de Stálin, o XX Congresso do PCUS aprova uma resolução política na qual postula-se a possibilidade do "caminho pacífico" para o socialismo em uma série de países¹⁹, rompendo com o princípio histórico do movimento comunista da necessidade incondicional da violência revolucionária e sinalizando o apoio legitimador dos soviéticos à adoção de políticas moderadas por P.C's de diversos países. Porém, a resolução do XX Congresso não especifica quais países ou condições concretas para a realização dessa possibilidade. Os autores da "Declaração de Março" apoiam-se na resolução do XX Congresso e formulam a sua visão sobre a estratégia do caminho pacífico no Brasil, elencando além dos 5 itens já indicados acima a) a correlação de forças favoráveis no plano internacional, onde o socialismo já teria se configurado como um sistema mundial; b) a desagregação do sistema imperialista estaria em processo adiantado; e c) viver-se-ia em uma situação avançada dos movimentos de libertação nacional e dos movimentos pela paz contra o imperialismo belicista.

O objetivo do PCB em relação ao poder político passa a ser, a partir da "Declaração de Março", a conquista de um "Governo Nacionalista e Democrático", cujo programa teria como referência uma plataforma de cinco pontos: a) política exterior independente e de paz; b) desenvolvimento independente e progressista da economia nacional; c) medidas de reforma agrária em favor das massas camponesas; d) elevação do nível de vida do povo; e) consolidação e ampliação da legalidade democrática.

O Governo Nacionalista e Democrático poderia e deveria ser conquistado "*nos marcos do regime vigente*", isto é, nos limites constitucionais vigentes, descartando-se o papel central da violência revolucionária, que esteve presente nos documentos e proclamações dos

comunistas brasileiros na maior parte da longa trajetória histórica do seu partido. A "Declaração" apresenta três caminhos ou formas de luta para a conquista desse tipo de governo: a) pressão de massa com o objetivo de modificar a composição do governo - e isto já se aplicaria em relação ao governo JK -, ampliando-lhe o setor nacionalista; b) através de vitórias eleitorais dos candidatos nacionalistas; e c) a resistência a possíveis golpes que tivessem por objetivos impor uma ditadura militar e restabelecimento da legalidade democrática. Note-se que aqui o uso da violência apresenta-se com um caráter defensivo, de resposta à iniciativa do uso da violência por parte das forças políticas reacionárias.

Assim, a experiência política vivida pelo PCB, de ampliação cada vez maior do raio de ação partidária legal ou semi-legal, particularmente a partir da crise política de 1954, somada à influência do XX Congresso do PCUS, levou-o paulatinamente a uma aposta explícita na possibilidade de aliança estratégica com a chamada "burguesia nacional" e na valorização das instituições democráticas do Estado capitalista, para a luta antiimperialista.

A posição predominante no PCB, após a "Declaração de Março", baseava-se na crença da viabilidade do surgimento de um governo progressista, hegemonizado pela "burguesia nacional" ou de coalizão entre classes e forças políticas com a participação da "burguesia nacional", com espaço para a disputa política para as propostas dos comunistas. Neste sentido, a "Declaração" buscava formular uma concepção estratégico-tática que articulasse a intervenção dos comunistas junto ao movimento nacionalista com certa coerência em relação à ideologia nacional-democratista, tendo em vista as possibilidades de ação legal no quadro da democracia populista. Para isso elaborava uma política centrada na luta eleitoral e em movimentos de pressão de massa sobre os governos populistas, que abdicava explicitamente da violência revolucionária como forma de luta privilegiada para atingir seus objetivos estratégicos.

No contexto do período populista do final dos anos 50, esta tese dava o fundamento para as alianças e apoio eleitorais aos políticos e grupos nacionalistas - em particular para a aliança com o PTB - e mesmo a governos que se comprometessem com as bandeiras nacionalistas. Legitimava no plano doutrinário, portanto, a **integração** do PCB ao jogo político populista, que já se esboçava nas orientações partidárias desde meados dos anos 50.

O V CONGRESSO: A REAÇÃO DOS "OPOSICIONISTAS"

A "Declaração de Março" foi aprovada no Comitê Central do PCB com os votos contrários de Amazonas e Grabois. No entanto, somente no V Congresso do PCB, realizado em agosto de 1960, é que se explicitariam, de forma aberta a todo o partido, as divergências dos ex-membros do grupo dirigente com a nova linha política adotada em 1958.

No processo preparatório do Congresso foram difundidas a todo o partido as posições oficiais da direção pecebista, na forma de "Teses para o Debate", que desenvolviam e ampliavam a argumentação de defesa dos pontos essenciais elaborados dois anos antes.²⁰ Abriu-se, então, um processo de debate oficial, que durou cerca de cinco meses, até então inédito na história do PCB, onde os militantes e intelectuais do partido puderam expressar abertamente suas opiniões sobre a linha política do partido na "Tribuna de Debates" do semanário "Novos Rumos".²¹

Nesse contexto, os ex-dirigentes conseguiram articular uma ofensiva contra as posições oficiais das "Teses", através de uma bateria de artigos, cujos principais autores foram João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar, Carlos Danielli e Calil Chade.²²

Qualificando a linha política oficial, em seu conjunto, de "direitista", "gradualista", "reformista" e "apologista do capitalismo", os "oposicionistas" criticarão ponto por ponto as inovações políticas e doutrinárias da mesma.

*"As tendências oportunistas de direita se manifestam com maior nitidez na questão do poder - problema fundamental da revolução. Partindo da justa constatação de que atualmente não há condições para alcançar um governo democrático e antiimperialista, a Declaração chega a uma conclusão falsa ao abdicar por completo da luta por este objetivo, limitando-se a reivindicar modificações parciais na política e na composição de sucessivos governos, nos marcos do regime vigente. Com esta tática gradualista, evolucionista, que contraria frontalmente a teoria marxista-leninista do Estado, pretende-se atingir um poder capaz de enfrentar as tarefas da revolução na presente etapa, o que equivale a afirmar que se conseguirá transformar o atual regime, em essência reacionário, num regime democrático e antiimperialista e, por extensão, o próprio capitalismo em socialismo."*²³

Os "oposicionistas" buscaram explorar ao máximo as diferenças entre a "Declaração" e as "Teses". Na primeira, não há a indicação explícita de um objetivo estratégico de poder distinto do "governo nacionalista e democrático". A resolução de 1958, apresenta,

assim, uma visão das transformações antiimperialistas e agrárias, ou mesmo socialistas, como resultado de um processo de acúmulo contínuo de reformas, através de sucessivos "governos nacionalistas e democráticos". As "Teses" introduzirão a formulação específica de um "poder das forças antiimperialistas e antifeudais sob a direção do proletariado"²⁴ Trata-se de um objetivo estratégico "mais à esquerda" que o governo nacionalista e democrático. Os "oposicionistas", devido a essa alteração, afirmarão frequentemente que as "Teses" são molho eclético, além de, habilmente, centrar sua crítica na formulação original da "Declaração de Março".

No plano da ação política, a nova linha teria levado, segundo os "oposicionistas", o partido à passividade, perda de identidade política e à diluição no movimento nacionalista:

"De um modo geral, a posição do partido é de reboque em relação às forças aliadas, em particular, à Frente Parlamentar Nacionalista e o PTB. Subestima-se o partido sob pretexto de fortalecer a frente única. (...) É muita fraca a atuação política do Partido. Os comunistas, atualmente se satisfazem com a defesa que os aliados realizam dos objetivos comuns da frente única. Para as grandes massas não são claras as palavras-de-ordem do Partido. Sem jornais diários, sem parlamentares que falem em seu nome, contando com pequeno número de dirigentes conhecidos, o Partido se dilui no movimento geral da frente única, não consegue atrair nem os setores mais esclarecidos dos trabalhadores para as fileiras partidárias, nem as massas para sua orientação.

"A posição do Partido face ao governo do Sr. Juscelino Kubitschek é dúbia. Durante longo período não se fez nenhuma crítica ao governo. Quando os dirigentes comunistas vieram para a atividade pública legal, foram dadas entrevista que implicavam, praticamente, no apoio em bloco da política governamental. Posteriormente, começou a apoiar os lados positivos do governo e a criticar os lados negativos, mas dava-se tanta ênfase ao apoio e as críticas eram tão tímidas e inconsequentes, que, para as massas, a posição dos comunistas se apresentava como favorável ao governo. (...)

"Que se conseguiu com a aplicação dessa tática? No que se refere à política do governo esta se mantém, no fundamental antipopular e de capitulação ao imperialismo norte-americano. (...) ... as mudanças verificadas no governo fortaleceram as posições reacionárias. (...)

"Para as massas o Partido não se apresenta como partido do socialismo, mas como o partido do nacionalismo, com objetivos bastante limitados. (...)"²⁵

Esse tipo de crítica tinha como seu fundamento objetivo, o processo de integração do PCB no sistema político democrático populista.

Os "oposicionistas" buscarão localizar e criticar nas "Teses", as análises mais abrangentes sobre a sociedade brasileira, que davam fundamento à tática do PCB. Nesta direção, será insistentemente abordada a interpretação sobre o desenvolvimento capitalista nacional:

"A Declaração embeleza o capitalismo. Procura mostrar que a indústria brasileira atingiu elevado nível de crescimento e atribui este crescimento ao capital nacional. Mas na realidade, o imperialismo também participa desse processo de industrialização, domina ramos fundamentais da economia do país. O exagero na apreciação do papel do desenvolvimento capitalista no processo revolucionário leva a Declaração à idealizar a burguesia, que é tratada como se fosse uma força consequente, capaz de defender até o fim os interesses nacionais.

*"Toda orientação estratégia e a linha tática expostas na Declaração tem em vista quase que exclusivamente, os interesses da burguesia, conduzem ao fortalecimento de suas posições políticas, em prejuízo das demais forças revolucionárias."*²⁶

Os "oposicionistas" insistirão bastante na crítica ao esquema apresentado na "Declaração", e mantido nas "Teses", de que o desenvolvimento capitalista no Brasil tem um sentido antiimperialista e antilatifundiário. Esta posição será, assim, tachada de "apologia do capitalismo" e "desenvolvimentismo". Contra ela, os "oposicionistas" chamam a atenção para a participação do "imperialismo" no desenvolvimento industrial do país, em ramos fundamentais da economia.

Neste ponto, sob vários aspectos os "oposicionistas" tocavam em diversos pontos fracos da análise pecebista em suas críticas e esboçaram uma opinião mais adequada à realidade. Ao identificar o desenvolvimento capitalista dos anos 50 como obra da burguesia nacional, os dirigentes do PCB expressavam uma visão determinista-evolucionista do processo de luta contra a dominação imperialista, cujo resultado favorável teria como caução o avanço paulatino e inevitável das forças produtivas. A burguesia nacional caberia um papel central na luta antiimperialista, pela força econômica que ela vinha adquirindo a cada dia. Matinha-se, por sua vez, a visão do imperialismo, grosso modo, como uma entidade **negativa** em relação à economia nacional e de existência **externa** à mesma.

A crítica "oposicionista" esboça o ponto de vista de que o imperialismo têm um papel dinâmico para o desenvolvimento econômico nacional e tem uma **presença interna** à economia do país. Contudo, por resultarem mais de uma posição dogmática, do que de uma reflexão crítica ao quadro doutrinário do PCB, tais idéias não serão desenvolvidas de maneira consequente, permanecendo como posições circunstanciais.

Em relação à política de alianças, os "oposicionistas" rejeitarão a idéia de "contradição principal", formulada da "Declaração de Março" e nas "Teses", reafirmando-se o antigo esquema das duas contradições fundamentais; por consequência, é recusada também a idéia

de que um segmento de latifundiários poderia participar da frente única antiimperialista, sendo enfatizada a importância central da aliança operário-camponesa.

"Depois de proclamar, em palavras, que a revolução brasileira, na presente etapa, é antiimperialista e antifeudal, a Declaração logo em seguida faz nova caracterização da revolução. Esta passa a ser somente nacional e deve enfrentar unicamente as tarefas antiimperialistas. Os objetivos de caráter democrático ficam inteiramente subordinados à contradição antiimperialista, que é considerada principal em toda a atual etapa histórica da sociedade brasileira. Assim, as tarefas democráticas são separadas mecanicamente dos objetivos nacionais e transferidas para outra etapa da revolução."

"Dai resulta que, tendo em vista a frente única a Declaração apresenta um esquema de disposição das forças revolucionárias que inclui até mesmo latifundiários e grupos da burguesia ligados a monopólios estrangeiros rivais dos monopólios norte-americanos. Tal disposição de forças corresponde a uma revolução exclusivamente nacional. Portanto, a solução da questão agrária deixa de ser uma das tarefas da revolução."

É importante observar que as objeções às alianças com latifundiários e burguesia associada a capitais não norte-americanos não se colocavam como questionamentos de princípio, mas diriam respeito às "condições atuais do Brasil":

"Do ponto de vista tático em determinadas ocasiões, a classe operária e seu partido podem, na ação prática, não dar ênfase às reivindicações agrárias de caráter radical e unir-se a latifundiários que têm contradições com os imperialistas norte-americanos e os setores da nacional burguesia ligados a grupos monopolistas que concorrem com os monopólios ianques. Mas, se se tem em conta que o núcleo da frente única é constituído pela classe operária e os camponeses que o fundamental para a frente única é atrair para ela as grandes massas trabalhadoras das cidades e do campo, é errado colocar de maneira absoluta, nas condições atuais do Brasil, a predominância dos objetivos nacionais em detrimento das reivindicações democráticas."

No que diz respeito à "burguesia nacional", a visão do "oposicionistas" era a de que seus interesses

"não serão afetados, pois a revolução nesta etapa não visa o fim do capitalismo. Não serão atingidos igualmente os interesses dos camponeses ricos. Desde que não hostilizem a revolução, serão mantidas sob controle, as empresas estrangeiras não pertencentes ao trustes norte-americanos.(...)"

Reproduz-se o tradicional esquema da etapa "antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática" da revolução, no qual a "burguesia nacional" é considerada como uma classe social com um papel positivo, ao menos ao nível econômico. Neste aspecto é necessário observar que, para os "oposicionistas", a "burguesia nacional" identifica-se com a média burguesia.

Por outro lado, partindo-se da formulação de que o imperialismo norte-americano seria o inimigo principal, abre-se a possibilidade para a não desapropriação das empresas estrangeiras de capital europeu e outras. Percebe-se, por essas formulações, que os "oposicionistas" mantêm-se dentro de uma visão que admite, a princípio, um grau razoável de flexibilização da política de alianças

Em outro plano, as flutuações do governo JK, entre posições ditas nacionalista e entreguistas, não deveriam ser explicadas por um pretenso caráter heterogêneo do Estado brasileiro ou do governo, onde participariam interesses contraditórios nacionalistas e entreguistas, pois

"O Estado brasileiro representa, no fundamental os interesses dos latifundiários e da grande burguesia"

Tais modificações na política governamental em direção às medidas de caráter nacionalista seriam resultados da pressão das massas populares.

*"Eventualmente, o Estado pode contrariar os interesses dos imperialistas, isto, porém, não altera, no essencial, seu caráter de defensor dos latifundiários e grandes capitalistas e de instrumento do imperialismo ianque nas questões fundamentais da política externa e numa boa parte dos problemas internos."*²⁷

O Estado brasileiro teria, pois, segundo o ponto de vista dos "oposicionistas", um grau muito baixo de permeabilidade aos interesses das massas populares.

Como decorrência da posição acima, outra tese da "Declaração de Março", severamente criticada, é o postulado da tendência permanente à democratização da sociedade brasileira. Essa tese estaria equivocada, pelo fato de que a democracia no Brasil, na verdade, seria excludente para as grandes massas. A ampliação da democracia no país, segundo os "oposicionistas", não resultaria do caráter progressista do desenvolvimento capitalista brasileiro e do ganho de espaços políticos por parte da burguesia nacional, como pretendia a direção pecebista:

*"A forma de atuação dos diferentes órgãos do poder estatal, mais democrática ou mais arbitrária, varia de acordo com a pressão realizada pelas massas, em especial, da classe operária, bem como pela necessidade que têm as classes dominantes em utilizarem os meios adequados à manutenção de seu domínio. A existência de franquias democráticas não nega o objetivo fundamental do atual Estado - servir aos interesses dos latifundiários, da grande burguesia e do imperialismo."*²⁸

As instituições democráticas do Estado Capitalista seriam resultado de um processo de mão dupla. Por um lado, a ampliação da democracia é considerada como resultado da pressão e das lutas da classe operária e das massas populares. Por outro, o regime democrático pode ser entendido, também, como um tipo de manobra ou estratégia da burguesia, para a sobrevivência de sua dominação de classe. O regime democrático burguês **pode** favorecer aos interesses da classe operária e das massas populares, mas, como **regra geral** corresponderia aos interesses das classes dominantes.

Esta formulação sugere a seguinte leitura: em certas circunstâncias as instituições democráticas funcionariam como um anteparo para a luta de classes, como elemento desmobilizador das lutas populares. Em outras circunstâncias, não seriam mais capazes de barrar o avanço do movimento antiimperialista e democrático, funcionando, ao contrário, favoravelmente aos interesses das massas trabalhadoras. No primeiro caso, a democracia não seria mais do que uma mera farsa, uma fachada, a encobrir a dominação do país pelos interesses retrógrados. No segundo caso, ela estaria avançando além dos limites desejáveis da grande burguesia, do imperialismo e dos latifundiários.

Parece que nessa linha de raciocínio os “oposicionistas” deixam bem marcado o seu compromisso com a luta democrática:

“Nas condições atuais, as forças progressistas devem utilizar o mais possível as formas legais de luta e defender, como questão vital para o povo brasileiro, a ampliação e consolidação da democracia no país. A existência de um clima democrático estável é de primordial importância para o mais rápido desenvolvimento e fortalecimento da frente única e para alcançar êxitos na luta pela conquista de um poder democrático e antiimperialista. Isto impõe de combater quaisquer retrocessos antidemocráticos e salvaguardar as liberdades públicas para favorecer a ação independente das massas trabalhadoras e populares.”²⁹

Ou ainda:

“Grandes são as possibilidades para desenvolver a luta pela democracia. Amplos setores da população e algumas correntes políticas que não despertaram ainda para a luta antiimperialista interessam-se pela defesa da legalidade constitucional e manifestam-se contra quaisquer atentados contra os direitos dos cidadãos. Quanto mais avançar a democracia no país, tanto maiores serão as possibilidades para desenvolver, ampliar e consolidar o movimento nacionalista. (...) A defesa e ampliação da democracia é condição essencial para o desenvolvimento do processo de criação da frente única.”³⁰

Juntamente com a importância dada à luta democrática, os "oposicionistas" enfatizavam as eleições como uma forma de luta que permitiria a mudança na correlação de força e a organização política do povo e das correntes nacionalistas:

*"A eleição de candidatos democráticos e patriotas aos postos eletivos muito contribui para fazer avançar o processo de formação da frente única e para alterar a correlação de forças políticas. As campanhas eleitorais possibilitam a existência de um clima propício à movimentação das massas em favor de suas reivindicações e para fazer pressão sobre o governo e o Parlamento. As eleições são também fator favorável para unir diferentes correntes políticas e organizações populares para ações unitárias em torno de objetivos democráticos e nacionais. Por isso, os comunistas devem participar ativamente dos pleitos eleitorais."*³¹

A valorização das instituições democráticas do Estado Capitalista, aparece nos trechos acima, como decorrência de uma visão na qual se expressa uma **dependência mútua** entre o crescimento e fortalecimento da frente única democrática e antiimperialista e a ampliação das liberdades democráticas. O desenvolvimento desse raciocínio, é sugere que a ampliação da democracia poderia, ou deveria, levar ao enfraquecimento da dominação imperialista e latifundiária no Brasil, ou mesmo colocá-la em xeque.

Aponta-se, assim, para a idéia de que haveria um limite, dentro do qual a dominação imperialista e latifundiária no Brasil toleraria as instituições e liberdades democráticas do Estado Capitalista. Uma vez rompido esse umbral, não haveria mais interesse, por parte das forças dominantes, na continuidade da democracia, que passaria a interessar, exclusivamente, à classe operária e seus aliados.

Em decorrência das posições acima, da mesma maneira que na linha oficial do PCB, os "oposicionistas" insistem também na defesa da legalidade constitucional contra a direita golpista:

*"Na presente situação, quando as forças reacionárias buscam pretextos para impedir a realização das eleições, os comunistas se colocam em defesa da legalidade constitucional..."*³²

Desta visão, deriva a análise dos "oposicionistas" sobre a perspectiva do caminho pacífico para o socialismo. Esta é criticada, mas de uma maneira bastante matizada e cuidadosa, na medida em que questioná-la diretamente, significaria questionar a própria autoridade política do PCUS. Os argumentos tentavam distinguir caminho pacífico do reformismo ou que, se, em princípio, poder-se-ia apostar na possibilidade para o caminho pacífico, seria necessário ainda

lutar para se criar as condições de sua realização; assim, a possibilidade do uso da violência deveria ser esperada.

"São fortes os inimigos da Revolução, apesar de serem numericamente reduzidos. Voluntariamente não cederão suas posições e, sempre que estiveram ameaçados de perdê-las, procurarão usar a violência. Por isso, o governo democrático e antiimperialista, governo revolucionário, não será alcançado de maneira gradual, evolucionista ou por simples acumulação de reformas, embora as reformas sejam importantes e necessárias. A conquista de um governo de tal natureza, implica numa luta árdua e difícil, implica no aprofundamento da luta de classe. Para esmagar a resistência das forças reacionárias, as forças democráticas e antiimperialistas terão que se empenhar em ações enérgicas e combativas. (...)"

"Na luta pela realização das transformações radicais não é inevitável a luta armada e a guerra civil. A revolução brasileira poderá trilhar por um caminho pacífico. Mas a via pacífica só será possível se, entre outros fatores, vigorar no país a plena democracia, se nas forças armadas predominarem os patriotas e democratas e se a frente única se consolidar sob a direção da classe operária. Será de grande significação a conquista de uma sólida maioria democrática e antiimperialista num parlamento eleito sem quaisquer restrições democráticas. Enfim, o caminho pacífico pressupõe que as forças revolucionárias tenham uma tal superioridade sobre as forças reacionárias que possam impor a estas aquele caminho."

"Os comunistas aspiram à solução pacífica para os problemas da Revolução brasileira. Mas a escolha da formas e meios para libertar o país do domínio do imperialismo norte-americano e realizar as transformações radicais não dependem somente do proletariado e das demais forças antiimperialistas. Se os inimigos do povo recorrerem à violências, as responsabilidades pelo sacrifício e sofrimentos que recaírem sobre a nação será de sua inteira responsabilidade. Em todas as circunstâncias, o proletariado e seu Partido devem estar preparados política e ideologicamente para qualquer das soluções."³³

Se pensadas nos próprios parâmetros da ideologia nacional-democratista, as condições para a vitória da via pacífica, "plena democracia", predominância nas forças armadas de militares "democratas" e "patriotas", conquista de uma sólida maioria antiimperialista e democrática no Congresso Nacional e, por fim, consolidação da frente única sob direção da classe operária, como colocadas pelos "oposicionistas", eram requisitos que teriam chances nulas de serem satisfeitos. Eles implicariam a ampliação da democracia burguesa para além dos limites aceitáveis pelo imperialismo e do latifúndio. Daí a referência ao uso da violência por parte das classes dominantes.

Esta posição é, de fato, mais consistente e condizente com o processo das lutas de classes do período, do que a formulação pecebista oficial, baseada na expectativa de que as instituições democrático burguesas tinham uma sólida base, a partir da qual a luta antiimperialista poderia gradativamente passar à ofensiva sem rupturas violentas.

Os "oposicionistas", se contrapondo à visão gradualista da "Declaração de Março" e das "Teses", apresentam um horizonte estratégico cujo eixo é um governo antiimperialista e democrático, retomado a mesma formulação do programa de 1954, embora com outra denominação:

"Ainda que a revolução, nesta etapa, corresponda à tarefas democrático-burguesas, o novo Estado não poderá ser um Estado burguês moderno, dirigido pela burguesia.

*"(...) O novo poder deve ser um poder da forças democráticas e antiimperialistas, dirigido pela classe operária, bem diverso, portanto, de um Estado burguês daquele tipo. Tal fato se origina da circunstância de que os proletariado terá que dirigir as forças revolucionárias e também porque a revolução, apesar de não ser socialista, é parte integrante da revolução socialista mundial."*³⁴

Tal formulação do objetivo estratégico da revolução implica que em algum momento deverá ocorrer uma ruptura revolucionária com a legalidade constitucional burguesa. Quando e como essa ruptura se processaria? Como ela se coaduna com a defesa das instituições democrático-burguesas?

Tais questões não pareciam por em xeque os "oposicionistas", na medida em que, no momento dos debates do V Congresso, eles têm uma **avaliação** de que a revolução **não** se colocava como problema imediato. Portanto, o problema da ruptura institucional não se apresentava como uma questão crucial.

Essa avaliação é explicitada quando da análise sobre a possibilidade de uma tentativa de golpe de Estado, situação virtualmente propícia à iniciativa revolucionária. A posição expressada pelos "oposicionistas" é a de que deveria prevalecer o respeito à legalidade constitucional, operando-se alterações da composição do governo dentro dos limites daquela. Dessa forma, parecia estar efetivamente excluída a possibilidade de se estabelecer o governo democrático e antiimperialista, de caráter revolucionário, como objetivo imediato.

*"No caso de um golpe antidemocrático, as forças patrióticas devem estar preparadas para responder aos reacionários com ações capazes não só de paralisar as tentativas de anular as conquistas já alcançadas, como também desalojá-los das posições que ocupam, fazendo no governo modificações que possibilitem o avanço democrático no país."*³⁵

A razão desta análise certamente estava ligada à situação política concreta em que se inseria o PCB. Em 1960, era visível o crescimento político do partido, principalmente através de espaços semi-legais conquistados; ademais os conflitos que estavam por vir nos anos seguintes, ainda não se prenunciavam. Defender, naquele contexto, que o PCB deveria se envolver na

iniciativa revolucionária a curto prazo, levaria os "oposicionistas" ao isolamento político dentro do partido.

Não aparecia, assim, para o debate a concepção espontaneísta de iminência da revolução como um problema a ser discutido. Mesmo porque, era uma concepção ainda predominante em grande parte dos quadros dirigentes pecebistas. A ruptura revolucionária embora defendida como princípio pelos "oposicionistas", ficaria, no plano político prático, adiada para um futuro indeterminado, em favor de uma posição mais "realista".

Admitindo que não havia condições imediatas para alcançar um "governo democrático e antiimperialista", as diferenças entre a linha oficial e a política apresentada pelos "oposicionistas" deveriam, ainda, assim, aparecer no plano da tática.

Todavia, as divergências táticas serão insignificantes. Em relação à formação da frente única das forças democrática e antiimperialistas, os "oposicionistas" apresentam a mesma visão que a linha oficial do PCB, considerando o movimento nacionalista como uma "forma incipiente" da frente única:

*"Importância primordial nesse sentido tem o fortalecimento do movimento nacionalista. Cresce cada vez mais em amplas camadas do povo a aspiração a um desenvolvimento independente, democrático e progressista do país. Isto possibilita atrair para este movimento forças ainda maiores. Torná-lo um poderoso e extenso movimento de massas é uma das principais tarefas das forças revolucionárias. Importante é também fortalecer a Frente Parlamentar Nacionalista, a fim de que expresse, com mais precisão e firmeza, as idéias e reivindicações nacionalistas e, apoiada nas massas, pugne por soluções patrióticas para os problemas brasileiros."*³⁶

Na proposta sobre a relação com o governo de Juscelino Kubitschek, dá-se ênfase a uma postura de oposição, mas restringe-se a atuação no mesmo âmbito em que as "Teses":

"A posição dos comunistas é de combate à política antinacional e antipopular do governo. Ao mesmo tempo luta por modificações na política e na composição do governo. Assumindo esta posição, os comunistas sabem que o governo das atuais classes dominantes não se transformará num governo antiimperialista e democrático. No entanto, lutando por modificações na política do governo, é possível não somente esclarecer as massas, como levá-las a arrancar concessões que contribuirão para fortalecer as correntes democráticas e patrióticas."

A "plataforma de ação imediata" que apresentam - com a exceção da ênfase da reforma agrária - é, também, substancialmente semelhante à que consta nas "Teses", abrangendo os seguintes pontos: a) Política exterior independente; b) Defesa e ampliação das liberdades democráticas; c) Defesa e desenvolvimento da indústria nacional; d) Reforma agrária e medidas

em favor das massas camponesas; e) Melhoria do nível de vida das massas trabalhadoras; f) Educação e saúde. Destaquemos três deles:

"II - Defesa e Ampliação das Liberdades Democráticas

"a) Legalidade para o Partido Comunista do Brasil. Anulação das discriminações contidas no artigo 50 da lei eleitoral.

"b) Extinção do controle das organizações sindicais por parte do Ministério do Trabalho e abolição de todas as formas de intervenção ministerial ou policial no sindicato.

"c) Anulação do decreto 9.070 com a aprovação de projeto de lei que regulamente o direito de greve de acordo com o texto já aprovado na Câmara do Deputados. Supressão dos dispositivos reacionários da Consolidação das Leis do Trabalho.

"d) Garantia do direito de organização para os camponeses e assalariados agrícolas.

"e) Revogação da lei de segurança. Extinção da censura no rádio e na televisão.

"f) Direito de voto para os analfabetos.

"III - Defesa e Desenvolvimento da Indústria Nacional

"a) Abolição dos privilégios concedidos ao capital imperialista, com anulação de leis e outros dispositivos de caráter antnacional.

"b) Encampação de empresas norte-americanas em setores como os da produção e distribuição de energia elétrica, frigoríficos, distribuição de derivados de petróleo, banco e companhias de seguro.

"c) Desenvolvimento da indústria nacional. Estímulo ao capitalismo de Estado nos setores fundamentais da economia, assegurando-lhe um conteúdo efetivamente nacional.

"d) Combate à inversões diretas do capital estrangeiro. Financiamento de governo a governo para aplicação sob a forma de capitalismo de estado nos setores básicos da economia, sem quaisquer exigências econômicas e política.(...)

"f) Monopólio estatal do câmbio com o objetivo de favorecer os empreendimentos nacionais. Rigorosa restrição de remessas de capital estrangeiro. Redução do gasto de divisas fortes no pagamento de fretes e seguros marítimos.

"g) estímulo ao desenvolvimento industrial do Norte e Nordeste.

"h) Proteção do Estado à pequena e média indústria e ao artesanato com redução de carga tributária, concessão de crédito a longo prazo e juros baixos, fornecimentos subvencionado de equipamentos e matérias primas.

"IV - Reforma Agrária e Medidas em Favor das Massas Camponesas

"a) Reforma agrária com a entrega de terra aos camponeses sem terra ou possuidores de pouca terra, especialmente nas proximidades dos grandes centros urbanos ou obras públicas como açudes, estradas, obras de saneamento e outras.

"b) Concessão de créditos a longo prazo e juros módicos, ajuda técnica e especialmente aos pequenos e médios lavradores. (...)"

"d) Entrega dos títulos de propriedade aos atuais posseiros. Defesa dos direitos dos camponeses contra grilagem ... (...)"³⁷

Como os "oposicionistas" imaginavam a implementação das reformas indicadas nessa plataforma de ação imediata? Por um lado, já está esclarecido que se buscava arrancar concessões do governo, pressionando-o no sentido de mudar suas políticas. De outro lado, os "oposicionistas" não conseguem deixar de admitir a idéia do surgimento de um "governo nacionalista e democrático" e a possibilidade de vir apoiá-lo.

"O ascenso da luta das massas pelas reivindicações política e econômicas imediatas pode conduzir a uma nova correlação de forças no país, na qual as correntes democráticas e antiimperialistas adquiram maior influência e conquistem novas posições. Tal situação pode determinar uma crise política que não conduzindo à conquista de um governo democrático e antiimperialista, possibilite, contudo, o surgimento de um governo capaz de tomar medidas contra os monopólios imperialistas e outras de caráter democrático, principalmente no que diz respeito a modificações na estrutura agrária do país.

"Os comunistas estão convencidos que a liquidação do domínio imperialista e do monopólio da terra, a plena democracia e o progresso do país só poderão ser conseguidos com a substituição do atual regime e a instauração de um governo democrático e antiimperialista dirigido pela classe operária. Não excluem porém, em determinadas circunstâncias, um governo de tendência nacionalista e democrática que signifique uma forma de aproximação para a solução radical dos problemas do Brasil.

"Um governo dessa natureza, expressando os sentimentos generalizados de mudança na política interna e externa, será um governo diferente do atual, embora não seja o governo democrático e antiimperialista sob a direção da classe operária. Na medida em que o governo de tendência nacionalista e democrática for realizando medidas correspondentes à plataforma política imediata, apresentada pelos comunistas, garantir a liberdade de ação para a classe operária e o seu partido, bem como a todas as demais forças da frente única, o Partido Comunista apoiará por todos meios este governo, sem, contudo, abdicar da luta por um poder que destrua em definitivo os fatores que mantêm o país no atraso."³⁸

Em resumo, os "oposicionistas" apenas sublinham a necessidade de independência dos comunistas e de não abdicação do objetivo estratégico, a questão agrária e uma postura mais crítica em relação ao governo JK, sem oferecer, todavia, do ponto de vista imediato, outra perspectiva que não a luta por um governo nacionalista e democrático.

Os "oposicionistas" são derrotados no V Congresso. E, aparentemente, se submetem ao resultado. A resolução política resultante do congresso, apresentará fórmulas mais à esquerda que as "Teses", demonstrando que as críticas das vozes dissidentes tiveram certo eco dentro do PCB., Este fato está certamente relacionado à própria ideologia nacional-democratista vigente no partido, que ainda não superara definitivamente suas ambiguidades e contradições.

Como já vimos nas seções iniciais deste capítulo, a linha política sistematizada da "Declaração de Março" já estava em gestação, nos anos de 1955 a meados de 1957, quando Amazonas, Grabois e Arruda Câmara compunham, ainda, o núcleo do grupo dirigente do PCB. Esses dirigentes, e outros, compartilharam do início da crítica e reformulação da política calcada no Programa de 1954. Não é, pois, fortuito, que se vejam obrigados a reconhecer formalmente os impasses decorrentes do hiato existente entre o esquema estratégico sistematizado no Programa do IV Congresso e os espaços e possibilidades de ação política e de alianças junto às lideranças do chamado movimento nacionalista:

"Apresentando como tarefa imediata a derrubada do governo e a instauração de um governo democrático de libertação nacional, o Programa impedia a elaboração de uma tática justa. Qualquer orientação tática, para realizar uma efetiva política de frente única chocava-se com as indicações do Programa. Adotando esta orientação o Partido enfrentou grandes dificuldades por ocasião do golpe de 24 de agosto, uma vez que o Programa exigia a derrubada imediata de Vargas. Com a queda e o suicídio de Vargas, provocados por forças reacionárias e pelo imperialismo ianque, o Partido estava inteiramente desarmado. Foram as próprias massas, nas ruas, que mostraram aos comunistas a necessidade de lutar contra os golpistas. Em 1955, o Partido também enfrentou uma situação difícil. Assumiu a justa posição face à sucessão presidencial. Mas esta posição estava em flagrante contradição com o Programa. Decidiu, então, o Partido apoiar um candidato à presidência da República que, uma vez eleito, segundo o Programa teria que ser derrubado.

"O Programa não indicava o processo de formação da frente única, não apontava os meios e as formas para forjá-la. Colocando como tarefa imediata a conquista do poder democrático e antiimperialista, sob a direção da classe operária, sem que as massas estivessem ganhadas para isso, levava o Partido a se desligar da realidade política, dificultava a criação da frente única. Embora os comunistas participassem, ao lado de outras forças, na luta por objetivos patrióticos, o Partido tardou a reconhecer o movimento nacionalista como forma inicial, embrionária da frente única antiimperialista e democrática.

*"A essência dos erros da política oriunda do Programa consistia na compreensão esquerdista que confundia questões de ordem estratégica com problemas de caráter tático."*³⁹

Nos debates do V Congresso, os "oposicionistas" defendem uma posição intermediária ou a meio caminho, entre as formulações de 1954, que expressaram tentativas espontaneístas de combate à ordem política e social vigente e a nova linha expressa da "Declaração de Março", sustentado simultaneamente as premissas ideológicas que permitiram a legitimação de uma postura pragmática, de integração política ao populismo. Figuravam nas formulações dos "oposicionistas" a crença de um papel positivo da burguesia nacional frente às tarefas da revolução nacional e democrática, a valorização da luta por reformas democráticas e a preservação da ordem constitucional democrático-burguesa inaugurada em 1946 - e a tradicional tese da necessidade violência revolucionária para a conquista de transformações na sociedade brasileira, da ruptura com a institucionalidade ou legalidade na qual expõe a pretensão de atuar e ocupar espaços.

Dito de outra forma, os "oposicionistas" mantinham-se ideologicamente em uma posição onde estavam presentes, **de forma mais explícita e marcada**, os elementos ideológicos contraditórios do nacional-democratismo.

A visão espontaneísta sobre a iminência da revolução, ainda presente na visão dos "oposicionistas", não se expunha no debate, portanto não sendo objeto de uma reflexão que superasse a mera admissão de que existira no passado. Deste modo, tal concepção voluntarista, poderá explicitar-se após a fundação do PC do B, aguçando as incoerências de sua ideologia política - baseado no nacional-democratismo -, particularmente após o golpe militar, quando a proposta de luta armada se tornará ponto central para a maior parte das organizações de esquerda.

Como se pode afirmar, um sentido contraditório mais forte entre tais elementos ideológicos nas formulações dos "oposicionistas" se suas propostas políticas têm praticamente o mesmo conteúdo das propostas oficiais? Afinal, os "oposicionistas" não acabam por defender a política de modificação paulatina do governo e a luta por um governo nacionalista e democrático, apesar da defesa da violência revolucionária? Não se trataria, talvez, esta última de mera retórica?

NOTAS

- ¹ A "Carta dos Cem", como ficou conhecida, foi publicada no órgão oficial do PC do B, A Classe Operária, nº 419, abril de 1962 e republicada no IPM nº 709. Cf. O Comunismo no Brasil, 1967, vol. 3, pp. 412-421.
- ² op. cit. p. 414.
- ³ Op. cit. p. 418.
- ⁴ Assim denominaremos ao grupo dará origem ao PC do B, quando ainda militavam no PCB.
- ⁵ Op. cit. p. 415.
- ⁶ Cf. editorial de Novos Rumos anunciando a acusação; republicado in: IPM, nº 709, pp. 405-410.
- ⁷ Os dois documentos estão em A Linha Política Revolucionária do Partido Comunista do Brasil (m-l). Lisboa, Maria da Fonte, 1974, pp.1 1-44)
- ⁸ "Em Defesa do...." in: A Linha Política Revolucionária do Partido Comunista do Brasil (m-l). Lisboa, Maria da Fonte, 1974, LPRPCB, pp. 26-27.
- ⁹ op. cit. p.28.
- ¹⁰ idem p. 28.
- ¹¹ Grabois, Pomar, Amazonas e Arruda Câmara, futuros membros do grupo dirigente do PC do B, além de seu papel decisivo na elaboração da política de "União Nacional", foram deputados na Constituinte de 1946. Viveram, portanto, uma experiência ativa de participação parlamentar, que seguramente influenciou em sua formação, no sentido de valorização das formas legais de ação política, de certo pragmatismo para adaptar-se às situações das quais poder-se-ia tirar algum proveito político.
- ¹² Os "renovadores" não constituíam um grupo politicamente homogêneo, entretanto alguns pontos deram a tônica nas críticas dos principais intelectuais e militantes que fizeram parte do movimento renovador. Além das críticas ao mandonismo, à falta de democracia interna, ao servilismo em relação à União Soviética, ao "culto à personalidade", haviam questões que iam diretamente contra a linha política oficial. Questionava-se o descompasso do movimento camponês e da luta pelas transformações agrárias frente à luta anti-imperialista, propondo-se a privilegiamento da luta nacionalista; questionava-se a idéia de hegemonia necessária do proletariado na revolução democrática; propunha-se, enfim, a formação de uma ampla frente nacionalista, que incluiria até mesmo setores latifundiários, com o objetivo de conquistar um governo nacionalista através de meios democráticos. Essas críticas e proposições voltavam-se contra Programa do partido, aprovado dois anos antes, em novembro de 1954, no IV Congresso.(cf. SANTOS, 1988, pp. 155-179 e pp. 229-245)
- ¹³ VINHAS, Moisés. O Partido - a Luta Por um Partido "de Massas", 1922-1974. SP, Hucitec, 1982. pp.180-181.
- ¹⁴ Depois de sua destituição Arruda Câmara ficará praticamente afastado da vida partidária do PCB, retornando à vida política ativa na condição de dirigente do PC do B, após 1964. Amazonas e Grabois, ao contrário, permanecerão no Comitê Central, assumindo os cargos de primeiro secretário, respectivamente, no Comitê Estadual do Rio Grande do Sul e no Comitê Estadual do Rio de Janeiro.
- ¹⁵ Cf. SANTOS, 1988, pp. 205-224.

- 16 Na verdade a idéia de que haveria dois setores no governo JK e a tática de apoio ao setor progressista já está presente em um documento oficial do PCB de 1956; cf. "Projeto de Resolução sobre o XX Congresso"; in: Vinhas, pp.166-167
- 17 A noção de "contradição principal" é de inspiração maoísta.
- 18 CARONE, vol. 2, p.186.
- 19 *"Em vários países capitalistas, a classe operária, encabeçada por sua vanguarda, tem nas condições atuais a possibilidade real de agrupar sob sua direção a esmagadora maioria do povo e de assegurar a passagem as mãos deste dos meios de produção fundamentais. Os partidos burgueses de direita e os governos por eles constituídos caem com frequência cada vez maior. Nessas condições, a classe operária, unindo em torno de si o campesinato trabalhador, amplos setores da intelectualidade, todas as forças patrióticas e dando uma réplica contundente aos elementos oportunistas, incapazes de renunciar a política de conciliação com os capitalistas e latifundiários, pode derrotar as forças reacionárias e antipopulares, conquistar a maioria sólida no Parlamento e convertê-lo, de órgão da democracia burguesa, em instrumento da verdadeira vontade popular."* Trechos da Resolução do XX Congresso do PCUS sobre o informe do Comitê Central, in: Problemas, nº 73, março/junho de 1956, p. 143.
- 20 As "Teses" saíram simultaneamente em um suplemento especial no nº 59 de "Novos Rumos", de abril de 1960, e em formato de livreto. Além de oferecer maior argumentação de vários de proposições da "Declaração", as "Teses" também buscavam retocar esta última, dando-lhe formulações mais à esquerda.
- 21 O V Congresso por si só poderia tornar-se tema de uma pesquisa. Foram publicados na "Tribuna de Debates" entre artigos e cartas, que perfazem um total de 280 textos. A rigor, havia limites implícitos nos debates, que estavam estabelecidos desde a crise de 1956. Contudo, no que diz respeito às questões da linha política e interpretações as discussões foram livres. O mecanismo de controle do grupo dirigente pecebista se deu através da ação para garantir uma composição plenária final do congresso, majoritariamente comprometida com a política oficial...
- 22 Estes dirigentes viriam a formar a primeira Comissão Executiva do Comitê Central do PC do B. Juntos publicaram 31 artigos na "Tribuna de Debates" do V Congresso.
- 23 Maurício Grabois, "Duas concepções, duas orientações políticas.", in: Novos Rumos nº 60, 22 a 24/04
- 24 "Teses" p. 59.
- 25 "Duas concepções, duas orientações políticas.", in: Novos Rumos nº 60, 22 a 24/04
- 26 Op. cit. Este Aspecto é também desenvolvido nos seguintes artigos: Pedro Pomar, "Análise marxista ou apologia do capitalismo?", in: Novos Rumos nº 62, 06 a 12/05, p. 4); "A burguesia, o Estado e as Teses.", in: Novos Rumos nº 65, 27/05 a 02/06, p. 4; "Ainda sobre a apologia do capitalismo.", in: Novos Rumos nº 67, 10 a 16/06, p. 6 e nº 68, 17 a 23/06, p. 4.
- 27 Maurício Grabois, "Duas concepções, duas orientações políticas.(II)" in: Novos Rumos nº 61, 29/04 a 05/05. Cf também Pedro Pomar, "A burguesia, o Estado e as Teses.", in: Novos Rumos nº 65, 27/05 a 02/06, p. 4; João Amazonas, "Uma linha confusa e de direita.", in: Novos Rumos nº 66, 03 a 09/06, p. 6; Maurício Grabois, "Não retornar aos erros do passado, nem perserverar nos desvios do presente.", in: Novos Rumos nº 69, 24 a 30/06, p. 6.
- 28 Op. cit. Veja também, entre outros, Carlos Danielli, "Sobre as 'Teses para discussão'.", in: Novos Rumos nº 62, 06 a 12/05, p.4; Pedro Pomar, "A 'democratização crescente' e a burguesia.", in: Novos Rumos nº 66, 03 a 09/06, p. 8
- 29 Idem.

- 30 Maurício Grabois, "Duas concepções, duas orientações políticas (III).", in: Novos Rumos, nº 62, 06 a 12/05, 1960.
- 31 Op. cit.
- 32 Idem.
- 33 Maurício Grabois, "Duas concepções, duas orientações políticas (II).", in: Novos Rumos nº 61, 29/04 a 05/05. Grifos meus - ACG. Cf. também Maurício Grabois, "Uma defesa falsa de uma linha oportunista.", in: Novos Rumos, nº 67, 10 a 16/06, p.4; Valter Pomar, "Uma caricatura da vida do Partido" in: Novos Rumos, nº 71, 08 a 14/07, p. 13.
- 34 Idem.
- 35 "Duas concepções, duas orientações políticas (III).", in: Novos Rumos, nº 62, 06 a 12/05, 1960.
- 36 op. cit.
- 37 Idem.
- 38 Idem. Sobre este tema veja ainda Carlos Danielli, "O caráter do governo pelo qual lutamos e o caminho da revolução brasileira.", in: Novos Rumos nº 63, 13 a 19/05, p. 3.
- 39 NR 60 *"Um dos erros cometidos na época do Manifesto de Agosto foi exatamente o de destacar o objetivo e menosprezar a política em curso no país. Tudo era realizado em função da derrubada imediata do poder das classes dominantes à margem da situação concreta então existente. Esta posição levou-nos a abstenção injustificável no pleito eleitoral de 1950. Com o Programa de 1954, embora este representasse enorme avanço na orientação do partido, insistíamos ainda demasiado no objetivo, não apresentando indicações precisas para fazer frente à situação política. Confundíamos nele, a estratégia com a tática e, por isso, pregávamos a derrubada imediata do governo e sua substituição pelo governo democrático de libertação nacional. Esta grave falha no Programa começamos a compreender na ação prática, razão porque, nas eleições de 1955 e no golpe de 11 de novembro do mesmo ano, tomamos posições que se não contrapunham aos objetivos do Programa, negavam, todavia, a tática nele preconizada de derrubada imediata do governo.*
- "Ao adotarmos uma nova orientação em março de 1958, caímos no extremo oposto. Abandonamos o objetivo, sob o pretexto da inexistência de condições revolucionárias, no momento, e ficamos na política do dia-a-dia, na luta por reformas, no gradualismo dos sucessivos governos chamados nacionalistas e democráticos." João Amazonas, "Aspectos Inseparáveis da Luta Revolucionária." in: Novos Rumos, nº 72, 15 a 21/07, p. 7.*

CAPÍTULO 3 - O PC DO B NO GOVERNO GOULART

Este capítulo está dedicado à análise da trajetória do PC do B, entre a sua fundação e o golpe civil-militar de 1964. Para isso, realizaremos uma breve descrição das lutas política e sociais desse período, o desempenho do governo de João Goulart e os problemas por ele enfrentados. De outro lado, examinaremos as formulações programáticas do PC do B e seu posicionamento na conjuntura, buscando aferir de que modo a ideologia nacional-democratista aflora nas suas orientações políticas.

Em 18 de fevereiro de 1962, reuniram-se os ex-dirigentes do PCB, recém expulsos, e militantes que os seguiam, em um total de cerca de 80 pessoas na chamada "Conferência Nacional Extraordinária", onde é decidida a "reorganização" do Partido Comunista do Brasil.⁸ A Conferência representava, provavelmente, cerca de uns trezentos militantes espalhados principalmente entre os Estados de São Paulo, Guanabara, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Nela foi eleito um Comitê Central de 25 membros, com um Secretariado de cinco membros: João Amazonas, Maurício Grabois, Pedro Pomar, Carlos Danielli e Calil Chade.

O novo partido não contava com lideranças populares ou influência em entidades populares ou sindicatos. Com muitas dificuldades, o PC do B consegue editar o jornal "A Classe Operária" no Rio de Janeiro, sob a direção de Pedro Pomar, assumindo as características de um grupo de propaganda revolucionária, sem bases sociais significativas.

Vejamos o contexto político em que o novo partido atuou.

O GOVERNO GOULART E A CRISE DO POPULISMO

O período circunscrito entre a renúncia de Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961, seguida da posse de João Goulart como Presidente da República, em setembro de 1961, e sua deposição pelo golpe militar de 1º de abril de 1964, foi um dos mais críticos e conturbados da história do Brasil republicano. Nele se entrelaçaram o agravamento da crise econômica e sucessivas crises políticas do governo de Jango, das instituições do Estado e do regime político representativo instaurado desde 1946.

A situação econômica do país, entre os anos de 1961 a 1964 herança de impasses estruturais não enfrentados pelos diversos governos anteriores, era difícil. Combinavam-se estagnação econômica com um quadro inflacionário inédito, elevação do custo de vida e crescente perdas de divisas e endividamento externo. Há uma queda acentuada no crescimento da agricultura, do setor de serviços e da indústria em relação período de 1956 a 1961. Esta última apresenta nos anos de 1961 e 1962, uma queda de cerca de 50%, se comparada com o período anterior, tendo índice negativo em 1963. As taxas anuais de inflação subiam rapidamente: 1961, 43,2%; 1962, 55,3%; 1963, 80,6%; e previsão de 100% para 1964.¹

O resultado era a ampliação do desemprego, a elevação dos preços dos gêneros alimentícios e de primeira necessidade, além do estrangulamento da produção agrícola, gerando o desabastecimento.

O crescimento inédito dos movimentos grevistas urbanos e da luta dos trabalhadores rurais reflete as dificuldades vividas pela população de baixa renda, e, mesmo de renda média em processo de assalariamento. A amplitude nacional e a variedade das categorias de trabalhos envolvidas em tais mobilizações, bem como as reivindicações que as moviam, centradas principalmente, mas não somente, na melhoria salarial face a desvalorização dos salários pela inflação, demarcam claramente os efeitos da crise econômica para o crescimento da luta popular.²

A crise econômica foi também, por seu turno, alimentada pela burguesia industrial, que imobilizava seus investimentos produtivos face à ameaça representada pela crescente

mobilização popular. No caso do capital estrangeiro, a queda de inversão de capitais no país é flagrantemente denunciadora da sua posição política em relação ao governo Goulart.

A crise também aguçava e era agravada pelo fortalecimento de um movimento de alternativa aos impasses econômicos e sociais, de um ponto de vista dos interesses populares e nacionalistas: o movimento pelas Reformas de Base. Dessa maneira, tornava-se inevitável uma forte politização e polarização dos conflitos sociais do período.

Entre os vários tópicos das Reformas de Base, a questão agrária despontava não só por representar, em tese, uma ameaça aos grandes proprietários de terra, mas como ameaça presente, na medida em que estes últimos viam surgir e estender-se entre os trabalhadores rurais a firme disposição de realizar a reforma agrária "na lei ou na marra", levando a uma inédita generalização de conflitos armados pela posse da terra e a formas de organização inusitadas como as Ligas Camponesas. Simultaneamente, a reforma agrária cada vez mais tornava-se tema presente nos discursos e se fazia objeto de discussão de diversas autoridades governamentais, quando não do próprio Presidente da República.

A nomeação de João Goulart à Presidência, após o golpe branco do parlamentarismo, dava-se, assim, em um contexto de crescente radicalização e polarização política entre as forças direitistas e os movimentos populares e nacionalistas. Além da grave crise econômica, o golpismo de direita se anunciava a todo momento, desde a sua posse.

As forças direitistas e conservadoras tinham presença nas Forças Armadas, nos órgãos da grande imprensa; possuíam instituições através das quais fluíam as articulações golpistas abarcando importantes segmentos do empresariado - IPES e o IBAD; e tinham suas lideranças políticas nos principais governos estaduais, em São Paulo, Adhemar de Barros; na Guanabara, Carlos Lacerda; e, em Minas Gerais, Magalhães Pinto.

Vejamos de forma esquemática a trajetória de Goulart na Presidência.

Após a renúncia de Jânio Quadro houve a tentativa golpista dos Ministros Militares de impedir a posse do então Vice-Presidente João Goulart. O governador do Rio Grande do Sul e cunhado do Vice-Presidente, Leonel Brizola, organiza um movimento de resistência à tentativa golpista. O impasse para os golpistas surge quando o comandante do Terceiro Exército, sediado no RGS, declara seu apoio à linha legal da sucessão.

A solução negociada, que afastava um virtual confronto militar de proporções imprevisíveis, é alcançada com a amputação dos poderes da Presidência da República pela adoção

do Parlamentarismo pelo Congresso, com o posterior acordo dos Ministros Militares. Goulart ascende à Presidência graças a uma ampla base da opinião pública de centro, desejosa da obediência ao processo contitucional, mas também com uma inequívoca dívida à mobilização das forças nacionalistas e populares, que provocou a divisão entre os militares. Débito esse que alimentou nas lideranças e ativistas de esquerda ora expectativa positiva, ora a decepção com a relação ao compromisso do novo governo com um programa radical de reformas econômicas e sociais, gerando um relacionamento tenso, de permanente pressão sobre o chefe do Executivo.

De setembro de 1961 à janeiro de 1963, foram indicados cinco Primeiro-Ministros, dos quais um foi rejeitado pelo Congresso, três renunciaram em poucos tempo de mandato - um deles em 48 horas -, demonstrando acima de tudo a ineficácia do regime político recém criado. Um fator essencial para esse resultado, era o próprio desejo de Goulart de retomar os poderes presidenciais. Em função desse objetivo, em um primeiro momento da fase parlamentarista de seu governo, Jango buscou legitimar-se perante às classes dominantes e forças políticas tradicionais como um presidente confiável. Tentou efetivar, com esse intuito, uma política de bom relacionamento com os Estados Unidos e com o FMI, comprometendo-se com a compra da concessionária norte-americana de serviços de eletricidade, a AMFORP. Tais inclinações políticas resultaram em pesadas críticas das lideranças e dos grupos nacionalistas e antiimperialistas.

Posteriormente, Jango reaproxima-se dos nacionalistas e do movimento popular, visando desencadear a luta pelo retorno ao Presidencialismo. No plebiscito, em janeiro de 1963, é aprovado, na proporção de cinco votos para um, o retorno ao Presidencialismo. De posse de plenos poderes, Jango novamente acena para uma política de tranquilização dos setores conservadores. Imediatamente após o plebiscito, vem à público o Plano Trienal, que propunha uma política de estabilização da economia com base na desvalorização do cruzeiro, objetivando o incremento das exportações; o corte dos subsídios ao consumo de trigo e derivado de petróleo; contenção dos aumentos salariais; elevação das tarifas dos serviços públicos; contenção de crédito e emissão de papel-moeda etc. O Plano Trienal recebeu aprovação do FMI e do governo norte-americano e, evidentemente, a crítica das forças políticas de esquerda e nacionalistas.

Outro momento delicado no relacionamento de Jango com as forças da cena política é o envio ao Congresso, em 4 de outubro, de uma proposta de decretação de Estado de Sítio, em razão do levante dos sargentos em Brasília. As diversas forças políticas, incluindo os setores populares e nacionalistas - estes desconfiados de que seriam os principais atingidos com as medidas propostas pelo executivo - manifestaram sua oposição, obrigando Jango à recuar.

A partir de dezembro de 1963, o presidente pende para a esquerda, tendo em vista a incapacidade de consolidar apoio junto às forças políticas tradicionais e à crescente pressão dos movimentos populares e nacionalistas. Passa a agitar a bandeira das reformas de base com maior ênfase e entre outras medidas decretou o monopólio da importação de petróleo pela Petrobrás.

Em janeiro de 1964 assina o decreto de regulamentação da Lei de Remessa de Lucros que restringia da remessa de lucros do capital estrangeiro ao exterior e que afetaria seriamente os interesses deste último - a qual próprio Goulart por hesitação mantivera engavetada pelo por 16 meses após a sua aprovação Congresso, no ano anterior.

No comício de 13 de março de 1964, realizado na Guanabara, na Praça da República, no qual participam expressivas lideranças nacionalistas e de esquerda, Jango assina em público os decreto da SUPRA, que declarava sujeitas à desapropriação as propriedades rurais marginais de vias federais e de açudes e obras de irrigação financiadas pelo Governo Federal e o decreto de encampação das refinarias particulares. Sem representar consequências importantes do ponto de vista econômico e social, tais decretos, tinham mais um significado político. Dois dias depois envia o governo ao Congresso, juntamente com mensagem de um amplo projeto de reformas, emendas constitucionais relativas à desapropriação de terras com pagamento em títulos públicos e à elegibilidade dos subalternos das Forças Armadas.

A forma ostensiva como Jango abraçara a bandeira das reformas de base, cerca de um ano antes das eleições presidenciais, marcadas para outubro de 1964, nas quais ele não poderia se candidatar, nem seu cunhado, o deputado federal Leonel Brizola, deixava vivas suspeitas nas forças conservadoras de que haveria a disposição para uma tentativa de continuísmo golpista. Ante a impossibilidade de uma solução pacífica e constitucional para a deposição de Goulart, via *impeachment*, por não contarem com votos suficientes no Congresso, as oposições militares e civis reacionárias passaram à articular a saída golpista.

O que se assiste, portanto, durante o governo Goulart é o transbordamento dos limites do delicado equilíbrio de forças alcançado e mantido pelas formas assumidas pelo Estado Brasileiro no período populista, pela radicalização das lutas de classes. Esse contexto de radicalização e polarização foi, seguramente, decisivo para as oscilações políticas de Jango. Este, particularmente do final de 1963, mesclou, de forma inconsequente, apelos cada vez mais fortes ao movimento popular e nacionalista, através das bandeiras das reformas de base, ao mesmo tempo em que hesitava sistematicamente em efetivar medidas ao seu alcance, que iam ao encontro dos interesses populares, e mantinha sucessivas equipes econômicas vinculadas às forças anti-

reformistas. Goulart tentava operar manobras próprias ao jogo político tradicional do populismo em uma situação em que não havia mais condições para fazê-lo com um mínimo de eficácia. Dessa forma, ao contrário de arregimentar uma base de sustentação para seu governo, apenas favorecia o processo de radicalização política e a erosão de suas possibilidades de encerrar o mandato de forma constitucional.

AS FORÇAS POLÍTICAS NO MOVIMENTO POPULAR E NACIONALISTA

Especialmente após a retomada do regime presidencialista em 1963, a par com a ampliação de suas lutas e mobilizações, o movimento popular e nacionalista e, em particular, os trabalhadores urbanos ascendiam ao papel, ao qual nunca antes tiveram acesso, de interlocutores diretos do governo. Esse novo papel era intermediado por diversas lideranças e organizações.

Além das lideranças nacionalistas de maior expressão nacional como Leonel Brizola e Miguel Arraes, atuavam de maneira dinâmica no movimento popular diversas organizações, entidades e movimentos setoriais, que não se limitavam às reivindicações específicas aos segmentos por elas representados e intervinham de forma ostensiva em torno das questões políticas mais candentes do período.

Em julho de 1962, é criado o Comando Geral de Greve, a partir da tentativa de realização em junho de 1962 de uma greve nacional realiza-se, com o apoio de Goulart, no contexto da recusa do Congresso da indicação de San Tiago Dantas e da aprovação do senador Auro de Moura Andrade, do PSD, para Primeiro Ministro. Auro Moura renuncia, o Congresso cede e aprova a indicação do conhecido trabalhista Brochado Rocha. Em agosto o CGG é transformado em Comando Geral dos Trabalhadores. Em 14 de dezembro do mesmo ano é realizada nova greve nacional, também com a anuência de Jango, tendo como motivação política a crise no Congresso em torno da discussão sobre a antecipação do plebiscito sobre o sistema de governo, previsto inicialmente para o final de 63. Após a greve, o plebiscito é antecipado para 6 de janeiro de 1963. Ambas as greves resultaram em concessões significativas por parte do Governo. Após a primeira greve, o presidente sanciona a lei que institui o 13º salário; após a segunda, cria a Superintendência para a Reforma Agrária, SUPRA, além de abrir espaço para medidas dando início ao processo de organização de reconhecimento oficial dos sindicatos dos trabalhadores rurais.

A presença dos trabalhadores rurais na conjuntura torna-se cada vez mais marcante. Já em novembro de 1961, realiza-se o Primeiro Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, com a participação de 1.600 delegados (com a presença de Goulart), que aprovou uma declaração por uma reforma agrária, que demonstrava claramente a disposição dos trabalhadores rurais na lutar pela terra. Em 1963, com o apoio do Ministro do Trabalho, a formação de sindicatos rurais ganha impulso. Em dezembro daquele ano havia 270 sindicatos de trabalhadores rurais já reconhecidos e 557 em fase de reconhecimento, sendo criada a Contag, Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura, sob presidência de um militante do PCB.

O movimento estudantil universitário, marca forte presença no cenário político. Organizado em torno da União Nacional dos Estudantes (UNE), sob a hegemonia, principalmente, da Ação Popular, realiza intensa mobilização, seja através da intervenção nas questões políticas nacionais mais candentes, seja em torno de suas reivindicações específicas, seja na atuação político-cultural dos Centros de Cultura Popular, os famosos CPC's. O episódio mais significativo das mobilizações estudantis nesse período foi a greve nacional deflagrada em maio de 1962, pela participação estudantil de 1/3 nos conselhos deliberativos das universidades que envolveu cerca de 100 mil estudantes, com a duração de 3 meses. Em 1963, a UNE se engajará com vigor na luta pelas reformas de base³

A polarização dos movimentos sociais em torno das reformas de base repercute no Congresso com o crescimento da Frente Parlamentar Nacionalista agrupando os parlamentares de todos os partidos identificados com as bandeiras populares.

Surge, no início de 1963, como o embrião de uma instância unificadora dos movimentos populares e nacionalistas, a Frente de Mobilização Popular. A FMP, embora não tivesse uma organicidade bem definida, muito menos um programa unificado das forças populares, aglutinou os partidos e grupos políticos, organizações inter-sindicais, sindicatos, organizações de profissionais liberais, do movimento estudantil, em defesa das reformas de base, entendidas, de forma genérica, como reformas econômicas e sociais: reforma tributária, administrativa, universitária, urbana, agrária, etc.

AS ORGANIZAÇÕES DE ESQUERDA SOB O GOVERNO GOULART

Entre os movimentos da esquerda, o PCB era, sem dúvida, a mais importante pela sua presença junto ao movimento popular.

A posição do PCB em relação ao governo de Goulart, de 1962 a 1964, variou entre a crítica dura e o apoio e aproximação. No período parlamentarista, em especial a partir de meados de 62, houve uma crescente aproximação com o governo, levando a uma perigosa dependência direta das decisões do CGT em relação à Jango. Já nos primeiros meses de 1963, o PCB adota uma posição de crítica e combate à política de aproximação do presidente com as forças de centro-direita. Com a guinada à esquerda do governo, depois de dezembro de 1963, o PCB passa novamente a prestar apoio cada vez mais ostensivo e a realizar entendimentos diretos com Goulart.

As oscilações da atitude do PCB podem ser debitadas a vários fatores. A orientação estratégica e tática oficial era a aprovada no V Congresso, que se balizava na perspectiva da luta, dentro dos marcos da legalidade vigente, pela formação de um governo nacionalista e democrático, tendo em vista a aposta na transição pacífica para o socialismo. Dentro desse esquema, depositava-se ampla expectativa na chamada burguesia nacional, como o principal aliado para conduzir essa opção estratégica. É evidente que Goulart inevitavelmente aparecia, para os adeptos mais moderados da linha oficial pecebista, como o candidato a legítimo representante da burguesia nacional reformista, em torno do qual poder-se-ia apostar numa aliança de longo alcance. Contudo, o comportamento conciliador deste último em relação às forças políticas tradicionalmente dominantes; a busca de composição com políticos que pouco tinham a ver com a luta nacionalista, democrática e popular; uma política exterior, por longo tempo, de cordialidade com os Estados Unidos e de concessões ao capital estrangeiro; o compromisso apenas de discurso com as reformas de base; além de algumas tentativas desastradas de desarticulação de forças nacionalista e de esquerda, acirravam os ânimos oposicionistas destas últimas.

O PCB não poderia ficar imune a tais questões, tanto em função da radicalização de outras correntes e lideranças como Brizola e Miguel Arraes, quanto devido à radicalização de

suas bases e militantes e de divergências internas de orientação política, com o surgimento na cúpula dirigente de críticas à conduta de Prestes em relação à excessiva aproximação com Jango.

A partir da tentativa de unificar as correntes nacionalistas e populares em torno da chamada Frente Ampla, por San Tiago Dantas, que visava constituir uma base de sustentação ao governo, simultaneamente à adoção mais insistente da defesa das reformas de base pelo presidente, a posição do PCB, passa a ser de apoio entusiástico à Jango, integrando-se de imediato na iniciativa frentista. Com efeito, em seus pronunciamentos o Secretário-Geral do partido alardeava expectativas otimistas sobre os compromissos do Presidente, para levar à frente a luta nacionalista e democrática de forma radical, que não correspondiam à realidade.

As demais organizações de esquerda Ação Popular (AP), Organização Revolucionária Marxista - Política Operária, ORM-POLOP, e o Partido Comunista do Brasil tinham posições diferenciadas sobre o governo Goulart.

A Ação Popular, surgida no início de 1963 a partir da JUC, organização católica estudantil, com uma perspectiva programática socialista e humanista, a partir da posição hegemônica conquistada na diretoria da UNE, participou ativamente das lutas pelas Reformas de Base. A AP tinha uma posição mais crítica do que o PCB em relação ao governo Goulart, contudo, isso não impediu que tal organizações atuasse na órbita política do governo.

Já a ORM-POLOP, ou simplesmente, POLOP, fundada no início de 1961, e composta principalmente por intelectuais, tinha profunda crítica às formulações pecebistas a respeito das potencialidades da chamada burguesia nacional e, por consequência à proposta de luta por um governo nacionalista e democrático, propondo-se a uma perspectiva de luta direta pelo socialismo. Dessa forma a POLOP rechaçava o apoio ao governo Goulart encarando-o como "colaboração de classes" e a luta pelas Reformas de Base tida como "reformismo".⁴

O PC do B, como veremos a seguir, manteve-se em radical oposição à Goulart.

O DESENLACE GOLPISTA: DERROTA SEM RESISTÊNCIA ARMADA

A conjugação de uma série de eventos gerou as condições propícias ao desencadeamento e vitória do golpe. A unificação das Forças Armadas em torno de uma saída golpista para a crise política foi o elemento crucial na conjuntura.

A posição mais à esquerda de Goulart, no final de 1963, teve um papel decisivo para a consolidação da conspiração entre os militares. De outro lado, a crescente mobilização política dos subalternos das Forças Armadas, com a condescendência do governo servia para engrossar os temores e insatisfações da oficialidade. A participação de militares subalternos em reuniões e nas mobilizações políticas nacionalista e de esquerda tornou-se cotidiana, resultando na organização sindical dos mesmos, como por exemplo, a Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais no Rio de Janeiro. Houve situações críticas envolvendo a participação subalternos como o levante de algumas centenas de sargentos em 12 de setembro de 1963, em Brasília, ocupando vários prédios, inclusive os Ministérios da Marinha e da Aeronáutica e prendendo algumas autoridades governamentais, devido à cassação do mandato de um sargento eleito deputado estadual, pelo Supremo Tribunal Federal. A rebelião foi derrotada, tendo sido presos cerca de 600 subalternos.

Em 25 de março de 1964, a Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais realiza um ato político de protesto à prisão e outras medidas punitivas contra vários membros de sua diretoria. Logo a manifestação transformou-se em assembléia permanente pela libertação dos presos e suspensão das punições. O Ministro da Marinha ordenou a repressão do movimento, que não foi levada a efeito por deserção de parte das tropas designadas para isso. Jango demitiu o Ministro, nomeando um novo titular, de posições nacionalistas, chegou à uma solução negociada e anistiou os rebelados. Tais acontecimentos favoreceram a passagem da oficialidade neutra para o campo dos golpistas, uma vez que se configurava para as Forças Armadas como instituição, uma ameaça aos princípios de hierarquia e unidade.

O mote para o início da mobilização das forças militares golpistas, foi um discurso desafiador de Goulart, transmitido pela TV, na noite de 30 de março, em solenidade promovida pela Associação dos Sargentos e Suboficiais da Polícia Militar do Rio de Janeiro. Na noite de 31

de março as tropas do General Olympio Mourão começariam a se movimentar de Minas Gerais em direção à Guanabara para depor o Presidente da República.

Se se toma como parâmetro a retórica radicalizada e triunfalista dos derrotados, dias antes do golpe, não se pode deixar de sentir uma certa perplexidade sobre a incapacidade das forças populares e nacionalistas de esboçar reação.⁵ A possibilidade de um golpe militar já era antevista e denunciada não só por intelectuais como pelas diversas organizações políticas de esquerda, pelos partidos políticos e requerida abertamente pela maior parte da grande imprensa conservadora do país, e por líderes políticos como Carlos Lacerda, de maneira insistente, pelo menos alguns meses antes dos acontecimentos de abril de 1964. Apenas o CGT convocou uma greve geral, mas foi desbaratado, tendo alguns de seus dirigentes presos pela polícia lacerdista já no dia 31 de março.

Vários elementos concorreram para o desfecho humilhante para a esquerda e o movimento popular.

Em primeiro lugar uma característica, já bastante assinalada, própria à dinâmica política e ideológica do período populista, que era a dependência em relação ao Estado e, na conjuntura em questão, ao governo Goulart. De um modo geral, o Estado era visto como a instância decisiva, como o sujeito das reformas desejadas; as lideranças sindicais e políticas gravitavam em torno do aparato estatal e do chefe do Executivo, e neles, mais do que na organização popular e operária autônoma, sustentavam suas iniciativas e crescimento. Ao mesmo tempo, as bases dos movimentos sociais mobilizavam-se mais em função de objetivos econômicos, do que as bandeiras políticas agitadas por suas lideranças. Havia, ainda, a crença, depositada no famoso dispositivo militar de Jango, que segundo se propalava, impediria a vitória de qualquer tentativa de golpe. O PCB, neste aspecto teve um papel significativo na divulgação da tese do pretenso caráter democrático das Forças Armadas.

De outro lado, era flagrante a incapacidade de unificação mínima das forças nacionalistas e populares, somente proporcional ao discurso triunfalista com que cada uma das forças políticas do campo da esquerda se apresentava. As disputas entre as diversas lideranças, os sectarismos mútuos, levando à fragmentação das forças anti-golpista, tiveram a sua parcela de contribuição para inviabilizar qualquer tipo de coordenação para articular a resistência.

Como se comportou o PC do B, nesse período histórico politicamente radicalizado?

O MANIFESTO-PROGRAMA

O "Manifesto-Programa" (MP), aprovado na Conferência de fundação, é o documento básico onde se delineia a política do PC do B, seguida durante o governo Goulart.

Este texto divide-se em 6 partes. A primeira pretende uma descrição da crise, enfatizando o seu agravamento e as consequências sofridas pelo país, tais como aumento do déficit público, dívida externa, crise da produção cafeeira, economia nordestina e nortista estagnadas, baixos salários, exploração dos camponeses, perda do poder aquisitivo da classe média, doença, fome, analfabetismo etc.

A segunda parte é dedicada ao diagnóstico da crise. Segundo o documento programático do PC do B, as causas da miséria do povo e os principais **entraves** ao desenvolvimento do país são a espoliação pelo imperialismo norte-americano, o monopólio da terra e a crescente concentração de riquezas nas mãos dos grandes grupos monopolistas da burguesia.

O domínio imperialista norte-americano se sustentaria por diversos mecanismos e formas: através da indústria automobilística, produtos farmacêuticos, energia elétrica, comércio de petróleo; da posição destacada no comércio exterior, impondo preços cada vez mais baixos aos produtos brasileiros de exportação e elevando constantemente os preços dos bens de importação; através de investimentos diretos dos EUA no Brasil; de privilégios das empresas imperialistas para importação e juros amortizações da dívida externa para os EUA; e, também, através da dependência dos monopólios americanos, através de um sistema de compromissos, acordos e tratados e da pressão econômica e financeira.

Já os latifundiários monopolizam a terra, explorando as massas camponesas, através de pesadas taxas de arrendamento, e impossibilitam a aplicação de tecnologia e inversão de capital na agricultura. Com esse perfil a estrutura agrária é definida como um sistema parasitário, freando o desenvolvimento da indústria nacional devido à baixa produtividade na agricultura. Por sua vez, os grupos de grandes capitalistas nacionais, associados às forças do latifúndio e do imperialismo, beneficiar-se-iam da inflação, de posições monopolistas em certos ramos e de atividades especulativas.

No MP é admitido que houve desenvolvimento econômico do país, nos anos anteriores, contudo ele teria sido atingido através da inflação desenfreada, maior penetração imperialista e manutenção da estrutura agrária, o que resultaria, portanto, no agravamento da situação social e econômica do país. Em suma, do ponto de vista da interpretação da realidade sócio-econômica brasileira o programa do PC do B, reproduz as fórmulas do nacional-democratismo, sistematizadas no "Programa" de 1954.

Na parte relativa à análise da esfera das relações e instituições políticas, revelam-se de forma contundente, as primeiras diferenças em relação à formulação oficial do PCB. Retomando as posições expressas nos debates do V Congresso do PCB, o MP retrata o Estado brasileiro como

*"uma anacrônica máquina destinada a proteger a estrutura existente e esmagar os anseios e lutas do povo..."*⁶

Nota-se, contudo, uma interpretação menos generosa em relação às instituições democráticas. A Constituição de 1946 seria um texto que

"consagra antes de tudo os privilégios dos exploradores"

e

*(...) "serve, fundamentalmente, aos que dominam o país"*⁷

O Estado brasileiro seria impermeável aos interesses populares. As eleições cumpririam basicamente uma função conservadora da ordem vigente:

*As eleições (...) não expressam a autêntica vontade popular. O direito de voto é negado aos analfabetos, soldados e marinheiros. Torna-se evidente que o poder do dinheiro decide cada vez mais o resultado das eleições."*⁸

O Congresso representaria tão somente os interesses das classes dominantes, sendo

*"assim, em sua quase totalidade, formado de representantes dos ricos e os governantes são, em geral, banqueiros, industriais, fazendeiros e seus prepostos ou pessoas diretamente ligadas às empresas imperialistas."*⁹

Na sua quarta parte, o MP volta para a crítica à linha política do PCB, posicionando-se sobre as reformas de base.

"Há os que falam em reformas e, até mesmo, em reformas de base. É óbvio que o Brasil necessita de reformas profundas em sua estrutura econômica, tais como a

*reforma agrária que proscruva o latifúndio e medidas que liquidem a exploração imperialista. Todavia, estas reformas não podem ser realizadas no regime vigente.(...) Os projetos de reforma agrária das classes dominantes são meros paliativos que visam a fortalecer ainda mais a atual estrutura agrária baseada no latifúndio e não atendem ao desejo de posse da terra da esmagadora maioria dos camponeses."*¹⁰

Aborda também a tática apresentada na "Declaração de Março" da depuração do governo.

*"Existem ... os que defendem ser possível conseguir, com a substituição dos ministros mais reacionários por outros considerados democratas e nacionalistas, um gabinete capaz de livrar o país do latifúndio e do imperialismo. Nada mais absurdo. Como alcançar um gabinete efetivamente progressista através de um parlamento cuja composição é predominantemente reacionária?"*¹¹

O aspecto interessante nesse argumento é que a recusa da tática de modificação da composição governamental, antes defendida por Grabois, Amazonas, Pomar e outros, se apóia nas novas condições da realidade política em que surgiu o PC do B, de mudança do regime político para o parlamentarismo. O fato de que o parlamentarismo fora imposto exatamente como solução à crise da renúncia de Jânio Quadros e a resistência da cúpula militar em aceitar a posse de Goulart, tendo em vista que as correntes políticas conservadoras eram majoritárias no Congresso Nacional, dá força ao argumento peucedobista.

O MP posiciona-se, por outro lado, na hipótese de formação de um gabinete nacionalista e democrático:

*"Mesmo que fossem designados para o ministério homens tidos como democratas e nacionalistas, a situação pouco se modificaria. Os ministros, ou seguem a política ditada pelas classes dominantes ou, se assim não o fizerem, serão inevitavelmente aliados de seus postos."*¹²

Dessa maneira, estaria descartada a possibilidade de lutar por modificações na política e na composição governamental, pois as próprias classes dominantes, os grandes capitalistas e os latifundiários, não permitiriam alterações no governo de sentido nacionalista democratizante. Por consequência a única saída possível seria, segundo o MP, a conquista de um novo regime político

*"(...) antiimperialista, antilatifundiário e antimonopolista, regime que expresse as forças em ascensão no país, os anseios dos operários e camponeses, da intelectualidade, da pequena burguesia urbana, dos pequenos e médios industriais e comerciantes e de outros elementos progressistas. Este regime, porém, somente será criado se essas forças afastarem do poder as atuais classes dominantes e instalarem um governo popular revolucionário."*¹³

O novo "regime" antiimperialista, antilatifundiário e antimonopolista e o governo popular revolucionário, proposto pelo PC do B em seu documento programático, baseia-se no esquema estratégico já defendido por seus dirigentes nos debates do Congresso de 1960. Os pequenos e médios industriais compõem a chamada burguesia nacional, a qual teria participação no novo governo. O governo popular revolucionário seria o governo estratégico "democrático e antiimperialista" ou "antiimperialista e antilatifundiário" e o novo "regime" corresponderia a um regime de transição entre a etapa nacional e democrática e a etapa socialista da revolução brasileira. O que o MP expressa, portanto, é a idéia de um desenvolvimento capitalista restrito ou controlado, em continuidade com as teses dos "oposicionistas" no congresso do PCB de 1960.

Neste sentido, talvez possa-se compreender a versão da "reorganização" do Partido Comunista do Brasil, sustentada pelo grupo dirigente do PC do B: o "Manifesto-Programa" de 1962 retoma a ideologia nacional-democratista na sua configuração da primeira metade dos anos 50, com marcadas pretensões de realização de um projeto revolucionário, cuja referência central fora o Programa do IV Congresso.

O sentido da proposta de poder, desenhada no MP, explicita-se melhor em seu quinto item onde é feita a exposição do programa do governo popular revolucionário, composto de oito pontos: a) tarefas de caráter antiimperialistas e política externa; b) reforma agrária; c) defesa da indústria nacional; d) melhorias trabalhista e fim da inflação etc; e) Reforma Urbana, etc; f) efetivação de políticas sociais nas áreas da saúde, do ensino público e da cultura, favorecendo a maioria da população etc; g) combate à corrupção e parasitismo etc; e, h) plena democratização da vida pública etc.¹⁴

A perspectiva de um desenvolvimento capitalista restrito evidencia-se nos pontos relativos à reforma agrária e à indústria nacional. Segundo o MP, o governo popular revolucionário

"procurando abrir caminho para o mais rápido desenvolvimento do país, realizará uma reforma agrária radical que acabe com todos os tipos de latifúndio e com todas as formas feudais de exploração. Desapropriará as propriedades latifundiárias e assegurará a posse da terra aos que trabalham ou desejam trabalhar no campo. Estimulará o cooperativismo. (...) Com o fim de manter a unidade econômica dos grandes estabelecimentos agro-pecuários de alta produtividade, entregará a terra e os pertences destes estabelecimentos aos trabalhadores agrícolas sob a forma de propriedade coletiva e criará fazendas-modelo de propriedade do Estado."

de outro lado,

*"defenderá a indústria nacional. Facilitará a aquisição de equipamentos e matérias primas. Estimulará a criação de novas indústrias nas áreas mais atrasadas, objetivando reduzir e depois extinguir as desigualdades do desenvolvimento econômico das diferentes regiões do país. (...) Confiscará os capitais e as empresas que estiverem aliados aos imperialistas norteamericanos"*¹⁵

Por fim, em seu quinto item o MP indica a inviabilidade do caminho pacífico, argumentando que é

"(...) cada vez mais frequente o emprego das forças armadas em funções de polícia contra os movimentos populares. Nos últimos anos, não se verificou uma só greve econômica de maior expressão, sem que as tropas do exército, da marinha ou da aeronáutica fossem mobilizadas, inclusive com ocupação ostensiva de cidades. (...) Toda vez que seu poder estiver ameaçado, calarão suas divergências e se unirão para enfrentar o povo. (...)"

*"Nestas circunstâncias, as classes dominantes tornam inviável o caminho pacífico da revolução. (...)"*¹⁶

A inevitabilidade do caminho revolucionário não exclui, porém, algumas considerações positivas às lutas e conquistas mais limitadas do movimento popular via movimentos reivindicatórios e as eleições não são descartadas como um espaço político a ser aproveitado pelos revolucionários:

*"As campanhas eleitorais são importante forma de atividade política e uma acertada participação nas eleições permite esclarecer as massas, divulgar o programa revolucionário e eleger candidatos que defendam as causas populares."*¹⁷

OPOSIÇÃO À GOULART E REVOLUÇÃO CONTRA O GOLPISMO

O grupo dirigente do PC do B enfrentava um dilema frente ao governo Goulart. Poderia, por uma questão de coerência com as posições apresentadas pelos seus principais expoentes nos debates do V Congresso, adotar a tática de lutar por *"modificações na política e na composição do governo"*, com o objetivo *"não somente de esclarecer as massas, como levá-las a arrancar concessões que contribuirão para fortalecer as correntes democráticas e patrióticas"*. Havia fortes razões para que não adotasse tal posição. Se o fizesse, o grupo dirigente pededobista admitiria, ao menos tacitamente, que a linha política do PCB era correta.

Na hipótese oposta, o partido poderia sustentar, como supõem alguns autores¹⁸, a perspectiva tática de derrubada revolucionária do governo Goulart. Essa seria um conclusão lógica se tomamos como referência exclusiva, para interpretação dos posicionamentos do partido frente ao governo, o "Manifesto-Programa"; afinal lá está registrada basicamente a proposta de um governo revolucionário. Essa conclusão, todavia, deve ser relativizada levando-se em conta as posições expressas pelos líderes do PC do B, quando ainda faziam parte do PCB, no V Congresso.

Com efeito, se pregasse a ofensiva revolucionária imediata contra Goulart, como proposta tática, o grupo dirigente do PC do B estaria simplesmente repetindo o mesmo erro, reconhecido em autocrítica pública em 1960, pelos seus principais porta-vozes. Nas suas próprias palavras, tal erro consistira *"na compreensão esquerdista que confundia questões de ordem estratégica com problemas de caráter tático"*, a qual *"colocando como tarefa imediata a conquista do poder democrático e antiimperialista, sob a direção da classe operária, sem que as massas estivessem ganhas para isso, levava o Partido a se desligar da realidade, dificultava a criação da frente única."*

Na tentativa de solução desse dilema, o PC do B fará a distinção entre governo e **"regime"**. Esta última expressão não se referirá ao conceito marxista de regime político, mas será próximo à noção de **"regime capitalista"**

*"Quando o sistema vigente e suas instituições se tornam caducos, constituem obstáculo ao avanço da sociedade e fontes de iniquidades e sofrimentos para milhões de pessoas, não existe alternativa senão substituir o velho regime por um novo regime."*¹⁹

O regime vigente no país é assim considerado, um **"regime reacionário"** que *"se contrapõe às aspirações populares e à completa independência nacional"*²⁰ e que, portanto, deveria ser substituído por um regime **"antiimperialista, antilatifundiário e antimonopolista"**.

Em relação ao governo de Jango, o PC do B pregará a oposição intransigente, mas **não** proporá a sua derrubada como tática imediata, em momento algum. Um exemplo neste sentido, foi o episódio, da tentativa de aprovação do "Estado de sítio", por iniciativa de Goulart, será chamado sarcasticamente pelo PC do B de **"ópera bufa"**. Nem mesmo esse incidente político levou o partido a pregar a derrubada do governo. Ao contrário, insistirá no **"regime vigente"** como alvo da luta revolucionária.

"Com a retirada do pedido de Estado de Sítio, a crise foi apenas adiada. A situação agravou-se ainda mais e aguçou-se a luta de classes. Acumularam-se

*novas dificuldades e outra crise, ainda mais séria e profunda não tardará a eclodir. O Sr. Goulart procura se apresentar como tendo satisfeito os reclamos do povo. Prometeu realizar uma política favorável às massas. Tudo, porém, não passa de mentiras. Não é possível confiar em suas palavras. As causas das crises resultam do regime vigente. Enquanto tal regime imperar será impossível resolver qualquer problema fundamental do país."*²¹

Outro elemento a agregar, para demonstrar que o PC do B não propunha a derrubada de Goulart, diz respeito às posições sobre a política de frente única. Comentando as tentativas de articulação da chamada "Frente Ampla" de apoio às reformas de base, em torno de Goulart, por San Tiago Dantas, o PC do B registrará a sua visão da frente única.

"Não restam dúvidas de que é necessário a urgente organização de uma verdadeira frente única das forças democráticas e progressistas para enfrentar os problemas mais candentes da atualidade brasileira. Tal frente não pode incluir entreguistas descarados como Amaral Peixoto e Juscelino Kubitschek, nem gravatas de couro do tipo de Amauri Kruel. As correntes que precisam se unir são aquelas que representam os interesses contrários aos dos monopolistas norte-americanos e dos latifundiários, isto é, das organizações representativas da classe operária, dos camponeses, dos estudantes, da intelectualidade progressista, de setores da burguesia nacional, enfim de todos os patriotas e democratas.

*"Esta frente única será forjada no curso da luta contra a espoliação imperialista ianque, por uma reforma agrária radical, contra a carestia de vida, por medidas em favor dos trabalhadores e pelas liberdades democráticas. Organizar a frente é dever de todos os brasileiros que desejam a libertação nacional e o progresso do Brasil."*²²

Como pode-se observar o PC do B mantém a mesma posição sobre a frente única democrática e antiimperialista que seus dirigentes haviam apresentado em 1960 nas páginas da "Tribuna de Debates" do semanário "Novos Rumos", tanto no que diz respeito à sua composição, quanto aos objetivos imediatos de luta. Tais posições se refletirão na prática do partido, levando-o a integrar a Frente de Mobilização Popular, sendo que - não se pode deixar de assinalar - uma das principais personalidades políticas desse movimento era o cunhado do presidente da República.

*"Diante do chamamento da Frente de Mobilização Popular o Partido Comunista do Brasil decide integrar-se no esforço conjunto para criar o movimento de opinião pública sugerido por aquela Frente."*²³

O partido participará das eleições de 1962, com uma política relativamente ampla de atuação, apresentando candidatos através de outros partidos e apoiando, entre outros, Miguel Arraes na disputa pelo governo estadual de Pernambuco.²⁴

O discurso do PC do B, apresenta uma posição ambígua sobre a questão democrática, pendendo em certos momentos, para uma avaliação de que haveria um esgotamento das estruturas políticas democráticas do Estado Capitalista no populismo, como pode-se ver nas análises do "Manifesto-Programa". Mas, contraditoriamente, ao mesmo tempo em que eram impermeáveis às lutas populares, aquelas estruturas não mais garantiam os interesses das classes dominantes.

O partido ainda insiste frequentemente na importância da luta de reformas democráticas. Por exemplo, nas suas críticas à frente de San Tiago Dantas, não deixará de ressaltar os objetivos programáticos positivos daquela iniciativa: *"Embora contenha alguns pontos que mereçam apoio popular, como o direito voto ao analfabeto, a liberdade de organização legal para quaisquer partidos, não enfrenta os problemas cruciais que afligem o povo brasileiro."*²⁵.

Ambiguidades como estas somente podem ser explicadas pela forte presença, nas análises do PC do B, do apelo à saída revolucionária:

Já descrevemos o nível de radicalização e polarização políticas vivido pelo Brasil entre a renúncia de Jânio Quadros e o golpe de estado. A crise política desse período talvez poderá ser descrita como a crônica de um golpe anunciado. Inevitavelmente, uma das temáticas mais recorrentes nos editoriais d'"A Classe Operária", será a denúncia contra o golpismo da direita.

*"O povo deve se manter alerta e vigilante. As forças reacionárias continuam a tramocar o golpe. Conspiram não somente os Lacerda, os Ademar, como os Jango e seu dispositivo militar. Os trabalhadores não podem esperar os acontecimentos passivamente. É necessário preparar-se desde já, compreendendo que a única saída para a crise brasileira é a solução revolucionária. Somente com um governo popular revolucionário, que defenda efetivamente os interesses da nação, será possível acabar com as crises. (...)"*²⁶

O golpismo das classes dominantes era, na verdade, a reação inevitável frente ao crescimento do movimento popular democrático:

"O panorama nacional prenuncia um agravamento das contradições em todos os domínios. Os trabalhadores não poderão deixar de lutar contra a tremenda carestia de vida que reduz bruscamente seus salários. Os camponeses não renunciarão à luta pela terra. As massas populares não recuarão em seus objetivos de acabar com a espoliação imperialista. (...) Para esmagar o movimento popular e democrático as classes dominantes recorrerão desesperadamente aos meios mais violentos. Este é o caminho, tanto dos Lacerda e dos Ademar, como dos Goulart e dos generais reacionários."

*"Por isso, o dever das correntes progressistas é assumir uma posição independente, sem se deixar levar pelas manobras do Sr. Goulart. Tal posição implica no desmascaramento firme dos e ao mesmo tempo, em uma atitude de oposição decidida ao governo. Somente dessa maneira é possível dar às massas uma perspectiva correta. Deixando bem claro os objetivos da luta e a necessidade de conquistar um novo poder, um governo popular revolucionário - as forças de vanguarda ajudarão o povo a trilhar seu próprio caminho."*²⁷

Os movimentos de massas avançavam. A luta democrática e antiimperialista adquiria força cada vez maior. As classes dominantes tramavam um golpe de Estado contra-revolucionário para refrear o crescente perigo das mobilizações e lutas populares. O país estava mergulhado em uma crise política que seria resolvida, em última instância, pelo confronto militar entre as forças opostas. Em resumo, o PC do B desenhava a conjuntura política dos anos 1962 a 1964, como uma situação de **iminência da revolução**.

Naquela avaliação, a iniciativa do uso da violência seguramente viria das classes dominantes, na forma de um golpe de Estado. A resistência democrática à tentativa golpista, dessa maneira, deveria - e poderia - ser transformada em ofensiva revolucionária, cujo objetivo estaria na formação de um governo popular revolucionário. Dito de outra forma, a configuração ideológica, através da qual se traduziu para o grupo dirigente do PC do B, a **iminência da revolução** na conjuntura, foi uma tentativa de fugir ao dilema das formulações do nacional-democratismo dos anos 50. Pregava-se a iminência da revolução contra o "regime vigente"; contudo, do ponto de vista da tática imediata, tratava-se de preparar a revolução, que eclodiria como **resposta** à um golpe de estado das forças reacionárias.

Contudo, não se daria tal tentativa golpista, exatamente contra o governo Goulart, legalmente constituído? O grupo dirigente do PC do B elide esta questão incômoda ao afirmar, de maneira superficial, que o governo era um dos focos de conspiração golpista.

A DISPUTA COM O PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO

A diferença entre PC do B e PCB, aparecia nas considerações dos limites da resistência armada. Tendo em vista que o ascenso dos movimentos de massa e o agravamento da crise política eram interpretados como uma manifestação da iminência da revolução, um golpe de Estado não faria mais do que gerar uma situação revolucionária, de confronto aberto entre as classes revolucionárias e as classes reacionárias. Daí que, para o PC do B, não se poderia manter a resistência nos limites do *"regime vigente"*, mas fazê-la avançar para a formação de outro *"regime"*. Esta era uma modificação na posição anterior à ruptura com o PCB. Como vimos, no V Congresso, os "oposicionistas" defendem, da mesma maneira que a linha oficial do PCB, que a resistência a uma tentativa de golpe, deveria buscar a modificação do governo vigente, para torná-lo mais progressista.

Este era o único aspecto doutrinário significativo que diferenciava as duas organizações. Porém, para ambas, o uso da violência revolucionária estava presente na conjuntura anterior ao golpe de 1964, como **possibilidade de resistência armada** à tentativa golpista. As formulações do PCB, ao menos formalmente, não deixavam de considerar essa possibilidade, de modo que essa diferença doutrinária, no plano político concreto, diluía-se.

O problema não resolvido nessa visão era o que fazer enquanto o golpe não vem? A necessidade de diferenciar-se politicamente do PCB, impõe ao PC do B, a recusa sistemática de adotar a tática de luta por modificações no governo. Mesmo na fase em que predominava no PCB uma posição de independência e crítica à Goulart, no decorrer do ano de 1963, a postura do PC do B, será confrontação com o PCB. Em um documento de julho de 1963, assim será expressa tal posição.

"O PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL luta irreconciliavelmente contra o governo de latifundiários e grandes capitalistas, desmascara suas manobras e não inculca ilusões nas massas a respeito do caráter do governo de Goulart. O Partido Comunista Brasileiro estabelece que é tarefa do povo lutar simplesmente contra a política de conciliação com o imperialismo e o latifúndio realizada pelo atual governo, a fim de conseguir que este se torne um governo nacionalista e democrático." 28

Goulart figura, frequentemente, nas denúncias do PC do B sobre a possibilidade de golpe estado, como um dos possíveis conspiradores golpistas. Seu governo era tratado, via de

regra como um governo demagógico com uma *"política de duas caras"*, isto é, *"demagogia para os trabalhadores e ação em favor das classes dominantes"*²⁹.

Tais análises balizavam-se na recusa sistemática do PC do B em admitir que Goulart pudesse ser considerado como representante da "burguesia nacional", tal como o fazia o PCB. Embora fosse uma conclusão lógica, dentro da ideologia nacional-democratista, perante a trajetória política daquele, como um dos principais líderes do PTB. Como pode ser notado na citação mais acima, o governo Goulart é tachado pelo PC do B como *"governo de latifundiários e grandes capitalistas"*.

Mesmo durante a sua última guinada à esquerda, quando Goulart parecia ser capaz de oferecer concessões significativas às massas trabalhadoras - o que poderia sugerir a necessidade de revisão daquela tática -, o PC do B tenta forçar suas análise em sentido contrário. Por ocasião do discurso de Jango proferido no Comício de 13 de março de 1964, no qual são anunciadas medidas de reforma agrária, o PC do B identificará o presidente como representante dos grandes capitalistas - excluindo sutilmente os latifundiários como base de apoio do governo.

"O Presidente da República constituiu-se em um legítimo porta-voz daqueles setores das classes dominantes que compreendem a necessidade de satisfazer certas reivindicações populares afim de desviar as massas da única solução capaz de resolver, de fato, todos os seus problemas: a solução revolucionária..."

*"Temeroso das lutas populares que se desencadeiam em diferentes partes do país, apresentou, com bastante ênfase as reformas, em particular, a reforma agrária, como saída para a crise brasileira. Mas não agiu somente pelo temor. Falou como autêntico representante dos grandes capitalistas que têm necessidades de estender os mercados para os seus produtos. Não resta dúvida que é indispensável uma reforma agrária radical que assegure terra ao camponês. Tal reforma é um reclamo dos trabalhadores. Mas a insistência do Sr. Goulart em se referir com tanta frequência sobre a questão agrária não é para satisfazer as aspirações dos camponeses. Resulta, fundamentalmente, das exigências da burguesia industrial que precisa mais compradores para as suas mercadorias."*³⁰

Frente à postura mais à esquerda de Goulart, particularmente devido à sua ênfase na reforma agrária, o partido passa a crer que o governo é capaz de - ou mesmo pretende - tomar medidas significativas em relação à questão agrária. Dentro desse raciocínio, tais concessões não estariam exatamente dentro da tática de modificações da política governamental através da pressão de massas defendida pelo PCB? Não. A reforma agrária que virtualmente poderia ser realizada por Goulart serviria como concessão às massas, tão somente para evitar sua radicalização revolucionária. O argumento de que as medidas de reforma agrária adotadas pelo governo e outras que virtualmente poderiam surgir posteriormente, atenderia também os

interesses da grande burguesia industrial, com o objetivo de ampliar-lhe o mercado de consumo interno, vem para reforçar o significado limitado que o PC do B atribui às concessões de Goulart.

Não se trata aqui de discutir os limites políticos do governo Goulart, dados pelos seu conteúdo de classe, os quais, o PC do B, em suas análises enxergava com mais clareza que o PCB. O problema é o sectarismo com o qual o PC do B, avalia aqueles limites, que o leva a sérios equívocos. O exemplo mais eloquente dos equívocos do PC do B, foi a avaliação absolutamente irreal sobre a posição do governo norte-americano em relação à Jango, fruto de um sectarismo embaraçado com a guinada à esquerda do governo:

*"os imperialistas norte-americanos não se opõe à orientação expressa pelo Sr. Goulart em seu discurso porque este não toca em seus interesses."*³¹

Segundo esse julgamento, escrito uma quinzena antes do golpe militar, não haveria oposição dos EUA para a política de concessões demagógicas às massas populares de Jango. Essas avaliações e análises serão objeto, após o golpe militar, de uma das poucas autocríticas explícitas do PC do B.

Os dirigentes do PC do B não queriam admitir, sob hipótese alguma, que o governo Goulart fosse, ao menos parcialmente vinculado aos interesses da "burguesia nacional", pois isso seria, praticamente, o mesmo que admitir que aquele poderia alterar sua políticas sob a pressão dos movimentos de massas. Em última instância, tal admissão significaria dar razão à política oficial do PCB, de que havia a possibilidade do governo adquirir um conteúdo nacionalista e democrático. Além do que foi mostrado acima, há muitos exemplos para ilustrar o esquerdismo do PC do B. No plebiscito, em janeiro de 1963, o partido, contrariamente à esmagadora maioria do movimento pró-presidencialismo - no qual se engajara ativamente o PCB - defende a proposta de voto nulo.³² O questionável levante dos sargentos em Brasília, em setembro de 1963, teve não só o apoio efusivo, sendo saudado nas páginas d'"A Classe Operária", como também participação prévia de militantes do partido.³³

A postura mais esquerdista do PC do B em relação às posições expressas nos debates de 1960, deve ser explicada, segundo o que foi exposto até aqui, em primeiro lugar, pelo processo real de radicalização da luta de classes no período em questão, que afetou todas as correntes e grupos políticos em atividade, inclusive próprio PCB. Contudo, a radicalização da luta de classes por si só não explica as posições sectárias e equivocadas do partido em várias situações.

É necessário ter em vista, as condições particulares nas quais surgiram o PC do B. Como tentou-se demonstrar no capítulo anterior, e em certa medida, na exposição sobre o "Manifesto-Programa", o grupo dirigente do novo partido compartilhava dos mesmos pressupostos doutrinários do PCB, o nacional-democratismo. Neste sentido, surgindo sem que houvesse qualquer processo ruptura ideológica significativo, o PC do B orbitará o mesmo campo ideológico polarizado pelo PCB. Mesmo que na prática cotidiana, muito provavelmente, a distinção entre oposição ao governo Goulart e preparação da revolução contra as ameaças golpistas, tivesse pouco efeito, devido ao sectarismo do PC do B, ela demarca linhas de continuidade ideológica entre as teses dos "oposicionistas" em 1960 e as do PC do B até 1964.

E é com referência a essa continuidade ideológica que tal conduta pode ser adequadamente explicada. Tendo em vista que o PC do B orbitava o mesmo campo ideológico que o PCB, deve-se atentar para uma aspecto bastante preciso da situação do PC do B, quando do seu surgimento, que diz respeito à **falta de uma base social própria**.

Segundo o depoimento de um de seus dirigentes à época:

"(...) Uma dificuldade também, que logo surge é que uma boa parte desses camaradas que vêm para reorganizar o partido, tinha sido sempre de direção do partido, de vida clandestina com muita intensidade... Para o partido, praticamente, do movimento sindical só veio alguma coisa do Rio de Janeiro, em particular dos ferroviários da Leopoldina, ali o Comitê da Leopoldina ficou conosco. Alguma coisa no RGS. Aqui em São Paulo todos os dirigentes estudantis, sindicais, de frentes de massa, assim como nos outros estados tinham ficado com Prestes. Então também tinha isso: eram pessoas que não eram conhecidas do público externo, que não eram conhecidas do próprio movimento, da forças organizadas politicamente. Tinham nome: Amazonas todo mundo sabia quem era, Graboys, Pomar todo mundo sabia... mas não tinham relacionamento ou era pequeno. (...) Em 63, o partido já começa, primeiro ele já se espraia, ele organiza em Minas, organiza em Brasília, organiza em Goiás, no Paraná, organiza no Nordeste, ali já começa a estruturação, a organização do pessoal lá no Nordeste, Bahia, Pernambuco, depois Paraíba, aí nós vamos pro Ceará, nós vamos pro Maranhão, Pará. (...) Mas são ainda núcleos, porque daí a gente desligado do partido, nós procurávamos antigos camaradas que se conheciam, pessoal que tinha ficado dentro do PCB, mas que ainda tinham uma posição de luta... (..)"³⁴

Sem lideranças políticas públicas expressivas e composto predominantemente por "homens do aparelho partidário", o PC do B apoiou-se nos contatos com militantes e simpatizantes do PCB para sobreviver e constituir um corpo de militantes, que lhe possibilitasse um mínimo expressão política. Contudo, esse procedimento não se deu somente devido às contingências de sua composição inicial. Havia ainda outro elemento, mais significativo, que levava o PC do B a investir obrigatoriamente contra as bases organizadas do PCB. Aquele se

apresentava como o legítimo partido de vanguarda da classe operária brasileira, fundado em 1922, "reorganizado" em função de uma pretensa tentativa de "liquidacionismo" e de "abandono de suas tradições revolucionárias". Essa pretensão é elevada à condição de princípio:

*"A Conferência Nacional Extraordinária reafirma a posição de que deve existir um único partido marxista-leninista da classe operária (...)"*³⁵

Nada mais lógico, pois, do que disputar os militantes de bases e as áreas de influência política do PCB, procurando trazê-los para si, pois não se estaria fazendo nada mais do que reconduzir para o "verdadeiro" partido da classe operária, os que foram dele desviados pela direção "liquidacionista" e "revisionista" do partido. A implicação direta desse contexto é que o **campo de interlocução** do PC do B era, prioritariamente, compreendido por ativistas políticos composta uma faixa de militantes de base e simpatizantes do PCB, potencialmente sensíveis às formulações mais radicais do novo agrupamento político.

A contraposição sistemática ao PCB foi, assim, o elemento central para que o PC do B construísse a sua identidade política e ideológica e pudesse vingar como "organização comunista". Qualquer concessão nessa disputa levaria a diminuição de sua capacidade de coesão e, por consequência, a diminuição da capacidade de atração sobre os ativistas e militantes ligados ao PCB. Em outras palavras, ao seu enfraquecimento, ou mesmo desaparecimento, como organização política.

Evidentemente, que em uma extensão mais ampla, o campo de interlocução do PC do B abrangia os ativistas mais radicalizados do diversos movimentos sociais do período inicial dos anos 60, receptivos às formulações do nacional-democratismo. Talvez, o exemplo mais representativo neste sentido, foi a atração para o partido, de setores das Ligas Camponesas, no Nordeste, em 1963, a partir dos quais, o PC do B estabeleceu bases organizativas sólidas no Nordeste.³⁶

NOTAS

-
- ¹ REIS Fº, 1987, pp. 39-42.
 - ² Para uma descrição sucinta, porém eloquente sobre as lutas populares desse período cf. REIS Fº, 1987, pp.21-32.
 - ³ Sobre uma análise da trajetória da UNE nesse período veja MARTINS Fº, 1987, pp. 52-65.
 - ⁴ Sobre as posições da POLOP no período do Governo Goulart veja REIS Fº, 1987, pp. 138-161.
 - ⁵ Segundo um analista, a possibilidade de reação existia, porém revelou-se por parte do conjunto das forças populares e nacionalistas a completa dependência à iniciativa política do governo Goulart, que não existiu... Cf. GORENDER, 1981 e 1987, pp. 65-66 e 123.
 - ⁶ "Manifesto-Programa" in: LPRPCB, p.15.
 - ⁷ Op. cit., p.17.
 - ⁸ Idem, p. 16.
 - ⁹ Idem-ibidem, p. 17.
 - ¹⁰ Idem-ibidem, p. 18.
 - ¹¹ Idem-ibidem, p.18.
 - ¹² Idem-ibidem, pp. 18-19.
 - ¹³ Idem-ibidem, p.19.
 - ¹⁴ Idem-ibidem, pp. 21-22.
 - ¹⁵ Idem-ibidem, pp. 20.
 - ¹⁶ Idem-ibidem, p. 22.
 - ¹⁷ Idem-ibidem, p. 22.
 - ¹⁸ Reis Fº, "Desde 1962, o PC do B não media palavras e pedia abertamente a derrubada do Governo João Goulart:
"A administração do Sr. Goulart é uma calamidade. A hora é de por fim ao regime dos latifundiários, dos grandes capitalistas, dos agentes do imperialismo, que engendra governos desse tipo. REIS Fº p.175. nota nº 399. Observe-se o texto no PC do B, a expressão é por fim ao **"regime"** e não ao governo. Cf. também GORENDER, p. 50. Tanto Reis Fº, quanto Gorender insistem na ligação ideológica do PC do B somente com as posições e teses do "Manifesto de Agosto" de 1950. Veja também dentre os artigos de Marco Aurélio Garcia sobre a esquerda brasileira, o dedicado ao surgimento do PC do B, in: Em Tempo, nº 87, outubro de 1979, p.12.
 - ¹⁹ "Manifesto-Programa", in: LPRPCB, p. 21
 - ²⁰ Op. cit. p. 17.
 - ²¹ "Conspiração Contra o Movimento Democrático", in; C.O. nº 45, de 15 a 31 de outubro, 1963.
 - ²² "Estranha Frente Única", in: C.O. nº 461, 16 a 26 de fevereiro, 1964.

- 23 "O Partido Comunista do Brasil Apoia Manifesto da Unidade", in: C.O. nº 444, 1 a 15 junho, 1963, p.3. É certo que o grupo dirigente do PC do B considerará tanto antes, como depois do golpe militar, o brizolismo como uma corrente política que representava o setor revolucionário da burguesia nacional:
"O deputado Leonel Brizola, cuja corrente exprimia os interesses da parte mais radical da burguesia nacional, embora desfrutasse de regular prestígio no seio do povo, não era força hegemônica."
"Ensinamentos do golpe de 64", in: LPRPCB, p.63. Porém, é mais certo ainda que não esperava em momento algum ver os brizolistas de armas nas mãos contra Goulart.
- 24 "Os comunistas e o governo do Sr. Arraes" in: C. O. nº 455, p. 6.
- 25 "Estranha Frente Única", in: C.O. nº 461, 16 a 26 de fevereiro, 1964.
- 26 "Conspiração Contra o Movimento Democrático", in: C.O. nº 45, de 15 a 31 de outubro, 1963.
- 27 "O Povo Saberá Escolher Um Caminho Independente", in C.O. nº 454, 1 a 15 de novembro, 1963.
- 28 "Resposta a Kruschov" in: in: LPRPCB, pp. 31-44. Citação da p. 37.
- 29 "O Povo Saberá Escolher Um Caminho Independente", in C.O. nº 454, 1 a 15 de novembro, 1963.
- 30 "Goulart, o Discurso e a Revolução.", in C.O. nº 463, 16 a 31 de março, 1964.
- 31 "Goulart, o Discurso e a Revolução.", in C.O. nº 463, 16 a 31 de março, 1964.
- 32 "Presidencialismo? Parlamentarismo? Não!" in C.O., nº 433, 12/62. Segundo o depoimento de Dynéas Aguiar, a campanha pelo voto nulo tinha o seguinte lema: "Nem sim, nem não, vote R de revolução!".
- 33 Cf. C.O. nº 452, de 1 a 15 de outubro, 1963. Segundo Dynéas Aguiar, na ocasião membro do C.C. e dirigente partidário em Brasília, o PC do B foi a única organização de esquerda que participou do levante. Para uma versão crítica do levante, cf. GORENDER, 1987, pp. 57-58.
- 34 Depoimento de D. Aguiar. Outro aspecto importante levantado pelo entrevistado é que dos vinte e cinco membros do Comitê Central do PC do B eleito em 1962, onze haviam sido membros do CC do PCB.
- 35 "Em Defesa do Partido." in: LPRPCB, p. 29.
- 36 Segundo depoimento de D. Aguiar.

CAPÍTULO 4 - O MOVIMENTO DE LUTA ARMADA DOS ANOS 60

Pretendemos esboçar a seguir as linhas de força das conjunturas do período que vai da posse do primeiro governo militar até a decretação do Ato Institucional nº 5. Tentaremos demarcar, a partir daí, os condicionamentos políticos e sociais que configuraram o movimento de luta armada, com o intuito de descrever a dinâmica política deste último.

A CONSOLIDAÇÃO DO GOLPE DE ESTADO

A repressão que se seguiu ao golpe - com exceção do nordeste, onde ocorreram muitos casos de tortura e assassinatos - foi relativamente branda em seus métodos, se comparada ao que aconteceria 5 anos depois (no combate ao movimento de luta armada), embora atingisse uma número bastante grande de pessoas. A "Operação Limpeza" levada a cabo pelo primeiro governo militar levou à prisão entre 10.000 e 50.000 pessoas, grande parte delas libertada semanas depois do golpe. Improvisaram-se locais para a detenção como o Estádio do Maracanã e navios da Marinha. No primeiro ano, o regime militar entrevistou em 455 sindicatos, 43 federações estaduais e 3 confederações nacionais.¹

Em meados de abril de 1964, foi eleito pelo Congresso, o Marechal Castelo Branco, para ocupar interinamente o cargo de Presidente da República, até as eleições de outubro, quando encerrar-se-ia o mandato presidencial vigente, com base em um acordo entre os militares golpistas e PSD e a UDN.

A expectativa generalizada era de que, em curto prazo, retornar-se-ia à normalidade constitucional, com a devolução do poder aos civis e a saída de cena dos militares, como já ocorrera em situações anteriores (em que as Forças Armadas intervieram para a deposição de um presidente da república). O próprio Castelo Branco hesitou, até julho de 1964, em encaminhar emenda constitucional adiando a eleição presidencial para novembro de 1966 e, por consequência, prorrogando seu mandato até março de 1967.

Castelo Branco já assumira o poder em um contexto bastante diferenciado de outras intervenções militares: o fazia sob a égide do Ato Institucional decretado pelo Comando Supremo Revolucionário - imposição, portanto, da cúpula militar golpista a seus aliados civis - que dava ao novo presidente amplos poderes para decretar o Estado de Sítio, cassar os direitos políticos por 10 anos de qualquer cidadão, inclusive parlamentares, além de oferecer mecanismos facilitadores de modificações na Constituição e na definição de gastos orçamentários governamentais, colocando o Congresso e o Judiciário em posições submissas frente ao Executivo.

O que se vislumbrava, na realidade, era a permanência dos militares no poder por tempo indeterminado. Dito de outra forma, o golpe de abril dera origem a um novo regime político, cuja característica básica seria a progressiva militarização do aparelho de estado e das decisões políticas governamentais. Evidentemente, tais traços somente se consolidariam e tomariam forma no decorrer dos embates políticos enfrentados pelos novos ocupantes do poder.

Através do primeiro Ato Institucional, o governo cassou direitos políticos, destituiu lideranças sindicais e colocou entidades populares na ilegalidade. Nos primeiros sessenta dias de governo, foram cassados os direitos políticos de 441 cidadãos, entre os quais os ex-Presidentes João Goulart, evidentemente, Jânio Quadros e Juscelino Kubistchek; seis governadores; 55 parlamentares, sendo 45 da Frente Parlamentar Nacionalista; diplomatas, intelectuais, militares, funcionários públicos, etc. Até o final de 1964, seriam expurgados da burocracia civil 1.408 funcionários e cerca de 1.200 militares das Forças Armadas.

Os famosos Inquéritos Policiais Militares criados pelo Ato Institucional tornaram-se os principais mecanismos de consecução da "Operação Limpeza" e um dos principais espaços de poder dos militares "linha dura". Os IPM's eram chefiados por coronéis "duros", próceres na cassação arbitrária dos direitos políticos de quaisquer pessoas por eles identificadas com a situação anterior a 1964. Devido a seus métodos, os IPM's se chocariam muitas vezes com as instâncias do Judiciário, que frequentemente contrariavam conclusões de IPM's. Em função de fatos como esses, além da inconformidade da ascensão de políticos inimigos do novo regime, os IPM's tornaram importante instrumentos de pressão política sobre o Executivo, para o endurecimento da ditadura militar.¹

No plano econômico, o governo Castelo Branco teve como primeiro objetivo o combate à inflação, que atingira em 1964 a taxa anual de 100%. Para isso lançou mão de medidas

visando a redução do déficit público tais como redução de subsídios; aumento das tarifas dos serviços públicos; aumento da taxa de câmbio, que incidia diretamente sobre os preços do petróleo e do trigo; reformulação da regulamentação tributária com maior penalização de devedores, além de introduzir a correção monetária, sobre os impostos atrasados. O resultado foi a queda do déficit governamental de 4,2% em 1964 para 1,1% em 1966.

Outro elemento chave da política econômica de Castelo Branco foi a política salarial, operacionalizada através de uma legislação que atribuía ao governo a fixação dos aumentos salariais, inicialmente apenas do setor público, e a partir de agosto de 1965 também do setor privado. O controle salarial redundou em pesado arrocho, deprimindo o valor real do salário mínimo em 25% entre 1964 e 1967.

O resultado atingido pela política de estabilização foi a queda da inflação à taxa anual de 38% em 1966. Porém, a consequência esperada, a recessão, também não demorou a castigar as empresas brasileiras, levando muitas à falência. Em 1965, por exemplo, a produção industrial caiu 5% e o PIB *per capita* em 1964 e 1965 teve crescimento zero. Somente em 1966 haveria uma retomada do crescimento do PIB.

A política de estabilização não era um fim em si mas estava vinculada à perspectiva de solução do endividamento externo e à atração de capitais estrangeiros para o país, como base para o desenvolvimento, esta sim a pedra angular da estratégia econômica de longo prazo do governo Castelo Branco. Entre os anos de 1964 e 1967, o BIRD, aplicou no país US\$ 172 milhões, enquanto os Estados Unidos aplicaram, através da USAID (United States Agency of International Development), o montante de US\$ 489 milhões. Entretanto, tais investimentos implicavam em um sistema de estreito monitoramento por parte de um enorme corpo de técnicos o governo norte-americano, diretamente junto a órgãos da administração federal, o que expunha a subordinação do governo militar aos Estados Unidos.

A política externa de alinhamento incondicional aos Estados Unidos era a outra faceta da profunda ligação do governo com o capital multinacional. A acolhida dada ao golpe pelo governo norte-americano já denotava o enquadramento internacional do governo Castelo Branco. Posteriormente, a participação de tropas brasileiras na invasão da República Dominicana pelos Estados Unidos em meados de 1965 foi apenas um caso mais estridente da identidade de interesses entre o novo governo brasileiro e Washington.

A crescente subordinação dos políticos civis aos militares através de atos arbitrários, a política econômica recessionista, além da política externa abertamente pró-norte-

americana, geraram rápida insatisfação e deram fôlego não só para as forças oposicionistas, mas, principalmente, provocaram a divisão entre as forças que participaram ativamente do golpe e a crítica severa de importantes apoiadores do movimento golpista, incluindo empresários, políticos e intelectuais. Em suma a ampla coalizão golpista que derrubara João Goulart, entrava em crise e o novo regime perdia a maior parte da sustentação política dentro dos mecanismos tradicionais do jogo político democrático herdados do período populista.

Carlos Lacerda, o principal líder político civil da conspiração que levou os militares ao poder, torna-se ativo crítico do governo Castelo Branco, devido a sua ambição à Presidência da República, cujas possibilidades de se concretizar diminuíam dia a dia. Em novembro de 1964, Lacerda é indicado, em convenção nacional da UDN, como candidato à Presidente, contra a vontade de Castelo Branco.

O primeiro grande desafio da ditadura militar foram as eleições para governadores de 11 Estados brasileiros, em outubro de 1965. Já em março de 1965, a vitória na eleição para Prefeitura de São Paulo pelo candidato apoiado por Jânio Quadros desagradou os setores militares "duros". O governo tenta evitar a possibilidade de vitória eleitoral de candidatos inaceitáveis aos olhos dos militares da "linha dura" através de uma lei de inelegibilidades, que bloqueou importantes candidaturas oposicionistas. Mesmo assim, a oposição foi vitoriosa em dois importantes Estados: Minas Gerais e Guanabara, elegendo respectivamente, Negrão de Lima, por uma coligação do PTB e PSD, e Israel Pinheiro, pelo PSD.

O resultado eleitoral provoca uma séria crise política interna no regime, que é solucionada através da edição do Ato Institucional nº 2, em 27 de outubro de 1965. Com o AI-2 retornava o poder do Presidente para realizar cassações políticas; de baixar decretos-lei em matérias consideradas de segurança nacional, limitações das liberdades públicas; diminuição dos poderes do Congresso; o poder de decretar o recesso das Casas Legislativas; era modificada a composição do Supremo Tribunal Federal; era dissolvido o sistema partidário existente; e, finalmente, instituídas as eleições indiretas para Presidente.

O novo Ato tinha sua vigência limitada até 15 de março de 1967, data da posse do novo Presidente; entretanto, garantiu a tal ponto o aprofundamento o processo de militarização do Estado que este já se vislumbrava como irreversível. Um exemplo do impacto do AI-2 pode ser medido pela reação de Lacerda, que renunciou imediatamente à sua candidatura à Presidência.

O problema da sucessão dos governadores dos 11 Estados que não tiveram eleições em 1965 também é resolvido alguns meses depois. Em 5 de fevereiro de 1966, é

decretado o AI-3 instituindo eleições indiretas para os governadores dos Estados, nos moldes da eleição indireta para Presidente. Ficava, assim, para as Assembleias Legislativas Estaduais atribuído o papel de Colégio Eleitoral de seus respectivos governadores, evidentemente sob estrito controle do governo federal, vale dizer, dos militares.

A sucessão presidencial, agora, restringia-se à uma decisão estritamente interna ao regime. O nome de Costa e Silva impôs-se a Castelo Branco, como a única a viabilizar unidade das Forças Armadas. Em maio de 1966, a convenção da ARENA homologa a candidatura de Costa e Silva. Face à inevitabilidade da ascensão do Ministro da Guerra à Presidência, Castelo Branco concentra energias na formulação de uma nova estrutura legal que enquadre o futuro governo limitando o recurso permanente aos Atos Institucionais. Elabora, assim, uma nova constituição que consiste, grosso modo, numa síntese dos atos institucionais baixados até então e uma Lei de Segurança Nacional. O projeto de constituição foi apresentado ao Congresso em 17 de dezembro de 1966 e aprovado em 24 de janeiro de 1967.

As eleições parlamentares de 1966, que constituiriam os colégios eleitorais estaduais e nacional, aconteceram sob a vigência do bipartidarismo, e com o Congresso colocado em recesso pelo Presidente Castelo Branco, não configurando ameaça imediata ao regime. A ARENA, partido do governo, fora amplamente vitoriosa, embora a porcentagem de votos nulos e brancos tenha atingido os 20 por cento. Em 3 de outubro de 1966 Costa e Silva é eleito apenas com abstenções do MDB.

· CAMINHO DO ESTADO DE EXCEÇÃO

O novo presidente militar assume prometendo a liberalização do regime através da chamada "política de alívio", e oferecendo-se ao diálogo com as forças políticas oposicionistas. Em poucos meses, porém, a pretensa liberalização de Costa e Silva começará a sucumbir às imposições da "linha dura", em um período de crescente mobilização do movimento de massas e de nova crise no regime militar, que desembocará no final de 1968 na edição do AI-5.

Do lado das forças oposicionistas à ditadura, há um coadjuvante que exerce um papel bastante significativo no primeiro ano e meio do governo Costa e Silva. Trata-se de Carlos Lacerda com a iniciativa de criação da Frente Ampla, anunciada através de manifesto em outubro de 1966. A pretensão de Lacerda era de romper o limitado jogo do bipartidarismo instituído pelo

AI-2. Em julho de 1967 o ex-líder golpista anuncia sua candidatura à presidência para a eleição de 1971.

Lacerda manobra entre antigas lideranças populistas buscando a adesão de Goulart para a sua Frente, o que ocorre em setembro de 1967. Resulta um documento comum, chamado pacto de Montevideu, assinado também por Juscelino Kubitschek, no qual é defendida a redemocratização do país e a convocação de eleições gerais - em suma, o retorno do poder ao civil.

O poder de atração da Frente Ampla impõe à ARENA e ao MDB, o diálogo com a nova entidade, chegando mesmo a existir dentro deste último uma corrente pregando a sua dissolução em favor da Frente. Nos meses finais de 1967, Lacerda reinicia fortes ataques ao governo, que continuarão até o início de 1968.

O assassinato do estudante Edson Luís, em março, será o estopim de amplas mobilizações que terão a participação da Frente Ampla. Aos poucos, Lacerda se retrai, devido à emergência de um movimento estudantil radicalizado, sob a liderança de esquerda que pregava o confronto com o regime militar e ultrapassava em muito os limites e objetivos para os quais o ex-líder civil do golpe militar reservara a ação da Frente Ampla. A proibição das atividades da Frente Ampla, pelo governo Costa e Silva, em abril de 1968, é recebida com passividade por Lacerda.

A disposição do setores da "linha dura", já no início de 1968, era de implementar uma estratégia que levasse mais adiante o processo de militarização do regime e de redução dos mecanismos e liberdades democráticos. Era necessário criar-se uma situação de radicalização para efetivá-la. Em torno dessa meta atuaram não só os aparatos repressivos oficiais sob controle de militares da "linha dura", como grupos militares e paramilitares através de práticas terroristas, buscando criar uma situação na qual se justificassem as medidas por eles defendidas.

Enquadra-se, no primeiro caso, a atuação da polícia militar do Estado da Guanabara, sob chefia direta do I Exército - um dos principais espaços de poder da "linha dura" - que protagonizou episódios como o da morte de Edson Luiz, assim como o espacamento de estudantes reunidos na UFRJ e a subsequente "Sexta-feira Sangrenta", em 21 de junho de 1968, onde houve a morte de cerca de 28 pessoas.²

As ações terroristas de direita abriram o ano de 1968. O Estado-Maior do II Exército esteve envolvido com a explosão de uma bomba em frente da sede do jornal "O Estado de S. Paulo" em abril. Foram realizadas cerca de uma dezena de explosões por soldados da Força Pública do São Paulo, a maior delas em frente ao DEOPS, com envolvimento do General Jaime Portela, chefe da Casa Militar do governo. O mais contundente, no entanto, seria o plano

terrorista de larga proporção, que incluía o assassinato de líderes estudantis, dentro do PARA-SAR, que somente não ocorreu devido à recusa de participação e posterior denúncia pública de um oficial da Aeronáutica.³

Em julho foram proibidas as manifestações de rua pelo governo Costa e Silva, que a partir de então passara a assumir, sem dissensões internas, uma postura ostensivamente repressiva, ordenando a investida direta das Forças Armadas contra os protestos estudantis e populares.

A violenta invasão da Universidade de Brasília pela polícia em agosto, agredindo indiscriminadamente estudantes, professores e funcionários, muitos dos quais filhos de parlamentares, representou um ataque ao próprio Congresso Nacional, demarcando até onde avançara a "linha dura".⁴

Após haver colocado o movimento estudantil em uma situação de refluxo e desorganização, com o desmantelamento do 30º Congresso da UNE, em outubro, o governo militar usou com álibi para a decretação do AI-5 um inofensivo discurso do deputado Márcio Moreira Alves, do MDB, a propósito das comemorações do Dia da Independência. Face à recusa do Congresso em retirar as imunidades parlamentares do referido deputado e de outros, o governo Costa e Silva decreta o AI-5.

O movimento estudantil, pelo importante papel político que representou nesse período, particularmente no ano de 1968, exige uma análise mais detida.

O MOVIMENTO DE MASSAS E A CRISE DE 1968

Os estudantes universitários foram, sem dúvida, o segmento mais dinâmico da oposição popular aos governos militares entre 1964 e 1968.

Como já vimos anteriormente, o movimento estudantil universitário teve destaque nas mobilizações populares sob o governo Goulart, tendo a sua principal entidade (a UNE) sido dirigida por militantes da Ação Popular. Após o golpe de abril de 1964, a UNE, União Estaduais, DCE's e outras entidades estudantis representativas foram colocadas na ilegalidade, com a Lei Suplicy, através da qual a ditadura pretendeu erguer uma estrutura de entidades representativas atreladas ao governo. Simultaneamente, são instituídos diversos IPM's nas universidades, realizando verdadeiras intervenções, punindo professores e estudantes de forma

indiscriminada. A ditadura definira, na verdade, o meio estudantil como um dos alvos privilegiados para a ação repressiva. Porém, o movimento rearticula-se em torno da UNE e UEE's, vinculado ainda a lideranças liberais. Em julho de 1965 realiza-se o 27º Congresso da UNE, com a participação de cerca de 400 delegados, onde o combate à política autoritária do regime recebe as principais atenções e é definida a orientação de luta contra a Lei Suplicy.

O efeito do tratamento ostensivamente repressivo dos militares dado ao movimento estudantil, influi na radicalização política das lutas estudantis e ascensão das lideranças de esquerda, o que se verificou principalmente no ano de 1966, marcado por episódios de repressão das manifestações estudantis.

O 28º Congresso da UNE, em julho de 1966, e o 29º Congresso, em julho de 1967, são marcados pela hegemonia da esquerda na entidade.

Neste último, cujas resoluções, claramente marcadas pela crítica ao reformismo, expresso nas posições do PCB, e pela opção de engajamento na perspectiva do enfrentamento com a ditadura e da luta armada, a diretoria é dividida entre partidários da Ação Popular, as dissidências estudantis do PCB e POLOP.⁵

O ano de 1967 iniciou-se com a emergência de problema de larga repercussão para o governo Costa e Silva na área educacional através da explosão de inúmeras manifestações: a questão dos excedentes, ou seja, dos estudantes que eram aprovados nos vestibulares, que não conseguiam vagas, devido a impossibilidade de serem absorvidos pelas escolas, cujo número de vagas não acompanhara o crescimento da demanda. Em 1966, os excedentes foram de 52,5 % (64.627 estudantes); em 1967 o índice subiu para 56,5% (103.520 estudantes); e, em 1968 seria de 58,3% (125.414 estudantes).

Tornados públicos os acordos do MEC-USAID, que já existiam sigilosamente desde o governo Castelo Branco, e renovados no contexto da formulação de uma política educacional, pelo regime militar, de cunho privatizante e autoritário, reacenderam a bandeira pela reforma universitária e alimentaram mais ainda a revolta estudantil contra a ditadura, dando-lhe objetivo político mais preciso e, simultaneamente, mais amplo.

Ao estabelecer como um de seus eixos de luta, a reforma universitária, enfatizando o problema dos excedentes, o movimento estudantil ganhou repercussão, na medida em que tocava no ponto de estragulamento do projeto de ascensão social, via educação, principalmente, das classes médias. Por outro lado, a repressão sistemática sofrida pelas reuniões e manifestações estudantis e a consequente politização destas, galvanizou a simpatia das classes médias liberais

excluídas dos canais de participação política devido à institucionalização de eleições indiretas para Presidente da República e governadores de Estado, pela crescente militarização do regime. Essa empatia de amplos setores de classe média possibilitou um importante apoio ao movimento estudantil da imprensa escrita, que lhe garantiu repercussão política ímpar no cenário nacional.

O assassinato de Edson Luis e a Sexta-feira Sangrenta, entre tanto outros, foram episódios marcantes no ano de 1968 para as classes médias e setores liberais identificarem nas lutas estudantis, uma reação justa contra a mesma **exclusão política** a que foram relegados pela ditadura militar. As lutas estudantis puderam, assim, em 1968, constituir elemento catalizador de um vigoroso movimento de protesto contra a ditadura militar, que mobilizou um amplo espectro social abrangendo intelectuais, religiosos, donas-de-casa, profissionais liberais, trabalhadores de escritório, etc, e teve amplo apoio por parte da grande imprensa. O ápice das mobilizações foi a famosa passeata dos 100 mil, realizada em junho de 1968, no centro da cidade do Rio de Janeiro.

As manifestações estudantis e das classes médias urbanas somaram-se os primeiros movimentos grevistas de envergadura no pós-64, com ampla repercussão nacional. Em abril de 1968 acontece em Contagem (MG), uma greve operária envolvendo diversas fábricas atingindo um total de 16 mil grevistas, com duração de cerca de 15 dias; em julho, a greve em Osasco, iniciada com a ocupação da Cobrasma, também estendendo-se por diversas fábricas, com um total de cerca de 10 mil participantes, tendo sido, porém, rápida e duramente reprimida. Entre setembro de 1967 e janeiro de 1968 funcionou o Movimento Intersindical Antiarrocho como expressão da tentativa, frustrada, de retomada das práticas sindicais anteriores ao golpe.

A retomada do movimento sindical, em 1968, mostra fôlego bastante curto. A rigor, tratou-se de um último espasmo dos movimentos anteriores ao golpe militar.

Na verdade, o movimento popular e, particularmente, o movimento operário, muito mais do que um refluxo temporário, sofre um esfacelamento completo, após o golpe de 1964. A intervenção nos sindicatos, destituindo as diretorias combativas, a cassação dos direitos políticos das lideranças populares em 64 desorganizaram totalmente as bases nas quais se desenvolvera a luta operária. Saem de cena não somente as suas lideranças, mas são destruídos o quadro institucional, os mecanismos de pressão e as referências políticas dentro dos quais havia se erigido o movimento dos trabalhadores urbanos e rurais, durante as décadas anteriores.⁶

Dessa forma, praticamente não havia chances para uma retomada significativa da luta popular no rastro aberto pelo movimento estudantil. Ademais, o repúdio das classes médias à ditadura, não ia muito além das propostas de redemocratização levantadas pelas forças

oposicionistas burguesas e liberal-democráticas como a Frente Ampla e o MDB, descartando a possibilidade de alianças e apoio a um movimento popular e operário mais radical e combativo contra a ditadura.

No final de 1968, o refluxo das mobilizações antiditatoriais tornara-se inevitável, antes de mais nada, por falta de coesão política e organizativa interna e base social.

Os outros fatores que concorreram para a impossibilidade de retomada do movimento de massas é, de um lado, evidente perda do mínimo espaço legal de atuação, após a edição do AI-5, com a eliminação de qualquer manifestação oposicionista ao regime militar. Basta citar um exemplo: até mesmo Carlos Lacerda, o principal líder civil do golpe de 1964 tem seus direitos políticos cassados, além, evidentemente do recrudescimento da repressão a qualquer manifestação popular de descontentamento. De outro lado, o desempenho da economia, particularmente a partir de 1968, com a retomada do crescimento, diminuiu sensivelmente as tensões sociais e serviu como legitimação para a ditadura.

São nesses anos que nasce e se desencadeia o movimento de luta armada.

AS ORGANIZAÇÕES POLÍTICAS DO MOVIMENTO DE LUTA ARMADA

Inicialmente apresentaremos de forma resumida um mapeamento das principais organizações que compuseram o mosaico das esquerdas que confluíram para o movimento de luta armada e as que dele se afastaram ou não participaram, mesmo sustentando em princípio a necessidade da luta armada.

Começemos pelo PCB. Por ser a principal força da esquerda marxista e pela proeminência política que adquiriu nos anos anteriores ao golpe, o PCB sofreria de forma avassaladora o impacto da derrota de abril de 1964, atravessando uma crise interna sem precedentes. No decorrer de 1965 e 1966, sofreria várias cisões que levaram a maior parte de seus militantes mais ativos.

A partir de meados de 1965, começa a articular-se a chamada "Corrente Revolucionária" contra as posições de Prestes e outros dirigentes, que imputavam a derrota de abril 1964 aos "desvios de esquerda" do partido, reafirmando a linha política do caminho pacífico e de aliança com a burguesia nacional. Na "Corrente" alinhavam-se os seguintes membros do Comitê Central do PCB: Marighella, Mário Alves, Apolônio de Carvalho, Jacob Gorender, Joaquim Câmara Ferreira e Miguel Batista dos Santos.

Os novos oposicionistas são marginalizados do processo de VI Congresso do PCB, realizado em dezembro de 1967, através de expedientes golpistas e expulsos do partido, muito embora obtivessem maioria em conferências preparatórias do Congresso em São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

No decorrer de 1966 e 1967 a "Corrente" se fragmenta, dando origem a duas organizações: a Ação Libertadora Nacional, a ALN, liderada por Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira, e o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, o PCBR, liderado por Mário Alves e Jacob Gorender.

De forma independente à "Corrente", o PCB foi corroído de cima à baixo pelo movimento das chamadas "Dissidências", que abrangiam principalmente as suas bases estudantis universitárias. A Dissidência de Brasília (Di-DF) dividir-se-ia entre a ALN e o PCBR; a Di-SP entraria em peso na ALN; a Dissidência do Rio Grande do Sul, fundir-se-ia com a ORM-POLOP;

as Di's do Estado do Rio Janeiro e Guanabara seguiriam caminhos próprios, a primeira sendo dizimada ainda em 1969, apelidada pela repressão de Movimento Revolucionário Oito de Outubro, ou simplesmente, MR-8, sigla que assumida posteriormente pela segunda, após a destruição da Di-RJ.

A ORM-POLOP seria, também, atingida por cisões em 1967, logo após a realização de seu 4º Congresso em setembro. Os dois núcleos básicos a se separar da organização matriz foram Minas Gerais e São Paulo, respectivamente transformar-se-iam em Comando de Libertação Nacional (COLINA), e Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) - contando esta última também com a participação de um contingente ex-militares oriundos do MNR. Os remanescentes da ORM-POLOP constituiriam o Partido Operário Comunista (POC), com a DI-RS.

Em meados de 1969, a VPR e o COLINA tentariam um processo de fusão que daria origem à Vanguarda Armada Revolucionária - Palmares (VAR-Palmares); a iniciativa fracassaria levando à reorganização da VPR, mantendo-se, no entanto, a VAR.

É necessário mencionar também a corrente nacionalista, vinculada a Brizola, que se organizou através do Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR), surgido em 1965 e composto principalmente de sargentos, cabos e marinheiros expurgados das Forças Armadas, com vista ao desenvolvimento da luta armada contra a ditadura militar. Em 1969 também se formaria o Movimento de Ação Revolucionária (MAR), por ex-integrantes do MNR. Contudo, a participação dos militares de baixa patente nacionalistas no movimento de luta armada não se resumiu a tais grupos; muitos deles integraram às organizações marxistas de luta armada, tornando um elemento decisivo na trajetória de várias destas.

O PC do B não ficaria imune à onda de cisões. Em 1966 sofreria dois rachas. O primeiro daria origem ao Partido Comunista Revolucionário (PCR), tendo como base principal o estado de Pernambuco, com ramificações em outros estados nordestinos. Do segundo, surgiria no início de 1967 o PC do B - Ala Vermelha com bases em vários estados.

Examinemos agora as ações armadas desenvolvidas por esse conjunto de organizações. Iniciativas para por em prática a idéia de desencadear a luta armada através da guerra de guerrilhas não ocorreram somente na conjuntura posterior ao golpe militar de 1964, e, muito menos, como uma resposta ao "fechamento" do regime após o AI-5.

Já em 1962, o Movimento Revolucionário Tiradentes, criado por Francisco Julião e outras lideranças das Ligas Camponesas, sob inspiração direta do exemplo cubano, instalaria

vários campos de treinamento de guerrilha; em dezembro daquele ano, um campo de treinamento em Goiás, descoberto pela polícia, é desbaratado.⁷

Meses após o golpe militar, em julho de 1964, no Rio de Janeiro, uma articulação entre militantes da POLOP e subalternos das Forças Armadas com vistas a desencadear um foco guerrilheiro em Minas Gerais, que ganhou o curioso nome de "Guerrilha de Copacabana", é destruída pela repressão.⁸

Em 23 de março de 1965, o primeiro lance efetivo de ação guerrilheira tem lugar no Rio Grande do Sul com a chamada Coluna Cardim, composta de 21 homens, e liderada pelo coronel do Exército Jefferson Cardim, que ocupa uma pequena cidade e lê um manifesto na rádio local. Alguns dias depois, já no Paraná, o destacamento guerrilheiro é derrotado pelo Exército.

Em novembro de 1966 um destacamento de 14 homens instala-se na Serra do Caparaó, região do Pico da Bandeira, entre Minas Gerais e Espírito Santo. Entretanto, em abril do ano seguinte, os integrantes do grupo foram presos, quando já desistiam do intento. O episódio, conhecido como "Guerrilha de Caparaó", fora resultado de um processo de preparação de mais de uma ano do MNR, com a participação de Brizola e o apoio ativo de Cuba.

No final de 1967 abre-se o ciclo urbano de ações armadas das organizações comunistas, com uma iniciativa da ALN, de assalto a um carro pagador. A partir daí espocariam dezenas de ações semelhantes nas quais se envolveriam boa parte das demais organizações marxistas armadas. Segundo um autor, em 1968 na cidade de São Paulo, contabilizavam-se assaltos a 11 agências bancárias, 5 carros pagadores e um trem pagador; até julho de 1969 contabilizavam mais de 31 agências bancárias assaltadas e um carro pagador⁹. Somente no final de 1968 viria a público a autoria dos assaltos que vinham ocorrendo.

Como já se disse anteriormente, a diretoria da UNE, mas também das principais entidades estudantis do país que vanguardaram as manifestações urbanas de massa em 1968, estavam sob controle das organizações que, ao menos em princípio, propagavam a necessidade da luta armada, quando não já estavam envolvidas com a mesma ou em processo de integração com os grupos que já realizavam ações armadas. Com a explosão das mobilizações estudantis, movimentos grevistas e de setores das classes médias em 1968, os grupos de esquerda veêm-se protagonistas de um amplo movimento de massas que lhes propicia um fôlego maior: tanto no sentido de estabelecer uma base social de influência política e crescimento organizacional imediato, quanto no sentido de dar-lhes a ilusão de uma capacidade de fogo, que não possuíam de fato.

O Ato Institucional nº 5 marca a impossibilidade de atuação aberta e legal como as mobilizações de 1968 e a retomada de iniciativa política do regime militar. Os principais grupos de esquerda armada urbana concluirão como encerrada a fase das lutas de massas e iniciada a da guerrilha. Em 1969, simultaneamente às ações armadas urbanas, que se desdobram em sucessivos assaltos, ocupações de rádio, atos terroristas e sequestros, diversas organizações tomam iniciativas para implantação da guerrilha rural, realizando a transferência de militantes e comprando fazendas para treinamento ou mesmo como ponto inicial para desencadeamento de focos guerrilheiros. Tais iniciativas não vigoram, sendo, de um modo geral descobertas pela repressão, levando, no máximo, ao furo do cerco de tropas militares, como no famoso episódio do cerco à fazenda que funcionava como escola de treinamento guerrilheiro da VPR, no Vale do Ribeira, em abril de 1970.

Os lances mais espetaculares e de maior impacto político da guerrilha urbana serão os sequestros de diversos embaixadores, a começar, em setembro de 1969 pelo embaixador norte-americano, que consistiu na primeira operação do gênero no mundo, na história da guerrilha urbana¹⁰. Em março de 1970 seria sequestrado o cônsul-geral do Japão; em junho era a vez do embaixador da Alemanha Ocidental; e em dezembro do embaixador da Suíça. Além da enorme repercussão política nacional e internacional, os sequestros possibilitaram a libertação, em troca dos embaixadores, de 130 presos políticos brasileiros.

O ano de 1969 marca também a reorganização e aperfeiçoamento do aparato repressão à luta armada. É fundada a Operação Bandeirantes (OBAN), em São Paulo, em junho, vindo, posteriormente, a ser oficializada sob a denominação de DOI/CODI II (Destacamento de Operações de Informações/Centro de Operações de Defesa Interna do II Exército), sendo instalada nas principais capitais no país. A repressão torna-se mais eficiente, lançando mão da tortura como principal expediente para a obtenção de informações. Os resultados obtidos pelo regime na repressão ao movimento de luta armada revelam-se rapidamente com a queda das suas principais lideranças: Marighella é assassinado em 4 de novembro de 1969, em São Paulo; em 16 de janeiro de 1970 é preso e morto, sob brutal tortura, Mário Alves.

As prisões multiplicam-se às dezenas, levando a mais e mais prisões, ao mesmo tempo em que as organizações distanciam-se e perdem suas bases sociais. Dependendo, assim, cada vez mais tão somente da operacionalidade de suas próprias e reduzidas estruturas de militantes profissionalizados e clandestinos, sustentados apenas através de assaltos e expropriações, os grupos urbanos de luta armada tornam-se cada vez mais indefesos às investidas do aparato repressivo do regime. Entre 1971 e 1973, praticamente todas as organizações

envolvidas com a guerrilha urbana são dizimadas ou reduzidas a pequenos grupos politicamente inoperantes.

A guerrilha do Araguaia será o último acontecimento do movimento de luta armada e o de maior vulto, do ponto de vista militar, operando de forma organizada até o dezembro de 1973.

BASES SOCIAIS DAS ORGANIZAÇÕES DO MOVIMENTO DE LUTA ARMADA

A duração do movimento de luta armada, que abrangeu cerca de 6 anos¹¹, não pode ser explicada sem a existência de uma base social que desse sustentação às organizações armadas de esquerda, proporcionando-lhes militantes e, o que não era desprezível, apoio logístico dos mais diversos tipos, como ajuda para esconder documentos ou mesmo militantes.

Os dados sistematizados sobre o atingidos pela repressão do regime militar nos anos 60 e 70, pelo valioso projeto BRASIL: NUNCA MAIS (BNM) são ponto de partida necessário para qualquer estudo sobre a esquerda armada, oferecendo informações representativas sobre a composição social dos militantes e simpatizantes do movimento de luta armada, que seguramente atingia a cifra de uma dezena de milhar.¹²

Os trabalhos de Marcelo Ridenti e Reis Fº, basearam suas reflexões no dados fornecidos pelo BNM, demonstrando a inequívoca predominância nas organizações do movimento de luta armada das camadas intelectualizadas, em particular de jovens do sexo masculino até os 30 anos, estudantes universitários e, em medida relativamente menor, trabalhadores intelectuais assalariados ou profissionais liberais de classe média, que residiam nos grandes centros urbanos, principalmente dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul.

Em relação à escolaridade, dentro das informações disponíveis, 62,7% da população atingida (abrangendo denunciados, indiciados, testemunhas e declarantes), possuíam formação universitária completa (31,7%) ou incompleta, isto é, estudantes (31%)¹³. Destes 39,5% tinham até 25 anos e 58,2% tinham até 30 anos.¹⁴ O sexo masculino predominava com 88,7%.¹⁵

Entre os denunciados, 68,5% residiam nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Incluindo Distrito Federal, a porcentagem sobe para 71,9%.¹⁶

A presença destacada de jovens e estudantes, em particular, está evidentemente relacionada à radicalização do movimento estudantil entre os anos de 1967-68. Vejamos esta questão mais detidamente, buscando alinhar o quadro, que já vínhamos esboçando, dos condicionamentos nos quais se configurou o movimento de luta armada, para compreender os limites desse movimento.

O aspecto essencial a se considerar é a ausência de um confronto armado diante do golpe militar de 1964. A instalação do novo regime, sem resistência de forças armadas, teve como consequências a moderação da repressão sobre os setores políticos derrotados, circunscrevendo-se a certos limites, e a manutenção de uma margem considerável de liberdades políticas durante cerca de 5 anos.

Assim, se o golpe desmantelou as organizações políticas e sindicais, bem como anulou a ação das lideranças políticas dos movimentos sociais do pré-64, a inexistência de um conflito armado possibilitou que parte daquelas estruturas organizativas e lideranças se mantivessem.

Como sublinha Marcelo Ridenti,

*"o período de 1964 a 1974 - especialmente os anos entre 1964 e 1968, quando os movimentos de massas ainda tinham certa força e organização - foi marcada pela ambiguidade dessas duas facetas: reconstruir a representação perdida com o golpe de 64, e criar uma representação de novo tipo. O que corresponde às duas principais molas propulsoras, às bases políticas reais para a ação das esquerdas armadas: os resquícios dos amplos movimentos sociais anteriores ao golpe de 1964 (de militares subalternos, trabalhadores urbanos e rurais, estudantes, sindicalistas, parcelas das camadas médias intelectualizadas - incluindo setores de grupos políticos que se pretendiam representantes populares no pré-64, como o PCB, AP, POLOP, brizolistas, etc), e o impulso imediato dos movimentos sociais, mais restritos, de 1967 e 68 (operários e sindicais urbanos, mas, sobretudo, de estudantes e camadas intelectualizadas)..."*¹⁷

Como já vimos, o setor do movimento popular mais atingido, de forma imediata, pelo golpe de estado, o movimento sindical, foi praticamente desmantelado pela intervenção em centenas de sindicatos e dezenas de federações estaduais. Esta ação "saneadora" do governo somente foi possível graças à subordinação ou atrelamento da estrutura sindical ao Estado, forjada no período populista.

Já o movimento estudantil viveu uma situação bastante diferente: exatamente por sua independência organizativa e política frente ao Estado, além de uma incontestável representatividade das entidades estudantis, adquirida nos anos anteriores ao golpe e mantida após este, a começar da própria União Nacional dos Estudantes, o movimento estudantil pôde recompor em pouco tempo a sua capacidade de mobilização.

Combinado à essa singularidade há outro ponto chave para compreender a dinâmica política do movimento estudantil sob o regime militar. As organizações de esquerda existentes, a POLOP, a AP e o PC do B sobreviveram ao golpe com suas estruturas organizativas parcialmente afetadas, com perdas bem pequenas, quando comparadas aos estragos sofridos pelo PCB¹⁸. Também as estruturas estudantis do PCB puderam recompor-se rapidamente, em função da situação particular do movimento estudantil, ao mesmo tempo, em que se afastavam do partido, tornando-se grupos politicamente autônomos.¹⁹

Exatamente por tais características, o movimento estudantil, sob a ditadura, após a onda inicial de repressão do regime militar, tornou-se o único movimento de massas oposicionista com organicidade. E mais que isso: um movimento hegemônico por uma liderança bem estruturada e eficaz, formada pelos quadros das organizações de esquerda favoráveis à luta armada, e que devido ao problema específico dos excedentes dos vestibulares e da reforma universitária, possuía objetivos bastante amplos e concretos capazes de galvanizar as energias da massa estudantil e mobilizá-la nas ruas.

Nessas condições, o movimento estudantil não poderia deixar de ocupar o lugar de alvo principal da sanha de repressão dos setores militares da chamada "linha dura". A brutal violência e perseguição a que foram submetidos os estudantes em suas manifestações nesse período, elevou-lhes a capacidade de mobilização e deu maior repercussão no seio de seus ativistas à proposta de luta armada. Afinal de contas, o enfrentamento nas ruas com as tropas da polícia e do exército, passou a fazer parte de seu cotidiano. A violência do regime se exercia diretamente, sem nenhum disfarce, sobre suas cabeças.

Nesse contexto, é pertinente a afirmação de Quartim de Moraes, de que o desencademaneto da luta armada *"teve o caráter de resposta não exatamente à violência do golpe enquanto evento histórico, mas à cristalização desta violência na ditadura militar enquanto golpe continuado."*²⁰

De outro lado, aqueles ativistas experimentaram o papel político de lideranças de um movimento de massas aguerrido e combativo, embora efêmero, que tornou a vanguarda de um

amplo movimento de contestação à ditadura. Catalizando diversas camadas e classes sociais, o movimento estudantil colocou, ainda que por um período breve, o governo militar em uma situação defensiva.²¹

Milhares de ativistas do movimento estudantil vivenciaram, desse modo, uma experiência de excitação política ímpar entre os anos de 1966 e 1968, cuja continuidade, frente à impotência e nulidade das alternativas das oposições reformistas-liberais, se apresentava em uma única direção: a luta armada contra o regime militar. Essa experiência política gerou a **disposição para a luta armada imediata**. Após a decretação do AI-5 em função da necessidade de centenas de ativistas em trocar a militância aberta pela clandestina, aquela perspectiva apresentava-se mais ainda como o caminho lógico e inevitável para a continuidade de ação.²²

A dinâmica de engajamento para a luta armada imposta por essa radicalização política do movimento estudantil resultou em um descolamento das lideranças do movimento estudantil de suas bases. Por sua vez, este isolamento, cada vez maior, reforçava a disposição para a luta armada imediata. Isso porque tal radicalização política não poderia ter eco, devido não só à contenção dos movimentos oposicionistas pela repressão e derrota dos movimentos de trabalhadores urbanos, somados ao aprofundamento da militarização do Estado, como também, às condições de crescente estabilização do regime militar, em função da retomada do desenvolvimento econômico, já com reflexos visíveis a partir de 1968,

Como observa, ainda Ridenti

*"...a partir de 1969, exauriam-se as fontes alimentadoras das esquerdas: desapareciam as sobrevivências da representação política até 64 e esgotavam-se os movimentos sociais de 1967 e 68; quer pela repressão policial generalizada; quer pela recuperação econômica com o ; quer pela manipulação ideológica desses e de outros fatores pelo regime civil-militar; quer pela situação política dos movimentos sociais e das próprias esquerdas em geral e, em particular, das armadas. Estas caminhavam para a extinção, ao insitirem em enfrentar abertamente a repressão, sem capacidade de reciclar seus quadros e suas bases, numa conjuntura de refluxo dos movimentos sociais. Ao invés de ganharem representatividade, as organizações clandestinas iam perdendo aquela com que contavam, marginalizando-se socialmente, entrando numa dinâmica ambígua, de sobrevivência política e de auto-destruição, no rumo certo do desaparecimento."*²³

Constituiu-se, assim, um tipo de lógica autofágica de pressão para a luta armada imediata em que isolamento político, redução de quadros dispostos à militância e priorização de ações armadas se alimentavam mutuamente.

Neste quadro, a presença significativa dos trabalhadores intelectuais e profissionais liberais nas organizações do movimento de luta armada, muito provavelmente, se deve a um engajamento anterior, daqueles ativistas, nos diversos agrupamentos de esquerda, antes da adesão generalizada à perspectiva da luta armada imediata.

Nos anos de 1967-1969, praticamente nenhuma organização deixou de ser sacudida por crises internas e cisões, que tiveram como linha divisória a adesão à luta armada imediata, na prática. Não bastava somente a admissão em princípio da mesma. Assim, "Corrente Revolucionária" do PCB dividiu-se, 1967 em PCBR e ALN; do PC do B, em 1966 emergiram o PCR e a Ala Vermelha; em 1967 a POLOP sofreu as cisões da VPR e da COLINA, que em 1969, tentariam uma fracassada unificação na VAR-Palmares para reproduzir o mesmo tipo de crise interna e cisão expressa na polêmica que contrapunha "massistas" e "militaristas".²⁴

As organizações comunistas que passaram à luta armada entre os anos de 1968 e 1969, o fizeram adotando a guerrilha urbana como forma de ação, em contradição flagrante com o princípio assumido por todas elas, de que a guerrilha deveria desenvolver-se, fundamentalmente, no campo. A justificativa para isso era de que a guerrilha urbana era uma ação de caráter tático, e de preparação para a guerrilha rural, que teria um sentido estratégico. Nenhuma delas foi capaz de ultrapassar o ciclo urbano de suas atividades revolucionárias. Configuraram-se, portanto, como organizações guerrilheiras urbanas. E não poderia ser de outro modo, uma vez que o sentido de sua existência como organizações diferenciadas de suas "matrizes", era dado pelo engajamento imediato e direto com a luta armada²⁵.

Um dos mecanismos ideológicos que concorria para essa dinâmica era a visão de que a vanguarda revolucionária seria produto da ação revolucionária, isto é, da luta armada, de maneira que o termômetro para aferir o grau de "vanguarda" de cada grupo era o número e a intensidade da realização de ações armadas de sua autoria. Ninguém melhor do que o principal líder da ALN²⁶ exprimiu essa concepção:

"O que nos fez crescer foi a ação, única e exclusivamente a ação revolucionária. Baseados no princípio de que a ação faz a vanguarda, nós, na realidade, lançamo-nos às ações de guerrilha urbana (...)." ²⁷

A explicação para dinâmica vivida pelas organizações do ciclo urbano do movimento de luta armada, reside no fato de que suas bases sociais provinham de movimentos de massa urbanos - basicamente do movimento estudantil - cujo potencial de adesão ao projeto de

luta armada, estava diretamente ligado ao processo de radicalização política daqueles movimentos. A disposição imediata para a ação armada daquelas bases sociais impuseram às organizações uma dinâmica interna de "depuração" cada vez maior em direção ao militarismo puro, à luta armada incondicional, sistematizada em teoria ou realizada na prática.

A história dos debates, das crises e cisões vividas pelas diversas organizações de esquerda dos anos 60, está relacionada com a tensão permanente entre a estratégia enunciada de luta armada vinculada ao movimento de massas e a estratégia praticada da luta armada incondicional²⁸.

As organizações da guerrilha urbana - através de seu projeto de luta armada - consituíram, na prática, a **forma organizativa e de ação** que respondia à disposição de engajamento de ativistas à formas mais altas de luta política. A proposta de luta armada dos grupos urbanos conseguiu catalisar os ativistas e lideranças dos segmentos radicalizados do movimento estudantil e muitos trabalhadores intelectuais, oferecendo-lhes uma forma política concreta para a ação, além da própria justificativa para agir: a constituição de pequenos grupos guerrilheiros, pretensamente vanguardas de uma guerra civil contra a ditadura militar.

Em resumo, pode-se afirmar que o movimento de luta armada, nos anos 60, quaisquer que fossem as intenções anunciadas pelas organizações revolucionárias, pelas condições históricas em que se deu, dificilmente teria outra configuração que a de um movimento guerrilheiro predominantemente urbano. O movimento da luta armada, pode ser caracterizado, deste ponto de vista, como um **movimento político espontaneísta**, resultante do "culto" à *"espontaneidade da mais ardente indignação"* das lideranças e ativistas do movimento estudantil "que não sabem ou não podem conjugar o trabalho revolucionário e o movimento operário"²⁹

Dessa maneira, no contexto político desenhado nos anos seguintes à implantação da ditadura militar no Brasil, seria inevitável a predominância de quadros vindos do movimento estudantil e de trabalhadores intelectuais e profissionais liberais de classe médias radicalizadas, nas organizações do movimento de luta armada. Foram principalmente os ativistas e líderes do movimento estudantil que forneceram a base para o crescimento das organizações comunistas envolvidas com o projeto de desencadear a luta armada. Independente dos esquemas teóricos que pretendesse assumir, a luta armada contra a ditadura adquiriu a forma da iniciativas de guerrilha urbana de pequenos grupos, sem vinculação política - ou, no máximo, com aproximações episódicas e restritas - com as massas trabalhadoras, devido ao contexto político em que surgiu.

Como pode ser caracterizada a situação do PC do B nas circunstâncias do movimento de luta armada? Como vimos no capítulo anterior, o campo de interlocução prioritário do PC do B até o golpe militar, foram as bases do PCB. A tentativa de atrair para si essas bases dava-se através da crítica à política conduzida pelo PCB, a partir de posições à esquerda da mesma, valorizando fundamentalmente a iminência da revolução, entendida como uma situação de confrontação militar entre as classes sociais antagônicas da sociedade brasileira.

Após o golpe militar há um esvaziamento do campo político e ideológico representado pelo PCB, e simultaneamente forma-se um campo político e ideológico com bases de massas em torno da proposição de luta armada imediata. Para o PC do B, que sobrevivera ao golpe com uma ou duas centenas de militantes, o problema de formação de bases organizativas e políticas para a sua sobrevivência enquanto organização, coloca-se de modo mais crucial ainda. **Todavia, agora, o campo de interlocução a partir do qual constituirá uma base social própria, deslocara-se para esquerda.**

Neste sentido, o PC do B irá buscar suas bases de crescimento junto à faixa de ativistas polarizados política e ideologicamente pelas organizações guerrilheiras urbanas e terá que disputar com elas a arregimentação de militantes. Esta realidade fica evidenciada pela amostragem da composição social do PC do B, sistematizada por Marcelo Ridenti³⁰:

Camadas de Base	6,0%
Camadas de Transição	36,5%
Camadas Médias Intelectualizadas	57,7%

NOTAS

- ¹ ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e Oposição no Brasil (1964-1984). Petrópolis, Vozes, 1984, pp. 63-65 e 69-70.
- ¹ ALVES, 1984, pp. 56-60 e 84.
- ² A esse respeito veja argumentação em MARTINS Fº, João Roberto. Movimento estudantil e ditadura militar, 1964-1968. Campinas, Papirus, 1987, pp. 137-143. O número de mortos é discutido por RIDENTI, op. cit. pp.338-339.
- ³ GORENDER, 1987, pp. 150-152.
- ⁴ MARTINS Fº, 1987, pp. 141-42.
- ⁵ A esse respeito veja MARTINS Fº, 1987, em especial pp. 171-194; para uma exposição mais circunstanciada da adesão das lideranças estudantis às organizações armadas veja também RIDENTI, 1989, pp. 247-303. É interessante notar as posições desses grupos sobre relação entre a luta estudantil e a luta contra a ditadura. A "primeira posição", como era conhecida a Ação Popular, enfatizava que o eixo das mobilizações estudantis deveria ser a luta política contra a ditadura militar, de um lado, e de outro, pela "segunda posição" composta pelas dissidências estudantis do PCB e pela POLOP, que postulava a centralidade da luta específica pela reforma universitária. Cf. MARTINS Fº, 1987, pp. 143-150.
- ⁶ REIS Fº, 1987, pp. 226-228.
- ⁷ Sobre o esquema guerrilheiro do MRT, veja GORENDER, 1987, pp.47-48 e também MORAES, Denis de. A Esquerda e o Golpe de 64. Rio, Espaço e Tempo, 1989, pp. 86-93.
- ⁸ Veja GORENDER, 1987, p. 127.
- ⁹ GORENDER, 1987, p. 99.
- ¹⁰ GORENDER, 1987, p. 168.
- ¹¹ De 3 a 4 anos de ações de guerrilha urbana, aproximadamente de 1968 a 1971; mais 2 nos da guerrilha do Araguaia, de 1972 a 1973.
- ¹² O BNM recolheu todas as informações disponíveis nos 695 processos na Justiça Militar contra militantes da esquerda, abertos entre 1964 e 1979, que envolveram entre denunciados, testemunhas e declarantes cerca de 17.000 pessoas.
- ¹³ REIS Fº, 1990, p. 168, quadro XVI.
- ¹⁴ Idem, p. 166, quadro XII.
- ¹⁵ Ibidem, p. 167, quadro XIV.
- ¹⁶ Idem-ibidem, p. 164, quadro IX.
- ¹⁷ RIDENTI, 1989, pp. 462-463.
- ¹⁸ Ao que parece a repressão concentrou-se no PCB. Os dois ex-membros do PC do B entrevistados confirmaram que, nos meses posteriores a abril de 1964, os órgãos policiais não faziam a diferenciação entre o PCB e o PC do B. Vários militantes deste último foram presos ou perseguidos como membros do PCB. Sobre a AP cf. LIMA E ARANTES, p. 58.

- 19 Outro elemento à destacar é a continuidade do campo intelectual de esquerda atuante, que se formara nos anos anteriores ao golpe, e que se aproveitando do espaços de debates ainda existentes até 1968, tiveram um importante papel na formação de uma consciência de esquerda não só no movimento estudantil. Ridenti faz uma ampla discussão sobre o assunto. Cf. op. cit. pp 170-235.
- 20 MORAES, 1989, p. 148.
- 21 REIS Fº, comenta: *"Seria preciso ainda mencionar um fenômeno muito forte e, contudo, pouco notado: a instrumentalização do movimento estudantil no contexto das contradições no interior das classes dominantes. Repercutir o movimento, super-dimensionando sua força, entrou nos cálculos de setores descontentes das elites sociais como fator de pressão sobre o regime. O entusiasmo das jovens lideranças e mesmo de políticos e intelectuais mais experimentados não soube, muitas vezes, desvendar a força real do movimento em meio aos ecos tonitruantes dos meios de comunicação de massa. Daí para a retórica foi quase sempre um passo que muitos deram sem vacilar."* Op. cit., p. 239.
- 22 Ridenti, aborda com vários depoimentos a dos ativistas estudantis sobre o caminho "natural" para a luta armada. Op. cit. especialmente pp. 247-250; 273-274 e 282-250.
- 23 RIDENTI, 1989, pp. 462-463.
- 24 A esse respeito cf. QUARTIM DE MORAES, João. Dictatorship and Armed Struggle in Brazil. Nova York, Monthly Review, 1971, pp. 141-142; GORENDER, 1987, capítulos 14, 14 e 19.
- 25 Sobre teorização justificando a guerrilha urbana cf. RIDENTI, Marcelo Siqueira. "A vanguarda armada e as massas na revolução que não ocorreu - notas sobre os textos de Jamil." in: Ciências Sociais Hoje, São Paulo, Vértice/Anpocs, 1987, pp. 170-213.
- 26 Marighella no texto "O Papel da Ação Revolucionária na Organização" in: REIS Fº & SÁ, 1985, pp. 207-221.
- 27 Op. cit. p. 208.
- 28 RIDENTI, 1989, pp. 380-387.
- 29 LENIN, 1986, p. 59.
- 30 RIDENTI, 1989, p. 89. Ridenti reagrupou os dados dos arquivos BNM, relativos aos indivíduos processados judicialmente, sob acusação de pertencerem às diversas organizações de esquerda, em três categorias. **Camadas de base:** "grupos sociais que muito provavelmente estão na base da pirâmide social, supostamente tendo pouca instrução, poucos rendimentos ou salários, exercendo trabalho simples ou pouco qualificado e tendo uma posição subalterna na hierarquia do trabalho". **Camadas de transição:** "grupos ocupacionais que possivelmente contam em suas fileiras tanto com pessoas com pouca, quanto muita ou média instrução, que exercem trabalhos mais simples ou mais complexos, podem receber desde salários bem baixos até remuneração relativamente alta, ocupando uma posição de maior ou menor sobreposição ou submissão na hierarquia de trabalho". **Camadas intelectualizadas:** "compostas por pessoas que previsivelmente têm alto grau de instrução, o que permitiria supor que elas recebem boa remuneração, exercem um trabalho qualificado e não manual e eventualmente têm uma posição operatorialmente sobreposta à dos demais trabalhadores." Cf. Quadro nº 3 - Reagrupamento por ocupação dos processados, anos 60/70. Op. cit. pp. 89-90.

CAPÍTULO 5 - A LEGITIMAÇÃO ATRAVÉS DO MAOÍSMO

No capítulo anterior, procuramos esboçar o contexto histórico no qual surgiu e se desenvolveu o movimento de luta armada, bem como as bases sociais que lhe deram sustentação. Afirmamos que o movimento armado foi resultante da intersecção entre o projeto de luta armada, cujos portadores foram basicamente as organizações comunistas dissidentes ou opositoristas ao PCB, e o conjunto de ativistas, especialmente do movimento estudantil universitário que viveria, nos anos de 1966 a 1968, uma experiência ímpar de radicalização política. Procuraremos, a seguir, em um primeiro passo, analisar as temáticas ideológicas que constituíram o projeto de luta armada das organizações guerrilheiras urbanas. Posteriormente, situaremos a posição do PC do B frente ao movimento de luta armada, através da referência aos modelos revolucionários internacionais. O objetivo é mostrar que a forma da opção do PC do B pela luta armada, através do modelo revolucionário maoísta, deu-se condicionada às premissas ideológicas da concepção nacional-democratista de seu grupo dirigente.

A IDEOLOGIA POLÍTICA DO MOVIMENTO DE LUTA ARMADA

Quais as temáticas e as teses políticas que conformavam a ideologia dos grupos comunistas, particularmente dos que participaram do ciclo urbano do movimento de luta armada, que lhes possibilitaram a atração e absorção das lideranças e ativistas do movimento estudantil e de segmentos radicalizados de trabalhadores intelectuais de classe média urbana à aderir ao projeto de luta armada?

Passamos, assim, à análise da ideologia política das organizações que compuseram o movimento de luta armada. É importante enfatizar que para efeito do andamento da análise pretendida neste trabalho, enfocaremos a ideologia das organizações que fizeram parte do ciclo urbano do movimento de luta armada, pois será em contraposição a esses grupos que posteriormente analisaremos a ideologia do PC do B.

Dentre os autores que buscaram sistematizar a ideologia política do movimento de luta armada, em seu conjunto, incluindo o PC do B, faremos a exposição dos esquemas de Marcelo Ridenti e Daniel Aarão Reis Filho.

Para o primeiro autor os elementos ideológicos comuns seriam: a) a análise de que a economia brasileira vivia um processo irreversível de estagnação sob a ditadura militar, não existindo alternativa de desenvolvimento enquanto o país estivesse sob o domínio imperialista; b) a necessidade do surgimento de uma vanguarda de novo tipo para liderar a revolução, organizando inicialmente a guerrilha rural, num processo de luta armada relativamente longo, que envolveria a mobilização das massas populares urbanas e rurais; c) a tese de que a guerrilha rural seria o embrião do exército popular.¹

As coordenadas divisoras de posições nas esquerdas, que diferenciam entre si as organizações comunistas seriam: d) o caráter da revolução brasileira; e) a natureza organizacional da vanguarda revolucionária; f) formas de luta do processo revolucionário brasileiro.

Reis Fº, embora reconheça diferenças, enfatiza os pontos comuns das organizações comunistas, os quais seriam, principalmente os seguintes: a) o impasse da sociedade e ausência de alternativas para as classes dominantes brasileiras, à ditadura militar, em função do bloqueio do desenvolvimento do capitalismo brasileiro; b) a inviabilidade das alianças com setores das classes dominantes; c) em decorrência, a concepção de que somente através da luta armada seria possível a retomada desenvolvimento econômico do país; d) o papel histórico decisivo da atuação da vanguarda revolucionária.²

Não realizaremos uma avaliação sistemática desses dois esquemas; contudo, eles estarão presentes no decorrer da exposição deste e dos próximos capítulos, de forma mais ou menos explícita, pois, de um modo geral, eles efetivamente abrangem os principais elementos ideológicos com os quais procederemos a análise da ideologia das organizações do movimento de luta armada, bem como, das particularidades da ideologia política do PC do B.

Levando em conta a sistematização dos autores citados, o primeiro aspecto da ideologia política das organizações comunistas do movimento de luta armada a ser ressaltado diz respeito à crise brasileira (item "a" nos dois esquemas). A idéia central era a de que o capitalismo brasileiro se encontrava em uma situação de impasse estrutural, devido à subordinação ao imperialismo e a preservação da estrutura agrária concentradora. Não se poderia mais esperar surtos desenvolvimentistas no país, mas apenas a estagnação e o acirramento das contradições sociais e políticas.

A ditadura militar seria a manifestação cabal do impasse estrutural do desenvolvimento capitalista brasileiro. Decorria desse raciocínio, a ideia de permanência da militarização do Estado. A ditadura somente seria capaz de responder ao acirramento das lutas sociais com o uso crescente da força repressiva, uma vez que não poderia alavancar uma retomada do desenvolvimento econômico e alargar sua base de sustentação.³

É essencial assinalar que a tese da estagnação também está presente nas formulações do PCB. De fato, essa tese, desde pelo menos o final dos anos 30, faz parte do arsenal doutrinário do nacional-democratismo, precedendo as formulações do movimento de luta armada. Para o PCB, havia uma relação causal entre crise econômica e ditadura, na medida em que as forças golpistas - a burguesia entreguista associada ao imperialismo em aliança com setores latifundiários - correspondem exatamente às forças sociais que sustentam as causas da crise estrutural do país. As análises das organizações da luta armada sobre fragilidade política do regime militar têm, portanto, um parentesco com as formulações do "Partidão".

Entretanto, a tática para a luta contra a ditadura defendida pelo PCB, em seu VI Congresso, assenta-se basicamente em um programa de reformas democráticas a serem alcançadas através de um governo de coalizão de todos segmentos anti-ditatoriais. Essa proposta abrangeria um conjunto de forças políticas ainda mais amplo que o definido na orientação política anterior ao golpe de 1964.⁴

A tese do impasse do capitalismo brasileiro, do qual decorreria, simultaneamente, a permanência do fenômeno da militarização e fragilidade política do regime militar, era, evidentemente, indispensável para os agrupamentos da guerrilha urbana. Através dela podia-se sustentar que o país vivia em uma situação revolucionária, sem o que a adoção da luta armada não se justificava. Se essa tese era necessária, por outro lado, era insuficiente por si só, para que pudesse legitimar a defesa da luta armada imediata como única saída frente à ditadura militar. O PCB a adotava, ao mesmo tempo em que mantinha suas proposições sobre o "caminho pacífico", de luta pelo socialismo.

Essa questão traz à luz um aspecto crucial do pensamento das organizações comunistas que efetivaram o ciclo urbano do movimento de luta armada, pois a referência básica para a gênese das formulações legitimadoras da opção pela luta armada, referência a ser negada, esclareça-se, são as posições ideológicas do PCB. A formulação tradicional do PCB, de que a revolução brasileira seria democrático-burguesa e de libertação nacional, sobre a qual se erigiu a estratégia de transição pacífica, implica o reconhecimento de potencialidades transformadoras por

parte da chamada "burguesia nacional". Essa visão se desdobra em uma política de alianças cuja prioridade estava nos partidos, grupos políticos e lideranças nas quais se veria a expressão dos interesses daquela fração ou setor de classe.

A temática da inviabilidade de alianças com setores das classes dominantes (aqui entramos no ponto "b" do esquema de Reis F^o), marcante nas formulações dos diversos grupos comunistas do movimento de luta armada, significava antes de mais nada a crítica ou a recusa pura e simples, da categoria de "burguesia nacional", na sua fórmula canônica, sustentada pelo PCB. Para a ORM-POLOP e para as organizações comunistas que dela originaram (COLINA, VPR, POC, VAR, DVP, etc), ou que foram por ela influenciadas ideologicamente (DI-RJ, DI-GB/MR-8, etc) esse ponto já estava resolvido de antemão. Dentro das concepções por elas assumidas, o Brasil era considerado, diferentemente da visão pecebista, um país plenamente capitalista, onde a burguesia era já uma classe dominante. O esquema estratégico assumido deveria ser o da revolução socialista direta, sem etapas. A noção de "burguesia nacional" tornava-se incabível, pois haveria uma total integração da burguesia brasileira, em seu conjunto, com o imperialismo. O nacionalismo, aspecto essencial da estratégia do PCB, é considerado, assim, como um simples mecanismo de pressão da burguesia brasileira para negociação com o imperialismo.

Para tais organizações a alternativa à ditadura militar se basearia na aliança entre classe operária e trabalhadores rurais, tendo como objetivo formação de um Governo dos Trabalhadores, já de caráter socialista, a ser alcançado, evidentemente, através da luta armada.⁵

Se enfocarmos, de outro lado, as organizações que mantiveram a visão etapista da revolução brasileira em moldes próximos aos do PCB, (ALN, PCR, PC do B-AV, e, em certa medida, o PCBR) fica mais evidente o aspecto central da reformulação da noção de "burguesia nacional". O caso mais elucidativo a esse respeito, é o processo de formulação das posições da ALN, na pessoa de seu principal líder e teórico, Carlos Marighella. Os escritos de Marighella ilustram o trajeto intelectual percorrido por algumas centenas de militantes, desde o afastamento inicial das posições oficiais do PCB à elaboração dos fundamentos da estratégia da luta armada.

O escrito "A Crise Brasileira"⁶ expressa a fase inicial do rompimento de Marighella com as concepções pecebistas da linha pacífica e, talvez possa se dizer, é representativo do amplo movimento de afastamento da linha oficial do PCB, que envolveu a maior parte do contingente de militantes e dirigentes comunistas do partido nos anos seguintes ao golpe de 1964.

Nesse primeiro momento Marighella, como já observou um autor, ainda considera a guerrilha apenas como uma "forma de luta complementar"⁷ de caráter tático, deixando claro que não espera que a guerrilha "seja o sinal para o levante popular ou para a súbita proliferação de focos insurrecionais"⁸. Não há ainda o comprometimento com uma estratégia da luta armada, típica de seus escritos posteriores, onde já estavam absorvidas e redesenhadas as formulações mais ortodoxas do chamado foquismo. Ao contrário, para Marighella, nesse momento, à guerrilha estaria atribuído o papel de estímulo para o prosseguimento da luta de resistência contra a ditadura e de fortalecimento da formação da "frente-única antiditadura". Além disso, Marighella recusa explicitamente a perspectiva da guerrilha urbana, sentenciando que "a luta de guerrilhas não é inerente às cidades, não é uma forma de luta apropriada às áreas urbanas"⁹, bem distante das posições que adotará três anos depois como principal teórico da guerrilha urbana com o seu famoso "Mini-Manual do Guerrilheiro Urbano".

No tocante à avaliação da trajetória do PCB, Marighella sustenta que sob a "égide do binômio nacionalismo-democracia" os comunistas brasileiros viveram um "largo período de colaboração com as forças da burguesia".¹⁰ A aliança do proletariado com a burguesia é entendida por Marighella como uma "inelutabilidade histórica"¹¹, porém, o proletariado deverá agir com independência buscando a hegemonia da revolução antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática, pois a liderança da burguesia "é vacilante e propensa à conciliação, sobretudo quando os interesses da burguesia são duramente feridos pelo imperialismo e o latifúndio, e ela teme o proletariado em luta contra esses inimigos."¹²

A fórmula canônica pecebista do caráter dualista da "burguesia nacional" é substituída pela tese do caráter precipuamente conciliador da mesma. Dessa forma, não se poderia esperar uma ação autônoma da "burguesia nacional" para a constituição de uma alternativa frente à ditadura militar e à submissão ao imperialismo e ao latifúndio. O corolário da tese da incapacidade de ação política das lideranças políticas burguesas, era de que a ditadura somente poderia ser derrubada através da violência revolucionária. Chamada "burguesia nacional", no caso das organizações da guerrilha urbana que mantinham o esquema estratégico etapista, tais como a ALN, era atribuído um papel, no máximo, de coadjuvante passivo. No caso das organizações que adotavam o esquema estratégico da revolução socialista direta, a burguesia em seu conjunto seria uma força contra-revolucionária, a ser destruída no processo de luta contra a ditadura.

A recusa da tese de que a "burguesia nacional" atuaria como uma fração autônoma de classe, está relacionada a outro ponto essencial da ideologia das organizações guerrilheiras

urbanas. Ainda em "A Crise Brasileira", os fundamentos ideológicos da tática oficial do PCB de combate à ditadura, são definidos como a

*"esperança na sobrevivência de uma reviravolta da própria burguesia, reviravolta destinada a pôr em ordem a situação política e ensejar uma escalada democrática"*¹³

Marighella esboça, nesse trecho, a recusa ao caminho de luta contra a ditadura através da redemocratização, com o retorno a algum tipo de governo democrático, nos moldes da linha oficial pecebista. A visão de que redemocratização seria ou utopia ou puro engodo, do ponto de vista do interesses das massas populares, seria moeda corrente entre as organizações da guerrilha urbana.

O PCBR, outra dissidência do PCB, na qual tiveram papel central alguns importantes ex-dirigentes do "Partidão", também é um exemplo da recusa a uma política de aliança com a "burguesia nacional" e da luta pela redemocratização:

*"Ao lutarmos contra a ditadura, devemos colocar como objetivo a conquista de um Governo Popular Revolucionário e não à chamada 'redemocratização' ou a volta a um regime reacionário sob a capa democrático-representativa, como o existente antes do golpe de abril."*¹⁴

Contudo, será Marighella que, já como líder da ALN, expressará de maneira mais enfática o repúdio à tática de luta por anistia, eleições diretas e outras reivindicações mais moderadas de luta contra a ditadura, com vistas à formação de um governo democrático. Descrevendo uma virtual fase de confronto militar mais avançado contra a ditadura, aquele dirigente argumenta o seguinte:

"A situação política do país transforma-se numa situação militar, em que os gorilas surgem cada vez mais como responsáveis por todos os desacertos e violências, enquanto as dificuldades da vida do povo se tornam verdadeiramente calamitosas. Vendo os militares e a ditadura à beira do abismo e temendo as consequências da guerra revolucionária, já então num plano bastante avançado e irreversível, os apaziguadores, que sempre existiram entre as classes dominantes e os oportunistas de direita, partidários da luta pacífica, se dão as mãos e passam a murmurar nos bastidores, implorando aos algozes por eleições, reformas de cartas constitucionais e outros ingredientes destinados a enganar as massas e a fazer cessar o impacto dos revolucionários nas cidades e nas áreas rurais do país.

"Já agora, porém, com os olhos nos revolucionários, o povo passa a compreender que é uma farsa ir votar em eleições, cujo único objetivo é garantir a continuidade da ditadura militar e dar cobertura a seus crimes. Atacando em cheio essa farsa das eleições e a chamada , tão ao gosto dos oportunistas, o guerrilheiro urbano deve tornar-se mais agressivo e violento, recorrendo sem

cessar à sabotagem, ao terrorismo, às expropriações, assaltos, sequestros, justiçamentos, etc.

*"Isto amula qualquer pretensão de enganar as massas com a abertura do congresso e a reorganização dos partidos do governo e da oposição consentida, uma vez que tanto o parlamento, como esses partidos são chamados a funcionar por obra e graça da ditadura militar como um autêntico espetáculo de bonecos de engonço e cães amestrados."*¹⁵

Tais formulações expressavam o repúdio de uma ampla camada de ativistas e militantes de esquerda das diversas organizações, à política de integração ao populismo do PCB, através da aliança com as lideranças políticas das classes dominantes, consideradas progressistas, em particular as agrupadas sob o chamado movimento nacionalista, e da atuação privilegiando as formas de luta legais e eleitorais. Essa política se dava sob a chancela das teses da necessidade da aliança com a "burguesia nacional" e da possibilidade de se conquistar pacificamente, dentro do quadro de instituições democráticas existentes, as reformas desejadas para a sociedade brasileira.¹⁶

As organizações da guerrilha urbana desenharão teses diametralmente opostas às formulações pecebistas, sustentando a inviabilidade de uma estratégia que se propusesse a uma saída que, em alguma medida, contivesse expectativas em uma vertente democrático-burguesa, para o combate ao regime militar. A perspectiva da luta antiditatorial somente teria um caminho: a formação de um governo revolucionário, através de um processo de guerra civil prolongada. Subjacente a tais posições, havia uma identificação entre ação política revolucionária e ação militar. Qualquer atividade que não se vinculasse, de alguma forma, à realização de ações armadas, era frequentemente repudiada como uma manifestação de reformismo ou oportunismo.

Acusações desse tipo serão frequentemente lançadas contra o PC do B, como veremos no último capítulo.

O MODELO REVOLUCIONÁRIO CUBANO E O ESPONTANEÍSMO

A opção pela luta armada da esquerda brasileira, na forma de movimento guerrilheiro, não pode ser compreendida, nas suas motivações ideológicas, se desligada do panorama internacional do movimento comunista dos anos 60.

A Revolução Cubana, de 1959, é, neste sentido, a referência maior, na medida em que representou, por si só, um acontecimento que recolocou a questão da luta armada para os comunistas da América Latina. Tornou-se, assim, um incômodo para a direção pecebista compromissada com a política de transição pacífica para o socialismo, no período anterior ao golpe militar de 1964.¹⁷ Na segunda metade dos anos 60, houve o engajamento direto da liderança cubana para o desenvolvimento da luta armada no Continente, particularmente com a Conferência da Organização Latino Americana de Solidariedade (OLAS)¹⁸, realizada em Havana, em julho de 1967; e através do apoio logístico para as organizações do movimento de luta armada, como a ALN e outras, com ajuda financeira e treinamento de guerrilheiros.

Cuba ofereceu, no plano teórico, o modelo revolucionário inspirador dos movimentos guerrilheiros, não só do Brasil, como de toda a América Latina. O chamado foquismo foi apresentado pelos líderes revolucionários cubanos, onde se destacam os escritos de Che Guevara, como um caminho obrigatório a ser seguido pelos revolucionários em toda a América Latina. O espírito de ousadia da Revolução Cubana revelou-se também como heretismo no plano da teoria: em confronto direto com os dogmas oficiais do movimento comunista, sobre a natureza da revolução nos chamados países dependentes, o foquismo caracterizou-se pela tese de que a revolução nos países latino-americanos tinha um caráter diretamente socialista e ocorreria simultaneamente em todo o continente; além disso, sustentava que a vanguarda política da revolução latino-americana seria o núcleo guerrilheiro e que, por consequência, à ele caberia dirigir politicamente o movimento revolucionário e não o tradicional partido comunista. Este era o conteúdo essencial da estratégia da "Guerra de Guerrilha" exposta, por exemplo, por Che Guevara.

Curiosamente, não foi somente, nem principalmente, através textos de Che Guevara, conhecidos desde antes do golpe de 1964¹⁹, que o foquismo se consagrou entre os grupos comunistas brasileiros como base para suas teorizações sobre a luta armada. A influência

decisiva veio de um pequeno e muito polêmico livro, publicado no país em 1967, de autoria de um intelectual francês simpatizante ativo da revolução cubana: trata-se de *Revolução na Revolução?*, de Régis Debray.

O sucesso desse livro se deveu ao fato de que, melhor do que os escritos de Guevara, ele fundamentou a defesa da adoção da luta armada imediata e incondicional. Na verdade, apresentava uma versão militarista do foquismo guevarista, subtraindo deste todas as considerações relativas às condições políticas para a luta armada. Nele a estratégia da revolução cubana é resumida da seguinte forma:

*"mediante a construção mais ou menos lenta, através da guerra de guerrilhas levada em zonas rurais mais propícias, de uma força móvel estratégica, núcleo do Exército Popular e do Estado Socialista"*²⁰

Desprezava-se aí a idéia de formação de bases de apoio de massa à luta armada. A "zonas rurais mais propícias" não estariam definidas pela presença maior ou menor de camponeses ou de seu grau de conflitos sociais.

Outro aspecto enfatizado por Debray, decorrente de seu militarismo exacerbado, diz respeito à natureza organizacional da vanguarda revolucionária. Os partidos comunistas tradicionais de base urbana estariam incapacitados de desenvolver a luta armada. Neste sentido, o autor desenvolveu de forma demolidora a crítica à estrutura dos partidos comunistas, em um raciocínio abusadamente reducionista, que derivava de forma mecânica a orientação política da forma organizacional. Os partidos comunistas, marcados por vícios burocráticos e excesso de zelo de funcionários preocupados com a manutenção do status quo partidário, submetidos ao ritmo e ao calendário da vida política burguesa, inevitavelmente gerariam uma política oportunista e reformista; já a organização guerrilheira, propiciaria a educação ideológica e proletarianização de seus membros, garantindo a reprodução de um política revolucionária. O partido de vanguarda surgiria do desenvolvimento da guerrilha; a vanguarda, do ponto de vista da luta imediata, só poderia ser uma vanguarda militar; portanto, a guerrilha.

A distinção entre política revolucionária e política reformista em termos de realizar-se ou não a luta armada imediatamente, através do foco guerrilheiro, perpassa o texto de Debray como eixo central de argumentação. O desprezo pela atividade política tradicional e por tudo o que não estivesse diretamente ligado praticamente à efetivação luta armada é resumido por Debray, em uma frase:

*"Para não bloquear a política revolucionária é preciso desviar-se da política."*²¹

O discurso de Revolução na Revolução? identificava-se com a disposição e os sentimentos da ampla parcela dos militantes e simpatizantes dos agrupamentos de esquerda formados, ou em gestação, nos anos de 1966 e 1967. O modelo revolucionário cubano, o foquismo, na versão divulgada por Debray, assim, teve papel predominante como fonte de legitimação²² para o movimento de luta armada brasileiro, na medida em que fornecia os elementos ideológicos - que iam ao encontro da disposição dos ativistas radicalizados dos movimentos de massas e dos militantes comunistas e de esquerda, para engajarem-se na luta armada imediata.

Contudo, não foi o único modelo revolucionário à disposição dos diversos grupos da esquerda. A singularidade da posição do PC do B não pode ser compreendida sem considerações mais detidas sobre modelo revolucionário maoísta e o posicionamento internacional do PC Chinês.

O ALINHAMENTO COM O PC CHINÊS

As divergências abertas no movimento comunista internacional no início dos anos 60, envolvendo o PC Chinês e o PCUS, romperam definitivamente com a hegemonia mundial deste último entre os partidos comunistas. Embora esse conflito estivesse movido por interesses estratégicos, no plano internacional, dos respectivos Estados²³, ele expressou-se em termos de uma disputa política e ideológica dentro do movimento comunista que envolveu alguns temas cruciais.

No plano doutrinário, sobressaíam a questão de Stálin e do caminho pacífico para o socialismo. O PC Chinês não concordava com a denúncia contra Stálin patrocinada pelo PC Soviético, desde o seu XX Congresso. Por motivos próprios, os chineses continuavam a defender Stálin como grande revolucionário, atribuindo-lhe apenas erros secundários. Os chineses irão, também, se pronunciar contra a política soviética da chamada coexistência pacífica, sustentando a perspectiva do desencadeamento de movimentos revolucionários, particularmente nos países do chamado terceiro mundo contra o imperialismo norte-americano. Com a radicalização do confronto e a sua explicitação à opinião pública internacional, o PC Chinês passa a acusar o PCUS de "revisionismo" e estimulará, principalmente a partir de 1962, o surgimento de partidos "marxistas-leninistas", na maior parte das vezes cisões de partidos comunistas pró-soviéticos, com o objetivo de criar uma esfera de influência própria no movimento comunista²⁴.

É nesse contexto que o PC do B adere ao PC Chinês. Porém, o alinhamento com a China Popular não ocorreu automaticamente após a cisão, e muito menos teve algum papel significativo para a mesma. O conflito entre os partidos chinês e soviético ainda não tinha se tornado ostensivamente público até o final de 1962. O PC do B viria a formalizar sua opção pelos chineses somente em 1963, passando por um período inicial de indefinição sobre o alinhamento no plano internacional, no qual chegou a estabelecer contato inclusive com Cuba.

Qual a natureza das relações estabelecidas entre o PC do B e o PC Chinês a partir de 1963? Até que ponto o PC do B tornou-se um agrupamento político maoísta, incondicionalmente alinhado à doutrina e às posições do partido liderado por Mao Tse-Tung? Responder a estas questões é o ponto de partida indispensável para efetivar uma análise sobre o sentido da utilização do modelo revolucionário maoísta pelo PC do B. E não são questões de resposta óbvia, devido a vários fatores. Em primeiro lugar, há uma visão disseminada que considera os partidos comunistas como organizações "teleguiadas" dos centros revolucionários. De outro lado, o dogmatismo predominante no PC do B, dificulta uma análise mais ponderada a esse respeito, na medida em que nos documentos do período aqui enfocado parece ser confirmada a versão da submissão incondicional²⁵. Um exemplo:

*"Inúmeras são as contribuições de Mao Tse-Tung ao marxismo-leninismo ao terreno da filosofia, economia, ciência social, arte militar e construção do partido. Seu pensamento dá respostas às questões mais candentes da atualidade. Enriqueceu enormemente a teoria da revolução nos países coloniais e dependentes. Formulou a doutrina e os princípios da doutrina da guerra popular, cuja justeza foi comprovada não só na China com em outros lugares. Inspirados em seus ensinamentos, os chineses estão construindo o socialismo e transformando o seu país em poderosa e invencível nação. A grande batalha que os povos travam, hoje, contra o revisionismo contemporâneo tem um Mao Tse-Tung o principal ideólogo e guia. Com tudo isto, pôs nas mãos dos povos afiada arma para sua emancipação e o marxismo-leninismo atingiu novas alturas."*²⁶

Reis Fº buscou formular um novo modelo de interpretação para a questão da relação entre as diversas organizações comunistas brasileiras e as lideranças dos partidos comunistas no poder em conflito político na arena internacional, durante os anos 60, baseado na idéia de que aquela relação constitui um mecanismo de legitimação para as organizações comunistas. Dessa forma, os modelos revolucionários vitoriosos são, antes de mais nada, fontes de legitimação para as opções políticas e opções ideológicas das organizações comunistas, o que se supõe um determinado grau de autonomia política e ideológica para estas últimas frente aos centros revolucionários internacionais²⁷.

O alinhamento do Partido Comunista do Brasil com a China comunista deverá ser interpretado, portanto, nos termos de uma relação de legitimação. Encaradas deste ponto de vista, as posições doutrinárias mais gerais dos chineses vinham ao encontro dos argumentos do grupo dirigente do PC do B esgrimidos desde a luta interna no PCB e as suas posições de combate ao prestígio. A defesa de Stálin, a crítica à tese do caminho pacífico para o socialismo e a acusação de "revisionismo" dirigida aos soviéticos, reivindicando a ortodoxia revolucionária "marxista-leninista" para si, fizeram do PC Chinês a instância de legitimação internacional, essencial à consolidação política do PC do B²⁸. A Revolução Cultural Chinesa, por seu turno, iniciada em 1966, terá importância capital para ampliar o prestígio do maoísmo e do PC Chinês e, por consequência, do PC do B, junto ao campo da esquerda.

Por outro lado, é importante atentar para o espaço da autonomia política e ideológica dessa relação de legitimação, para compreender em que sentido se dá a adoção seletiva do maoísmo por parte do PC do B. Não será possível compreender uma série de aspectos e acontecimentos da trajetória do PC do B se não for levada em conta esta questão.

Um elemento adicional, a ser considerado para a análise, é o tipo de relacionamento estabelecido pelo PC Chinês com o PC do B. Este, ao receber o apoio oficial dos chineses como partido de vanguarda do proletariado no Brasil evidentemente pretendia-se representante exclusivo do "marxismo-leninismo" no país. Entretanto, houve também o apoio do PC Chinês à Ala Vermelha²⁹, a cisão do PC do B, e à Ação Popular. Nos dois casos, o PC do B não poderia deixar de sentir sua pretensão ao monopólio do posto de partido de vanguarda ameaçada.³⁰

Além disso, o PC do B não aceitara a proposição lançada pelos comunistas chineses, durante a Revolução Cultural,³¹ de que o "Pensamento Mao-Tse Tung" representaria uma terceira etapa do marxismo. Na verdade, esta questão parece fazer parte de uma série de divergências doutrinárias, acumuladas desde os primeiros momentos de aproximação entre os dois partidos, algumas das quais se expressavam, de forma velada, através de artigos publicados no jornal "A Classe Operária".³²

O MODELO REVOLUCIONÁRIO MAOÍSTA

O PC do B surgiu em 1962 em torno da defesa da violência revolucionária³³. A predisposição para isso o partido revelou, por exemplo, no apoio ao levante dos sargentos em Brasília em setembro de 1963. Também desde 1963, já deslocara militantes para zonas rurais³⁴, que mais tarde seriam enviados à região do Araguaia.

No período anterior ao golpe de Estado, a questão da violência não se colocava ainda, de forma prática, uma vez que a crise política na conjuntura no período anterior ao golpe aprofundava-se e polarizava cada vez mais a sociedade, tendo como eixo divisor o executivo populista, indicando a proximidade de um confronto que teria como principal cenário as cidades. De resto, a própria situação do PC do B, como uma organização recém formada e numericamente reduzida, com problemas básicos de sobrevivência para resolver, impossibilitavam qualquer iniciativa de luta armada.

Como já vimos, após o golpe, a luta armada imediata torna-se o tema candente para todas as organizações de esquerda que se pretendiam revolucionárias e contrárias à política do caminho pacífico pecebista. O movimento de luta armada, como procuramos também argumentar, teve uma configuração organizativa, política e ideológica particular, correspondente ao processo de radicalização da base social que lhe deu sustentação. O movimento de guerrilha urbana, era avesso à forma de ação política institucional do PCB e à estrutura organizativa tradicional dos partidos comunistas, tendo como principal fonte de legitimação internacional, o modelo revolucionário cubano.

O que estava em jogo, nessas circunstâncias, era a capacidade que o PC do B teria que atrair parcelas significativas de ativistas que compunham a base social do movimento de luta armada, a partir dos quais pudesse firmar seu crescimento organizativo e político. E esta capacidade estava diretamente condicionada ao convencimento daqueles ativistas que compunham o campo de interlocução partidário, que, de fato, o PC do B pretendia iniciar ações armadas³⁵.

A forma imediata com que a luta armada se viabilizava, naquela conjuntura, era a guerrilha urbana. A pressão para participar da guerrilha urbana colocava o grupo dirigente do PC do B diante de sérios impasses. Adotar o modelo organizativo da guerrilha preconizado pelos grupos urbanos significaria a dissolução da estrutura do partido, tal como se constituía desde a

sua criação em 1962, e a própria auto-negação do grupo dirigente. Todavia, o partido deveria ter justificativas convincentes, perante o seu campo de interlocução, para não adotar a guerrilha urbana, sem cair em argumentos contrários à luta armada.

O modelo revolucionário maoísta deu legitimidade à recusa desse caminho, através da tese de que o partido dirige a luta armada:

*"É igualmente falsa a tese de que é desnecessária a existência do Partido para desencadear a luta armada e levá-la a bom termo e que o Partido se formará da guerrilha. O exército popular - diz outro teórico do fidelismo - será o núcleo do Partido e não o inverso (Regis Debray - «Revolução da Revolução») . Esta doutrina é uma generalização mecânica do que ocorreu em Cuba. A experiência histórica de milhões de pessoas demonstrou que nenhuma revolução triunfou sem que antes se houvesse formado um partido revolucionário capaz de dirigi-la. É verdade que no curso da luta armada, o Partido se tempera como organização de vanguarda e cumpre sua missão histórica. Mao Tse-tung, referindo-se ao PC da China, destacou: Em meio de guerras revolucionárias foi que nosso Partido se desenvolveu, consolidou e bolchevizou nos dezoito anos transcorridos; sem luta a luta armada o Partido não chegaria a ser o que é hoje (Mao Tse-tung - Apresentação da Revista «O Comunista», 4 de outubro de 1939) Mas o Partido não pode se resumir a um simples destacamento armado, como quer o fidelismo. É o estado-maior do proletariado que dirige a revolução em todos os seus aspectos. A luta armada não é mais do que uma projeção, em plano mais elevado e decisivo, da luta política. Seu desencadeamento e desenvolvimento pressupõem certos requisitos indispensáveis, a começar pela concepção mesma da luta, fixação de seus objetivos, escolha das regiões, seleção de homens até o plano de disposição de forças, conhecimento das condições favoráveis e desfavoráveis, mobilização de massas, palavras-de-ordem fundamentais e parciais. Isto sem falar na formação de uma alta consciência revolucionária dos combatentes. Quem poderá enfrentar semelhantes tarefas senão um partido de vanguarda? Para fazê-lo é necessário um partido marxista-leninista. Não é o fato militar que dirige o político, mas justamente o contrário; o fator político é que dirige o militar."*³⁶

Um caminho alternativo para o PC do B engajar-se na guerrilha urbana, sem dissolver a estrutura partidária existente, poderia ser a formação de um "setor militar" partidário, um "braço armado" do partido, encarregado de realizar as ações armadas. Porém, essa alternativa trazia consigo um sério risco, uma vez que era visível a tendência de autonomização de qualquer virtual "setor militar", levando-o a sobrepor-se à hierarquia e à direção oficial partidárias, ou ainda, o que resulta no mesmo, reduzindo o partido a um "setor de apoio" à luta armada³⁷.

Sobre essa alternativa, novamente o maoísmo dará o argumento de autoridade para o grupo dirigente do PC do B recusá-la:

"Tanto a teoria do «foco» como a da guerra popular têm como premissa o amplo emprego da tática de guerrilhas. Mas, enquanto na primeira os grupos se bastam a si mesmos e com suas ações esperam que as massas os sigam, na segunda

*teoria, os grupos guerrilheiros se apóiam nas massas e no Partido, esforçando-se por estabelecer bases de apoio no campo e sua atuação está fundamentalmente voltada para ajudar as próprias massas a se levantar e a fazer a sua guerra. A guerra revolucionária - ensina Mao Tse-tung - é a guerra das massas, e somente pode realizar-se mobilizando as massas e apoiando-se nelas (Mao Tse-tung - Preocupemo-nos com o Bem-estar das Massas, Prestemos Atenção aos nossos Métodos de Trabalho, 27 de janeiro de 1934)."*³⁸

A necessidade de que a luta armada estivesse vinculada, ou mesmo subordinada, às lutas das massas é o argumento que o maoísmo oferece, para que o PC do B possa se esquivar de iniciar a luta armada imediatamente. A vinculação entre movimento de massas e luta armada se dava através de uma das idéias-força da estratégia revolucionária maoísta da guerra popular: a de que o movimento guerrilheiro para crescer deveria constituir bases de apoio no campo, ao contrário da visão foquista, que pensava mais em termos de colunas guerrilheiras móveis³⁹.

*"As bases de apoio não poderão surgir de uma hora para outra. Já na preparação da guerra popular, é imprescindível ter em vista zonas propícias à criação de bases de apoio e nelas trabalhar com esta perspectiva."*⁴⁰

O grupo dirigente do PC do B pôde argumentar e resistir às pressões de seu campo de interlocução para a imersão do partido nas ações da guerrilha urbana, utilizando-se do modelo revolucionário maoísta, que cumpriu, portanto, a função de legitimar a opção da direção pecedobista, pelo adiamento do envolvimento com iniciativas de luta armada.

Por outro lado, quando Mao Tsetung aborda o problema do apoio das massas, está se referindo, via de regra, às massas camponesas. A valorização dos camponeses como força revolucionária, como principal base social da revolução é uma temática cara ao maoísmo, sendo considerada por alguns⁴¹ mesmo sua principal característica enquanto teoria revolucionária.

Para o PC do B, a valorização dos camponeses, seguramente, prestava-se, também, a justificar sua posição contrária à guerrilha urbana e concentrar o partido na preparação da guerrilha rural:

*"A massa camponesa é uma grande força a ser mobilizada para a conquista dos objetivos democráticos e nacionais. Possui tradição de luta e espírito de combatividade. Nos últimos anos, manifestou com veemência sua aspiração à posse da terra. Apesar de viver apartada dos centros urbanos mais adiantados, de ser secularmente oprimida, constitui inesgotável reserva de energias revolucionárias. Posta em movimento, sob uma direção consequente, mudará o rumo dos acontecimentos e transformará a fisionomia política, econômica e social do país."*⁴²

ARAGUAIA: JUSTIFICATIVA MAOÍSTA E PRÁTICA FOQUISTA

É de fundamental importância, compreender que a opção pelo adiamento do envolvimento com ações armadas e da definição do campo como cenário para a guerrilha, **não resultou de uma decisão deliberada e consciente tomada pelos dirigentes do PC do B, em suas instâncias decisórias, sobre o caminho e os passos a seguir para a luta armada.** Segundo Vladimir Pomar, nunca houve uma posição unificada do partido sobre os procedimentos a seguir para a luta armada, na medida em que a discussão sequer abrangia todo o Comitê Central⁴³. Totalmente ignorado do coletivo partidário, o debate sempre fora insuficiente para que se explicitasse divergências significativas. Existia, de acordo com Pomar, pressões em torno dessa questão. De um lado, insatisfações em relação à morosidade na concretização da luta armada; de outro, resistências à pressa para concretizá-la, sob o argumento da necessidade de se criar bases políticas de massa no campo, como alicerce para o trabalho militar e, por consequência, considerar como regiões favoráveis para a luta armada, regiões com maior densidade demográfica, etc.⁴⁴

A primeira menção à versão chinesa do caminho revolucionário aparece no documento da Comissão Executiva do Comitê Central do partido de agosto de 1964⁴⁵, o qual em suas linhas gerais, será reafirmado na resolução política da VI Conferência⁴⁶ e posteriormente exposto de maneira sistemática e detalhada no documento "Guerra Popular - Caminho da Luta Armada no Brasil"⁴⁷. O texto da C.Ex. assim define

"Quem deseja a revolução deve, hoje, fazer trabalho no campo. É no interior que vive a maioria da população. As condições de vida dessa maioria de brasileiros são as piores possíveis. Não gozam de mínimos direitos. Trabalham sob regime de feroz exploração. São, potencialmente, uma grande força revolucionária, que começa a despertar. Além disso, as circunstâncias em que se verificam as lutas no campo, são mais favoráveis às forças revolucionárias. A reação não pode concentrar-se em toda parte e o terreno, que é bem conhecido pelos camponeses, em geral, é desconhecido para ela. Se bem dirigidas, as lutas no interior podem não só subsistir, como ampliar-se em choques de grandes proporções.

*"É necessário, pois, empenhar-se ao máximo para organizar e desenvolver o movimento camponês. Tendo em vista que a luta de libertação nacional será dura e prolongada e se travará fundamentalmente no interior do país, é fácil compreender a importância que assume o trabalho no campo. (...) Pode-se afirmar que a questão camponesa é o problema chave da Revolução Brasileira."*⁴⁸

Embora a ênfase do trecho acima se dê em torno da vinculação do desenvolvimento da luta armada ao desenvolvimento das lutas camponesas, justificando, nessa vinculação, o estabelecimento do campo como cenário principal da guerra popular, há também uma outra ordem de argumento para isso, que independe da questão camponesa: o fato de que o campo é um espaço geográfico desfavorável para as forças militares repressivas, jogando papel decisivo na luta armada. Esta ambiguidade perpassará permanentemente as formulações do PC do B sobre a guerra popular. Porém, no plano prático, ela tinha uma incidência muito concreta: quais os critérios para escolha das áreas nas quais se deflagraria a luta armada?

O texto de Pomar registra o conflito latente, nas definições práticas para a preparação da luta armada dentro do PC do B, entre a priorização de áreas geograficamente desfavoráveis à intervenção repressiva e áreas com maior densidade populacional, onde seria virtualmente possível desenvolver um trabalho de massas, organizando bases políticas do partido. Esse dilema, na verdade, representava um desdobramento do dilema entre "massismo" e "militarismo", vivido pelas organizações guerrilheiras urbanas. A partir de 1969, o dilema para aqueles grupos era o de continuar a luta armada *sem* as massas ou abandoná-la como principal forma de luta; no estágio de preparação da guerrilha rural atingido pelo PC do B, essa questão se colocava em outros termos: face à impossibilidade de encontrar no país uma região que satisfizesse simultaneamente às duas condições para desencadeamento da luta armada - geográficas e políticas - haveria de se proceder a uma escolha que, em última instância, implicaria a continuidade, ou não, do projeto do partido de dar início à guerrilha rural. Uma vez que recuar na decisão de iniciar a luta armada era uma questão que não se colocava para o partido, inevitavelmente prevaleceriam os critérios geográficos para a escolha da área de implantação da guerrilha.⁴⁹

O prevalecimento da concepção favorável à luta armada incondicional ocorreu, no entanto, de uma forma singular. A escolha da área para implantação dos futuros combatentes e a sua operacionalização foram monopolizadas por uma Comissão Militar interna ao Comitê Central do PC do B, constituída após a VI Conferência, não sendo discutidas sequer na Comissão Executiva do CC.⁵⁰ - este último coube o papel dar legitimidade às decisões da Comissão Militar, através do documento "Guerra Popular - Caminho da Luta Armada no Brasil", elaborado entre fins de 1968 e o início de 1969, no qual desenvolve-se uma argumentação de inspiração maoísta, da guerra popular, para justificar uma decisão que, na prática, ia um sentido diverso daquela argumentação.⁵¹

A guerrilha do Araguaia resultou assim, de uma concepção espontaneísta da violência revolucionária, a partir da qual se impôs a opção do partido pela luta armada incondicional **sem** a participação das massas camponesas. Embora os guerrilheiros tenham tido a sensibilidade de formular um programa com as reivindicações locais⁵², não havia a mínima possibilidade de adesão massiva da população à guerrilha, pois inexistia qualquer trabalho político anterior e muito menos condições objetivas para isso. As Forças Guerrilheiras do Araguaia eram compostas basicamente de militantes deslocados das cidades para a região; eram os "paulistas", como a eles se referiam a população local. No plano da composição social não diferiam, portanto, substancialmente dos movimentos guerrilheiros urbanos.

Embora tenha se desenrolado em uma zona rural, a guerrilha do Araguaia representou, pela concepção que lhe deu origem e pelos segmentos de classe que lhe deram sustentação, a última manifestação do movimento de luta armada iniciado pela guerrilha urbana. Assim, a despeito do combate doutrinário ao foquismo, qualificando-o como uma *"teoria eclética, caracteristamente pequeno burguesa que tende levar ao fracasso todos os movimentos que por ela se orientem"*, ou ainda, como a *"outra face do revisionismo"*⁵³, a rigor, como já assinalaram diversos autores, o PC do B, levou mais adiante o projeto de guerrilha rural ambicionado por todas organizações do movimento de luta armada exatamente nos moldes em que todas pretendiam fazê-lo: o foco guerrilheiro.

A INCORPORAÇÃO DA AÇÃO POPULAR

Do ponto de vista da concepção de violência revolucionária, vimos que a adoção do modelo maoísta da guerra popular não redundou em uma diferença substancial para o PC do B em relação à concepção espontaneísta de luta armada das organizações guerrilheiras urbanas. Tão somente proporcionou justificativas para o **adiamento** da luta armada e para a **opção exclusiva** pela preparação e desencadeamento da guerrilha rural.

Em outro plano, as formulações doutrinárias do maoísmo tiveram um importante papel para a legitimação do PC do B. Trata-se do fato de que a Revolução Chinesa orientou-se oficialmente pela teoria etapista, em obediência à orientação da Internacional Comunista - sustentada por Stálin após a dissolução desta - de que os países coloniais, semi-coloniais e dependentes teriam uma fase democrático-burguesa a cumprir, antes das transformações socialistas, na qual a "burguesia nacional" estava incluída dentro do bloco das classes

revolucionárias.⁵⁴ Sob este aspecto o modelo revolucionário chinês propiciou o argumento de autoridade necessário ao PC do B para o combate à tese do caráter socialista da revolução brasileira, defendido pelas organizações armadas que se inspiravam nas formulações de Guevara, Debray e outros teóricos socialistas.

Assinale-se que as teses da guerra popular e do caráter nacional e democrático da revolução brasileira conjugadas, não tiveram apenas um papel de legitimação para o PC do B, demarcando somente a diferença e oposição às organizações armadas urbanas, partidárias da revolução socialista direta. Tiveram, principalmente, um papel direto para o crescimento político e organizativo do partido. O acontecimento mais significativo, que mostra a importância do maoísmo como fonte legitimadora para o PC do B, foi a incorporação da Ação Popular (AP) ao partido, resultante de um longo e difícil processo de redefinições políticas e ideológicas daquela organização.

Fundada em 1962, a AP originou-se basicamente da Juventude Universitária Católica, organização da Igreja Católica para o meio estudantil, propondo-se a *"conduzir o processo de conscientização através de uma crítica constante do sistema capitalista e da apresentação da perspectiva socialista"*⁵⁵. Após o golpe militar, em 1965 adota posições foquistas, aderindo à defesa da necessidade da luta armada. Mais adiante começa a receber as influências da Revolução Cultural Chinesa, passando por um acirrado debate interno - onde um dos pontos de polêmica diz respeito à questão do caráter da revolução brasileira. Esse primeiro debate desembocará em meados de 1968, na sua adesão oficial ao maoísmo. Neste mesmo ano há uma aproximação política com o PC do B, através do estabelecimento de uma aliança entre os dois grupos no movimento estudantil.

A partir de maio de 1969, as direções das duas organizações passarão a ter contatos sistemáticos, para a discussão de seus respectivos pontos de vista sobre questões políticas e ideológicas. Esta aproximação foi possível na medida em que existiam importantes pontos em comum entre as posições ideológicas da AP e do PC do B, resultantes da adesão, um ano antes, da primeira às teses maoístas. A aceitação de que a formação social brasileira era semi-colonial e semi-feudal e que, por consequência, comportava uma revolução nacional e democrática, além da perspectiva da guerra popular, consistiram os principais pontos comuns.

A partir dessa aproximação política e ideológica, a AP passou a fazer parte diretamente do campo de interlocução do PC do B.

Existiam, contudo, em 1969, divergências de princípio. Um dos pontos de divergências, de sentido doutrinário mais geral, era que AP assumira a tese oficial do PC Chinês de que o maoísmo correspondia a uma terceira etapa do marxismo, o "Pensamento Mao Tse-tung", a qual, como já vimos o PC do B não aderira, ou pelo menos já não aceitava mais em 1969. Outro ponto, era o de que a AP considerava que o PC do B fora fundado em 1962 não aceitando, portanto, a versão de que naquele ano houvera a "reorganização" do partido do proletariado fundado em 1922. A AP considerava-se em igualdade de condições com o PC do B para contribuir com a "refundação" do partido de vanguarda do proletariado brasileiro, como um partido de "novo tipo".

Este último era, seguramente, o maior obstáculo a um entendimento entre as duas organizações, uma vez que o PC do B de forma alguma estaria disposto a abandonar o status - auto-imputado - de legítimo partido da classe operária no Brasil. Por outro lado, a aceitação por parte da AP da visão peucedobista teria como consequência lógica o que de fato ocorreu: a dissolução da AP e a entrada de seus militantes no PC do B. Já no final de 1969, houve o reconhecimento, pela maioria da direção da AP, da tese da "reorganização" do PC do B. Não obstante, a incorporação só viria a acontecer três anos mais tarde, devido às resistências de um grupo minoritário e à própria demora do setor majoritário da AP em abandonar a tese do "Pensamento Mao Tse-tung"⁵⁶. O início da guerrilha do Araguaia teve um peso decisivo para anular a resistência da "minoria", que acabou por abandonar a organização, e para empolgar a "maioria" levando-a a acelerar o processo de incorporação, que se conclui em meados de 1973.

O modelo revolucionário maoísta foi, como pode-se observar, o elemento de identidade ideológica que permitiu a aproximação e entrada da AP no PC do B.⁵⁷

Há, porém, uma condição política peculiar, que possibilitou a aproximação mútua entre as duas organizações - e talvez tenha sido o elemento determinante para isso. Trata-se do fato de que a AP, não se envolveu no ciclo de ações guerrilheiras urbanas, a despeito de alinhar-se ideologicamente no campo do movimento de luta armada. Isto significou um importante ponto comum no plano **político prático** com o PC do B. Mas as motivações políticas para a recusa da guerrilha urbana teriam sido as mesmas para as duas organizações?

No caso da AP, se analisarmos as definições programáticas e estratégicas de 1971, poderemos notar uma identidade de temáticas essencial com as organizações da guerrilha urbana. Se se tomar como comparação as posições da ALN, veremos que, com as devidas diferenças concernentes aos modelos revolucionários respectivamente adotados há elementos fundamentais

em comum: o objetivo de um governo popular revolucionário, que corresponde à primeira etapa da revolução, nacional e democrática, com a participação subalterna da "burguesia nacional", a ser alcançado através da luta armada.⁵⁸

A diferença aparece na definição sobre a tática: a AP caracteriza o momento vivido pelo país como uma etapa de preparação e desencadeamento da guerra popular.

*"Para conduzir corretamente o processo de ampliação e radicalização das ações de massa no campo e nas cidades, é preciso levar em conta o papel essencial das ações armadas nesse processo. Na etapa de preparação de guerra popular, as formas fundamentais de luta são não-armadas. Contudo, o povo tem o direito e o dever de recorrer desde o início à justa violência, em caráter defensivo segundo as condições concretas de cada lugar. E são também indispensáveis desde o início ações armadas pioneiras de várias modalidades, a serem conduzidas em união estreita com o movimento de massas, segundo as condições concretas de cada lugar e voltadas para despertar e organizar as massas; estas ações irão crescendo em número, amplitude e importância à medida que se desenvolver o movimento de massas e avançar a preparação da luta armada."*⁵⁹

As massas a que se refere o texto são, evidentemente, os camponeses, repetindo o modelo maoísta da guerra popular, nos moldes em que o PC do B também o fazia, no plano de suas formulações políticas, de modo a repelir a perspectiva de desencadeamento imediato da luta armada que o foquismo inspirou.

Há um aspecto que distinguia a AP, não só do PC do B, como também de todas as organizações do movimento de luta armada, e que provavelmente tenha sido a causa fundamental de seu não envolvimento com as ações guerrilheiras: a AP foi a única organização que, além de possuir uma considerável base social urbana, ancorada principalmente no movimento estudantil, estruturava-se, através de um **trabalho político**, também em zonas rurais, tendo participação efetiva em vários episódios de lutas de trabalhadores rurais e posseiros.⁶⁰ Era, desse ponto de vista, talvez, a organização que reunia as melhores condições logísticas e políticas para realizar o projeto de guerrilha rural. Ao expressar, contudo, a opinião de que se deveria subordinar o desencadeamento da luta armada a uma ligação estreita com o movimento de massas, em seus documentos oficiais, a AP o faz em um sentido bem concreto. Qualquer tentativa de desencadeamento de guerrilha rural envolvendo suas bases rurais, colocaria em risco um trabalho político concreto, resultado do acúmulo de anos de atuação. De modo que esse risco deveria ser acompanhado de um mínimo de garantias de que uma iniciativa daquele porte frutificasse.

A própria dinâmica de atuação política nas diversas frentes nas zonas rurais, até o ano de 1969, levava à priorização do apoio e direção da lutas espontâneas dos trabalhadores rurais, auxiliando-os na resistência, à grileiros, usineiros, etc. Nesse período, a repressão abateu-

se sobre as experiências mais promissoras do trabalho rural da AP, dismantelando-as. A partir de então, e só a partir de então, a AP se proporá, na prática, a preparação efetiva da guerra popular, através da pesquisa de áreas adequadas de iniciativa da guerrilha. Porém, em uma situação em que é fortemente atingida pela repressão, como as demais organizações de esquerda, em que o processo de aproximação com PC do B estava bastante adiantado e sob o impacto da deflagração da guerrilha do Araguaia, a AP optará por não efetivar nenhuma iniciativa de ação armada própria.

O PC do B, ao contrário da AP, não possuía bases de massas significativas. Mais acima, abordamos a resistência do grupo dirigente do PC do B em envolver-se com a luta armada imediata, sugerindo que tal postura devia-se a uma medida de sobrevivência, frente a uma provável dissolução da estrutura e hierarquia partidárias montadas em 1962, em caso de envolvimento com a guerrilha urbana. Na verdade, este é apenas um aspecto derivado da questão. Cabe perguntar por que a sobrevivência do grupo dirigente do partido estava em jogo pela proposição da luta armada imediata? Nos capítulos seguintes tentaremos demonstrar que o não envolvimento com a guerrilha urbana tem **motivações políticas** específicas, por parte dos dirigentes do PC do B, que refletem a sua ideologia política: o nacional-democratismo.

NOTAS

¹ RIDENTI, 1989, pp. 114-151.

² REIS Fº, 1987, pp. 265-356.

³ É importante assinalar que a tese da estagnação da economia não era exclusiva dos agrupamentos da luta armada, a idéia de crise estrutural geradora de um impasse é também partilhada e sustentada, na segunda metade dos anos 60, por importantes intelectuais, dentre os quais o autor mais significativo é Celso Furtado. Evidentemente, que a síntese esquemática com a qual apresentamos a visão estagnacionista acima, corresponde tão somente às organizações do movimento de luta armada.

⁴ Pode-se ver a resolução do VI Congresso do PCB de 1967, in: CARONE, 1982, vol. 3: 49-80; cf. especialmente pp. 70-72 e 79.

⁵ Elaboramos o raciocínio acima com base no "Programa Socialista para o Brasil" da ORM-POLOP, de setembro de 1967, elaborado em seu 4º Congresso, por se tratar da referência paradigmática para todos os grupos que

adotaram a linha da revolução socialista imediata; in: REIS Fº e SÁ, 1985: 89-116. Evidentemente que há nuances e diferenças nas formulações de cada uma daquelas organizações.

⁶ In: MARIGHELLA, Carlos. Escritos de Carlos Marighella. SP, Livramento, 1979: 49-88.

⁷ Op. cit., p. 84.

⁸ Idem: 88.

⁹ Idem-ibidem: 85.

¹⁰ Idem-ibidem: 59.

¹¹ Idem-ibidem: 63.

¹² Idem-ibidem: 60.

¹³ Idem-ibidem: 76.

¹⁴ A citação é do documento do PCBR "Linha Política" de abril de 1968, reproduzido em REIS Fº e SÁ, 1985: 161-179; a citação é da p. 175.

¹⁵ Marighella, "Mini-Manual do Guerrilheiro Urbano", BNM, nº 5391, p.44.

¹⁶ No plano da produção teórica mais elaborada a crítica à ideologia e política do PCB, de formas mais ou menos diretas, manifestou-se em inúmeros trabalhos, de cunho acadêmico ou mais engajados, como A Revolução Brasileira de Caio Prado Junior, publicado em 1967, O Colapso do Populismo de Octavio Ianni, publicado no início de 1968 e os ensaios de Francisco Weffort sobre o populismo, que vieram a público entre 1964 e 1966. Principalmente os dois primeiros trabalhos tiveram impacto nos círculos mais intelectualizados e esclarecidos politicamente e mais fortemente influenciados por um cultura de esquerda, assim como nos meios universitários.

¹⁷ Em entrevista Jacob Gorender afirma que o ódio de Prestes a Cuba....

¹⁸ A Conferência da Olas foi um momento decisivo para a luta armada contou com a participação de Marighella.

¹⁹ Curiosamente foi o PC do B que publicou "A Guerra de Guerrilhas" de Che Guevara.

²⁰ Revolução na Revolução? p.9.

²¹ Op. cit. p. 90.

²² Cf. SADER, Emir. "Cuba no Brasil: influências da Revolução Cubana na Esquerda Brasileira". in: V.A. História do Marxismo no Brasil - O Impacto das Revoluções. RJ. Paz e Terra, 1991, pp. 158-207.

²³ Essa perspectiva é defendida por François Fejtő. O Conflito China-URSS. Mira Sintra-Mem Martins, Europa-América, 1976.

²⁴ FEJTŐ, 1976, volume I, pp. 204-205.

²⁵ REIS Fº, 1992, pp. 77-84

²⁶ "Apoiar Decididamente a Grande Revolução Cultural Proletária" in: LPRPC, pp.175-191; citação à p. 185.

²⁷ REIS Fº, 1992, Cap.3, pp. 77-104.

²⁸ O PC do B publicará em 1963, os principais documentos do PCCh, lançados na polêmica com os soviéticos.

²⁹ Não temos indicação exata do nível do apoio à AV. Porém é importante notar que os principais articuladores da Ala Vermelha foram justamente os militantes recém retornados de treinamentos militares na China. É possível conjecturar se não houve algum estímulo por parte dos chineses para esta cisão.

-
- 30 Em documento de 1978, Amazonas aponta as divergências com o PCCh. citação "Breve histórico das divergências com o PCC." in C.O. nº128, dez. 1978.
- 31 LIMA e ARANTES afirmam que o Livro Vermelho de Mao não foi distribuído internamente no PC do B, por conta do prefácio de Lin Piao, onde é formulada a tese do "Pensamento Mao-Tse Tung". Op. cit. p. 150-151. Esta questão influir no processo de adesão da AP ao PC do B, como veremos adiante. Em abril de 1970 é publicado no C.O. o artigo "A Atualidade do Pensamento de Lenin" em contestação - velada - à tese do "Pensamento Mao-Tse Tung".
- 32 O rompimento oficial do PC do B com os chineses se dá em 1978, através da publicação de uma carta aberta do PC do B ao Partido do Trabalho da Albânia, anunciando o rompimento com a China, pelo corte de ajuda econômica e militar à Albânia. "China contra Albânia - os mesmos métodos de Kruschov e Cia." in C.O. nº 128. Mas já a partir do nº 119 de setembro de 1977, não será mais estampado o tradicional anúncio da "Rádio Pequim" nas páginas d'"A Classe Operária".
- 33 A expressão "luta armada" ainda não tinha se tornado a forma predominante de expressar a violência revolucionária, o que viria a acontecer somente após o golpe militar, com as propostas de guerrilha rural polarizando a esquerda.
- 34 POMAR, 1980, p. 28.
- 35 *"...o PC do B não se transformou na organização catalizadora do descontentamento de poderáveis correntes que antes estavam sob a influência do partido revisionista e agora haviam despertado para a necessidade da luta armada. Surgiu toda uma gama de organizações revolucionárias, o que contribuiu, sem dúvida, para aumentar a pressão externa e interna no partido para que a preparação da luta armada fosse acelerada."* POMAR, 1980, p. 14.
- 36 "O Partido Comunista do Brasil na Luta contra a Ditadura Militar" in: GPCLAB, pp. 23-70; citação pp. 53-54.
- 37 Sobre a propotência dos grupos de fogo, veja Ridenti, 1989, pp. 146-147.
- 38 "O Partido Comunista do Brasil na Luta contra a Ditadura Militar" in: GPCLAB, pp. 23-70; citação p.55; grifo meu - ACG.
- 39 A frase de Fidel Castro que Debray apresenta como um lema em Revolução na Revolução?: "Na etapa inicial a base guerrilheira de apoio está na mochila do combatente."
- 40 "Guerra Popular..." in: GPCLAB, p.130.
- 41 Veja-se, por exemplo, REIS Fº. O Maoísmo e a Trajetória dos Marxista Brasileiros. in: V.A. História do Marxismo no Brasil - O Impacto das Revoluções. RJ. Paz e Terra, 1991, pp. 105-132.
- 42 "União dos Brasileiros..." op. cit. pp. 133-134.
- 43 Pomar usa a seguinte expressão "fechada no pequeno grupo mais restrito da direção" (op. cit. p. 13), mas pode-se depreender que se trata do Comissão Militar do CC.
- 44 POMAR, 1980, p. 13. o autor não esclarece de quem são tais divergências.
- 45 "O golpe de 64 e seus ensinamentos" in: A Linha Política Revolucionária do Partido Comunista do Brasil (m-l). Lisboa, Maria da Fonte, 1974, pp. 45-84.
- 46 "União dos Brasileiros para Livrar o País da Crise, da Ditadura e da Ameaça Neocolonialista." in: LPRPCB, pp. 101-152.
- 47 "Guerra Popular - Caminho da Luta Armada no Brasil", resolução do Comitê Central do PC do B de janeiro de 1969. in: Guerra Popular - Caminho da Luta Armada no Brasil. Lisboa, Maria da Fonte, 1974, pp. 115-160.
- 48 "O golpe de 64...", p. 64-65.

- 49 João Quartim discute este problema dos critérios de escolha das regiões para deflagrar a guerrilha. Cf. QUARTIM DE MORAES, 1970, pp.149-154.
- 50 *"a Comissão Militar da Comissão Executiva aplicava sua própria linha e se esforçou o quanto pôde para evitar que essa orientação fosse discutida mesmo no Comitê Central. Assim, quando este conseguiu debater o problema em termos mais definidores, em setembro de 1968, já era praticamente irreversível o processo prático de preparação, que teve a luta no Araguaia como escopo"* POMAR, 1980, p. 21. Não se pode deixar de reconhecer que este procedimento resultou eficaz, do ponto de vista operacional, pois permitiu a instalação dos militantes na região definida para iniciar a luta armada, durante mais de dois anos, sem vazamento de informações.
- 51 POMAR, 1980, p. 22.
- 52 Trata-se do manifesto "Proclamação da União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo" Cf. RICHOPPO, 1987, pp. 118-120.
- 53 "O Partido Comunista...", op.cit. p.55.
- 54 Para uma introdução sucinta a esta controvérsia cf. BOTTOMORE, Tom (org.). Dicionário do Pensamento Marxista. Rio, Zahar, 1988, verbete Mao Tse-tung, pp. 231-232.
- 55 "Documento-Base" de fevereiro de 1963, in: IR, pp. 37-47; citação na p. 46.
- 56 Nesse meio tempo, a AP alterou sua denominação para Ação Popular Marxista-Leninista do Brasil, em março de 1971, adotando um novo programa e novos estatutos. Os questionamentos da "minoridade" também tinham como alvo a aceitação do PC do B como o partido de vanguarda e o caráter nacional e democrático da revolução brasileira.
- 57 Segundo Gorender, em entrevista ao autor, houve participação significativa do PC Chinês nesse processo. Mas isto não invalida a importância da questão ideológica.
- 58 Cf. "Programa-Básico" da APML, in: IR, pp. 293-305, à p. 303, onde é mencionado como objetivo o "governo democrático popular revolucionário".
- 59 "Programa-Básico" da APML, p. 304.
- 60 LIMA E ARANTES, 1984, pp. 88-97.

CAPÍTULO 6 - A LUTA CONTRA A DITADURA MILITAR: A REVISÃO DA LINHA POLÍTICA DO PC DO B

Buscamos demonstrar o papel de legitimação que o maoísmo teve face às pressões do campo de interlocução do PC do B, isto é, as bases sociais do movimento de luta armada, no sentido da imersão imediata na guerrilha urbana. Neste capítulo será examinada basicamente a evolução da formulação da linha política do PC do B entre os anos 1964 a 1969. Procurar-se-á descrever através de seus documentos oficiais, as análises da conjuntura, os princípios sobre os quais elas se alicerçam, bem como as expectativas dos desdobramentos da luta de classes e as propostas táticas para a intervenção na luta política em curso.

A AUTOCRÍTICA SOBRE O GOVERNO GOULART

Em 30 abril de 1964, os comunistas chineses se pronunciarão publicamente sobre o golpe militar no Brasil em editorial do jornal Renmin Ribao¹. Apresentarão uma análise do governo Goulart substancialmente diferente da posição defendida pelo PC do B, até a derrubada do governo pelos militares. Em resumo, os chineses avaliam que Goulart foi derrubado por implementar políticas que iam contra os interesses do governo norte-americano. Face ao golpe militar, indicam, como caminho inevitável para a luta contra a ditadura, o uso da violência revolucionária. De outro lado, enfatizam a necessidade de se formar por uma frente única ampla para a revolução nacional e democrática no Brasil.

Imbutidas nessas "lições" sobre o golpe militar, os chineses projetam para a realidade brasileira o modelo oficial de sua revolução, como paradigma a ser seguido, que apresenta, além da proposição da luta armada em si, certos **traços políticos** que, para o PC do B, terão uma relevância muito especial. As posições do PC Chinês contribuíram para uma reavaliação, por parte do PC do B, da política adotada durante o governo de João Goulart e deram legitimidade às modificações substanciais da linha política partidária, que se ancorariam, de modo peculiar, no quadro de concepções da ideologia nacional-democratista do grupo dirigente pecedobista.

O impacto da derrota de abril de 1964, como não podia deixar de ser, foi o elemento decisivo para a reviravolta na linha política do PC do B. Como já sublinhamos anteriormente, a capitulação ou incapacidade de resistir efetivamente ao golpe militar, fora generalizada não só por parte do governo Goulart e seus aliados como de todas as forças populares. Caberia ao grupo dirigente do PC do B explicar como teria sido possível às forças golpistas debelar a resistência de um movimento operário e popular que, segundo esses mesmos dirigentes, avançava a passos largos para a revolução.

Com efeito, em seu documento de análise do golpe militar, "O Golpe de 64 e seus Ensinaamentos", de agosto do mesmo ano, a Comissão Executiva do CC, responde, de forma lacônica que o PC do Brasil não dispunha de suficiente influência entre as massas para levá-las a interferir de maneira adequada nos acontecimentos: em resumo o partido era uma organização pequena.² De outro lado, como já vimos, no período em que Goulart esteve no poder, a política cotidiana do PC do B se resumiu em derivar diretamente do documento programático de fevereiro de 1962, cada posicionamento adotado. Como autocrítica explícita à tal atitude, a CE do CC afirmará que houvera "tendências sectárias" no Partido, no período anterior ao golpe, além da incapacidade em desenvolver uma atuação que enraizasse o partido junto ao movimento operário. Tais "tendências sectárias" consistiram

*"em não dar a atenção necessária ao contato estreito com as correntes políticas democráticas, em alguns exageros no combate ao que havia de errôneo na política do senhor João Goulart."*³

A autocrítica transparece com mais clareza, ainda que não se assumia como tal, na análise sobre a derrota do movimento popular frente ao golpe. A Comissão Executiva diagnostica que no movimento democrático e antiimperialista

*"Predominou, no fundamental, a direção da burguesia reformista, representada pela corrente liderada por Goulart."*⁴

Ora, antes do golpe de 1964, o governo Goulart era, como se viu há pouco, denominado de "governo de latifundiários e grandes capitalistas". Evidentemente que esta nova apreciação sobre o conteúdo político e social de governo derrubado pelo golpe militar, aproxima o da chamada "burguesia nacional" que já no "Manifesto-Programa" de 1962, é definida como base social e política de um governo popular revolucionário. Isto implica que o governo Goulart não atuava como um representante dos latifundiários e grandes capitalistas, como afirmara

sistematicamente o PC do B até abril de 1964, **contra** o movimento democrático e antiimperialista, mas havia **dirigido** este último, sendo portanto, parte integrante do mesmo.

O grupo dirigente pecedobista é obrigado a admitir assim, que Goulart, como representante da "burguesia nacional-reformista", não estava no campo inimigo, como sempre o partido denunciara, mas no campo democrático e antiimperialista, consistindo em um aliado potencial, em acordo com a posição do PC Chinês.

"Ainda que esta (a "burguesia nacional-reformista" - ACG) esteja chamada a participar da luta antiimperialista e antilatifundiária e possa vir a integrar a frente única das forças sociais interessadas na vitória da revolução na presente etapa, não pode ser dirigente da luta democrática e nacional-libertadora."

As limitações de Goulart serão colocadas em outros termos, através da tradicional fórmula do "caráter dúplice da burguesia".

*"A burguesia, ao mesmo tempo que se opõe, em certa medida, ao latifúndio e ao imperialismo, teme cada vez mais a radicalização da luta contra estes obstáculos ao progresso do país. Quer solucionar os problemas cruciais da nação, gradativamente, através das reformas, sem romper inteiramente com o imperialismo e o latifúndio. A direção de Goulart expressava com bastante nitidez este caráter dúplice da burguesia. Toda a sua política revelava a vã tentativa de conciliar os interesses nacionais com a dominação dos monopólios norte-americanos e com a manutenção do atual sistema de propriedade da terra."*⁵

Porém, a hegemonia da ala reformista burguesa sobre o movimento de massas, segundo o PC do B, não aconteceu por mecanismos próprios daquela. Ao contrário, somente fora possível devido ao apoio do PCB a Goulart. O PCB tornava-se, assim, o principal vilão da derrota de abril. Graças à sua política pacifista de "revolução pelas reformas", servira como uma correia de transmissão das ilusões em torno da liderança de Goulart e da "burguesia nacional-reformista", sobre o movimento de massas, por consequência, desarmando-o para resistir ao golpe. Tal explicação da vitória golpista é evidentemente superficial, silenciando sobre problemas essenciais, mas servia aos seus propósitos. Através dela o grupo dirigente pecedobista afirmará a justeza de suas predições a respeito da inevitabilidade da revolução violenta e a falência da linha do caminho pacífico, contra a qual se insurgira e combatera já há cerca de 7 anos. Além disso, possibilitará que as avaliações irreais sobre as potencialidades dos movimentos populares, sejam reiteradas sem alterações.

A DITADURA MILITAR E A AMEAÇA NEOCOLONIALISTA

Qual o alcance da derrota de 1964? Era um retrocesso circunstancial e temporário ou, ao contrário, de longo prazo? Tais questões o PC do B se colocará no citado documento da Comissão Executiva. O equacionamento das mesmas pressupõe a análise sobre a natureza do novo regime instaurado pelo movimento golpista.

Em suas primeiras análises sobre o governo militar, o PC do B reclama o desrespeito à legalidade e à Constituição de 1946, às quais, antes do golpe, anunciava ser sua pretensão suprimir através da revolução. Com efeito, para a resolução sobre os ensinamentos do golpe de 1964, o governo Castelo Branco,

*"fruto de uma quartelada nos moldes tradicionais latino-americanos, viola flagrantemente as normas constitucionais e não passa de um poder discricionário. Embora a ditadura militar procure, desde o início, mascarar-se com aspectos legais, proclamando hipocritamente sua obediência à Constituição de 1946, no país não se respeita a lei."*⁶

O governo Castelo Branco é qualificado como serviçal das forças reacionárias internas ao país e do imperialismo norte-americano, sendo liderado por *"um punhado de militares de alta patente"*, que compunham o grupo conhecido como *"Sorbonne"*, que seria na realidade, um partido político camuflado. Este seria o grupo que, em última instância, *"orienta e decide"* as questões governamentais e

*"expressa os interesses da grande burguesia ligada ao capital monopolista ianque, dos latifundiários e do imperialismo norte-americano."*⁷

Embora utilize-se dessa retórica depreciativa sobre o *"punhado de militares"*, a direção pecedobista parecia estar consciente de que o golpe de 1964 tinha características novas em relação às intervenções militares anteriores, ao notar que

"a oficialidade retrógada não somente depôs o governo como se apoderou da máquina governamental, inclusive da Presidência da República."

A avaliação resultante sobre a ditadura militar era a de que esta surgia de um projeto de poder com pretensões de permanência de longo prazo e que o grupo de militares que assumira o poder não revelava a intenção de entregar o governo *"nem 1967"*.⁸ Todavia, é

importante notar que o documento de agosto de 1964 da Comissão Executiva do Comitê Central do PC do B, em nenhum momento se refere à ditadura enquanto um novo regime político.

Em novembro de 1965, o Comitê Central do PC do B lança um documento que apresenta uma nova temática na análise a respeito das ligações entre a ditadura militar e o imperialismo norte-americano. Trata-se do documento "Ameaça Neocolonialista ao Brasil - Denúncia do Plano de Recolonização do País pelos Imperialistas Norte-Americanos"⁹. A tese central que este texto expõe é a de que os Estados Unidos teriam a pretensão de, através da ditadura militar, estabelecer um *"domínio completo do Brasil - econômico, político e militar"*¹⁰. Em suma, os objetivos dos EUA seriam o de reduzir o país a uma condição de colônia.

A partir de uma série de fatos denunciadores das ligações íntimas entre o golpe militar de 1964 e, mais particularmente, do governo Castelo Branco com o governo de Washington, o PC do B evocava as evidências para a denúncia da recolonização do Brasil. A militarização da economia pela arregimentação e direcionamento de segmentos empresariais para a indústria bélica; estreitamento do intercâmbio entre as Forças Armadas brasileiras e os militares norte-americanos, através de acordos militares, programas de supervisão, treinamento, etc, que seriam interpretadas como subordinação direta das Forças Armadas brasileiras ao Departamento de Estado dos EUA; a entrada massiva de assessores e missões técnicas da USAID supervisionando e elaborando programas diretamente junto à administração pública, interpretada como a constituição de uma *"super-administração"* norte-americana, uma espécie de governo paralelo, de caráter permanente¹¹. Haveria ainda um plano de internacionalização da Amazônia que poria em risco a própria integridade do território nacional.

A temática da recolonização, apegava-se a fatos que demonstravam uma proximidade de interesses entre o governo brasileiro aos EUA. Neste sentido, dela derivava a idéia de **permanência** da ditadura militar, uma vez que esta cumpriria o papel de instrumento estratégico do imperialismo norte-americano.

Na resolução política da chamada VI Conferência Nacional¹² do PC do B de julho 1966, intitulada "União dos Brasileiros para Livrar o País da Crise, da Ditadura e da Ameaça Neocolonialista", a questão da permanência da ditadura é retomada de forma mais enfática. Não serão utilizadas apenas as expressões governo e ditadura militar. Nesse documento, o PC do B afirmará que um dos objetivos do golpe de 1964 teria sido o de *"estabelecer um sistema político que reduzisse ao mínimo a participação do povo na vida pública e assegurasse a continuidade da orientação favorável aos interesses ianques e às forças mais reacionária internas."* A resolução reconhece que o governo Castelo Branco realizou *"profundas*

*transformações na superestrutura política do Brasil" tendo em vista "institucionalizar um sistema reacionário e de caráter ditatorial" e "tornar permanente o regime implantado no primeiro de abril"*¹³

A CRISE BRASILEIRA E O ISOLAMENTO DA DITADURA

Porém, existiria um entrave básico às pretensões de permanência da ditadura militar: a crise da sociedade brasileira.

A temática da crise é reiterada nos principais documentos oficiais da direção pecebista. Desde seu "Manifesto-Programa", o PC do B enfatiza os impasses em todas as áreas da economia, o empobrecimento e a miséria da população. A crise é crônica e suas causas são estruturais: a subordinação ao imperialismo e a permanência da estrutura agrária baseada no latifúndio. Essa mesma análise sobre a crise repete-se no documento de agosto de 1964.

Na medida em que a ditadura instalara-se exatamente para garantir os interesses dos grandes capitalistas ligados ao capital norte-americano, dos latifundiários e do imperialismo norte-americano, havia uma impossibilidade de resolver a crise econômica e social do país, por parte do governo Castelo Branco. Este último *"não resolveu nem resolverá nenhum dos graves problemas que o país enfrenta."*¹⁴ Mais que isso, pelo argumento pecebista a política econômica e social adotada pelo governo militar só aguçava as contradições e tensões da sociedade brasileira.

A resolução política da Conferência de junho 1966 descreverá o quadro da crise brasileira da seguinte forma:

"A crise de estrutura que o Brasil atravessa já vem de longe. (...) Mas a crise persiste e agrava-se cada vez mais. (...)"

*"A permanência dos fatores adversos à independência e ao desenvolvimento do Brasil faz mais dramáticas as condições de vida da imensa maioria da população."*¹⁵

Nesse mesmo documento chega-se a firmar que a orientação econômica do governo Castelo Branco, recessiva, teria em vista *"impedir o desenvolvimento do país"*¹⁶ para servir aos interesses dos monopólios norte-americanos. Assim, há o alerta de que:

*"Perigo sem precedente paira sobre o Brasil, sujeito a viver longo tempo sob o regime ditatorial, a ter seu desenvolvimento interrompido e a perder suas características de nação independente"*¹⁷

Mas, além disso, sob vários aspectos, nas análises do partido, a tese da subordinação incondicional do governo Castelo Branco à política de recolonização do Brasil pelos EUA será também mais um mote para as permanentes referências à situação de instabilidade da ditadura e aos seus conflitos internos.

Em agosto de 1964, a avaliação, é a de que a ditadura em poucos meses de existência, encontrava-se politicamente isolada e "*execrada pelo povo*"¹⁸. De outro lado, surgiam dissensões significativas que, aos poucos, esfacelavam a coalizão golpistas. Tratavam-se de setores "ultradireitistas", tais como os de Carlos Lacerda, governador da Guanabara, Júlio de Mesquita Filho, diretor do jornal "O Estado de S. Paulo", além de Ademar de Barros, governador de São Paulo, oficiais de alta patente, coronéis e a oficialidade jovem que defendiam um postura mais dura do que a adotada pelo governo Castelo Branco, em relação ao "saneamento" das forças políticas e lideranças populistas.

Tendo em vista tal análise, o PC do B considerava que

*"As contradições na esfera golpista não são insuperáveis, podem ser resolvidas através de concessões mútuas, de acordos e compromissos. Podem também - o que é provável - se acirrar e degenerar em conflitos mais sérios."*¹⁹

Em outras palavras, a conjuntura era ainda de instabilidade política. O que não era uma avaliação incorreta. Pelo contrário, as tensões eram permanentes, principalmente nos setores militares. A decretação do Ato Institucional nº 2, cerca de um ano e meio depois desta análise, o demonstra. Porém, o equívoco no documento da Comissão Executiva, "O Golpe de 1964 e seus Ensinaamentos", a respeito da fraqueza do governo militar de Castelo Branco era flagrante, a ponto de se considerá-lo um governo

*"fraco porque serve ao que há de mais retrógado e se choca com os interesses nacionais"*²⁰

Equívoco a partir do qual erigia-se um otimismo superficial sobre o caráter "temporário"²¹ da derrota de 1964. Este otimismo tem outros temperos, evidentemente, que dizem respeito à superestimação da força do movimento popular e das oposições à ditadura. Veremos este ponto mais adiante.

Retomemos a questão das tensões internas dos setores militares golpistas. A interpretação do PC do B sobre tais contradições baseiam-se na oposição entre dois grupos militares, a "sorbonne" e a "linha dura". O governo militar, no período de Castelo Branco, seria monopolizado pelo grupo "sorbonne", que teria laços diretos com o imperialismo norte-

americano, em detrimento de outros grupos e facções que não aceitariam a política de alinhamento incondicional aos interesses "neocolonialistas" dos EUA, tal como vinha sendo implementada, os quais são denominados genericamente como "linha dura".

Dessa forma, a candidatura de Costa e Silva, levada à público em 1966, será interpretada como imposição daqueles setores descontentes, basicamente da "linha dura" e, por consequência, enquanto um sério elemento de instabilidade da ditadura. Em fevereiro de 1966, há a seguinte apreciação da situação política:

"A apresentação da candidatura Costa e Silva à Presidência da República contrariando o esquema governamental, é um fato revelador das profundas dissensões existentes na área dos setores do golpe de abril.

*"(...) a luta pelo poder tende a se agravar. (...) o homem da 'Sorbonne' não se mostra disposto a interromper a continuidade de seu grupo no poder."*²²

Na resolução política da VI Conferência de junho de 1966, "União dos Brasileiros para Livrar o País da Crise, da Ditadura e da Ameaça Neocolonialista", assim é comentada a candidatura de Costa e Silva

*"sofre pressão de grupos militares, também reacionários, que fazem, entretanto, restrições à política econômico-financeira e, mesmo, a certos aspectos da política exterior. A sucessão presidencial, apesar da aprovação pela ARENA da candidatura Costa e Silva, não pode ser considerada resolvida."*²³

Decorre dessa análise uma avaliação marcada pela idéia da possibilidade do transbordamento dos conflitos entre as forças no poder.

*"A conjuntura nacional é extremamente instável. Podem advir golpes militares, novas medidas de perseguição a patriotas e adversários do Governo e conflitos de profundidade, mesmo armados"*²⁴

Em relação ao governo de Costa e Silva, empossado no início de 1967, o PC do B manterá uma certa linha de coerência de análise reafirmando a oposição entre o novo governo e o grupo recém desalojado do poder. Os acenos de diálogo e democratização e de revisão da política econômica do governo, por parte do novo Presidente, contrariariam o "sorbonne", isto é, o grupo castelista e os interesses por ele expressos. Em um documento de análise, após 3 meses de um novo governo militar²⁵, o Comitê Central do PC do B avalia que

*"Qualquer mudança no sistema estabelecido por Castelo Branco não contaria com a aquiescência da 'Sorbonne' nem de seus amos da Casa Branca. Caso se verificassem alterações desta natureza, Washington mobilizaria todos os seus ... e recorreria a todos os meios para fazer prevalecer in-totum a política do governo anterior."*²⁶

Como se percebe, o PC do B aventa a hipótese de ações enérgicas por iniciativa dos EUA, frente a eventuais modificações das políticas do regime militar por iniciativa de Costa e Silva e da "linha dura". Reafirma-se o diagnóstico de crise e instabilidade da ditadura militar, agora mais aguçados.

*"A ditadura militar permanece, assim, em crise e perduram suas contradições internas. O governo Costa e Silva mostra-se mais instável que o de Castelo Branco e não resolverá nenhum dos problemas que afligem ao país. Sua política demagógica, no entanto, mesmo contra a sua vontade, pode ocasionar a ampliação do movimento de massas e o surgimento da influência dos antigos agrupamentos políticos. Em tais circunstâncias, Costa e Silva terá que recorrer a brutais repressões. Caso persista em pruridos demagógicos, poderá defrontar-se com um novo golpe militar."*²⁷

No decorrer do ano de 1968, as avaliações do PC do B sobre o governo Costa e Silva, empolgadas, evidentemente, pelas mobilizações de massa e confrontações de rua que tomaram conta do país, enfatizarão como nunca a fraqueza da ditadura.

O AI-5 será interpretado de forma semelhante às demais organizações da luta armada²⁸. De um lado, a ditadura enfrentaria um *"estrondoso fracasso"* em relação às políticas aplicadas pelos dois governos militares, cujo resultado seria uma situação mais grave do que no período anterior ao golpe, em poucas palavras: *"Aprofunda-se a crise econômico-financeira e o país debate-se na estagnação e no atraso."* De outro lado, o governo encontrar-se-ia acuado pelo movimento de massas e pela oposição, minado por divergências entre as facções militares e sofrendo sucessivas derrotas. Nesse contexto, o AI-5 revela a *"debilidade da ditadura"*. Portanto, deveria ser *"inevitável a eclosão de uma crise política de maiores proporções."*

Quando do afastamento de Costa e Silva em setembro de 1969 e da formação da junta militar, mais uma vez a cúpula do PC do B se pronuncia, reafirmando a validade de suas assertivas sobre a crise do regime:

*"os militares não podem evitar o surgimento de novas crises e a degenerescência sempre maior do sistema político que impuseram à nação. A crise é produto do regime atual e deriva, em particular, do caráter profundamente antidemocrático e entreguista da ditadura."*²⁹

Dois meses depois, a cúpula pecedobista contrapõe à realidade da consolidação do regime militar e à entrada na sua fase de maior estabilidade política em todo o período militar, sob o governo Médici, um julgamento cada vez mais distanciado do processo real.

"O governo recém empossado é ainda mais fraco do que os anteriores. Se a base política de Costa e Silva já era bastante reduzida, a de Garrastazu é mais estreita"

*ainda. (...) Cercado pelo ódio popular e enfrentando o crescente descontentamento de vastos setores políticos, o atual governo é bastante instável. E as crises se sucederão em ritmo mais acentuado."*³⁰

FASCISMO, IMINÊNCIA DA REVOLUÇÃO E FRENTE ÚNICA

Em função das características repressivas e ostensivas do regime militar, a partir de 1969, o PC do B passará a interpretar a nova situação como a **fascistização** da ditadura. Assim, os métodos de repressão adotados contra a esquerda serão tidos como "*tipicamente fascistas*" e a Constituição promulgada pela junta militar será, também designada, como "*Carta de tipo fascista*"³¹.

Uma das decorrências visíveis desta avaliação é a presunção de que ditadura militar, em **nenhum momento**, seria permeável a qualquer tipo de reformas de caráter liberal-democráticas ou nacionalistas. Não se poderiam esperar concessões de nenhum tipo por parte do regime vigente.

*"A experiência de todos esses anos mostra que o governo militar não pode restaurar nenhuma liberdade democrática. Não admite sequer o Estado de direito reacionário, com certas pinceladas liberais, reclamado por certos setores políticos para dar aparência de democracia ao regime de arbítrio que vige no país. O que seus porta-vozes defendem quando falam em abertura não são liberdades para o povo, mas simplesmente, um estatuto político que legalize o clima de violências que vigora no país sob os auspícios do AI-5. A ditadura militar fascista deseja codificar o regime que implantou, o qual denomina pomposamente de , não copiada de parte alguma. Fascismo caboclo, sem disfarces."*³²

Na verdade, essa idéia de que a ditadura militar não poderia absorver as mínimas reformas já estava presente desde as primeiras análises sobre a ditadura, ainda que sob uma forma um pouco diferente:

*"Na medida em que as massas lutarem por suas reivindicações, o governo apelará em maior escala para a repressão e a violência, o que fará aumentar seu isolamento."*³³

O raciocínio acima expressa a opinião de que sequer as reivindicações das massas, que são em primeiro lugar, as reivindicações econômicas, poderiam ser absorvidas pela ditadura. É plausível afirmar, assim, que as análises iniciais do PC do B sobre a ditadura possibilitaram, em certa medida, a posterior adoção da idéia da fascistização do regime.

Por outro lado, a tese da fascistização vinha ao encontro de um aspecto chave da tese do neocolonialismo³⁴: do mesmo modo que a adoção das formas políticas fascistas de governo manifestariam a iminência da revolução, com aquela última fórmula, o grupo dirigente do PC do B pretendia interpretar a realidade brasileira sob a ditadura militar, assimilando-a ao cenário da China revolucionária durante a invasão japonesa, entre 1937 a 1945. A tese da recolonização tentava demonstrar que a ditadura instalada em 1964 **equivalaria à ocupação militar do país** por uma potência estrangeira.

Desse ponto de vista, o país viveria, a partir dessa data, uma situação de **confronto militar deflagrado e permanente**, um estado de guerra civil não declarada. Estaria vivendo uma situação revolucionária permanente, de forma similar ao período de invasão da China pelo Japão.

Em termos gerais, a idéia de que o país vivia em um estado de guerra civil não declarada era comum ao conjunto das organizações do movimento de luta armada, pois somente através através de uma posição desse tipo poder-se-ia justificar a proposição de luta armada imediata. A análise praticamente consensual entre aquelas organizações era de que o golpe, objetivara deter o ascenso das lutas populares. O recurso das classes dominantes ao golpismo e à instalação da ditadura manifestava a incapacidade em deter o avanço das lutas populares em direção à revolução. O novo regime parecia às organizações guerrilheiras urbanas, em ao PC do B também, como que o marco de abertura de uma situação revolucionária no país.

O compromisso do PC do B com o modelo revolucionário chinês impõe que, pelo menos oficialmente, o partido considere como um elemento constitutivo da luta armada, a vinculação à mobilização das massas populares. Isto se traduzirá, em análises e prognósticos invariavelmente otimistas sobre o potencial de desenvolvimento das lutas populares. Em 1966: *"amadurece a idéia de revolução"*³⁵; em 1968: *"A revolução amadurece em todos os países deste Continente."*³⁶; em 1971: *"Lutas explodem por toda parte, pondo em dificuldades os governantes. Não têm paralelo com outras épocas as ações dos camponeses flagelados do Nordeste durante a atual seca. (...) a luta direta e aberta pela derrubada da ditadura militar-fascista amplia-se. As lutas do povo por suas reivindicações reforçam a oposição popular à ditadura dos militares. Esta será derrubada pela ação das próprias massas..."*³⁷

A projeção sobre a realidade brasileira das análises correntes do movimento comunistas sobre o cenário chinês e o quadro do fascismo, à primeira vista, dava legitimidade à tese da necessidade da luta armada. Porém, havia outro elemento de extrema importância: tanto o

caso da luta anti-japonesa na China quanto no caso da luta contra o fascismo, foram situações nas quais ocorreram modificações substanciais na política de alianças adotadas pelo comunistas.

A invasão japonesa levou o PC Chinês à adoção oficial de uma política de frente única que incluía todos as classes e correntes políticas dispostas a lutar contra o exército invasor. A questão nacional colocava-se acima das demais bandeiras de luta dos comunistas, inclusive a da reforma agrária, para que se pudessem concertar alianças realmente amplas contra o Japão. A ascensão do fascismo levava o movimento comunista, a partir de meados dos anos 30, a desenvolver uma política de alianças com a social-democracia e, posteriormente, estendida à todas as correntes anti-fascistas, em torno de um programa que tinha com objetivos básicos a luta pelas liberdades democráticas burguesas e a defesa das reivindicações econômicas das massas trabalhadoras.

O PC do B elaborará, nessa direção, uma política de frente única ampla contra a ditadura cujos eixos serão a conquista das liberdades democráticas e a luta pela emancipação nacional.

A REVOLUÇÃO NACIONAL E DEMOCRÁTICA E A "BURGUESIA NACIONAL"

Nos anos imediatamente posteriores ao golpe, as organizações de esquerda, como a POLOP, cuja posição era de crítica à visão etapista tradicional e que propunham a luta socialista direta, adquiriram maior prestígio. Particularmente, a POLOP, influenciou decisivamente, quando não, se tornou pólo de atração e formação, de diversos grupos do movimento de luta armada exatamente pelas suas teses a respeito do caráter socialista da revolução brasileira. O PC do B é obrigado cada vez mais a defender, de forma mais sistematizada, a sua opção doutrinária pelo esquema tradicional da revolução em duas etapas, particularmente após meados de 1967.³⁸

Em um documento de 1967³⁹, onde é realizada uma defesa mais sistemática do etapismo, é invocada uma citação de Lenin para justificar o etapismo, em função dos limites estabelecidos pelas "condições objetivas" e "condições subjetivas" do país, que não permitiriam a luta socialista direta.⁴⁰ As "condições objetivas" corresponderiam ao "grau de desenvolvimento econômico" do país, que estaria preso às amarras do imperialismo e do latifúndio, aos quais se somaria, após o golpe militar, "a reação política". As transformações sociais requeridas pelo país, a independência nacional, a democracia e a entrega da terra ao camponeses, seriam reivindicações

de "*cunho democrático e não propriamente socialista*"⁴¹, dados os limites sócio-econômicos do estágio do desenvolvimento da formação social brasileira.

As "condições subjetivas" diriam respeito ao grau de desenvolvimento de consciência política e da organização das classes revolucionárias, e, portanto, à situação do jogo de forças entre as classes sociais interessadas na revolução nacional e democrática e as classes sociais contra-revolucionárias. Deste ponto de vista, o PC do B insiste que levantar palavras de ordem socialistas, significaria "*negar o papel dos camponeses*" e afastar da revolução os setores interessados na luta contra o imperialismo e as grandes massas urbanas, mesmo a classe operária, as quais "*se bem que manifestem simpatia pelo socialismo, estão imbuídas de preconceitos democrático-burgueses e não sentem a necessidade da ditadura do proletariado.*"⁴²

Pode-se constatar, tendo em vista o conjunto dos documentos oficiais do PC do B, que, sintomaticamente, o grupo dirigente partidário dá uma ênfase desproporcionalmente maior às limitações de caráter "subjetivo" na argumentação de defesa do etapismo. Desse ângulo, a tônica recai, como vimos acima, na necessidade de assumir objetivos democrático-burgueses em virtude da impossibilidade de mobilizar as massas imediatamente em torno de um programa socialista. A adoção da defesa da implantação direta do socialismo, levaria o partido a isolar-se das massas populares, inviabilizando a operacionalização da sua política revolucionária.

A preponderância da dimensão das chamadas condições subjetivas aparece, em um sentido oposto ao indicado acima, em outro momento da argumentação do PC do B. Um documento partidário de 1968⁴³, afirmará, que a revolução brasileira tem caráter democrático burguês, mas é uma revolução democrático burguesa "*de novo tipo*", pois ela é "*parte da revolução proletária mundial. Sua perspectiva é a transição para o socialismo*"⁴⁴. Ao tornar bastante tênue a idéia de etapa nacional e democrática, aproximando-a da etapa socialista, tal fórmula estabelece uma interpretação da separação entre as duas etapas da revolução, na qual acentua-se, de maneira evidente, o elemento subjetivo como aspecto determinante. A passagem da etapa nacional e democrática para a etapa socialista é sugerida como um processo de transição sem rupturas. Neste raciocínio, as limitações sócio-econômicas, as chamadas "condições objetivas", deixam de ser consideradas na argumentação e a capacidade de hegemonia do proletariado na revolução, torna-se o elo de ligação para a transição de uma etapa à outra da revolução. A forma concreta dessa hegemonia, embora o texto não o explicita, seria, naturalmente, o governo popular revolucionário. Em resumo, esta formulação, reproduz o esquema desenhado no "Manifesto-Programa" de 1962.

Somente levando em consideração esta sobrevalorização do aspecto subjetivo presente nas interpretações do PC do B sobre o processo revolucionário, que será possível compreender o modo ambíguo do tratamento dado à "burguesia nacional" nas formulações do partido.

De um lado, afirma-se a incapacidade política da "burguesia nacional" em dirigir o movimento revolucionário à vitória⁴⁵. Esta incapacidade política é em determinados momentos julgada de forma bastante severa, ao se afirmar que a "burguesia nacional", em um contexto em onde estaria "em jogo a própria existência do sistema imperialista", não teria possibilidades realizar *"nem mesmo uma política de pequenas reformas"*⁴⁶. E mais, ainda como *"força vacilante e inconsequente, pode também, em determinadas circunstâncias, aliar-se às forças mais reacionárias e combater a revolução."*⁴⁷

Porém, de outro lado, abre-se a possibilidade de uma posição pró-revolucionária para a "burguesia nacional", afirmando que ela

"pode participar de ações antiimperialistas e a favor de reformas agrárias. Pode defender a existência de certas liberdades democráticas. Alguns de seus setores chegarão mesmo a apoiar a luta revolucionária ou a ela se incorporar". ⁴⁸

Tais considerações sobre os possíveis comportamento da "burguesia nacional" deixarão de ter um sentido contraditório se se elucidar quais as condições, segundo as concepções do PC do B, em que essa fração de classe poderia ter uma posição de apoio e participação na luta revolucionária ou em quais condições dela se afastaria, para conciliar ou se aliar às forças contra-revolucionárias.

A princípio as formulações do PC do B expressam uma condicionalidade, indicando que inúmeros fatores conjunturais, imprevisíveis, que poderiam influir na conduta concreta da "burguesia nacional". Contudo, a argumentação insiste em uma condição básica e mesmo determinante, para a participação da "burguesia nacional" na revolução: é exatamente a **defesa, por parte da vanguarda do proletariado do caráter nacional e democrático da revolução** e a refutação da tese de que a luta revolucionária já teria um caráter socialista no Brasil. Este ponto fica evidenciado na já citada resolução de agosto de 1964, onde o problema do caráter da revolução é abordado em apenas uma, mas elucidativa, frase:

*"Nas condições atuais, postular o objetivo socialista será afastar de plano a burguesia nacional."*⁴⁹

A justificação mais sistemática, porém, da possibilidade de a "burguesia nacional" adotar posições favoráveis à revolução e sobre o papel da vanguarda na viabilização dessa postura, aparece no texto sobre "Alguns Problemas Ideológicos da Revolução na América Latina":

*"Convém destacar ainda que, em toda luta, há sempre o inimigo principal a combater, cuja derrota possibilita a liquidação dos demais adversários. Isto tem relação direta com o caráter da revolução. Concentrar esforços contra o inimigo principal, contra ele mobilizar o máximo de aliados e neutralizar as forças que por ele poderiam ser mobilizadas - é princípio estratégico fundamental. Não se consegue a vitória se não se leva em conta esse princípio. Na atualidade, o imperialismo e o latifúndio são os inimigos principais dos povos latino-americanos. Por quê agregar a estes inimigos o capitalismo nacional em seu conjunto, levantando medidas socialistas como reivindicações imediatas? Ao apresentar as exigências democráticas e antiimperialistas, que uma vez satisfeitas atingem de morte àqueles inimigos, o proletariado pode aliciar-se temporariamente com uma parte da burguesia, mesmo vacilante, neutralizar outra e golpear apenas os setores burgueses ligados ao imperialismo."*⁵⁰

A clareza do texto é exemplar em vários sentidos. Está aí presente a concepção de que o comportamento político da "burguesia nacional" e, por consequência, a possibilidade de aliança com a mesma, depende, basicamente do cumprimento de um princípio estratégico pela vanguarda do proletariado. Atribui à política adotada pela vanguarda do proletariado, o papel **decisivo** para influenciar o comportamento político das classes sociais potencialmente participantes da revolução, em particular, da "burguesia nacional". Em suma, estaria nas mãos do partido do proletariado jogar a "burguesia nacional" para os braços da contra-revolução ou trazê-la para o seu lado...

Destaca-se, também, a noção de "*inimigo principal*" vinculada ao caráter da revolução. Observe-se que a determinação do "*inimigo principal*", sobre o qual devem ser concentrados todos os esforços da luta política, mobilizando "*o máximo de aliados e neutralizar as forças que por ele poderiam ser mobilizadas*", é definida como um "*princípio estratégico fundamental*". Desse modo, a aliança com a "burguesia nacional" é forçosamente elevada a uma exigência estratégica para a vitória da revolução nacional e democrática. A preocupação em não restringir o chamado campo das forças revolucionárias será permanentemente enfatizada pelo PC do B, em relação à natureza da primeira etapa da revolução brasileira:

*"Postular o socialismo como tarefa da atual etapa da revolução é enterrar o avanço do processo revolucionário porque restringe grandemente o campo das forças revolucionárias e facilita a ação dos inimigos do povo."*⁵¹

Após essa breve análise sobre as concepções do PC do B a respeito do caráter da revolução no Brasil, pode-se afirmar que o argumento central mobilizado para a defesa do etapismo diz respeito à **política de alianças**. Mais precisamente, à necessidade de uma política de alianças cujo conteúdo essencial é a preocupação de **somar aliados**.

A CONTRADIÇÃO ENTRE O POVO E O REGIME MILITAR

Como não poderia deixar de ser, o grande exemplo de aplicação do princípio estratégico fundamental acima descrito segundo o PC do B, é a experiência da luta revolucionária na China.

*"Neste país, até a vitória final da revolução, somente foram apresentadas as reivindicações inerentes à etapa democrático-burguesa e, durante um longo período da luta revolucionária, a direção do ataque principal foi orientada contra o imperialismo nipônico, procurou-se atrair a burguesia para a luta antijaponesa e atenuou-se inclusive a luta contra os latifundiários."*⁵²

Note-se que, na citação, a política de frente única adotada pelo PC Chinês na luta contra a invasão japonesa é referida como uma definição estratégica, relacionada ao próprio caráter nacional e democrático atribuído à Revolução Chinesa.

No caso do Brasil, qual deveria ser a direção do ataque principal? Emoldurada na tradicional linguagem das contradições, de influência maoísta, a resposta do PC do B é ambivalente:

*"A situação brasileira apresenta... uma perspectiva de agravamento das principais contradições internas e externas. Em especial, as contradições entre o povo e o Governo e entre a esmagadora maioria da nação e o imperialismo norte-americano tendem a adquirir caráter mais agudo."*⁵³

Sobrepõem-se duas linhas de "contradições principais" uma interna, composta pela oposição entre "povo" e "ditadura militar" e outra externa, opondo a "maioria da nação" ao "imperialismo norte-americano". Qual a relação entre elas? - qual dessas duas linhas relaciona-se o princípio estratégico fundamental" acima descrito?

A oposição entre "maioria da nação" e o "imperialismo norte-americano" já se colocava antes da ditadura militar, pois refere-se à natureza da revolução brasileira, de modo que

se pode concluir que a contradição entre "povo" e "ditadura militar" subordina-se à anterior e é dela derivada.

Em outro lugar, a política de ampla frente única executada pelos comunistas chineses será definida em termos diferentes:

*"Exemplo de amplitude, e, ao mesmo tempo, expressão de uma consequente posição revolucionária foi a tática defendida por Mao Tse-tung na Conferência Nacional do PC da China, em maio de 1937. No interesse da formação da Frente Única Nacional Antijaponesa, o PC da China comprometeu-se a suspender a política de derrubar o Kuomintang pela força armada e de confiscar as terras dos latifundiários. (Mao Tse-tung - , Maio de 1937)."*⁵⁴

A Frente Única Nacional contra os invasores japoneses é, agora, caracterizada como uma proposição do plano **tático**. Subjacente a isso, está o deslocamento do princípio de *"concentrar esforços contra o inimigo principal"* da esfera da estratégia para a esfera da "tática". Esta modificação não significará apenas uma questão semântica. Como veremos no próximo capítulo, a política de luta anti-ditatorial, em todas as suas dimensões será considerada como uma "tática", que terá na política de frente única da revolução chinesa, o seu modelo e legitimação.

No momento, cabe registrar que o *"princípio estratégico de concentrar forças contra o inimigo comum"* figura claramente na plataforma de ação do partido, delimitada na resolução da VI Conferência:

*"- Concentrar esforços na luta contra o governo de Castelo Branco e sua política antinacional e antipopular. Desmascarar e combater o sistema político ditatorial instaurado no país."*⁵⁵

Na política de frente única anti-ditatorial, portanto, a contradição entre "povo" e "regime militar" é definida como eixo orientador da política de alianças em detrimento da contradição entre "maioria da nação" e "imperialismo". Essa linha de raciocínio embasará as formulações do PC do B a respeito da política de alianças da frente única anti-ditatorial, resultando em uma linha política qualitativamente divergente do posicionamento dos grupos do ciclo urbano do movimento de luta armada. A preocupação em somar aliados contra a ditadura se traduzirá na temática da **amplitude** da frente única, reiterada sistematicamente nos documentos partidários.

**"FRENTE ÚNICA DEMOCRÁTICA E ANTIIMPERIALISTA"
E "UNIÃO DOS PATRIOTAS PELA INDEPENDÊNCIA,
O PROGRESSO E A LIBERDADE"**

Como já vimos, a avaliação do PC do B era de que a ditadura militar, desde seu início estava politicamente isolada e tinha bases frágeis de sustentação. Neste aspecto sua análise aproximava-se das análises das organizações urbanas do movimento de luta armada.

As diferenças aparecem quando o assunto diz respeito às causas da fraqueza da ditadura e à definição sobre quais forças compõem a frente única antiditatorial, questão estreitamente ligada à primeira. Enquanto as organizações armadas urbanas sustentam que a falta de sustentação se deve à crise estrutural e o consequente impasse vivido pelo capitalismo brasileiro - e este ponto há acordo com a posição do PC do B, de um lado, de outro, enfatizam a unidade das classes dominantes, e de toda a burguesia, em torno da ditadura militar - aspecto em relação ao qual a interpretação do PC do B vai por um caminho diverso.

O argumento pecebobista parte de que **não há unidade** das classes dominantes em torno da ditadura militar, e que é primordial ter em vista essa situação. Desse modo, enfatiza-se, a amplitude da frente única democrática e antiimperialista, que a própria ditadura teria revelado através das medidas repressivas.

O PC do B reconhece que foram atingidos pelo golpe não só os movimentos e lideranças populares como também oficiais gerais, juizes, desembargadores, bispos, prefeitos, governadores, diplomatas e industriais, resultando no surgimento de "*setores avançados*" em todos os partidos políticos, o que demonstraria a diversidade das forças a serem aglutinadas na luta contra o imperialismo e o sistema do latifúndio.

Em função disso, participariam da luta contra a ditadura

*"tanto revolucionários como reformistas, tanto militantes do PC do Brasil como do PC Brasileiro, tanto católicos como socialista. Lado a lado podem atuar trabalhistas, brizolistas, comunistas, elementos do PSD, PDC, PSD e até da UDN. Na luta por objetivos concretos é preciso unir todas as forças capazes de serem unidas e neutralizar todas as que possam ser neutralizadas."*⁵⁶

Em resumo, o grupo dirigente do PC do B, tendo por avaliação que a implantação da ditadura militar ocasionou a divisão das classes dominantes, levando ao descolamento de

setores daquelas do campo do imperialismo e dos seus aliados internos, eleva a um dos seus principais temas, ao lado da temática da inevitabilidade da revolução, a necessidade de congregar todas as forças antiditatoriais em um movimento comum, onde se incluiria até mesmo *"elementos da UDN"*, principal partido político que deu suporte ao golpe militar. Evidentemente que essa visão da abrangência da política de alianças tem a ver com aplicação direta do chamado princípio estratégico de *"concentrar esforços contra o inimigo principal"* para a luta contra a ditadura militar.

A preocupação de unificar o maior número de forças políticas na luta antiditatorial, terá, na chamada VI Conferência Nacional de junho de 1966, um desdobramento que representará mudanças substanciais nas formulações do PC do B. Na resolução política da Conferência "União dos Brasileiros para Livrar o País da Crise, da Ditadura e da Ameaça Neocolonialista" é sistematizada a proposta de uma *"União dos patriotas pela independência, o progresso e a liberdade"*, na qual deveriam participar todos *"os verdadeiros patriotas"* independentemente da *"filiação partidária, a tendência filosófica ou religiosa, a classe ou camada social a que pertençam"*.⁵⁷

A "união dos patriotas" constitui a proposta de uma frente única na qual a participação não seria limitada às classes sociais do tradicional "bloco das quatro classes", como o é definido para a frente democrática e antiimperialista, em agosto de 1964. A "união dos patriotas" estaria aberta a todos que concordassem com as metas políticas da luta contra a ditadura definidas pelo partido - as quais veremos mais adiante. A resolução da VI Conferência reitera enfaticamente a necessidade do partido de atuar para a formação da frente única em torno da "união dos patriotas".

*"Se os comunistas não trabalharem para formar essa frente única; não conseguirem aliar-se com as diversas correntes e elementos dispostos a contribuir para a derrota dos exploradores estadunidenses, não encontrarem a melhor maneira de atuar com essas correntes e elementos, impossível será alcançar a vitória."*⁵⁸

A pretensão a uma política de aliança, cuja característica básica seria a amplitude, obriga ao estabelecimento de um conjunto de metas aceitáveis a serem propostas às forças políticas com as quais se busca concertar acordos. Dessa forma, o PC do B, em função da temática da amplitude da frente única, redimensiona as suas palavras de ordem e objetivos da luta contra a ditadura.

Na resolução da Comissão Executiva do PC do B, de agosto de 1964, são definidos os *"objetivos concretos"* pelos quais a frente única democrática e antiimperialista

deveria lutar. Além de questões como o combate à política econômico-financeira do governo; da luta pelas reivindicações imediatas do camponeses e pela reforma agrária radical; da solidariedade a Cuba e outras proposições para a política internacional, destacam-se dois pontos mais significativos:

"Na situação presente, a luta pelas liberdades é fator fundamental para a ação política das massas. É uma forma concreta de combate ao governo ditatorial. Interessa a vastos setores do povo. A libertação dos presos políticos, a repulsa ao sistema de delação organizada, a liquidação dos inquéritos policiais-militares, a suspensão das intervenções nos sindicatos, a anulação das penalidades contra alunos e professores das universidades, reabertura dos jornais arbitrariamente fechados, a cessação das perseguições a funcionários públicos, enfim, o restabelecimento das franquias democráticas, constituem uma exigência da Nação. Através da luta por liberdades é possível unir amplíssimas camadas populares.

"(...)

"O combate à espoliação imperialista norte-americana e à política entreguista do governo assumiu um caráter ainda mais relevante. (...) Assim, a defesa da soberania nacional, da indústria brasileira e das riquezas do país, a luta para pôr fim ao domínio do imperialismo ianque, constituem o grande denominador comum da unidade do povo.(...)"⁵⁹

Luta pela restauração das liberdades políticas, contra a política econômica da ditadura, pela reforma agrária, pela soberania nacional: em resumo, estes são os objetivos políticos concretos através dos quais o grupo dirigente PC do B considera ser possível criar uma frente única democrática e antiimperialista, após o golpe, para uma ação conjunta contra o regime militar. Trata-se de um conjunto de itens que retoma parcialmente os pontos do programa partidário de 1962, mantendo nos termos anteriores somente a bandeira da reforma agrária radical. Porém, o conteúdo com que se retoma aqueles pontos é flagrantemente mais moderado que o "Manifesto-Programa".

É acrescentada, com destaque, a luta pelas liberdades democráticas, inexistente no "Manifesto-Programa", ao lado de formulações bastante mais moderadas em relação à questão nacional. Por exemplo, o ponto referente à expropriação dos grandes capitalistas brasileiros associados ao imperialismo é simplesmente abandonado.

Os "objetivos concretos" da luta contra a ditadura, apresentados em agosto de 1964 são, assim, o esboço de um programa de luta comum para **todas** as forças políticas, consideradas como pertencentes ao campo antiditatorial pelo grupo dirigente do PC do B - nas quais se incluíam até "elementos da UDN", como já vimos.

Na VI Conferência este programa de ação comum é recolocado de maneira mais sistematizada como um programa para a chamada "união dos patriotas pela independência, o progresso e a liberdade":

"(1) - Oposição decidida à recolonização do Brasil pelos Estados Unidos. Defesa da soberania nacional. Política externa independente. Combate à espoliação do país pelos trustes norte-americanos.

"(2) - Desenvolvimento independente da economia nacional. Providências que impeçam a desnacionalização da indústria brasileira. Ajuda às regiões atrasadas. Reforma agrária que beneficie as massas camponesas. Preservação e ampliação dos direitos da classe operária. Elevação dos salários dos trabalhadores e contenção da alta do custo de vida. Bem-estar do povo.

"(3) - Defesa da cultura nacional. Combate ao analfabetismo. Reforma Universitária e liberdade de cátedra. Medidas contra a penetração norte-americana na imprensa, no rádio e na televisão. Proteção ao livro brasileiro.

"(4) - Garantia das liberdades democráticas. Voto universal, direto e secreto, inclusive para os analfabetos. Direito de reunião e de organização. Livre manifestação do pensamento. Anulação de todos os atos da ditadura de perseguição aos patriotas.

*"(5) - Governo democrático, representativo de todas as forças patrióticas. Convocação de uma Assembléia Constituinte livremente eleita."*⁶⁰

Com exceção do último ponto - que será discutido no próximo capítulo -, os demais retomam, como no documento de agosto de 1964, os temas do "Manifesto-Programa" do partido, ampliando-se, entretanto, em muito, a distância em relação às formulações programáticas de 1962. Estão ausentes medidas propriamente revolucionárias como a expropriação do grande capital aliado ao imperialismo. Porém, agora a reivindicação da reforma agrária também está recolocada em uma versão mais genérica, sem o adjetivo "radical". As reivindicações propriamente operárias apresentadas são extremamente modestas e acanhadas, resumindo-se a reivindicações genéricas de caráter econômico-corporativo. As bandeiras antiimperialistas, são restritas, também, a genéricas indicações em defesa da indústria brasileira e da soberania nacional. A luta democrática é limitada a propostas que a reduzem à reivindicação da redemocratização da vida política, tais como assembléia constituinte e eleições diretas.

Trata-se, evidentemente, de um programa de ação comum, de cunho democrático-burguês nacionalista acentuado, dirigido às oposições burguesas e liberal-democráticas do regime militar, com o intuito de congregá-las em uma frente única. Um programa de alcance limitado, como o próprio PC do B o reconhece, se comparado às proposições do "Manifesto-Programa" do partido.

Embora nos textos oficiais do partido não se explicitasse esse raciocínio, é muito difícil deixar de estabelecer um paralelo. Da mesma maneira que se o partido adotasse um programa socialista direto afastaria a "burguesia nacional" da frente democrática e antiimperialista, a adoção pelo partido de seu programa revolucionário afastaria das forças oposicionistas burguesas da frente anti-ditatorial. Esta limitação do conteúdo político da plataforma da "união dos patriotas" a objetivos de cunho nacionalista e liberal-democrático, pode ser compreendida, portanto, como uma aplicação do princípio estratégico de unificar todas as forças possíveis contra o inimigo comum - unificar os vários segmentos que manifestam descontentamento com o regime militar.

Poder-se-ia contrapor ao argumento até desenvolvido aqui, que o programa de luta contra a ditadura proposto pelo PC do B constituiria apenas o programa de unidade das forças políticas antiditatoriais, mas não uma diretiva para a ação dos militantes e ativistas ligados ao partido. Nas diretivas específicas estaria resguardada a independência política do partido em relação à frente única anti-ditatorial. Porém, as palavras-de-ordem para a ação partidária, definidas, também, na conferência do partido de junho de 1966, refletem, de forma clara, a opção da política da "união patriótica" direcionada para a busca de alianças mais amplas, com os segmentos oposicionistas burgueses ou de classe média liberais e/ou nacionalistas ao incluírem reivindicações como *"Eleições diretas e livre organização partidária"*⁶¹. A plataforma da frente única não é concebida tão somente como as reivindicações comuns às diversas forças democráticas e patrióticas que deveriam integrá-la, mas como tarefas **do partido**.

Apenas o ponto relativo à luta armada destaca-se dos demais como indicador de uma perspectiva de ação independente pelo partido:

*"- Difundir a idéia da revolução. Fazer propaganda da luta armada e ajudar as massas a se preparar concretamente para a guerra popular."*⁶²

A despeito da proposta de desencadear a luta armada não estar presente no programa político da união patriótica, ela é concebida, na resolução de julho de 1966, como uma tarefa **simultânea** à formação da "união dos patriotas". Esta vinculação dá a entender que os objetivos propostos naquele programa frentista estariam vinculados à luta armada⁶³. O documento de novembro de 67, "O Partido Comunista do Brasil na Luta Contra a Ditadura Militar"⁶⁴, é mais explicativo a esse respeito.

"... nas condições atuais, devido ao rumo que toma a situação internacional e ao regime militarista instaurado no país, nem mesmo as reivindicações limitadas de uma política de liberdade, progresso e independência - expostas na plataforma indicada na VI Conferência - podem ser alcançadas pacificamente. Assim, a

*revolução tem condições de ser iniciada com bandeiras bastante amplas... (...)"*⁶⁵

O PC do B procura conciliar as propostas das reformas nacionalistas e liberal-democráticas da "união dos patriotas" com a tese da luta armada, elevando-as à condição de **bandeiras iniciais da revolução**. Por conseguinte, **iniciar** a luta armada em torno das "*bandeiras bastante amplas*" da união patriótica, isto é, de uma plataforma que expressasse a exigência de reformas de interesse da "burguesia nacional" e outras frações e segmentos das classes dominantes, possibilitaria a aliança com tais classes e daria uma base mais ampla à revolução. Esta é a suposição expressa do grupo dirigente do PC do B.

Esta posição, de que o programa de reformas nacionalistas e liberal-democráticas da "união dos patriotas" poderia dar sustentação ao início da luta armada tem como pressuposto, a idéia, já vista neste capítulo, de que a ditadura era incapaz de realizar **concessões**, de quaisquer tipos, à chamada "burguesia nacional" ou a outros segmentos oposicionistas das próprias classes dominantes. Por esse raciocínio, o partido poderia adiar seus objetivos revolucionários, em nome da unificação das forças anti-ditatoriais, sem haver o perigo de se cair em uma política reformista...

AS SEMELHANÇAS COM O PCB

O deslocamento do campo de interlocução do PC do B para a esquerda, sob a ditadura militar, implicará uma atenção cada vez menor à disputa com o PCB, que saíra desmoralizado da derrota de 1964.⁶⁶ Inversamente à atenção dispensada ao PCB, poderá ser observada uma notável semelhança de posições entre as duas organizações, no que diz respeito à política de luta anti-ditatorial.

A política oficial do "Partidão" após o golpe militar está expressa na resolução do VI Congresso, realizado em 1967. Nessa ocasião, já estava concluído o processo de ruptura dos militantes e dirigentes que repudiavam a continuidade da política de transição pacífica pelo partido; de modo que, o congresso pecebista refletiu a posição do segmento do grupo dirigente que se envolvera de forma direta com as articulações de cúpula junto ao governo Goulart e que postulava a política de transição pacífica mesmo após o golpe militar.

Oficializada em 1967, a orientação pecebista postulava a derrubada da ditadura militar através da pressão do movimento de massas, **sem** o recurso da luta armada como o

postavam os demais grupos comunistas e de esquerda. De forma semelhante ao PC do B, a análise do PCB, sugeria que a ditadura tinha bases muito frágeis de sustentação. Sua expectativa era de que a mobilização popular, culminando em uma greve geral, em aliança com os setores antiditatoriais da burguesia e, em especial, a "burguesia nacional", poderia conduzir à desagregação do regime militar e à formação de um governo das chamadas forças antiditatoriais.⁶⁷

Dentro desta perspectiva, o PCB propõe um programa para a frente antiditatorial, com o seguinte conteúdo:

- "1 - Revogação da Constituição de 1967 e de todos os atos ditatoriais, que restrinjam ou anulem as liberdades democráticas; restabelecimento dos direitos trabalhistas violados ou revogados pelo regime autoritário; liberdade e autonomia sindicais, libertação dos presos políticos e anistia geral, convocação de uma assembléia constituinte, através de eleições livres, a fim de elaborar-se uma constituição democrática; restabelecimento das eleições diretas para a presidência da República; livre organização e funcionamento dos partidos políticos, inclusiva do Partido Comunista; autonomia dos Estados e das capitais; eleições diretas para todos os cargos eletivos.*
- "2 - Revogação de todos os atos da ditadura que lesem os interesses nacionais; adoção de uma política de desenvolvimento independente da economia nacional; defesa das riquezas do país, da indústria nacional, das empresas estatais e da Amazônia.*
- "3 - Abolição da política de arrocho salarial; medidas para elevar o nível de vida das massas trabalhadoras das cidades e do campo; medidas parciais de reforma agrária.*
- "4 - Realização de uma política externa de afirmação da soberania nacional, de defesa da autodeterminação dos povos, pelo desenvolvimento de relações econômicas e culturais com todos os países, pela preservação da paz mundial."*⁶⁸

Os quatro pontos acima resumem um programa liberal-democrático, de orientação nacionalista, perfeitamente de acordo com os objetivos estabelecidos pelo PCB para a luta contra a ditadura. O apoio sistemático ao MDB e, no período de sua existência, à Frente Ampla, além da defesa de participação incondicional nas eleições, sob a ditadura, e recusa de participar da luta armada, são o corolário da visão estratégica pecebista. O PCB, desenvolveu, assim, para as novas condições surgidas com o golpe militar, a política de transição pacífica adotada à partir da "Declaração de Março" de 1958.

Da mesma forma, a união patriótica, adotada pelo PC do B, pelos seus objetivos moderados e pela forças políticas, que dela pretensamente participariam, incluindo segmentos das

próprias classes dominantes, tem um evidente conteúdo de uma frente única de luta por reformas, de caráter liberal-democráticas e nacionalistas, em moldes **semelhantes** à frente única antiditatorial concebida pelo PCB. A importância dada às alianças com setores oposicionistas burgueses, em particular da chamada "burguesia nacional", revela-se em toda a sua extensão na resolução do VI Congresso, ao ser exposta a visão sobre o relacionamento desse partido com o governo que deveria suceder à ditadura caso ocorresse a derrota desta última:

*"Os comunistas que orientam sua ação no sentido da conquista de um governo revolucionário, participarão, no entanto, junto com as demais forças que se opõem ao atual regime, da luta pela constituição de um governo das forças antiditatoriais. (...) A atitude dos comunistas, diante de qualquer outro governo intermediário, dependerá da conjuntura concreta, das posições assumidas pelo imperialismo e as forças reacionárias internas, do comportamento da frente única e, fundamentalmente, das possibilidades que se abrem para a livre mobilização da classe operária e seus aliados. Participando ou não de tais governos, os comunistas prosseguirão na luta por seus objetivos programáticos."*⁶⁹

O "governo das forças antiditatoriais" mencionado no trecho acima, reproduz com as devidas particularidades da nova situação criada após 1964, a proposta do governo nacionalista e democrático, defendido pelo PCB no período anterior ao golpe militar. O apoio e participação em um governo de tal tipo é questão já resolvida de antemão. Note-se, ainda, que o PCB abre-se para a possibilidade de participar ou apoiar governos que não correspondam àquele perfil, isto é, abre-se para a possibilidade de até mesmo apoiar algum governo sem hegemonia das correntes nacionalista, que virtualmente pudesse surgir da derrocada da ditadura, segundo sua análise de conjuntura.

A alternativa de poder político em relação à ditadura militar é o ponto crucial em que se dividiam as águas para o movimento de luta armada. As diversas propostas de esquema estratégico para a luta armada amparavam-se no pressuposto da inviabilidade de qualquer tipo de governo progressista surgido da ação autônoma da "burguesia nacional". A única alternativa viável à ditadura militar estaria na formação de algum tipo de governo revolucionário. Aqui, como veremos no próximo capítulo, também encontraremos uma semelhança crucial entre as posições do PCB e do PC do B.

NOTAS

- ¹ *"El gobierno de Goulart fue una espina clavada para el grupo dominantes norteamericano, porque, urgido por el pueblo brasileño, seguía una política que reflejaba en cierto grado sus aspiraciones democráticas y nacionalistas. En política exterior, se atuvo a los principios de no intervención y autodeterminación y mantuvo relaciones diplomáticas con Cuba. En el orden interno, adoptó una serie de medidas para restringir el capital extranjero y defender los intereses de la nación."* "Leciones del Golpe Militar del Brasil - PC Chinês - editorial do Renmin Ribao de 30/04/64, BNM nº 303. O documento que utilizamos consiste em um comunicado oficial da Seção de Atividades Antidemocráticas do DEOPS, onde é reproduzido o referido editorial. O agente responsável cita que aquele documento fora discutido em uma reunião do PCB "linha Mao Tse-tung" em meados de julho de 1964. O documento do PC Chinês também é parcialmente citado em JOHNSON, Cecil. *Communist China and Latin America*, 1957-1967, Nova York, Columbia University, 1970, cap. VI "The Pro-Chinese Party of Brazil".
- ² "O Golpe de 64..." in: LPRPCB, pp. 75-76.
- ³ Op. cit. p. 76.
- ⁴ Idem, pp.63-64.
- ⁵ Idem-ibidem, p. 64.
- ⁶ Idem-ibidem, p.47
- ⁷ Idem-ibidem, p. 48.
- ⁸ Idem-ibidem, p. 21.
- ⁹ Cópia deste documento encontra no Volume de Anexos do Arquivo BNM, tomo nº 03.
- ¹⁰ Op. cit. p. 46.
- ¹¹ A quantidade e o grau de interferência de técnicos norte-americanos na administração pública do Brasil no governo Castelo Branco surpreendeu até mesmo enviados do próprio governo dos EUA. Cf. SKIDMORE, Thomas, *Brasil: de Castelo à Tancredo*. Rio, Paz e Terra, 4ª ed., 1991, p. 88-89
- ¹² Na verdade tratava-se da 2ª Conferência, tendo sido a primeira a de fundação, em 1962. A resolução política encontra-se reproduzida em A Linha Política Revolucionária do Partido Comunista do Brasil (m-l). Lisboa, Maria da Fonte, 1974, pp. 101-104; e em SÁ e REIS Fº pp. 117-133.
- ¹³ "União dos Brasileiros...", in: LPRPCB p. 118.
- ¹⁴ "O Golpe de 64...", p.79.
- ¹⁵ "União dos Brasileiros...", pp. 125-126.
- ¹⁶ "União dos Brasileiros...", p. 116.
- ¹⁷ "União dos Brasileiros...", pp. 127-128.
- ¹⁸ "União dos Brasileiros...", p.52.
- ¹⁹ "União dos Brasileiros...", p. 55.
- ²⁰ "União dos Brasileiros...", p. 79.

- 21 "União dos Brasileiros...", p. 55.
- 22 "Ditadura e Sucessão", Comentário Nacional, Boletim de Informações de A Classe Operária, fevereiro de 1966; Anexos BNM, nº 7.125.
- 23 "União dos Brasileiros...", pp. 122-123. (grifo meu - ACG)
- 24 "União dos Brasileiros...", p. 123.
- 25 "Desmascarar o Governo na Luta de Massas"; Resolução do Comitê Central do PC do B de maio de 1967; Boletim de Informações de A Classe Operária, junho de 1976, pp. 3-8; in: Anexos BNM, nº 4.448.
- 26 op. cit., p. 6-7.
- 27 op. cit p. 6.(grifo meu - ACG)
- 28 "A Ditadura não Conseguirá Deter as Lutas do Povo", resolução da Comissão Executiva do PC do B, de dezembro de 1968; in: A Classe Operária nº 26, janeiro de 1969.
- 29 "Nota do PC do Brasil Sobre a Atual Crise Política", resolução da Comissão Executiva do Comitê Central do PC do B, setembro de 1969; in: "A Classe Operária", nº 34, outubro de 1969.
- 30 "Rendição de Guarda", Comentário Nacional de "A Classe Operária", nº 35, novembro de 1969.
- 31 Cf. em especial o documento "Responder ao Banditismo da Ditadura Com a Intensificação da Lutas do Povo" de dezembro de 1969, in: Política e Revolucionarização do Partido. Lisboa, Maria da Fonte, 1974, pp. 67-86.
- 32 "Combater Ilusões de " in: C.O. nº 56, agosto de 1971. Grifo meu - ACG.
- 33 "O Golpe de 1964..." p. 80. Veja-se ainda o editorial "Ampliar e Radicalizar as Ações Populares" C.O. nº 54, junho, 1971, in POMAR, 1980, p. 209-210: as massas *"ao reivindicar seus direitos, vêem-se face a face com a repressão brutal e tomam consciência de quem são seus inimigos. A prática vem demonstrando que as campanhas reivindicatórias ajudam a isolar e desgatar o governo e criam as condições mais propícias ao desencadeamento da luta armada."*
- 34 A tese da "recolonização" remete também aos documentos do PCB dos anos 50, particularmente ao "Manifesto de Agosto" de 1950 e o "Programa" de 1954, retomando-lhes a tese de que o Brasil incluía-se entre os países tradicionalmente considerados coloniais, segundo a classificação definida pela Internacional Comunista no final dos anos 20. Não é fortuita, portanto, a afirmação, presente no texto sobre o chamado neocolonialismo, de que tal "plano de recolonização" estaria sendo implementado pelo imperialismo norte-americano desde meados dos anos 40, no pós-guerra. Ela retoma uma tradição analítica que remonta à época em que Amazonas e Graboís faziam parte da cúpula dirigente do antigo PCB. A tese da recolonização, do ponto de vista doutrinário, significa mais um elemento de legitimação, portanto, da ideologia pecebista em contraposição às formulações do PCB desde a "Declaração de Março" de 1958.
- 35 "União dos Brasileiros.." p. 115.
- 36 "Alguns Problemas Ideológicos da Revolução na América Latina." in: GPCLAB, p. 112
- 37 "Ampliar e Radicalizar as Ações Populares" C.O. nº 54, junho, 1971, in POMAR, 1980, p. 209.
- 38 Um exemplo: o PC do B fará severas críticas a um dos documentos do 29º Congresso da UNE, que propõe a luta por um "Estado dos Trabalhadores e Camponeses" considerando-o prejudicial à luta revolucionária. Trata-se da Carta da UNE, documento divulgado pela AP, isoladamente maior grupo da diretoria da UNE; há outro documento proveniente das demais correntes da diretoria. A esse respeito veja MARTINS, 1987. No plano teórico, o PC do B publicará, clandestinamente, no início 1969, um livro de crítica à Revolução

Brasileira de Caio Prado Jr. (POMAR, Valter. *A Questão Agrária no Brasil e a Contra-Revolução do Sr. Caio Prado*. Edições Alvorada, RJ, 1969.)

- 39 "Desenvolver a Luta Ideológica e Fortalecer a Unidade do Partido", resolução do CC do PC do B de maio de 1967, in: GPCLAB, pp. 9-22.
- 40 "Desenvolver a Luta Ideológica e...", p. 15.
- 41 "Desenvolver a Luta Ideológica e...", p. 15.
- 42 "Desenvolver a Luta Ideológica e...", p. 103.
- 43 "Alguns Problemas Ideológicos da Revolução na América Latina" texto publicado em A Classe Operária nº 22, de maio de 1968; transcrito in: GPCLAB, pp. 93-114.
- 44 "Alguns Problemas Ideológicos...", p. 102.
- 45 "União dos Brasileiros...", p. 147.
- 46 "Alguns Problemas Ideológicos...", op. cit. p. 108
- 47 Idem, p. 109.
- 48 Idem-ibidem, p. 109.
- 49 "O golpe de 64 ...", p. 68.
- 50 "Alguns Problemas ideológicos...", pp. 103-104; grifos meus - ACG.
- 51 Idem, p. 103; grifo meu - ACG.
- 52 Idem-ibidem, p.104.
- 53 "União dos Brasileiros..." p. 123.
- 54 "O Partido Comunista do Brasil na Luta contra a Ditadura Militar" in: GPCLAB, pp. 23-70; citação p. 43. Crifo meu - ACG.
- 55 "União dos Brasileiros...", p. 138.
- 56 Idem, p. 80.
- 57 Idem-ibidem, p. 128.
- 58 Idem-ibidem, p. 131. Grifos meus - ACG.
- 59 "O Golpe de 64 ..." pp. 80-81.
- 60 "União dos Brasileiros...", p. 129. A numeração não existe no texto original.
- 61 Os principais pontos da plataforma de tarefas para o partido, além das citadas são: "- *Levantar bem alto a bandeira da independência nacional. Lutar contra penetração imperialista ianque no Brasil. Exigir o afastamento de todo o pessoal norte-americano da USAID infiltrado nas repartições públicas. Anulação dos acordos com os Estados Unidos que violam a soberania nacional, bem como os convênios e ajustes que permitem a interferência norte-americana nos assuntos internos do Brasil. Expulsão dos Voluntários da Paz e dos espiões ianques. Combater a intromissão norte-americana na imprensa no rádio e na televisão.*
"- *Exigir a cessação das perseguições de caráter político. Liberdade para os presos políticos e invalidação de todos os inquéritos policiais-militares. Liquidação do terrorismo cultural. Liberdade de imprensa com volta à circulação dos jornais suspensos pela ditadura. Respeito aos direitos democráticos. Eleições diretas e livre organização partidária.* "- *Organizar e desenvolver a luta pelas reivindicações econômicas dos trabalhadores das cidades e do campo. Defender as conquistas da classe*

operária ameaçadas pela ditadura. Pugar por eleições livres nos sindicatos e pelo direito de associação dos camponeses. Organizar os trabalhadores nas empresas e nas concentrações de assalariados agrícolas. - Apoiar as reivindicações estudantis e defender a autonomia de suas organizações tradicionais." in: "União dos Brasileiros..." , p. 38.

62 Idem, p. 138

63 Idem-ibidem, p. 136.

64 "O Partido Comunista do Brasil na Luta Contra a Ditadura Militar", resolução do Comitê Central do PC do B novembro de 1967, in: Guerra Popular - Caminho da Luta Armada no Brasil. Lisboa, Maria da Fonte, 1974: 23-70.

65 Op. cit.: 39. Grifos meus - ACG

66 As referências ao PCB são ainda significativas na resolução da Conferência de julho 1966. Depois disso tornam-se episódicas. Por exemplo, o VI Congresso do PCB, realizado em setembro de 1967, receberá uma pequena nota, sob o título de "Congresso de revisionistas" no jornal "A Classe Operária" de fevereiro de 1968.

67 CARONE, 1982, vol. 3, p.79.

68 Op. cit., vol. 3, p.76.

69 idem, vol. 3, pp.79-80.

CAPÍTULO 7 - A ESTRATÉGIA DA "UNIÃO DOS PATRIOTAS"

Trataremos neste último capítulo da abordagem do PC do B sobre a questão do poder na luta contra a ditadura. Nosso objetivo é demonstrar a "união dos patriotas" consiste em uma estratégia, que retoma, em certa medida, as formulações do nacional-democratismo, anteriores ao surgimento do PC do B. Buscaremos observar as incidências práticas dessa estratégia na crise gerada no PC do B a partir da VI Conferência, além das mudanças na linha política do PC do B, posteriores à derrota do movimento de luta armada.

O "GOVERNO DEMOCRÁTICO DAS FORÇAS PATRIÓTICAS"

Na resolução da Comissão Executiva do PC do B, de agosto de 1964, é feita a seguinte menção a respeito do novo poder político que deveria emergir da vitória da frente democrática e antiimperialista: a luta nacional e democrática teria como objetivo

*"a instauração de um governo representativo dessa ampla frente única, que abarca desde os operários e os camponeses até a burguesia nacional, um governo que, por isso, será autenticamente democrático."*¹

Pode-se notar que ao "governo representativo dessa ampla frente única" é atribuída uma composição de classes idêntica a do governo popular revolucionário apresentado no Manifesto-Programa. Porém, como já foi visto no capítulo anterior, as metas políticas concretas definidas para a luta contra a ditadura têm um conteúdo flagrantemente mais moderado que os pontos definidos no programa de 1962. Observa-se, portanto, uma alteração na linha política, que vai na direção de atenuar o sentido revolucionário da proposta de poder delineada pelo partido.²

Na resolução da VI Conferência, de julho de 1966, a questão do governo que deveria substituir a ditadura militar adquire um novo sentido. No quinto ponto da plataforma da união patriótica consta o objetivo de um "governo democrático, representativo de todas as forças patrióticas", o qual é introduzido no texto da resolução da VI Conferência da seguinte forma:

*"É possível que se instaure, como resultado da vitória do movimento pela independência, o progresso e a liberdade, um governo democrático, representativo de todas as forças patrióticas...."*¹

Qual seria o caráter desse governo democrático?

*"Um governo dessa natureza teria como uma de suas principais atribuições a convocação de uma Assembléia Constituinte. Só nestas condições tal Assembléia poderia corresponder às aspirações nacionais. Dentro do sistema vigente, sob a égide dos generais reacionários, a Constituinte não passaria de uma farsa."*²

O "governo democrático, representativo de todas as forças patrióticas" é um governo **diferente** do "governo da frente única democrática e antiimperialista" apresentado na resolução de agosto de 1964. Este último pode, talvez, ser considerado como uma fórmula ampliada do governo popular revolucionário de 1962, enquanto o "governo da forças patrióticas" consiste em uma **nova fórmula** de poder político.

No que diz respeito às classes que deveriam compor esse governo democrático, é nítida a diferença em relação ao governo popular revolucionário, ou ainda, se utilizarmos a fórmula de agosto de 1964, ao governo representativo da frente única democrática e antiimperialista. Nestes últimos, a "burguesia nacional", já faz parte. Conclui-se que no "governo democrático representativo de todas as forças patrióticas" participam outros setores burgueses, além da própria "burguesia nacional". O PC do B coloca-se, assim, a perspectiva de alianças com um espectro de forças sociais e políticas mais amplo que o abarcado pelo esquema estratégico da revolução nacional e democrática, com vista à formação de um **governo democrático-burguês**.³ É por demais evidente que o proletariado não poderia ser aí a força hegemônica nesse governo. Pela própria lógica da argumentação do PC do B, a **classe hegemônica** neste governo democrático não poderia ser, senão, a "**burguesia nacional**".

Admitir a **possibilidade** do surgimento de um governo hegemônico pela "burguesia nacional" significa reconhecer que "burguesia nacional" teria a **capacidade de ação autônoma em relação à ditadura militar e ao imperialismo**, a qual poderia, em alguma circunstância, ser exercida, assumindo a liderança da luta nacional e democrática no processo de derrubada da ditadura militar. Se isso é correto então o governo democrático das forças patrióticas teria um conteúdo semelhante ao do "**governo das forças antiditatoriais**", defendido pelo PCB.

O reconhecimento da possibilidade acima, de ação autônoma por parte da "burguesia nacional", no plano doutrinário, demonstra, de modo decisivo, que o grupo dirigente do PC do B, ainda pensava a conjuntura política segundo os padrões tradicionais do nacional-democratismo. No que diz respeito a política de alianças, havia um contraste frontal com as posições dominantes entre os grupos do ciclo urbano do movimento de luta armada. No plano político, tais formulações aproximava-o das posições do PCB, mesmo que não reconhecesse isso. O ponto crucial, no entanto, se cristaliza no posicionamento sobre esse possível governo democrático.

A expectativa do PC do B em relação ao papel de um governo democrático das forças patrióticas, era de que este deveria forjar uma nova ordem constitucional através de uma Assembléia Constituinte. Mais que isso: este governo já seria por si só uma garantia de que a nova ordem constitucional correspondesse às *"aspirações nacionais"*. É lícito supor que se a proposição da "união dos patriotas" se levada até as suas últimas consequências, no caso do surgimento efetivo de um governo nacionalista burguês nos moldes pretendidos pelo PC do B, significaria o apoio do partido a tal governo.

Como já vimos, o PC do B refere-se ao governo democrático como um possível *"resultado da vitória do movimento pela independência, o progresso e a liberdade"*. Em outras palavras, há o reconhecimento de que os objetivos da "união dos patriotas" podem ser realizados, através de um governo burguês nacionalista, mesmo **antes** do triunfo total da revolução nacional e democrática. A conquista daqueles objetivos significaria, uma alteração significativa na correlação de forças na luta de classes e do poder político, em suma, a abertura de um novo cenário político nacional, antes mesmo da vitória completa da revolução nacional e democrática, da realização dos objetivos programáticos do partido.

O que está implícito nesse raciocínio é a **separação** entre o fim da ditadura e a vitória da revolução, como **dois momentos distintos**. O programa de ação da união dos patriotas adquire o sentido de uma fase preliminar, uma subdivisão da etapa nacional e democrática, como observa Nelson Levi.⁴ Ou, se preferirmos uma formulação vista no capítulo anterior, há uma separação entre a contradição *"povo"/"ditadura"* e a contradição *"maioria da nação"/"imperialismo norte-americano"*, onde admite-se que a primeira contradição pode ser resolvida **antes** da segunda.

Pode-se, dessa maneira, fazer a seguinte leitura sobre a política da "união dos patriotas": na medida em que ela estabelece um **novo objetivo de poder**, substancialmente

diferente do objetivo inscrito no **Manifesto-Programa**, corresponde ao traçado de uma **nova estratégia**. No seu programa, o PC do B estabelece como objetivo de poder o governo popular revolucionário, a ser alcançado através da guerra civil revolucionária. Dentro desse esquema estratégico a "burguesia nacional" teria um papel secundário, de força de apoio do núcleo revolucionário baseado na aliança operário-camponesa. A política da união patriótica, ao contrário, define como **objetivo** a formação de um governo burguês nacionalista que poderá ser o **apoiado** pelo partido, ou mesmo, contará com a **participação** do partido.

Embora o PC do B, recorrentemente anunciasse a expectativa de crescimento e radicalização dos movimentos das massas populares, isto não invalida a leitura de que, com a política da "união dos patriotas", está em jogo uma reformulação da estratégia partidária. Em 1966, é claramente expresso o desejo de um virtual crescimento imediato das manifestações populares urbanas contra a ditadura:

"Um poderoso movimento de massas, apoiado na unidade popular e patriótica, de imediato, tornaria mais difícil à ditadura realizar sua política entreguista e liberticida, faria aumentar as divergências no campo da reação, criaria condições favoráveis à elevação do nível das lutas. (...)"

"A ação das massas deve estender-se por todo país e abarcar as mais diversas camadas da população."5

Nas posições do PCB, baseadas na perspectiva de uma saída pacífica na luta contra a ditadura, como bem sintetiza um autor⁶, está implicada a ampliação da mobilização popular urbana, principalmente dos trabalhadores, que deveria culminar em uma greve geral nacional. Para apostar na vitória através da pressão de massas contra a ditadura, o PCB partia de duas premissas: que a ditadura tinha bases precárias de sustentação e que a "burguesia nacional" constituía uma força política autônoma e capaz de apoiar-se no movimento de massas.

Como já vimos, tais premissas estavam presentes no pensamento do grupo dirigente do PC do B. Parece plausível acreditar que a direção do partido tivesse em conta, em seus cálculos, a possibilidade de queda da ditadura através da pressão das massas populares urbanas, a **curto** ou **médio** prazos, **independentemente** de um movimento armado de envergadura nacional.

A política de alianças esboçada no documento sobre os ensinamentos do golpe, de agosto de 1964 e, posteriormente desenvolvida na VI Conferência, tinha incidências imediatas nas avaliações e posicionamentos oficiais do PC do B sobre as movimentações das diversas forças políticas na conjuntura, que indicam a procedência da hipótese acima enunciada.

Nas eleições de 1965, segundo afirmação contida em documento recente do PC do B, confirmada por depoimento de ex-militante, o partido viu positivamente, em consonância com a nova política de alianças traçada após o golpe militar, as candidaturas oposicionistas aos governos estaduais - lembremo-nos que as mais fortes e que, de fato, alcançaram a vitória, foram lançadas pelo PSD - dando-lhes apoio dentro dos limites permitidos pela situação. Na VI Conferência há uma menção indireta a esse episódio, mas que não deixa dúvidas sobre a posição do partido:

*"...o grupo governante acabou sendo combatido por importantes alas dos antigos partidos, como o PTB, PSP, PDC, PSD e o janismo. Aquelas correntes, participando das eleições diretas para a escolha de governadores, verificadas antes da vigência do ato do Governo, que estabeleceu eleições indiretas, contribuíram para derrotar os candidatos que representavam as forças do golpe do primeiro de abril."*⁷

Em 1967, a posição do PC do B é de apoio, ainda que com as ressalvas, à atuação da Frente Ampla.

*"Cresce também a oposição em setores das classes dominantes. O MDB (..) e a Frente Ampla são expressões desta oposição. A Frente Ampla é uma tentativa de unir forças para modificar o sistema ditatorial vigente em benefício de corrente políticas alijadas do Poder com o golpe militar. As principais correntes que nela se agrupam são lideradas por Carlos Lacerda, Juscelino Kubitschek e João Goulart. Hostilizados pela ditadura, estes políticos esforçam-se para levantar um movimento que, dentro da ordem atual, permita a conquista de certas franquias e lhes possibilite influir mais diretamente na vida política do país. Em especial, visam à realização de eleições diretas, uma vez que, na presente situação, nem Lacerda nem Juscelino ou Goulart tem condições de galgar os postos-de-mando da nação. O MDB e a Frente Ampla desempenham determinado papel na luta contra a ditadura. A condenação que seus líderes fazem do militarismo, do caráter discricionário do Governo e das medidas de perseguição policial; a defesa que levam a cabo das eleições diretas e do direito de organização partidária; as restrições que apresentam à política econômico financeira contribuem para isolar a ditadura. É, no entanto, um tipo de oposição inconsequente, que não objetiva a solução dos problemas brasileiros. Representa os pontos de vista de uma parte das classes dominantes, temerosas de que o agravamento da contradição entre o povo e a ditadura leve à revolução e, por isso, considera a existência de algumas liberdades e de governos demagógicos o melhor caminho para manter os privilégios destas classes e evitar a guerra popular."*⁸

Embora o partido, aqui, enfatize a limitação do oposicionismo do MDB e da Frente Ampla, é inegável a identidade das denúncias e metas políticas por eles enunciados, em particular em relação às eleições diretas, com a plataforma política da união patriótica. Ademais, os próprios limites dos interesses que o PC do B imputava ao MDB e à Frente Ampla, quais sejam, o desejo de *"algumas liberdades e de governos demagógicos"*, não significaria outra coisa

senão o fim da ditadura militar. Pode-se concluir que a proposição da “união dos patriotas” seria extensiva também ao MDB e à Frente Ampla. A despeito de não afirmar explicitamente essa possibilidade, o grupo dirigente do PC do B, em nenhum momento, pronuncia-se descartando-a.

O depoimento de um dirigente do PC do B, confirma vários pontos acima e ilustra outros:

“Em relação aos partidos burgueses, concretamente era o MDB que naquela época existia: nós tínhamos camaradas nossos que atuavam no MDB, desde o começo. Enquanto direção, nós não tivemos contatos com eles porque a clandestinidade nossa era total. Nem eles aceitavam e era muito difícil. Nós apoiamos, por exemplo, a iniciativa da formação da Frente Ampla; não podíamos participar, mas achamos que aquilo era uma posição correta. Eu me lembro muito bem disso, naquelas manifestações do movimento estudantil, numa das passeatas do Rio de Janeiro, passaram num lugar onde estava, não sei se era o Lacerda, então a passeata resolveu dar uma baita de uma vaia. Nós inclusive criticamos essa posição, nós achamos que não era correta. A Frente Ampla era uma força que se desgarrava do lado de lá e se apresentava na luta contra o regime militar, contra o governo Castelo Branco. Isso daí favorecia mais o lado cá, que o lado de lá. Mas nunca tivemos contato. No exílio, no período que o Goulart viveu lá no exílio, o Darci Ribeiro, o Brizola, esse pessoal todo a gente tinha contato, camaradas nossos que iam para o exterior levavam documentos trocavam opiniões. Em 65 nós já tínhamos contatos com eles. Em junho de 65, nós estabelecemos contatos com eles. Camaradas nossos, que viajaram para o exterior levaram o documento de agosto de 64. Esse documento foi o primeiro documento entregue inclusive ao Jango, ao Brizola, ao Darci e a outros elementos que estavam lá.”⁹

Assim, de um modo geral, nos diversos documentos oficiais do partido, há sempre um considerável espaço de enaltecimento da importância das manifestações oposicionistas liberais e burguesas, que disto a qualitativamente do posicionamento do conjunto das organizações guerrilheiras urbanas.

Outro aspecto que, embora não esteja presente de forma explícita nas considerações políticas do PC do B, por razões óbvias, mas que não se deve menosprezar, diz respeito à política externa praticada pela China Popular. Além da posição específica sobre o Brasil de defesa de uma ampla frente única antiditatorial, explicitada na imprensa oficial chinesa logo após o golpe de estado no Brasil, desde 1963 o governo chinês praticava uma política de apoio a governos anti-norte-americanos.¹⁰ Se o grupo dirigente do PC do B contava com a possibilidade do surgimento de um governo democrático nacionalista, era inevitável que, no contexto da política internacional chinesa, supusesse o provável apoio da China Popular a um governo desse tipo.

A CRISE INTERNA DO PC DO B

O período no qual foi elaborada, ou foi a público, a linha política da "união dos patriotas", as organizações do movimento de luta armada ainda estavam em processo de formação. O próprio movimento estudantil, a principal base social daquelas organizações, ainda estava iniciando a retomada de mobilizações, que somente no ano seguinte se consolidariam para, em 1968, atingir o seu pico. O novo campo de interlocução que surgia para o PC do B, até 1967, ainda tinha relativamente indefinidas as disputas entre organizações para a arregimentação de militantes em torno da perspectiva de luta armada. Esse quadro deixava o grupo dirigente do PC do B em uma situação, aparentemente, menos adversa para a formular uma linha política que expressasse de forma transparente o quadro ideológico nacional-democratista tradicional.

As dissidências sofridas pelo PCB, que tomaram formas mais orgânicas particularmente nos anos de 1966 e 1967, constituíram um movimento de questionamento e recusa das posições da cúpula partidária que reafirmava a estratégia do caminho pacífico, que acabou referendada no VI Congresso pecebista. Ocorre que, como procuramos demonstrar no quarto capítulo, esse fenômeno não se resumiu à um processo de ruptura interno ao partido, de simples confronto de facções, mas tinha bases objetivas: a radicalização política do movimento estudantil e de setores intelectuais polarizados pela esquerda marxista, sob a bandeira da luta armada.

Na medida em que o PC do B compartilhava das premissas ideológicas do PCB, e as expressava abertamente através da estratégia da "união dos patriotas", também seria atingido por esse conflito e viveria uma forte crise interna nos anos de 1966 e 1967. A nova orientação política partidária gerou divergências internas, que no processo de realização da VI Conferência desaguaram em duas cisões: o Partido Comunista Revolucionário e o Partido Comunista do Brasil (Ala Vermelha).¹¹

O ponto crucial para as duas cisões foi a necessidade dar início à luta armada **imediatamente**. Ocorre que simultaneamente a uma linha política com fortes elementos comuns com o PCB, o grupo dirigente do PC do B, aparentemente, não demonstrava um engajamento prático com o desencadeamento da luta armada. O compromisso com a luta armada parecia resumir-se ao uso recorrente de uma retórica à favor da revolução violenta. Porém, a linha política parecia indicar para outra direção. Frente à incapacidade ou impossibilidade de alterar a orientação oficial do partido - o que somente seria possível com a destituição do grupo dirigente

-, os militantes que participavam nas articulações de oposição optaram por, ou viram-se obrigados a, formar novas organizações.

Se as duas cisões do PC do B surgiram polarizadas pela disposição de iniciar as ações armadas **imediatamente**, as suas justificativas ideológicas para isso tinham particularidades próprias.

O Partido Comunista Revolucionário surge de uma cisão movida por antigos militantes das Ligas Camponesas e por ativistas do movimento estudantil universitário, principalmente em Pernambuco, mas atingindo os estados vizinhos, no início de 1966. Atuou principalmente entre trabalhadores rurais em toda a Zona da Mata, onde realizou diversas operações de sabotagem em canaviais. Do ponto de vista de suas concepções, o PCR assumia a concepção chinesa da guerra popular e do "cerco da cidade pelo campo" com a particularidade de considerar o Nordeste região prioritária para o desencadeamento da luta armada. O Nordeste representaria, assim, no cenário nacional, o "campo" e o restante do país representaria a "cidade". Provavelmente devido a essa visão regionalista, a cisão do PCR não teve repercussão mais ampla para o PC do B.

O PCR adotava, ainda, a visão etapista da revolução na qual incluía-se a defesa da necessidade de aliança com a "burguesia nacional". Contudo, no seu modelo estratégico - como as demais organizações do movimento de luta armada que ainda mantinham-se, em certa medida nos marcos da concepção nacional-democratista - reservava um papel secundário à "burguesia nacional", condicionando a frente única com esta última à

*"formação das forças armadas populares através do próprio desenvolvimento da guerra popular. Seria erro grave e ilusão de classe supor que a aliança se faça antes do início da insurreição armada, à base de conversações ou trocas de pontos de vista. Nessa questão, o fundamental é o proletariado realizar a frente única quando tiver sua próprias forças armadas, independentes e dirigidas pelo seu Partido, garantia de que a luta contra o imperialismo e o latifúndio irá até o fim, isenta de vacilações ou capitulações próprias da burguesia nacional."*¹²

No plano ideológico, portanto, as razões da ruptura com o PC do B, expressavam um ponto de vista comum ao conjunto das organizações do movimento de luta armada urbanas, a respeito da política de alianças com a burguesia. O eixo da atividade política - em uma demonstração de maior fidelidade à ortodoxia revolucionária maoísta - deveria ser a formação das forças armadas revolucionárias, o que certamente prescindia de um programa político de reformas liberal-democráticas e nacionalistas, voltado para a atração das forças burguesas antiditatoriais.

O surgimento do Partido Comunista do Brasil (Ala Vermelha), ou simplesmente Ala Vermelha (AV), teve motivação em uma recusa explícita e sistemática à política do grupo dirigente do PC do B. Seus principais articuladores foram militantes que participaram de treinamento militar na China e que, devido às suas discordâncias abertas com o Comitê Central, após a realização da VI Conferência, foram expulsos do partido¹³. A nova organização conseguiu estruturar-se em Brasília e nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Goiás, Rio Grande do Sul, Espírito Santo e Maranhão.

O documento que deu origem à cisão da Ala Vermelha intitulado "Crítica ao Oportunismo e ao Subjetivismo do Documento da "14 é datado de dezembro de 1967, e desenvolve uma crítica detalhada à resolução da VI Conferência. "Crítica ao Oportunismo..." é seguramente um texto representativo do conflito entre o ponto de vista das organizações do ciclo urbano do movimento de luta armada e as posições oficiais do PC do B. Por isso vale a pena examiná-lo em alguns pontos.

A AV reproduzia do partido matriz, assim, como o PCR, o esquema chinês da guerra popular como proposta para o desenvolvimento da luta armada. Porém, sob este aspecto, a singularidade da AV foi a de tentar conciliar, no plano teórico, os modelos estratégicos do foquismo e da guerra popular. O Foco Revolucionário é caracterizado como o "*método de eclosão da luta armada*", a partir do que seriam forjadas as forças armadas revolucionárias. Desse modo, a AV pode justificar a sua entrada imediata na luta armada.

A principal tarefa estratégica estabelecida pela nova organização, seria "*a destruição da ditadura militar neocolonialista e sua substituição por um Governo Popular Revolucionário*", cujas tarefas seriam a expropriação e estatização dos capitais e bens do neocolonialismo, da burguesia financeira, da burguesia importadora-exportadora e da burguesia integrada. Para realizar tais transformações o GPR deveria

"- Aniquilar o aparelho militar da ditadura contra-revolucionária, substituindo-o pelo Exército Popular Revolucionário.

"- Destroçar o aparelho estatal e burocrático da ditadura contra-revolucionária, substituindo-o pelo aparelho de Estado das forças revolucionárias."

Em função dessas tarefas a cumprir o Governo Popular Revolucionário é considerado como um "*governo de transição para a ditadura do proletariado e para a etapa socialista*".¹⁵

Percebe-se, nos trechos, acima uma revalorização das teses básicas do Manifesto-Programa de 1962 do PC do B, como tarefas na ordem-do-dia. Tal imediatez das tarefas revolucionárias, para a AV, ancora-se na análise sobre a natureza da ditadura militar. Esta consistiria na *"contra-revolução armada no poder sob a forma de ditadura neocolonialista"*, cujo principal instrumento de dominação seria *"o exército burguês transformado em força de ocupação interna"* do país.¹⁶

A ditadura militar no Brasil corresponderia, assim, às exigências de subordinação econômica e, por consequência, de subordinação política e militar, do estágio do processo de integração econômica levado a efeito pelo imperialismo norte-americano, a nível mundial, ao mesmo tempo em que teria também o sentido preventivo frente à adoção crescente da guerra popular pelos movimentos de liberação nacional e ao avanço mundial do socialismo. Por outro lado, a contra-revolução armada no poder atenderia aos interesses do seu *"suporte social interno"*: os latifundiários, a burguesia financeira, a burguesia importadora-exportadora e a burguesia integrada¹⁷, as quais, à medida que se sintam ameaçadas pela revolução *"tendem a se amalgamar em torno da ditadura"*¹⁸

À "burguesia nacional" - denominada burguesia não-integrada -, a despeito de ser considerada como uma classe revolucionária, que poderia *"em alguns momentos favorecer o processo revolucionário"*, é reservado um papel de coadjuvante secundário no cenário estratégico pretendido, uma vez que estaria *"sempre pronta para trair quantas vezes seus interesses o necessitem"*¹⁹ Não haveria, desse modo, segundo as formulações da AV, qualquer possibilidade de surgimento de um governo democrático do tipo admitido pelo PC do B.

É sob esse prisma que a AV critica a resolução da VI Conferência. A análise sobre a ditadura militar tomaria, naquele documento, equivocadamente *"por contradições que tendem ao antagonismo, simples contradições que se resolvem nos marcos do regime"* visando *"demonstrar que o governo está isolado"*²⁰; segundo a AV, a crença do grupo dirigente do PC do B seria de que a ditadura não disporia de um base social consistente, sendo sustentada *"externamente pelo imperialismo e internamente por alguns 'generais e políticos ultrareacionários'."*²¹ Haveria, por parte dos dirigentes pcedobista, em razão dessa análise, a ênfase na contradição entre o povo e governo, cuja solução seria alcançada através da vitória da "união dos patriotas". Esta, por sua vez é considerada pela AV, como uma frente única, que pelos seus objetivos, representaria fundamentalmente as aspirações da "burguesia nacional" e não das forças revolucionárias.²²

*"...o «governo democrático» que seria constituído após a queda da ditadura (...) seria um governo da burguesia. E a «Assembleia Constituinte, livremente eleita» iria legislar mais uma vez no sentido de consolidar a ditadura de classe da burguesia. A tática de «união dos patriotas», se fosse possível concretizar seus objetivos, levaria tão somente a substituir a ditadura do neocolonialismo pela ditadura da burguesia."*²³

Esta crítica às proposições do PC do B era subscrita pelo conjunto das organizações da guerrilha urbana. Devido à sua ideologia e linha políticas oficiais, o PC do B era encarado, por aquelas organizações, como um irmão siamês do PCB.²⁴

Um exemplo disso, são as posições do PCBR expressas em um documento de agosto de 1968 publicado no "Jornal do Brasil"²⁵.

"Os dirigentes do PC do B justificam-se ainda com a argumentação de que o governo de todas as forças patrióticas é uma reivindicação da frente única e que a plataforma de unidade deve conter palavras de ordem comuns as diferentes forças que a integram. Precisamente nisto reside o oportunismo: no abandono da bandeira das forças populares para aceitar a bandeira da oposição burguesa. O governo de todas as forças patrióticas do PC do B não distingue em nada do governo da frente ampla proposto por Lacerda e Juscelino e do governo de todas as forças antiditatoriais postulado pelo partido prestista. Não sendo um poder revolucionário, só poderá estar sob hegemonia de setores das classes dominantes, cujo objetivo é revestir com uma fachada liberal o domínio do imperialismo, do latifúndio e da grande burguesia."

"Levando às últimas consequências essa política, os dirigentes do PC do B aderem abertamente à Frente Ampla da oposição latifundiário-burguesa (...) propõem ações comuns com todas as forças e elementos antiditatoriais, ou seja, com o MDB e a Frente Ampla, posição que se identifica integralmente com a tática oportunista do partido de Prestes..."

*"Na realidade, o PC do B já existe há seis anos e não se conhece, em sua ação prática, nada que o distinga fundamentalmente do partido reformista e burocrático de Prestes"*²⁶

Tais acusações evidentemente repercutiam junto a base social do movimento de luta armada que compunha o campo de interlocução do PC do B, de que modo que incidiam como pressões sobre o grupo dirigente para comprovar o seu compromisso do partido com a luta armada. Como nenhuma "prova" pudesse ser apresentada publicamente, por motivos óbvios, os dirigentes do PC do B teriam que argumentar para convencer os ativistas de seu campo de interlocução de que a política da "união dos patriotas" não era contraditória com a estratégia revolucionária da guerra popular. Isso coloca, evidentemente, o grupo dirigente do PC do B em uma posição defensiva no plano ideológico.

A DEFENSIVA IDEOLÓGICA DO PC DO B

Seria absoluta incoerência se o partido se pronunciasse pela continuidade da luta armada após a convocação, pelo "governo democrático das forças patrióticas" de uma Assembléia Constituinte, à qual ele próprio defendera e que poderia, segundo suas palavras expressar as *"aspirações nacionais"*. Mesmo na hipótese de não apoiar o governo nacionalista democrático, o caminho lógico, pelo comprometimento com objetivos de uma política liberal-democrática, explicitado na plataforma da "união dos patriotas", deveria ser o de participação no processo de elaboração da nova ordem constitucional. O que não poderia acontecer senão através de formas legais de atuação dentro dos limites institucionais democrático-burgueses estabelecidos pelo novo governo e o afastamento de ações armadas imediatas.

Porém, há um esforço permanente nos documentos oficiais do PC do B, para evitar que conclusões como essas sejam tiradas. Na resolução do Comitê Central do partido de novembro de 1967, é desenvolvida uma argumentação em defesa da política "união dos patriotas", que expressa de forma exemplar as evasivas e contradições sobre a questão do apoio ao governo democrático.

"A plataforma apresentada na VI Conferência não substitui o Programa do Partido. É parte de uma política de frente-única que leva em consideração a situação atual do país. As questões levantadas na plataforma não são um objetivo em si." (...)

"Um plataforma de frente-única deve registrar não as reivindicações que são próprias de um único partido, mas as que são comuns às diferentes forças que a integram. Por esta razão, a plataforma apresenta como um dos anseios de progresso e renovação do povo um 'governo democrático representativo das forças patrióticas'. Mas este governo não é um objetivo intermediário, como não o é a plataforma em seu conjunto. É uma proposição de unidade para a luta comum das forças patrióticas e democráticas. No transcurso da prolongada luta pela derrubada dos governantes reacionários, as massas evoluirão e outros, logicamente, serão seus anseios em relação ao poder. As grandes massas das cidades e do campo poderão avançar até as posições do Partido, que manterá sua independência e não abandonará seu trabalho de agitação e propaganda. Em tais circunstâncias, o governo a ser instalado será popular revolucionário. Pode ocorrer, no entanto, que se crie uma situação, no curso da luta, que determine a instauração de um governo do tipo mencionado na plataforma. Neste caso, o Partido continuaria sem vacilações a luta por um governo popular revolucionário (...)."27

O governo democrático e as tarefas políticas que deveria cumprir não são objetivos em si ou objetivos intermediários, afirma o grupo dirigente do PC do B. Poderia, mesmo, acontecer que tais metas fossem superadas antes de se efetivarem, devido à evolução da consciência política das massas. Porém, se chegassem a se realizar o partido continuaria a lutar pelos seus objetivos estratégicos. De que forma o PC do B *"continuará sem vacilações a luta por um governo popular revolucionário"*, caso surgisse o governo democrático? Dando continuidade à luta armada, o que significaria evidentemente a oposição armada ao novo regime político e à nova ordem constitucional? Neste ponto o texto é evasivo. Não se pronuncia pela possibilidade de apoio explícito a um governo democrático, nem pela oposição.

Deixar explícito e formalizado a possibilidade de apoio ao novo governo seria igualar de modo cabal, a "tática" da "união dos patriotas" à tática do PCB, e abrir mais ainda o flanco às críticas das organizações urbanas do movimento de luta armada. Por outro lado, o grupo dirigente do PC do B estaria cometendo um absurdo contra-senso, se se compromettesse de antemão com a oposição ao um governo que deveria ter, segundo suas análises de conjuntura e pressupostos ideológicos nacional-democratistas, um papel positivo na luta contra a ditadura e o imperialismo. Desse modo, a argumentação enreda-se em uma malha de contradições e inconsistências. Afinal, como é possível afirmar que o governo democrático é uma proposição de unidade, um objetivo para a luta comum com as forças patrióticas e democráticas, ao mesmo tempo em que se afirma que não se pretende necessariamente atingir esse objetivo?

Para o grupo dirigente do PC do B, admitir o raciocínio de uma nova estratégia de modo coerente até as suas últimas consequências, significaria, seria o mesmo que admitir a identidade com a política do PCB. Assim, sua argumentação é carregada de evasivas e contradições, no intuito de conciliar os argumentos de defesa da estratégia da "união dos patriotas" com os argumentos que fundamentam a proposta da luta armada, na forma de guerra popular. Neste sentido, um dos principais modos para buscar conciliar estes dois elementos no discurso oficial do partido, será a jogar com a noção de tática, para legitimar a formulação de uma nova linha estratégica.

Na já citada resolução do Comitê Central do partido de novembro de 1967, **O Partido Comunista do Brasil na Luta Contra a Ditadura Militar**, há uma definição da noção de tática:

"Entre a fixação dos fins programáticos e a conquista desses fins há todo um caminho a percorrer que exige uma orientação em concordância com a realidade política existente. É o que Lenin chamava procurar as formas de passar à revolução ou de abordá-la. Sem palavras-de-ordem que traduzam corretamente

os anseios das grandes massas, e que aflorem com vigor no próprio curso dos acontecimentos, é impossível fazer avançar o processo revolucionário e ganhar a maioria do povo para os objetivos programáticos do Partido." (...)28

O primeiro ponto a se destacar no trecho acima é o da não coincidência entre as tarefas políticas estabelecidas no programa partidário, os fins programáticos e as possibilidades da *"realidade política existente"*, após o golpe militar. Os objetivos contidos no **Manifesto-Programa**, como já tivemos oportunidade de ver, **antes** do golpe de 1964, são propostos como tarefas daquela conjuntura pelo partido, sem a necessidade de formas intermediárias de "abordar" a revolução. O documento programático de 1962 era concebido como uma abordagem da revolução adequada às condições da luta de classes no período do governo Goulart. O grupo dirigente do PC do B, afirma a necessidade de elaborar uma *"orientação em concordância realidade política existente"*, sob o argumento de que os objetivos estratégicos somente serão atingidos após *"todo um caminho a percorrer"*. Na forma em que são apresentados no programa partidário, as tarefas estratégicas não traduziriam, na conjuntura do pós-golpe, os anseios das massas.

A tática teria o papel de realizar a mediação entre os objetivos estratégicos e a situação política concreta, indicar qual o caminho a percorrer até àqueles. Contudo, pela definição acima ela não estaria vinculada à **realização de objetivos e metas fixas** para cumprir esse papel. Sem critérios de objetividade a tática passa então ao terreno do arbitrário, tornando prerrogativa do partido - melhor dizendo de sua direção - a definição e redefinição de metas táticas. É com base nesta concepção de tática que, como vimos, o grupo dirigente do PC do B formula posições evasivas à respeito da política da "união dos patriotas" e do governo democrático das forças patrióticas...

"Como se trata de uma linha tática, o Partido mantém toda a liberdade de ação. Se no curso do movimento contra a ditadura, surgirem condições para instaurar logo governo popular revolucionário, sob hegemonia do proletariado, é óbvio que se deixará de lado a possibilidade do outro governo patriótico, progressista e democrático (...). Afirma-se na Resolução (da VI Conferência) que este último é possível, mas não se diz que é obrigatório. É uma bandeira que facilita a unidade de ação contra a ditadura."29

A proposição de um governo democrático, originado da "união dos patriotas" é, assim, justificada pelo PC do B, como uma fórmula relativa ao plano da **tática**, e não da **estratégia**.

No entanto, se, pela definição apresentada mais acima, a tática deveria configurar uma orientação política em concordância com a realidade política existente - que neste caso seria o Brasil sob a ditadura militar - e, se nessa realidade política o chamado princípio estratégico de

"concentrar esforços contra o inimigo principal, contra ele mobilizar o máximo de aliados" é o elemento em atenção ao qual se estabelecem as *"palavras-de-ordem que traduzam corretamente os anseios das grandes massas, e que aflorem com vigor no próprio curso dos acontecimentos"*, isto é, o programa da "união dos patriotas", há, aqui, uma visível confusão entre as definições de tática e de estratégica. É confusão resulta de que o PC do B, de fato **fixa** um objetivo estratégico, embora não assuma esta fixação de uma meta estratégica explícita e formalmente, para a elaboração de uma orientação política que pretensamente é definida como tática e que como tal não corresponderia a objetivos fixos... A unidade de ação contra a ditadura era requerida segundo o argumento do PC do B, pelo chamado *"princípio estratégico fundamental"* acima. Deste ponto de vista, o governo democrático e patriótico, que deveria surgir como desenlace da política da "união dos patriotas", configuraria um objetivo **obrigatório** e não meramente uma *"possibilidade tática"*³⁰ como argumenta o texto acima.

A noção de tática aparece, também, na resolução do Comitê Central do partido de janeiro de 1969, "Guerra Popular - Caminho da Luta Armada no Brasil", onde, como já vimos no terceiro capítulo, é apresentada de forma sistemática a perspectiva da luta armada. Nesse documento a relação entre a tática e a estratégia partidárias é assim fixada:

*"A essência da estratégia da Partido definida em seu Manifesto-Programa, é a conquista de um governo popular revolucionário através da luta armada, da guerra popular. A este objetivo subordina-se a tática do partido expressa na política de união dos patriotas, concentração dos ataques no imperialismo ianque e na ditadura militar, ações de massas cada vez maiores nas cidades e o campo, primazia para o trabalho no interior e utilização de todas as formas de luta, preparação e desencadeamento da luta armada, que é a essência desta tática."*³¹

Ao mesmo tempo em que é marcada a distinção entre a estratégia e a "tática" do partido, pode-se perceber que a "tática" não é definida pela política da "união dos patriotas". Observe-se que no texto, não há referência explícita ao "governo democrático", mas apenas à "união dos patriotas", ao mesmo em que é enfatizado o governo popular revolucionário enquanto objetivo estratégico. Sobressai a afirmação de que a *"preparação e o desencadeamento da luta armada"* seriam a **essência** da "tática" de 1966. Há uma diluição da distinção entre a tática e a estratégia partidária, uma vez que ambas são definidas pela sua relação com a luta armada, diferenciando-se apenas como fases da operacionalização desta última: a tática corresponde ao estágio inicial de preparação e desencadeamento da luta armada e a estratégia, ao estágio mais avançado, de guerra popular. Entende-se, por consequência, que a proposição de um governo democrático e à própria "união dos patriotas" constariam como um aspecto secundário e subordinado na tática, em relação preparação e desencadeamento luta armada.

É importante notar que essa fórmula da luta armada como **essência** da "tática" não está presente no texto da resolução da VI Conferência. Como vimos no capítulo anterior, a formulação no documento de de junho de 1966 é de que a preparação da luta armada é uma tarefa **simultânea**³² à luta pela "união dos patriotas". Esta nova maneira de tratar a questão da preparação luta armada, expressa já uma situação, em que foi redigido o documento, na qual o foco guerrilheiro do Araguaia se encontrava em estágio irreversível de preparação.

Em resumo, pode-se concluir que a idéia de que o programa da "união dos patriotas" consistia em uma tática e não em uma perspectiva estratégica, não tem sustentação dentro das próprias concepções do PC do B, particularmente pela falta de consistência da noção de "tática".

A idéia de "tática" tem, na verdade, apenas uma função: tentar dar uma imagem de coerência à formulação da política partidária pelo grupo dirigente do PC do B, buscando elidir o que Jacob Gorender chamou de **dualismo tático-estratégico**³³, marca característica da política inaugurada na VI Conferência do PC do B. Porém, ao contrário deste autor, pode-se afirmar, também, que tal dualismo não foi superado em 1969, a partir do envolvimento prioritário do PC do B com movimento guerrilheiro do Araguaia.

DUALISMO ESTRATÉGICO E ESTRATÉGIA LATENTE

A despeito do PC do B ter privilegiado a luta armada e nela concentrado o grosso de suas energias, particularmente após a edição do AI-5, e a subsequente redução drástica das liberdades democráticas, em momento algum há, nos documentos partidários oficiais, uma revisão da política da "união dos patriotas". Nem mesmo no período de confrontação armada. Há, sim, permanentes flutuações e ambivalências em relação à linha estratégica. No documento sobre a guerra popular de 1969, por exemplo não há uma autocrítica ou reformulação da política da "união dos patriotas", mas apenas uma mudança de ênfase para a luta armada e o objetivo estratégico, sintetizado no governo popular revolucionário.

Se observarmos os documentos partidários entre os anos de 1969 e 1972, nos depararemos com temáticas relativas às duas linhas estratégicas. De um lado, através da reprodução de elementos do programa da "união dos patriotas", da ênfase na luta pela reconquista

das liberdades democráticas e pela formação de uma ampla frente única anti-ditatorial. Um exemplo disso, é uma resolução do Comitê Central do partido, de dezembro de 1969³⁴:

"A derrubada da ditadura constitui aspiração nacional. (...) Para atingir esse objetivo, tem particular importância a formulação de palavras-de-ordem que sirvam para organizar amplos setores da população e unir diferentes correntes políticas democráticas e patrióticas. Atualmente, são anseios comuns dos brasileiros, entre outros, a revogação do Ato Institucional nº 5, a abolição da Carta fascista outorgada pela Junta Militar e a elaboração pelo povo de uma Constituição democrática; anulação de todos os atos de perseguição política, a libertação de todos os presos políticos e a plena vigência das franquias democráticas; uma política externa independente e combate à espoliação do país pelos trustes norte-americanos; a reforma agrária e proteção aos trabalhadores do campo; a restauração das conquistas da classe operária, direito de greve e liquidação do arrocho salarial; gratuidade do ensino e autonomia universitária."
35

Paralelamente, encontraremos frequentes anúncios da necessidade ou proximidade da guerra popular e referências ao governo popular revolucionário, como objetivo a ser alcançado na luta pelo fim da ditadura militar. Nessa perspectiva, em um texto de 1970, o PC do B afirma que as forças patriotas e democráticas deveriam³⁶

"recorrer a todas as formas de luta e trabalhar intensamente para preparar e desencadear a guerra popular, a fim de destruir a ditadura e conquistar um governo popular-revolucionário."

Referências às duas linhas estratégicas estão presentes, pois, simultaneamente, nos textos partidários oficiais, durante todo o período em que o regime militar assumiu, de modo mais ostensivo, as características de um Estado de Exceção e no qual o PC do B concentrou energias na ação guerrilheira do Araguaia.

Qual a natureza desse dualismo na linha política pecedobista? Analisemos, cada um dos pólos que o compõem, começando pela política da "união dos patriotas".

É indubitável que os elementos constitutivos do nacional-democratismo que predominaram na ideologia dos comunistas nos momentos de integração do PCB no jogo político populista, são os eixos organizadores do esquema estratégico esboçado com a política da "união dos patriotas": a valorização da luta pelo restabelecimento das liberdades políticas e instituições democrático-burguesas e a valorização da noção de "burguesia nacional".

As premissas do raciocínio do grupo dirigente do PC do B, para a formulação da linha estratégica da união patriótica, iam em dois sentidos. Primeiro, a suposição de que a ditadura militar manifestava uma situação limite da dominação imperialista e latifundiária no

Brasil, de crise política desta última. O imperialismo norte-americano vira-se obrigado a patrocinar a intervenção militar das forças armadas no país, mas não podia nem pretendia debelar as causas da crise. Em função desse quadro, avaliava-se que não haveria disposição por parte do regime em efetuar quaisquer concessões ou reformas, por mínimas que fossem. Desse modo, podia-se prever a impossibilidade da ditadura em arregimentar uma base social e política para a sua sustentação.

Esta premissa, como já vimos, era compartilhada por todas as organizações comunistas, incluindo o PCB e os grupos guerrilheiros urbanos, com as devidas diferenças de análise, particulares a cada uma delas, pois indicava a iminência da revolução no país.

Em segundo lugar, a "burguesia nacional" era concebida como fração de classe autônoma, na qual se deveria depositar a expectativa de que participasse de um amplo movimento de luta contra a ditadura, que agregaria também outros setores oposicionistas das classes dominantes. Poder-se-ia até mesmo apostar na possibilidade de que a "burguesia nacional" viesse, em determinadas circunstâncias, a encabeçar um governo democrático, que se apresentava como a virtual alternativa de poder ao regime militar. Esta premissa chocava-se com as posições das organizações urbanas do movimento de luta armada.

Havia certas condições que reforçavam, em certo sentido, a adoção, pelo grupo dirigente do PC do B, de tais premissas ideológicas e a retomada dos elementos ideológicos do nacional-democratismo.

O golpe de Estado contra o governo Goulart, em si mesmo, obrigou o partido a uma autocrítica sobre o seu comportamento sectário, antes de abril de 1964 - que foi reforçada pelas posições oficiais do PC Chinês -, desdobrando-se em uma análise que indicava a ampliação do chamado campo das forças políticas democráticas e antiimperialistas, com a inclusão de setores das classes dominantes, que antes não estariam alinhados no mesmo. Este novo desenho para a política de alianças sugeria a inaplicabilidade imediata dos objetivos programáticos ou estratégicos definidos em 1962.

O movimento oposicionista burguês ao regime militar, que surge algum tempo após o golpe e que toma vulto principalmente entre 1967 e 1968, onde se sobressaem ex-golpistas como Carlos Lacerda, é interpretado pelos dirigentes do PC do B, de um lado, como confirmação do inevitável isolamento e perda de sustentação política da ditadura e, de outro, como manifestação de um oposicionismo que poderia constituir uma alternativa política nacionalista e democrática ao regime ditatorial. Ademais, o fato de que a configuração de

características ostensivamente repressivas e anti-democráticas do regime militar, condicionado por uma série de fatores políticos, tenha se arrastado por cerca de quatro anos, deixando, nesse período, uma relativa margem de liberdades e espaços legais de atuação, incluindo o processo de disputas eleitorais, seguramente, reforçou a temática da valorização das instituições democrático-burguesas presente nos posicionamentos do PC do B.

Esta valorização fundamentava a crença do grupo dirigente pecedobista na possibilidade de utilização dos espaços políticos semi-legais, de concertar acordos as lideranças da oposição. A estratégia da “união dos patriotas” representou, assim, um conjunto de modificações e adaptações pragmáticas para a atuação partidária - calcadas na ideologia do nacional-democratismo do grupo dirigente partidário -, que valorizavam a ação do partido no plano das alianças “por cima”, para os acordos com a oposição burguesa liberal ou nacionalista. Tendo em vista o surgimento de um virtual governo democrático, baseados nestes segmentos, o partido definia um programa de ação comum, considerado por ele como aceitável, aos pretendidos aliados.

Esta seria a lógica de ação política subjacente à estratégia da “união dos patriotas”.

Simultaneamente, mantinha-se o esquema estratégico desenhado no Manifesto-Programa, de 1962, articulando-o a um modelo revolucionário específico, o da guerra popular, de inspiração maoísta. O esquema estratégico da guerra popular retomava o terceiro elemento constitutivo do nacional-democratismo, o princípio da violência revolucionária, cuja lógica de ação política era conflitiva com os elementos constitutivos do nacional-democratismo que embasavam a estratégia da “união dos patriotas”.

Na conjuntura do pós-golpe, a estratégia da guerra popular oferecia a justificativa para a adoção da luta armada imediata, ainda que com certas diferenças da estratégia foquista. O ponto essencial que essas duas visões compartilhavam, era a tese, de cunho espontaneísta, segundo a qual um pequeno grupo de militantes bem treinados militarmente, poderia iniciar uma ação guerrilheira que daria origem a uma guerra civil prolongada.

Deste modo, conjugavam-se lado a lado, um programa de ação comum com as oposições burguesas e liberal-democráticas, centrado na luta pelo restabelecimento de um regime democrático-constitucional e em reformas nacionalistas; e a proposição de luta armada, que deveria desembocar em uma guerra popular, cujo objetivo seria o governo popular revolucionário. A despeito dessa relação contraditória, ambas as linhas estratégicas enunciadas careciam de uma correspondência efetiva com as possibilidades da luta de classes no período em

questão, na medida em que projetavam expectativas irrealistas para a atuação do partido na conjuntura. Mas o principal equívoco do PC do B era o de querer conjugá-las.

A oposição das classes dominantes ao regime militar entre 1964 e 1968, baseava-se em um movimento oposicionista eminentemente liberal, com proeminência das classes médias tradicionais e da média burguesia tradicional³⁷, cujo objetivo e alcance se limitava à uma perspectiva de "redemocratização de elite"³⁸ do Estado, isto é, de reformas democratizantes, sem a intenção, sequer, de retornar às formas políticas do populismo. Era uma oposição, portanto, que não poderia e não tinha a perspectiva de recorrer à mobilização popular como apoio aos seus interesses, e, menos ainda, de defendê-los através de movimentos de luta armada de quaisquer natureza. Se este movimento criava formas extraparlamentares de atuação, cujo exemplo mais significativo foi a Frente Ampla, tais iniciativas tinham objetivo de pressionar o governo.

Em função dessas e de outras limitações, a oposição liberal era impotente face ao processo de militarização do Estado. Eram tais segmentos oposicionistas juntamente com o que restara das lideranças burguesas do movimento nacionalista dos anos anteriores, igualmente impotente e desarticulado, que formavam *"as diversas correntes e elementos dispostos a contribuir para a derrota dos exploradores estadunidenses"* segundo a visão do PC do B. Para eles era dirigida a proposta da "união dos patriotas".

Já a estratégia da guerra popular somente ganhava repercussão na medida em que correspondia ao processo de radicalização político de segmentos e categorias sociais de classe, que constituíram a principal base social das organizações guerrilheiras.

Essa repercussão possuía, no entanto, alcance bem curto, pois o que caracterizava ideológica e politicamente aquela base social era exatamente a recusa à alianças com os segmentos oposicionistas burgueses e de políticos populistas tradicionais. A luta armada era a tarefa essencial, inadiável e exclusiva. Essa concepção como vimos no quinto capítulo tinha como consequência última, a estruturação dos grupos políticos do movimento de luta armada, que entraram em ação entre os anos de 1967 a 1968, em organizações militaristas e a sua dissolução como organismo político ou subordinação, cada vez maior, das ações políticas às ações militares - que resultava na própria erosão das bases de sustentação da luta armada.

Existia uma distância intransponível entre o movimento oposicionista das classes dominantes e o movimento de luta armada. Enquanto movimento político e ideológico, cujas bases sociais restringiam-se ao segmentos radicalizados do movimento estudantil e

intelectualidade, o movimento de luta armada exprimia o desprezo pelas alianças com os segmentos pretensamente progressistas das classes dominantes e pelas formas tradicionais de atuação política, dentro das instituições democráticas. Havia uma incompatibilidade de fundo entre os objetivos revolucionários dos grupos do movimento de luta armada e as metas reformadoras das oposições burguesas e liberal-democráticas.

A proposta do PC do B, de levar adiante a luta armada imediata através de uma política de alianças com as oposições burguesas, por conseguinte, não tinha a mínima consistência em relação ao processo real da luta de classes.

Para que a linha estratégica da "união dos patriotas" pudesse se tornar orientação predominante no partido, seria necessária a formação de uma base social que constituísse um campo de interlocução alternativo para o partido. Todavia, essa possibilidade estava fora de questão. O aprofundamento da militarização do Estado e o consequente desmantelamento e imobilização das oposições burguesas e populares deram a tônica na dinâmica da luta de classes na segunda metade dos anos 60. Era absolutamente inviável o surgimento de uma base de massas oposicionista à ditadura, politicamente ativa, sob a influência daqueles segmentos burgueses, através da qual o partido pudesse constituir um campo de interlocução alternativo, de expressão significativa na cena política, aos segmentos sociais que sustentavam o movimento de luta armada.

Em função de contar, como campo de interlocução, isto é, como base social para seu crescimento organizacional e político imediato, com o mesma faixa de ativistas políticos que as demais organizações do movimento de luta armada, o PC do B estava, no plano de sua ação política, sujeito diretamente às pressões ideológicas de tal campo de interlocução, no sentido de adesão à luta armada.

A manifestação de um dualismo estratégico da linha política do PC do B, foi seguramente um dos resultados da pressão do campo de interlocução desse partidário. Além disso, contrariando o julgamento que dele era feito, pelo conjunto das organizações armadas urbanas, de fato, a partir da Conferência partidária de 1966, deu início à preparação do seu envolvimento com a luta armada, que anos depois resultaria no guerrilha do Araguaia. Outro dado, no mesmo sentido, é a posição do PC do B sobre as eleições de outubro de 1966. Poucos meses após a realização da VI Conferência, o partido adotou o voto nulo, seguindo a tendência predominante junto aos segmentos oposicionistas de esquerda, particularmente do movimento estudantil universitário, já hegemonizado pelos agrupamentos de esquerda.

A forma de absorção dessas pressões e de envolvimento com a luta armada, entretanto, foram condicionadas pela política da "união dos patriotas". Havia, neste sentido, aspectos práticos concretos que sintetizavam a divergência, de fundo ideológico, entre o PC do B e as demais organizações do movimento de luta armada.

Como foi dito anteriormente, a estratégia da "união dos patriotas" valorizava a ação do partido no plano das alianças "por cima", para os acordos de cúpula com a oposição burguesa liberal ou nacionalista. Isto significa que o grupo dirigente do PC do B apostava na existência de um espaço de atuação política, através da articulação de alianças e acordos com aqueles segmentos oposicionistas e do uso dos espaços legais e institucionais existentes, com vistas ao surgimento de um possível governo democrático. Em resumo, a estratégia da "união dos patriotas" vislumbrava tarefas políticas que transcendiam, ou mesmo, desaconselhavam a imersão direta na luta armada imediata, tal como esta se colocava, pelas pressões para a guerrilha urbana.

O modelo revolucionário chinês - incorporado, assinala-se, através de uma leitura seletiva, operada pela ideologia nacional-democratista do grupo dirigente do PC do B - possibilitou a legitimação doutrinária para estas opções, sintetizada na fórmula "*a política comanda o fuzil*", oferecendo argumentos que amenizavam as contradições entre a linha estratégica da união patriótica e a opção pela luta armada. A eficácia dessa legitimação permitiu ao grupo dirigente do PC do B, a incorporação da AP, sem colocar em risco sua posição hegemônica no partido.

Diríamos, dessa maneira, que a estratégia da união patriótica permaneceu, da segunda metade dos anos 60, até meados dos anos 70, em um estado de **estratégia latente**. Enquanto tal, manifestou-se, em certas atitudes e práticas partidárias e em certas avaliações e orientações nos documentos oficiais do partido, que expressavam fundamentalmente a posição do grupo dirigente.

Do ponto de vista prático, a estratégia latente plasmou na postura de não-dissolução do partido enquanto um **organismo político** e a **subordinação** do início da luta armada aos resultados da disputa política entre as classes, o que, nas circunstâncias, equivalia ao adiamento da entrada na luta armada. Em outro nível, a manifestação da estratégia da "união dos patriotas" como orientação presente no partido, aparece nas tensões, resistências e conflitos em torno dela ocasionados, que teve na crise interna de 1966/67 o seu ponto mais forte.

MUDANÇAS NA LINHA POLÍTICA APÓS O ARAGUAIA

Após 1968, com o exacerbação das características repressivas e anti-democráticas do regime militar, as expectativas do grupo dirigente do PC do B, a respeito das possibilidades das oposições burguesas, momentaneamente se desfizeram. Restou apenas a ação armada, como única forma de ação capaz de projetar o partido na cena política, da mesma maneira com que se destacavam as organizações armadas em atividade, até 1970 e 71.

A crença no isolamento político e fraqueza da ditadura militar, em especial durante o governo Médici, serviu como um elemento ideológico de suporte para a decisão de desencadear o movimento armado do Araguaia³⁹. Ainda que persista o dualismo estratégico nas formulações desses anos, a palavra de ordem relativa ao governo democrático é elidida. A estratégia da "União dos Patriotas" estará presente nos documentos partidários, como já indicamos, através das reivindicações programa da frente única contra a ditadura.

Em 1974, quando da posse do general Geisel na Presidência, a guerrilha do Araguaia, última expressão significativa do movimento de luta armada, surgido sete anos antes, já fora dizimada. O novo governo, em função de uma série de fatores, dá início ao processo de auto reforma da ditadura militar, através do projeto de distensão. A questão democrática polariza cada vez mais as oposições ao regime militar como principal móvel da luta anti-ditatorial.

O PC do B acompanha essa tendência geral do processo político em curso. Em janeiro de 1975, em um manifesto público⁴⁰, são retomados os pontos referentes à redemocratização do país presentes no programa da "união dos patriotas".

*"Os comunistas - que lutam por um governo popular revolucionário, que sempre se bateram por uma reforma agrária radical e pela expulsão dos colonizadores ianques - estão dispostos, na atual situação, sem abdicar de seu programa, à unir seus esforços aos de todos os patriotas e democratas para por fim à ditadura entreguista e sanguinária. Acham-se convencidos de que a conquista de objetivos tais como uma CONSTITUINTE LIVREMENTE ELEITA, a REVOGAÇÃO DE TODOS OS ATOS E LEIS DE EXCEÇÃO e a ANISTIA GERAL, exigem a aliança de todas as forças sinceramente desejosas de ver o Brasil no caminho da democracia, da verdadeira independência nacional, do progresso e do bem estar de seus filhos. Os comunistas subordinam as demais tarefas à consecução destes objetivos imediatos."*⁴¹

Como pode se ver, o dualismo estratégico reproduz-se no manifesto de 1975. "Constituinte livremente eleita", concebida como principal tarefa do "governo democrático das forças patrióticas" na VI Conferência, e "governo popular revolucionário", figuram lado a lado no trecho citado.

Todavia, na nova situação política esse dualismo é meramente formal, pois a proposta de luta armada esvaziou-se de qualquer conteúdo prático e sua base social deixou de existir.

Assim, face à derrota do Araguaia e ao novo curso do movimento oposicionista ao regime militar, o PC do B reelaborará a estratégia de 1966, adequando-a à nova situação política. A reformulação da estratégia da "união dos patriotas" consistirá, assim, em atenuar os aspectos nacionalistas, que já não polarizam a luta política na segunda metade dos anos 70, dando destaque quase que exclusivo às reivindicações dirigidas para a redemocratização do país.

Posteriormente, o partido formalizará, de novo, sua aposta em um governo democrático. Na resolução da VII Conferência partidária, realizada em 1978, no item sobre a "orientação tática do partido no país", destaca-se o seguinte ponto:

*"Defender firmemente as três palavras-de-ordem: abolição total e imediata de todos os atos e leis arbitrários; anistia geral e irrestrita; e convocação, por um governo democrático provisório, de uma Constituinte livremente eleita."*⁴²

Em 1980, o Comitê Central do partido lança um documento no qual é apresentada uma nova denominação para o governo democrático, "Governo Democrático e de Unidade Popular", que seria consagrada, posteriormente, no Congresso partidário de 1983.

"Na luta contra o regime militar, implicitamente está colocada a questão do poder, de um novo governo. Três tipos de governo poderiam surgir no desfecho dessa luta: um governo constituído unicamente por setores oposicionistas das classes dominantes; um governo exclusivamente do proletariado e das massas populares; e um governo da frente-única daqueles setores e das forças populares. O primeiro tipo não convém ao proletariado e às massas populares, que são os elementos decisivos na luta contra o regime. Seria entregar aos conservadores e aos partidos da burguesia o comando político do país, que o encaminharia, como a experiência tem mostrado, para a exclusiva defesa de seus interesses e para a contenção do movimento de massas. O segundo tipo não corresponde ao caráter da atual batalha política, está relacionado com os fins mais avançados de um regime de democracia popular da primeira etapa da revolução. Seria já um governo do objetivo estratégico e não tático. Um governo de democracia popular como proposta tática isolaria o proletariado num momento em que ele pode ampliar (e muito) sua base política, concentrando seu alvo no odiado governo Figueiredo. O terceiro tipo é o que melhor se ajusta à realidade presente. Porque o que se apresenta de imediato para o povo brasileiro é a liquidação do

regime militar, meta na qual estão interessadas muitas forças políticas e sociais. É um governo de frente-única, provisório, com tarefas definidas. (...)" 43

A justificativa para esta nova fórmula não altera o conteúdo da proposta elaborada em 1966, a não ser em um sentido: o governo de democrático e de unidade popular deixa de ser simplesmente uma possibilidade da luta contra o regime, mas, ao contrário, agora é, claramente, o objetivo necessário dessa luta.

O dualismo estratégico é superado. A estratégia de luta contra a ditadura através da pressão de massas em aliança com os setores oposicionistas das classes dominantes, deixa a situação de "latência" para tornar-se a orientação política predominante do PC do B, até meados dos anos 80. Esta modificação da linha política do PC do B tem implicações para uma reflexão sobre sua ideologia política e sobre a configuração do campo de interlocução partidários. Estas questões, no entanto, excedem os limites desta pesquisa.

NOTAS

1 "O golpe de 64 ...", p. 67.

1 "União dos brasileiros...", pp.130-131. Grifos meus - ACG.

2 "União dos Brasileiros...", p. 130. Grifo meu - ACG.

3 Em um texto de 1967, de defesa da formulação da VI Conferência, é explícito nesse sentido: *"face à ditadura, o Partido propõe uma ampla aliança de todos os que a ela efetivamente se opõe; essa aliança pela independência, o progresso e pela liberdade pode ser mais ampla do que a frente única de luta por um governo popular revolucionário devido à extensão dos interesses atingidos pela ditadura; o método de luta adotado e defendido pelo Partido no seio dessa aliança é revolucionário; seu programa é patriótico, progressista e democrático (...), mais amplo do que o contido no nosso Manifesto-Programa em virtude da natureza dessa frente única tática; sua missão principal é a derrubada da ditadura; da vitória do movimento poderá surgir um governo cuja composição corresponderá à composição e à correlação interna de forças da aliança antiditadura; seria um governo provisório, já que deveria convocar uma Assembléia Constituinte..."*. "Justa Orientação Revolucionária" C.O. nº16, julho de 1967, p.7.

4 Para Nelson Levi, ex-dirigente do PC do B, no ensaio "PC do B, Continuidade e Ruptura": *"(...) muito mais do que um mero 'programa tático', a plataforma de 66 estabelecia o programa daquela que seria uma fase preliminar da 'etapa nacional e democrática.(...) Estava, assim, instituída a crença de que a luta contra a ditadura deveria desembocar, necessariamente, em um governo intermediário. E de que a chamada etapa nacional-democrática desdobrar-se-ia por duas fases distintas: da ditadura militar ao 'governo democrático representativo de todas as forças patrióticas' e deste ao 'governo popular revolucionário'..."* (LEVY, 1980, pp.31-32, grifos do autor)

- 5 "União dos Brasileiros..." p. 131-132.
- 6 Cf. o artigo "A Crise Brasileira" de 1966, in: MARIGHELLA, Carlos. Escritos de Carlos Marighella. SP, Livramento, 1979; especialmente pp. 73-76.
- 7 "União dos Brasileiros..." p. 121.
- 8 "O Partido Comunista do Brasil na Luta Contra ..." in: GPCLAB, pp. 33-34.
- 9 Entrevista com D. Aguiar
- 10 "...a fin de llevar, cabo una revolución nacional-democrática y conquistar la liberación nacional y social, las naciones y pueblos oprimidos de América Latina deben formar um amplio frente único nacional-democrático, uniendo todas las fuerzas patrióticas del país para luchar con resolución contra el imperialismo norteamericano y sus lacayos." Editorial Renmin Ribao de abril de 1964 in: BNM. Sobre a política externa chinesa de alianças indiscriminadas com governos anti-norte-americanos. FÊJTO, 1976, volume I, pp. 179-183.
- 11 Está fora dos limites desta pesquisa uma investigação mais detalhada sobre a dimensão do impacto interno ao PC do B das cisões de 1966-1967; contudo, é possível mensurar-lhe o grau de importância dada às cisões pela direção partidária através das menções nos documentos oficiais do partido. Na resolução da VI Conferência à uma crítica velada às posições dos dissidentes: *"Manifestações sectárias têm constituído obstáculos à atividade do Partido. Expressam-se na resistência em lutar pelas reivindicações elementares das massas, sob alegação de que se trata de reformismo; no desinteresse pela questões políticas do momento, pretextando que elas não tem importância para a revolução; em não aproveitar as contradições entre as classes dominantes, agüindo que isto conduz à perda de independência da classe operária; na recusa em atuar nas organizações de massa, com a desculpa de que não existem condições para tal atividade. (...) No que se refere à frente única, persiste a incompreensão do trabalho junto à correntes populares e democráticas e às personalidade políticas."* in "União dos Brasileiros..." p. 165-166. Para o combate ao movimento de oposição interna que deu origem à AV é elaborado, também, um extenso documento em maio de 1967, intitulado "Desenvolver a Luta Ideológica e Fortalecer a Unidade do Partido" (in: GPCLAB, pp. 9-22). Mais dois artigos sairiam publicados no jornal C.O. sobre o grupo: "O Partido é indestrutível", C.O. nº 16, julho de 1967; "Embuste", C.O. nº 21, abril de 1968. No caso da AV, o problema para a direção central do PC do B, adquiria maior gravidade porque a própria designação adotada pelo grupo dissidente, Partido Comunista do Brasil (Ala Vermelha), baseada na terminologia maoísta, denotava a disposições deste último em encarar a luta contra aquela, em termos de um "luta interna", dentro do mesmo partido contra a "ALA BRANCA oportunista representada pela direção central". Cf "De quem é o embuste?", Guerra Popular, nº 3, setembro de 1968, órgão da AV. É importante notar que, ao contrário do caso da AV, nenhuma referência oficial existe sobre o PCR.
- 12 "Carta dos 12 Pontos aos Comunistas Universitários". Documento do PCR de maio de 1966. In: REIS Fº & SÁ, pp. 48-53.
- 13 Cf. "Desenvolver a Luta Ideológica e Fortalecer a Unidade do Partido", in: GPCLAB, onde consta a justificativa de expulsão, embora não se esclareça quantos e quais militantes sofreram com essa medida.
- 14 Este documento foi parcialmente reproduzido in: REIS Fº & SÁ, 1985, pp. 118-133. Utilizamos a versão integral em cópia datilografada dos arquivos do projeto BNM, tomo nº 1836.
- 15 "Crítica ao Oportunismo...". Todas as citações e referência in: REIS Fº & SÁ, pp. 122-123.
- 16 "Crítica ao Oportunismo...", in: REIS Fº & SÁ, p. 123.
- 17 "Crítica ao Oportunismo...", in: BNM, pp. 7-10.
- 18 "Crítica ao Oportunismo...", in: REIS Fº & SÁ, p. 123.

- 19 "Crítica ao Oportunismo...", in: BNM, p. 32.
- 20 "Crítica ao Oportunismo...", in: BNM, p. 12.
- 21 "Crítica ao Oportunismo...", in: BNM, p. 15.
- 22 "Crítica ao Oportunismo...", in: BNM, pp. 36-39.
- 23 "Crítica ao Oportunismo...", in: BNM, p. 39
- 24 A expressão é usada por Daniel Aarão.
- 25 "Reencontro Histórico ou Simples Mistificação?" O documento foi escrito à propósito da entrada para o PC do B dos militantes do PCBR do estado da Guanabara, em resposta ao texto do PC do B "Um Reencontro Histórico" in: pp. Sobre esse assunto cf. GORENDER, 1987, Cap. 14, pp.101-105. Utilizamos a cópia da versão original do documento citado, BNM nº 5.584.
- 26 Op. cit. pp. 11-12.
- 27 "O Partido Comunista do Brasil na Luta", p. 41-42.
- 28 "O Partido Comunista do Brasil na Luta...", p. 41. Grifos do original.
- 29 "Justa Orientação Revolucionária" in: C.O. nº16, julho de 1967, p.10.
- 30 "Justa Orientação Revolucionária" in: C.O. nº16, julho de 1967, p.11.
- 31 "Guerra Popular - Caminho...", in: GPCLAB, p. 156. Grifos meus - ACG.
- 32 "União dos Brasileiros...", p.136.
- 33 Para Gorender a política da "união dos patriotas" seria uma *"tática julgada adequada a uma situação em que, apesar da ditadura militar, persistem oportunidades de atuação legal e de movimentos de massa."* O autor insiste a esse respeito que, embora *"se fale em derrubar a ditadura militar, é inequívoco o caráter eleitoral da saída apontada."* Desta *"tática centrada na perspectiva das eleições democrático-burguesas"*, a Resolução passaria, *"sem mediações, ao pólo oposto da proposta revolucionária via guerra popular prolongada..."* (GORENDER, 1987, pp. 107-108).
- 34 "Responder ao Banditismo da Ditadura com a Intensificação das Lutas do Povo". in: PRP, pp. 67-86.
- 35 "Responder ao Banditismo...". in: PRP, p. 76. Pode-se elencar muitos outros textos onde essa plataforma é reproduzida ao menos de forma parcial, ou as temáticas nela presentes são desenvolvidas. Cf., por exemplo, "Campanha Democrática" in: C.O. nº 36, dez. 1969; "Mais Audácia na Luta Contra a Ditadura" de julho de 1970, in: PRP, pp. 89-100; "Persistir da Linha Revolucionária", C.O. de junho de 1971, in: idem, pp. 155-120; "Conquistar a Verdadeira Independência", C.O. de setembro de 1971, in: POMAR, 1980, pp. 213-214; "Atrever-se a Lutar Contra a Ditadura", de outubro de 1971, in: op. cit., pp. 215-217; "União pela Liberdade", de abril de 1972, in: idem, pp. 228-229.
- 36 "A Ditadura em Apuros" publicado na C.O. de abril de 1970 in: POMAR, 1980, pp. 183-185. Outros documentos e editoriais do jornal A Classe Operária, onde há referência explícita ao governo popular revolucionário: "Achincalhe ao Povo", C.O. nº 45, setembro de 1970, in: op. cit., pp. 191-192; "Imagem da Ditadura", C.O., nº 46, outubro de 1970, in: idem, pp. 192-194; "Mentiras e Violências da Ditadura", C.O. nº 52, abril de 1971, in: PRP, pp. 103-114; "Novo Salário Mínimo de fome", C.O. nº 53, maio de 1970, in: POMAR, 1980, pp. 206-208; "Maior Impulso à Luta Contra a Ditadura", C.O. nº 61, janeiro de 1972, in: op. cit., pp. 218-220.
- 37 Veja SAES, Décio. Classe Média e Sistema Político no Brasil. SP, Quatro, 1985, pp. 195-213.
- 38 A expressão é de Décio Saes, op. cit. p. 206.

- 39 Embora a guerrilha do Araguaia tenha sido iniciada pela investida das forças repressivas, a própria decisão por parte dos guerrilheiros de enfrentar os militares deve-se ao fato de o partido já tinha em perspectiva lançar a ofensiva guerrilheira ainda no ano de 1972. POMAR, 1980, p. 29.
- 40 "Levar Adiante até o Fim a Luta contra a Ditadura (Mensagem ao Brasileiros)", BNM, nº 5.772.
- 41 Op. cit. p.6.
- 42 "Resoluções da VII Conferência" in: C.O. nº 137, junho de 1979.
- 43 Importante informe político do Comitê Central in: C.O. nº 143, maio-junho de 1980, pp. 13-14. Este documento foi publicado também no jornal Tribuna da Luta Operária, nº 17, junho de 1980. Grifos meus - ACG.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise a que nos propusemos neste trabalho é bastante delicada, pelo menos sob dois aspectos. A carência de estudos sobre a esquerda brasileira, em geral, e, em particular, sobre o movimento de luta armada, obriga-nos a desconsiderar questões importantes e expõe nossa ignorância sobre muitas outras. As lacunas se agravam dados os limites inevitáveis de uma pesquisa como esta. Esperamos que futuros estudos, principalmente, de caráter monográfico - lamentavelmente, inexistentes -, sobre as organizações do movimento de luta armada, venham a oferecer novas interpretações e pontos de vista sobre o tema.

De outro lado, deve-se considerar que o movimento de luta armada é acontecimento histórico relativamente recente, com fortes incidências no presente, de modo, que o necessário distanciamento, para que dele se realize um balanço objetivo, ainda reclama tempo. No caso do PC do B, este ponto é mais sensível, uma vez que se trata de um partido que se mantém atuante na cena política nacional.

A despeito dessas limitações, acreditamos que as hipóteses básicas que guiaram esta dissertação, mantiveram-se consistentes no decorrer de toda a exposição. As noções de campo de interlocução e de nacional-democratismo buscaram expressar um quadro de relações contraditórias, a partir do qual se pretendeu explicar a conduta política de PC do B frente à questão da luta armada. O problema subjacente ao uso dessas noções, foi a hipótese da permanência da ideologia política do grupo dirigente do PC do B.

O nacional-democratismo constituiu-se na experiência pecebista do período populista e foi herdado pelo PC do B, tendo efeitos determinantes na forma singular como este envolveu-se com a luta armada. Também é necessário levar em conta o nacional-democratismo, como ideologia política, para explicar como o PC do B abandonou a perspectiva de luta armada, na prática - mesmo que a sustente retoricamente. A defesa da violência revolucionária pelo partido, hoje, não tem nenhuma incidência real na sua linha política.

Esta questão toca em um problema histórico do movimento comunista brasileiro, e crucial para à época do movimento de luta armada. As "organizações comunistas" brasileiras, em nenhum momento de sua trajetória, parecem ter sido capazes de realizar uma reflexão mais consistente sobre o problema da violência revolucionária e, muito menos, traduzir essa reflexão

em uma política revolucionária realista. Ao contrário, a violência revolucionária se expressará, nas concepções e práticas das "organizações comunistas" brasileiras, somente como vontade do partido, como ação exclusiva do grupo político, em detrimento da apreciação da sua oportunidade política.

Cabe assinalar, ainda, que, embora não constituísse um instrumental analítico consistente do ponto de vista sociológico e teórico-político, para analisar adequadamente a formação social brasileira, que proporcionasse um ponto de partida adequado para uma compreensão adequada aos propósitos dos comunistas na luta política, o nacional-democratismo possuiu uma **efetividade** política.

De qualquer maneira, encaramos o trabalho desenvolvido nesta dissertação, acima de tudo, com uma indicação de pesquisa, que poderá, talvez, se traduzir em uma reflexão mais aprofundada sobre o movimento comunista brasileiro.

Lembremos, ainda, o comentário sobre a guerrilha do Araguaia, de que seus participantes - guerrilheiros e forças repressivas *"foram a contrapartida necessária nas circunstâncias do verdadeiro conflito subjacente ao seu confronto: o conflito de classes entre posseiros-lavradores e grileiros-fazendeiros"*¹. A tese sobre o caráter espontaneísta da luta armada, que procuramos explorar, não deve elidir o fato de que havia um **sentido** que presidiu as ações daqueles combatentes, a saber, a luta contra um regime que expressava, através da militarização do Estado, os interesses e exigências da expansão do grande capital.

Desse modo, não poderíamos deixar de abordar, nestas palavras finais, a dimensão política atual do movimento de luta armada.

Os militares fazem questão de guardar silêncio oficial sobre o assunto. Os políticos tradicionais não querem mexer nessa ferida. Um dos argumentos que frequenta as justificativas para o silêncio, por parte das autoridades civis, é o da necessidade de preservar a estabilidade institucional. Há ainda a justificativa hipócrita, de que se tratou de uma guerra suja de ambos os lados, da guerrilha e da repressão.

Na verdade, no que diz respeito especificamente ao episódio do Araguaia, há uma repugnante "coerência" em toda a ação oficial das forças armadas. Tudo o que se relacionou ao

¹ José de Souza Martins. Texto de apresentação DÓRIA, Palmério et alii. A Guerrilha do Araguaia. História Imediata, nº 1, SP, Alfa_mega, 1979.

Araguaia parece estar obsessivamente marcado pela preocupação de não deixar vestígios de que, sequer, existiu a guerrilha. A operação anti-guerrilheira foi semi-clandestina: os militares que dela participaram vestiam-se de civis e usavam nomes falsos; as insígnias do Exército e Aeronáutica eram apagados no helicópteros usados; os guerrilheiros abatidos em combate ou que se rendiam, e eram executados, tiveram seus corpos enterrados e posteriormente queimados no meio da selva.² Igualmente inexistente qualquer referência ao Araguaia nos processos "jurídicos", aos quais foram submetidos membros e dirigentes do PC do B, presos pela repressão militar.

Não bastou a eliminação física dos que lutaram contra a ditadura. Pretende-se eliminar a memória de sua luta.

Aos poucos esse silêncio tem sido rompido. Principalmente graças à luta dos familiares e parentes dos guerrilheiros mortos. Esta luta recentemente teve uma vitória significativa: em agosto de 1993, o Tribunal Regional Federal decidiu que à União caberia indenizar os familiares dos que morreram no Araguaia e ao Exército esclarecer o paradeiro dos "desaparecidos".

A despeito da determinação do TRF, até o presente momento, as Forças Armadas mantêm-se aferradas a sua "coerência" e ainda resistem em expor à opinião pública quaisquer informações sobre os acontecimentos das selvas do Araguaia.

O esclarecimento sobre as ações do aparelho de repressão e a punição dos responsáveis por crimes, como torturas e assassinatos, são exigências essenciais da verdadeira luta pela democracia no país. É preciso, pois, ajustar as contas com esse passado.

² Em outubro de 1993, a revista "Veja" publicou matéria sobre o Coronel da Aeronáutica, Pedro Correa Cabral, que servira no combate à guerrilha como piloto de helicóptero, e participara do transporte dos corpos dos guerrilheiros que foram queimados. Cabral acaba de lançar uma versão na forma de ficção, de sua experiência. (Xambioá - guerrilha no Araguaia. Record, 1993)

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA E FONTES

- ALEM, Sílvio Frank. "O PCB e as outras esquerdas - da anistia de 1945 à posse de Dutra." in: Nova Escrita/Ensaio, nº 10, SP, Escrita, 1982, pp. 137-173.
- ALMEIDA, Francisco e CARVALHO, Péricles de. PC do B (1962-1984) - A Sobrevivência de um Erro. Caderno do Militante Comunista, SP, 2ª ed., Novos Rumos, 1985.
- ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e Oposição no Brasil (1964-1984). Petrópolis, Vozes, 1984.
- AMAZONAS, João. O Revisionismo Chinês de Mao Tsetung. SP, Anita Garibaldi, 1981.
- ANDERSON, Perry. "La Historia de los Partidos Comunistas." in: SAMUEL, Raphael (ed.). Historia Popular y Teoría Socialista. Barcelona, Grijalbo, 1984, pp. 150-165.
- BOTTOMORE, Tom (org.). Dicionário do Pensamento Marxista. Rio, Zahar, 1988.
- BRANDÃO, Gildo Marçal. "Sobre a fisionomia intelectual do Partido Comunista (1945-1964)". in: Revista Lua Nova, vol. 4, nº 3, SP, julho-setembro, nº 15, 1988, p. 133-149.
- CARONE, Edgar. O PCB. vol. 1, 2 e 3, SP, Difel, 1982.
- CASTELLO BRANCO, Carlos. Os Militares no Poder, vol. 2, o ato 5. Rio, Nova Fronteira, 1977.
- CHILCOTE, Ronald H. O Partido Comunista Brasileiro - conflito e integração. Rio, Graal, 1982.
- _____. Revolution and structural change in Latin America. A bibliography on ideology, development and the radical left (1930-1964). vol. 1, Stanford, Stanford University, 1970.
- CLAUDIN, Fernando. A Crise do Movimento Comunista. SP, 2 volumes, Global, 1986.
- COSTA, Luiz Flávio de Carvalho. Nacionalismo e Alianças Políticas (1954-1958). Tese de mestrado apresentada no Departamento de Ciências Sociais do IFCH, Unicamp, 1976.
- CRUZ, Sebastião C. Velasco. "1968 - Movimento Estudantil e Crise Política Brasileira", Cadernos Primeira Versão, Campinas, IFCH/Unicamp, nº 32, 1991
- CRUZ, Sebastião C. Velasco e MARTINS, Carlos Estevam. "De Castello a Figueiredo: uma incursão na pré-história da abertura." in: ALMEIDA, Maria Hermínia T. de, SORJ, Bernardo. (orgs.) Sociedade e Política no Brasil pós-64. SP, Brasiliense, 1983, pp. 13-61.
- DEUTSCHER, Isaak. "Maoísmo: origens, antecedentes e perspectivas." in: *idem*. Problemas e perspectivas do socialismo. Rio, Zahar, 1969, pp. 134-170.
- Diário da Guerrilha do Araguaia. (apres. Clóvis Moura) SP, Alfa-ômega, 1979.
- DÓRIA, Palmério *et alii*. A guerrilha do Araguaia. História Imediata, nº 1, SP, Alfa-ômega, 1979.

- FALEIROS, Maria Izabel Leme. Percursos e Percalços do PCB no Campo (1922-1964), SP, Tese de Doutorado, FFLCH, USP, 1989.
- FEJTÓ, François. O Conflito China-URSS. Mira Sintra - Mem Martins, Europa-América, 1976.
- GARCIA, Marco Aurélio. "Contribuições para uma história da esquerda brasileira". in: MORAES, Reginaldo *et alii* (org). A Inteligência Brasileira. SP, Brasiliense, 1986, p. 193-223.
- _____. (org.) As Esquerdas e a Democracia. Rio, SP, Paz e Terra/Cedec, 1986.
- _____. "Le Parti Communiste Chilien et les alliances de classes". in: Critiques de L'Economie Politique. nº 27, Paris, abril-junho 1977, p.41-61.
- GORENDER, Jacob. Combate nas Trevas - a Esquerda Brasileira: das Ilusões Perdidas à Luta Armada. 2ª ed., SP, tica, 1987.
- _____. "64: o fracasso das esquerdas". in: Movimento, nº 299, 23-29 março de 1981.
- Guerrilha do Araguaia - 1972-1982. (apres. Clóvis Moura) SP, Anita Garibaldi, 1982.
- GRAMSCI, Antonio. Maquiavel, a Política e o Estado Moderno. RJ, 4ª ed., Civilização Brasileira, 1980.
- JOHNSON, Cecil. Communist China and Latin America, 1957-1967. Nova York, Columbia University, 1970.
- KINZO, Maria D'Alva Gil. Oposição e Autoritarismo - gênese e trajetória do MDB 1966/1979. SP, Vértice/Idesp, 1988.
- KONDER, Leandro. A democracia e os comunistas no Brasil. SP, Graal, 1980.
- KRUSCHOV, Nikita. O movimento revolucionário operário e comunista (trechos de entrevistas, informes e discursos pronunciados nos anos 1956/1963). RJ, Vitória, 1963.
- LENIN, V.I. O Que Fazer?. SP, Hucitec, 1986.
- LEVI, Nelson. "PC do B, continuidade e ruptura". Teoria e Política, nº 1, SP, Brasil Debates, 1980, pp. 22-59.
- LIMA, Haroldo e ARANTES, Aldo. História da Ação Popular - da JUC ao PC do B. SP, Alfa-ômega, 1984.
- LONER, Beatriz A. O PCB e a linha do "Manifesto de Agosto": um estudo. Tese de Mestrado, IFCH, Unicamp, 1985.
- LÖVY, Michael. Dialectique et Revolution. Paris, Anthropos, 1973.
- _____. El marxismo en América Latina (De 1909 a nuestros días) - Antologia. México, Ediciones Era, 1982.

MAGALHÃES, Carlos. "O erro da crítica a um erro". Teoria e Política, nº 2, Brasil Debates, 1980, pp. 117-136.

_____. "As tarefas democráticas e nacionais no Brasil e o socialismo". Teoria e Política, nº 3, 1980, pp. 7-34.

MAKLOUF, Luis *et alii*. Pedro Pomar. SP, Brasil Debates, 1980.

MARIGHELLA, Carlos. Escritos de Carlos Marighella. SP, Livramento, 1979.

_____. For the Liberation of Brazil. Londres, Penguin, 1971.

MARTINS Fº, João Roberto. Movimento Estudantil e Ditadura Militar, 1964-1968. Campinas, Papirus, 1987.

MICHELS, Robert. Sociologia dos Partidos Políticos. Brasília, Unb, 1982.

MORAES, Denis de. A Esquerda e o Golpe de 64. Rio, Espaço e Tempo, 1989.

NETO, José Paulo.(org). Stálin. Coleção Grandes Cientistas Sociais, nº 29, SP, tica, 1982.

O Comunismo no Brasil. Inquérito Policial Militar, nº 709. biblioteca do exército, 1967

PACHECO, Eliezer. O Partido Comunista do Brasil (1922-1964). SP, Alfa-mega, 1984.

PERALVA, Osvaldo. O Retrato. BH, Itatiaia, 1960.

POMAR, Pedro Ernesto R. Massacre da Lapa, So Paulo, 1976 - como o Exército liquidou o Comitê Central do PC do B. SP, Busca-Vida, 1987.

POMAR, Valter. A Questão Agrária no Brasil e a Contra-Revolução do Sr. Caio Prado. Edições Alvorada, RJ, 1969.

POMAR, Vladimir. Araguaia, o partido e a guerrilha. SP, Brasil Debates, 1980.

PORTELA, Fernando. A guerra de guerrilhas no Brasil. SP, Global, 1979.

PRADO JR. Caio. A Revolução Brasileira. 7ª ed., SP, Brasiliense, 1986.

QUARTIM MORAES, João. "Regis Debray and the brazilian Revolution". New Left Review, nº 59, Londres, 1970.

_____. "A mobilização democrática e o desencadeamento da luta armada no Brasil em 1968: notas historiográficas e observações críticas". Tempo Social, vol 1, nº 2, pp. 135-158

_____. Dictatorship and armed struggle in Brazil. Nova York, Monthly Review, 1971.

REIS Fº, Daniel A. e SÁ, Jair Ferreira de. Imagens da Revolução: documentos políticos das organizações clandestinas de esquerda dos anos 1961-1971. Rio, Marco Zero, 1985.

REIS Fº, Daniel A. As organizações comunistas e a luta de classes, 1961-1968. Tese de Doutorado, FFLCH, USP, 1987.

- _____. A revolução faltou ao encontro - os comunistas no Brasil. SP, Brasiliense, 1990.
- _____. "O Maoísmo e a Trajetória dos Marxista Brasileiros." in: V.A. História do Marxismo no Brasil - O Impacto das Revoluções. RJ. Paz e Terra, 1991, pp. 105-132.
- RICHOPO, Neide. A Esquerda no Brasil: Um Estudo de Caso. SP, tese de mestrado apresentada no Departamento de Ciência Política, USP, 1987.
- RIDENTI, Marcelo S. O fantasma da revolução brasileira: as raízes sociais das esquerdas armadas, 1964-1975. SP, tese de doutoramento apresentada ao Departamento de Sociologia, USP, 1989.
- _____. "A vanguarda e as massas na revolução que não ocorreu". in: Ciências Sociais, Hoje, 1987, São Paulo, Vértice/Anpocs, 1987, pp. 170-213.
- RODRIGUES, Leôncio Martins. "O PCB: os dirigentes e a organização". in: FAUSTO, Boris, (org.). O Brasil República - História da Civilização Brasileira, vol. 3, SP, Difel, 1983, pp. 362-443.
- SAES, Décio. Classe Média e Sistema Político no Brasil. SP, Quatro, 1985.
- SADER, Eder (org.). Mao Tse Tung. Coleção grandes cientistas sociais, nº 30, SP, Ática, 1982..
- SADER, Emir. "Cuba no Brasil: influências da Revolução Cubana na Esquerda Brasileira". in: V.A. História do Marxismo no Brasil - O Impacto das Revoluções. RJ. Paz e Terra, 1991, pp. 158-207.
- SANTOS, Raimundo. A Primeira renovação pecebista: reflexos do XX Congresso do PCUS no PCB (1956-1957). Belo Horizonte, Oficina dos Livros, 1988.
- SEGATTO, José Antonio. Breve história do PCB. SP, Ciências Humanas, 1981.
- SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio à Castelo. Rio, Paz e Terra, 8ª ed., 1976
- _____. Brasil: de Castelo à Tancredo. Rio, Paz e Terra, 4ª ed., 1991.
- TOLEDO, Caio Navarro. O Governo Goulart e o Golpe de 64. 2ª ed., SP, Brasiliense, 1983.
- VINHAS, Moisés. O Partido - a luta por um partido "de massas", 1922-1974. SP, Hucitec, 1982.
- V.A. História do Marxismo no Brasil - O Impacto das Revoluções. RJ. Paz e Terra, 1991, pp. 158-207.

DOCUMENTOS DO PC DO B

- A Linha Política Revolucionária do Partido Comunista do Brasil (m-l). Lisboa, Maria da Fonte, 1974.

A Política Revolucionária do PC do B - 7º Congresso do PC do B. SP, Anita Garibaldi, 1989.

Cinquenta Anos de Luta. Lisboa, Maria da Fonte, 1974.

Guerra popular - Caminho da Luta Armada no Brasil. Lisboa, Maria da Fonte, 1974.

Informe Crítico Acerca da Violência Revolucionária. 6º Congresso, 1983.

Informe de Organização ao Congresso do PC do B. 6º Congresso, 1983

Informe Político ao Congresso do PC do Brasil. 6º Congresso, 1983.

Política e Revolucionarização do Partido. Lisboa, Maria da Fonte, 1974.

PERIÓDICOS

"Novos Rumos" dos anos de 1960 e 1961 (Arquivo Edgar Leuenroth.)

"A Classe Operária" dos anos de 1962 a 1964 (Arquivo Edgar Leuenroth.)

"A Classe Operária" dos anos de 1966 a 1970 do Diretório Nacional do PC do B.

DEPOIMENTOS

Realizamos três entrevistas: Com Dynéas Aguiar, em 19/04/91 e Cezar Augusto Telles em 14/10/93, ex-dirigentes do PC do B; e com Jacob Gorender, ex-dirigente do PCB e do PCBR em 15/11/92 .

A.A. Las revoluciones burguesas. Barcelona, Grijalbo, 1983. (42158)